

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

**Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa**

**O BALANÇO SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO
DAS PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

Denise Xavier Nunes

**Rio de Janeiro
Setembro/2008**

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

**Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa**

**O BALANÇO SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO
DAS PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Denise Xavier Nunes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Empresarial da Fundação Getulio Vargas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão Empresarial

Orientador: Prof. Dr. Roberto Guimarães

**Rio de Janeiro
Setembro / 2008**

DEDICATÓRIA

*A lei protege.
O lar acolhe.
A família une.
O tempo concede.
O ensejo faculta.
A ação cria.
O mestre orienta.
O livro instrui.
O trabalho habilita.
A luta desbasta.
A prova define.
O hábito mecaniza.
A experiência prepara.
O título endossa.
A dor avisa.
A doença depura.
A tentação experimenta.
O obstáculo desafia.
O amigo ampara.
O adversário incentiva.
O afeto nutre.
O auxílio encoraja.
A bondade abençoa.
A fé sustenta.
A oração fortalece.
A morte examina.*

*O mérito, no entanto, a fim de que recolhas novo alento e passagem para planos superiores,
é problema contigo.*

*E, em toda circunstância, depende da melhora que fizeres, buscando educar a ti mesmo,
aprendendo e servindo, amando e perdoando, para a glória da vida, ante a glória de Deus.*

(Francisco Cândido Xavier por Emmanuel. In: Religião dos Espíritos)

AGRADECIMENTOS

À Fundação Getulio Vargas – FGV/RJ – que proporcionou uma excelente infra-estrutura e um corpo docente respeitado no cenário acadêmico.

Ao Professor Doutor Roberto Pereira Guimarães – FGV/RJ – que aceitou ser meu orientador e que, sem perder o otimismo e seu peculiar bom humor, apresentou-me as soluções certas nas horas de indecisão.

Ao professor Doutor Luis César Gonçalves de Araújo, pela força, apoio e amizade desde o início da jornada.

Ao professor Doutor Alberto Sulaiman Sade Jr., pela sua amizade e constante preocupação com a minha atividade acadêmica desde a monitoria do curso de gerência de projetos.

A meus pais Lydia e Francisco e minhas irmãs Leda e Regina pela força desde os meus primeiros passos.

À minha irmã Leda em especial, pela grande ajuda nas pesquisas para a realização deste trabalho.

Aos meus amigos queridos Adil e Hermes (ordem alfabética), que me apoiaram e me forneceram um serviço de *clipping* amador. Saibam que utilizei muita coisa que vocês enviaram.

Aos amigos Lídia, Paschoal e Sandro (ordem alfabética) que estenderam a mão nos momentos finais que mais precisei, com calma, sabedoria e discernimento.

Aos demais colegas do curso de Mestrado Executivo em Gestão Empresarial, por toda força, pela união e imenso companheirismo, pelo incentivo e apoio em todos os momentos, principalmente naqueles em que nos sentimos “perdidos e sozinhos”.

A Deus por tudo e, principalmente, por ter-me dado minha família e a vida.

RESUMO

A sociedade de hoje, não se contenta mais em cobrar das Organizações apenas o triângulo consagrado que trata especificamente da qualidade, custo e prazo. Consciente de seu papel no mundo globalizado, ela exige o envolvimento e o comprometimento dessas Organizações com as questões sociais e ambientais. Neste contexto, faz-se necessário investir na preservação da natureza, na sua relação com a sociedade e no estreito relacionamento com os envolvidos direta e indiretamente nesta difícil empreitada. Em respostas a essas demandas, a ciência contábil, frente às exigências deste mercado globalizado e em lugar do modelo gestão corporativa utilizado até recentemente, que tratava apenas dos resultados econômicos, criou o Balanço Social. Como instrumento estratégico de desenvolvimento corporativo, o Balanço Social permite que a sociedade visualize os resultados de seu comprometimento com o futuro da humanidade. Quem não procura se adaptar às novas exigências da sociedade global, tende ao fracasso.

Esta pesquisa tem como agente principal apresentar se as empresas no Brasil aplicam o conceito de Responsabilidade Social em suas atividades, propondo a cidadania de forma séria e responsável. Foram observados os dados divulgados pela Petrobras, - Petróleo Brasileiro SA, Vale e Gerdau S.A., descrevendo informações entre seus demonstrativos e relatórios com a aplicação a partir dos propostos pelo Instituto ETHOS. Foi investigado o quanto estas empresas atendem aos quesitos propostos e, com base nos resultados obtidos, indicar, o nível de seriedade que estas companhias praticam a questão. A preferência pelas empresas supracitadas como objeto de pesquisa se dá pela posição de destaque no cenário econômico nacional e mundial; por sua atuação em setores considerados de alto nível de degradação e consumo de recursos naturais; e pelo alto impacto social gerado pela organização no local onde está introduzida. Os resultados mostram que as empresas começam a visualizar as questões socioambientais, verifica-se esta informação devido aos montantes absolutos investidos, todavia esta preocupação não atingiu a idéia principal deste conceito de responsabilidade social, ao atender interesses estratégicos superficiais de promoção e auto-imagem.

ABSTRACT

Today's society are not any longer satisfied only with demanding from business the consecrated triangle that specifically deals with the quality, cost and due date. Conscientious of its place at the global world, it demands the involvement and the commitment of these Organizations with the social and environmental matters. In this context, it becomes necessary to invest on the preservation of nature, on its relation with society and the close relationship which involves direct and indirectly on this difficult task over the basics social contract. Answering these demands, accounting science, facing the necessary requirements of this global market and in place of the model used until recently the decline corporative management model, that dealt only with the economic results, it created the Social Balance such as strategic instrument of corporative developments which allows the society to visualizes the results of its commitment with the future of the humanity. Those who do look to adapt itself to the new requirements of the global society, tend to fail.

This research aims to analyze present whether companies in Brazil apply the concept of Social Responsibility in its activities, considering citizenship of serious and responsible form. Data available data by Petrobras, - Petróleo Brasileiro SA, Vale and Gerdau S.A, has been examed, describing information between its demonstratives and reports with the application from the considered ones for Institute ETHOS, investigating how much they care for or consider these questions and, later, comparing these results, making possible to conclude, the seriousness level that these companies practice these issues. The preference for the above-mentioned companies as object of research is for the position of prominence in the national and world-wide economic scenario; for its performance in the considered sectors of high level of degradation and consumption of natural resources; and for the high social impact generated by the organization in the place where it is introduced. The results indicate that companies start to visualize the environmental questions, verifying the information due to the absolute sums involved. However this concern has not reached the main idea of this social responsibility concept, addressing solely superficial strategic interests, promotion and auto-image.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	OBJETIVOS	12
1.1.1	Objetivo Geral	12
1.1.2	Objetivos Específicos e Justificativa	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1	Responsabilidade Social.....	14
2.2	Responsabilidade Social Corporativa.....	16
2.3	Filantropia e Responsabilidade Social	19
2.4	Gestão Empresarial	22
2.5	Papel da responsabilidade social na Gestão Empresarial.....	25
2.6	Ética e Responsabilidade Social.....	28
2.7	Pirâmide de Responsabilidade Social Empresarial	30
2.8	Balanço Social.....	32
2.8.1	Balanço Social: uma prestação de contas à sociedade.....	34
2.8.2	Segmentos da sociedade no foco estratégico das organizações.....	38
2.9	Metodologia para elaborar o Balanço Social	40
2.10	Indicadores do Balanço Social	40
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	43
4	RESULTADOS DA PESQUISA.....	44
4.1	Vale	51
4.2	Gerdau S.A,.....	56
4.3	Petrobras – Petróleo Brasileiro SA	57
4.4	Comentários Finais.....	60
5	CONCLUSÕES.....	62
5.1	Reflexões visando novas pesquisas.....	64

6	REFERÊNCIAS.....	66
7	ANEXOS.....	69
7.1	Anexo I - Balanços Sociais	69
7.2	Anexo II - Balanço Social modelo IBASE.....	70
7.3	Anexo III – Projeto de lei do Senado sobre o Balanço Social	71
7.4	Anexo IV – Reportagens 2007	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Dimensões da Responsabilidade Social	15
Figura 2- Dimensão externa da Responsabilidade Social.....	16
Figura 3- Pirâmide da Responsabilidade Social Empresarial (dividindo a Responsabilidade Social em quatro dimensões – econômica, legal, ética e filantrópica.)	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Enfoque de apresentação do Balanço Social	35
Quadro 2– Estrutura de Relatórios sobre as Questões Socioambientais para o Relatório Anual.	45
Quadro 3- Resultado Apurado com Quesitos.....	48
Quadro 4– Análise comparativa dos indicadores de investimento em meio-ambiente – 2006.....	49
Quadro 5– Análise comparativa dos indicadores de investimento em ações sociais – 2006.....	50

1 INTRODUÇÃO

As empresas são, numa economia de mercado, os principais motores do crescimento e desenvolvimento de um país. A principal função de uma empresa na economia é a produção de bens e serviços a serem fornecidos ao mercado. Em contrapartida, o principal objetivo de uma empresa, no sistema capitalista, é o lucro que será distribuído aos seus sócios e acionistas ou reinvestido na própria empresa.

Durante muito tempo, esta foi a única medida do valor de uma empresa: os lucros gerados e que se esperam gerarem no futuro. Esta abordagem, longe de ser abandonada, necessita ser complementada por novas “medidas de valor” da empresa para a sociedade. Na segunda metade do século XX e neste século que se inicia a responsabilidade das empresas com a sociedade ganhou significativa importância. Hoje, uma empresa não pode mais funcionar como um sistema fechado em si mesmo, mas um sistema aberto, onde o meio-ambiente e as suas relações com este passam a ser relevantes. A busca pelo lucro não deve mais ser realizada sem que se meça o impacto das atividades empresariais na sociedade.

Neste novo cenário, onde o comprometimento com o desenvolvimento social e um comportamento mais ético se torna exigências do público e dos agentes em relação às organizações empresariais, surge a necessidade da elaboração de um modelo que permita “mensurar”, registrar e divulgar com transparência as ações das empresas em relação a este comprometimento. O Balanço Social é este modelo, que busca ser um registro fiel das ações das empresas em direção a uma contribuição efetiva para o desenvolvimento sustentável da sociedade como um todo.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Esta dissertação tem por objetivo apresentar os conceitos de responsabilidade social e de Balanço Social, dando ênfase à importância adquirida por este assunto para a gestão empresarial e os desafios que esta nova abordagem significa para as empresas. Será apresentada também a metodologia utilizada na elaboração de um Balanço Social e sua estrutura com base.

Este trabalho tem também por objetivo, extinguir as incertezas sobre a idéia de Responsabilidade Social Corporativa e investigar os ganhos na implantação desta política e, em um conjunto específico, determinar a origem de como as empresas no Brasil trabalham este assunto, se seria simples marketing ou se realmente propões a cidadania de modo sério e responsável.

1.1.2 Objetivos Específicos e Justificativa

A dissertação discute as questões referentes à responsabilidade social das empresas em seu ambiente interno e externo, relevando uma abordagem sobre o Balanço Social, ou seja, os aspectos concernentes à importância na divulgação e obrigatoriedade desta demonstração. A pesquisa estava orientada por meio de uma revisão da literatura, em livros, periódicos, artigos e trabalhos monográficos. Em relação ao aspecto empírico do estudo, foram discutidos exemplos reais de empresas que adotam práticas de comprovação da responsabilidade social. Foi analisada a implementação do conceito de Balanço Social no caso específico das empresas brasileiras, com exemplos colhidos das demonstrações da Petrobras, - Petróleo Brasileiro SA, Vale e Gerdau S.A, e quais os impactos que as ações relacionadas nestes documentos nas relações destas empresas com seus consumidores, funcionários e com o público em geral.

Concluiu-se que o Balanço Social representa um instrumento de gestão dos negócios, sendo de vital importância que as organizações insiram tal concepção, pois sua divulgação irá refletir em crescimento, estratégias, credibilidade e continuidade das entidades.

O tema abordado por esta dissertação, além de ser atual, representa um desafio para os profissionais de gestão empresarial no século XXI. Daqui para frente será muito difícil dissociar o *core business*¹ das empresas do impacto que as atividades das mesmas possuem no meio-ambiente e na sociedade.

A relevância e atualidade do tema foram definitivas na escolha do mesmo para análise através desta dissertação, através da qual, espero contribuir para o desenvolvimento da área.

¹ **Core business** é um termo em [inglês](#) que significa a parte central de um [negócio](#) ou duma área de negócios, e que é geralmente definido em função da estratégia dessa empresa para o mercado. Este termo é utilizado habitualmente para definir qual o ponto forte e estratégico da actuação de uma determinada empresa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Responsabilidade Social

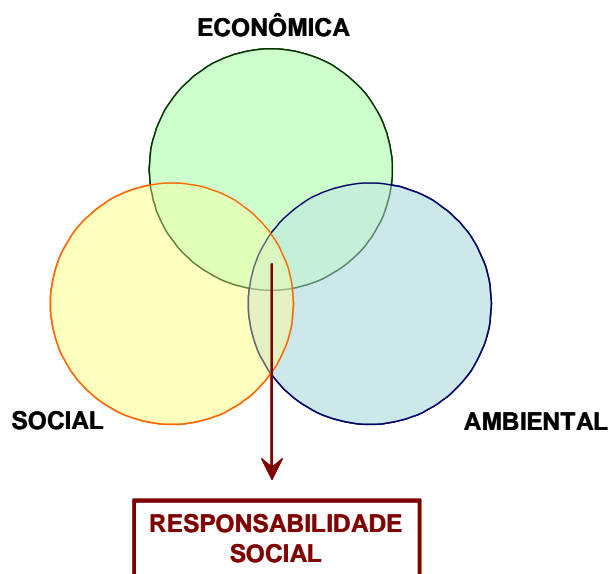
A preocupação das empresas com os impactos sociais e ambientais de suas atividades, assim como com os valores éticos e morais, gera discussões no meio empresarial. Discussões essas que, muitas vezes, contribuem para o bem comum e para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

A Responsabilidade Social busca estimular o desenvolvimento do cidadão e fomentar a cidadania individual e coletiva. Sua ética social é centrada no dever cívico. As ações de Responsabilidade Social são extensivas a todos os que participam da vida em sociedade – indivíduos, governo, empresas, grupos sociais, movimentos sociais, igreja, partidos políticos e outras instituições (MELO NETO E FROES, 2001).

Podemos entender a Responsabilidade Social de diferentes maneiras. Pode-se ter a idéia de responsabilidade ou obrigação legal ou um comportamento responsável no sentido ético. A maioria das pessoas a percebe como uma contribuição caridosa ou ser socialmente consciente. Alguns a vêem ainda como uma espécie de dever, um dever social. Na verdade, a Responsabilidade Social refere-se à ética como base das ações com todos aqueles com os quais a organização interage, ou seja, os seus stakeholders (clientes, funcionários, fornecedores, acionistas, governo, sociedade, meio ambiente) (MOREIRA, 2002). É proposta em uma amplitude maior que a “responsabilidade social como toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade” (ASHLEY et al. 2002, p. 6). A Responsabilidade Social pode ser concebida ainda como um exercício da cidadania corporativa, e as empresas que desejam transmitir uma imagem ética e moral, no futuro têm a perspectiva de serem beneficiadas por suas atitudes, praticando a Responsabilidade Social, por exemplo, como estratégia de valorização de produtos e serviços e estratégias sociais de desenvolvimento da comunidade (MELO NETO e FROES, 2001).

O Instituto Ethos (2001) caracteriza a ação socialmente responsável das empresas como a coerência ética nas práticas e relações com seus diversos públicos, contribuindo para o desenvolvimento contínuo das pessoas, das comunidades e dos relacionamentos entre si e com o meio ambiente. Ao acrescentar às suas competências básicas a conduta ética e socialmente responsável, as empresas adquirem o respeito dos indivíduos e das comunidades atingidas por suas atividades, o apoio de seus colaboradores e a preferência dos consumidores.

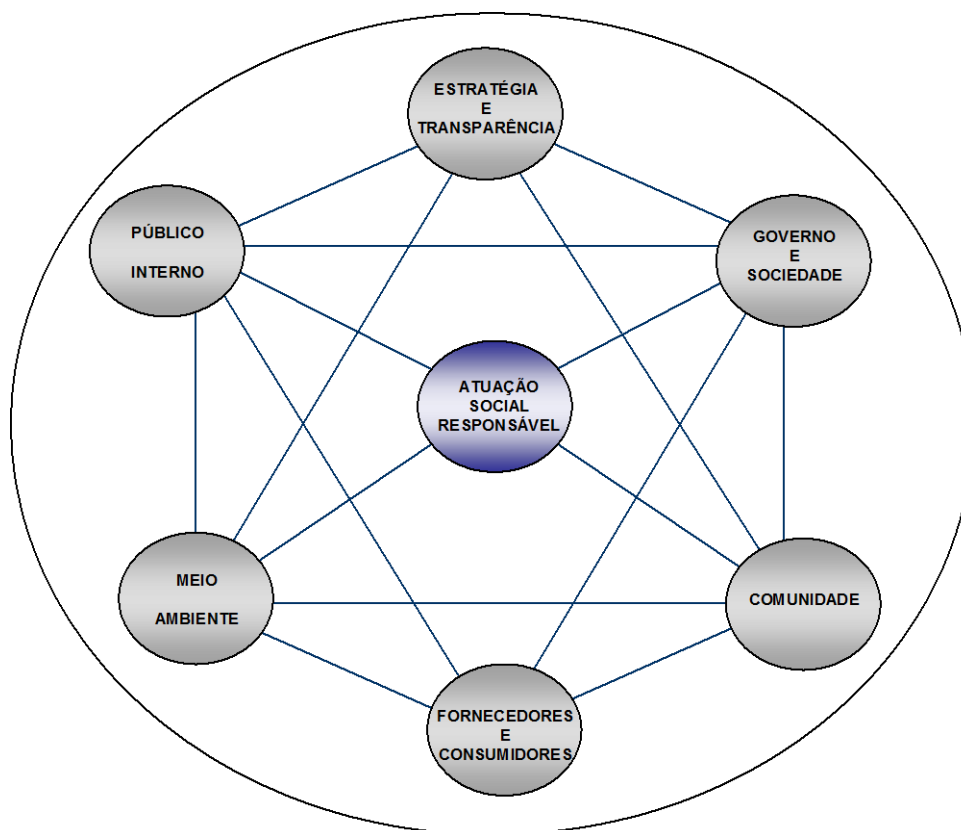
Figura 1- Dimensões da Responsabilidade Social



Fonte: CRUZ, Cleyton Guimarães da et al., 2008.

Quanto à dimensão externa, a responsabilidade social de uma empresa ultrapassa a esfera da própria empresa e estende-se à comunidade local, envolvendo, para além dos trabalhadores e acionistas, um vasto espectro de outras partes interessadas: parceiros comerciais e fornecedores, clientes, autoridades públicas e ONG que exercem a sua atividade junto das comunidades locais ou no domínio do ambiente, conforme mostra a Figura 2.

Figura 2- Dimensão externa da Responsabilidade Social



Fonte: KRAEMER, Maria Elisabeth, 2005.

2.2 Responsabilidade Social Corporativa

Nos últimos quarenta anos a responsabilidade social corporativa tem despertado grande interesse no meio acadêmico, governamental e empresarial. Neste capítulo procura-se expor os mais relevantes conceitos sobre responsabilidade social e sobre ética, como também, a evolução do primeiro, destacando a abrangência do tema e as várias posturas assumidas pelos autores.

Além disto, serão esclarecidos os determinantes que contribuíram para a concepção atual do conceito de responsabilidade social, as condutas empresariais consideradas socialmente responsáveis e o resultado alcançado pelas empresas através deste

desempenho. Finalmente, serão indicadas as principais formas de instrumentalização da responsabilidade social, oferecendo um retrato da prática empresarial socialmente responsável em âmbito nacional, tudo isto fundamentado na literatura disponível sobre o assunto.

O conceito de responsabilidade social corporativa passou por diversas variações, como se pode observar na citação a seguir. Oliveira (1984) relata que:

“para uns, é tomada como uma responsabilidade legal ou obrigação social; para outros, é o comportamento socialmente responsável em que se observa a ética, e para outros ainda, não passa de contribuições de caridade que a empresa deve fazer. Há também os que admitem que a responsabilidade social é, exclusivamente, a responsabilidade de pagar bem aos empregados e dar-lhes bom tratamento. Logicamente, responsabilidade social das empresas é tudo isto, muito embora não seja somente estes itens isoladamente”.

Entretanto, é de Howard Bowen (1957) a primeira alusão ao tema Responsabilidade Social, em uma análise publicada em 1953 nos Estados Unidos. Em tese pode-se dizer que o termo responsabilidade social foi cunhado por Bowen. Tal pesquisa integra *“um grande estudo sobre Ética e Vida Econômica Cristã, que foi iniciado em 1949 pelo Conselho Federal das Igrejas de Cristo da América”*, que no começo do ano de 1951 transformou-se no Conselho Nacional das Igrejas de Cristo nos Estados Unidos da América, ao se associar a outras doutrinas, perfazendo um total de 29 seitas protestantes e ortodoxas. Desde então, observa-se a existência de um vínculo entre responsabilidade social e religião, em um apelo a moral do ser humano. Em resumo, para Bowen (1957), responsabilidade social é definida como: *“as obrigações dos homens de negócios de adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação que sejam compatíveis com os fins e valores de nossa sociedade”*.

A definição supracitada não se refere aos “fins e os valores da nossa sociedade” e, muito menos às “linhas de ação” válidas para tanto. Sem se ter claramente definido este ponto, não podemos atestar que a postura ou a resolução de um empresário vai ao encontro dos tais “fins e valores” da sociedade. Assim sendo, não se pode determinar a priori se a empresa é ou não é socialmente responsável. Além disto, conforme inquiriu Tomei, em relação às linhas de ação a serem adotadas pelos empresários que seriam compatíveis com os fins e valores de nossa sociedade, *“está implícito que os empresários o sabem, mas isto é realmente válido?”*. Observa-se ainda que a definição de responsabilidade social (de acordo com o pensamento de Bowen) é *“muito filosófico, isto é, de cunho ideológico. Em outras palavras, a noção de responsabilidade social se defronta em áreas-limite da ética e da moral absolutamente subjetivas”*.

Na década de setenta, alguns economistas expressaram suas opiniões sobre a responsabilidade social que cabe às empresas e sobre a legitimidade da responsabilidade social empresarial. Os de maior relevo foram, sem dúvida, Milton Friedman, Paul Samuelson e Keith Davis. De acordo com Montana e Charnov (1998), Milton Friedman, importante autor do neoliberalismo, é contra a qualquer atuação empresarial que não esteja voltada aos interesses econômicos da própria empresa, pois, do contrário, a empresa estará prejudicando seus acionistas. Segundo Friedman, a empresa estaria transgredindo seu objetivo de gerar lucro, ao dispor de recursos para outros fins e reduzindo, dessa forma, os lucros e se auto tributando. Além de não existir motivos para se presumir que os empresários saibam quais são os objetivos sociais e possuam habilidade suficiente para alcançá-las.

O ponto de vista aceito pelas organizações privadas socialmente responsáveis refere-se às estratégias de sustentabilidade de longo prazo das empresas. Em sua concepção de desempenho e lucro, estas passam a considerar os efeitos sociais e ambientais de suas atividades, com o objetivo de contribuir para o bem comum e para a melhoria da qualidade de vida das comunidades (CAMARGO et al., 2001). Neste olhar empresarial, a Responsabilidade Social Corporativa pode ser compreendida como os compromissos que uma empresa deva ter para com a

sociedade, representados por meio de atos e atitudes que recaiam positivamente em alguma comunidade, e revelando uma postura pró-ativa e coerente da empresa no que se refere ao seu papel específico na sociedade e na sua prestação de contas para com ela (ASHLEY et al., 2002).

Na compreensão de Duarte e Dias (1985), o espírito da doutrina da Responsabilidade Social está fundamentado em três pilares básicos, a saber: a ampliação do alcance da responsabilidade da empresa, que não mais se limita aos interesses dos acionistas; a mudança da natureza das responsabilidades que ultrapassam o âmbito legal e envolvem as obrigações morais ditadas pela ética; e a adequação às demandas sociais mais atuantes e exigentes.

As empresas necessitam ter bem explícito, para si e para seus funcionários, o conceito de Responsabilidade Social, procurando ter consciência sobre os reais efeitos de sua atividade na sociedade e no meio ambiente, e de seus impactos nos planos local, regional e nacional.

2.3 Filantropia e Responsabilidade Social

O degrau inicial na construção da responsabilidade social, foi a filantropia, não sendo uma sinônima da outra, mas representando a sua evolução ao longo do tempo. As ações filantrópicas, incentivadas por causas humanitárias, são freqüentemente isoladas e reativas, enquanto o conceito de responsabilidade social possui uma abrangência muito maior. De acordo com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, instituição brasileira que se dedica a propagar a prática da responsabilidade social empresarial, é significativa a diferença entre as duas. Enquanto a responsabilidade social faz parte do planejamento estratégico, tratando diretamente dos negócios da empresa e de como ela os conduz e é instrumento de gestão, a filantropia se restringe apenas relação social da organização com a comunidade (INSTITUTO ETHOS, 2002). Assim, podemos dizer que a filantropia difere da responsabilidade social basicamente por ser uma ação social, praticada seja isolada ou sistematicamente, ao passo que os compromissos de

responsabilidade social compreendem ações pró-ativas, integradas e inseridas tanto no planejamento estratégico quanto na cultura da organização, envolvendo todos os colaboradores.

As Entidades Filantrópicas apresentam um objetivo específico, o bem estar social. Por meio do desenvolvimento de ações, busca ampliar o acesso da população carente à serviços essenciais como saúde e educação entre outros. Suas ações sociais encontram-se direcionadas para complementar as ações do governo, para minorar o crescente quadro de desigualdade e de carências sociais. Neste sentido, a política social do governo brasileiro em anos recentes não tem alcançado resultados satisfatórios pela ausência da participação efetiva de seus diversos órgãos junto às comunidades, sem o comprometimento necessário passam a atuar como repassadores de recursos, distribuidores de verbas, fiscalizadores sociais.

Frente a essa realidade, distingue-se a importância de buscar caminhos para que as entidades filantrópicas possam obter na Responsabilidade Social suporte para demonstrar de forma mais adequada e transparente o que realizam em prol da coletividade.

Poder-se-ia sugerir que, à diferença da filantropia tradicional, as organizações que se envolvem com ações socialmente empreendedoras praticam a filantropia de alto rendimento. Esta tem por objetivo resultados eficazes, mobilizando vontades, gerindo grandes transformações, produzindo o desenvolvimento social e a cidadania responsável e difundindo novos valores e comportamentos éticos e de práticas de gestão. De fato, MELO NETO e FROES, 2001, consideram que o empreendedorismo social, no que diz respeito à Filantropia de alto rendimento, constitui um novo modelo para a sociedade. Este deverá estar voltado para investir onde existam orientação para resultados; investimento em projetos sociais inovadores; ênfase na busca da civilização das cidades; promoção da cidadania responsável; fomento de uma nova ética da responsabilidade social; desenvolvimento das empresas como principais agentes de mudanças sociais

significativas; e possuir em sua base conceptual não a caridade, mas a transformação social.

De acordo com a Lei nº 8.742/93, em seu artigo 18, inciso IV, para que seja feita a renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, as instituições necessitam de documentos comprobatórios e controles internos que comprovem a veracidade de suas informações.

Nos últimos anos, o tema Responsabilidade Social tem ocupado vez mais espaço no mundo empresarial, mas ainda é um conceito obscuro, pois muitas vezes está associado à idéia pura e simples de filantropia, caridade ou à boa vontade dos empresários frente às mazelas do mundo. Algo como um castigo para aqueles que conquistaram mais riqueza e bens materiais em relação aos que nada ou muito pouco tem. Não há dúvida de que este é um pensamento errado e uma grande distorção do conceito. Definitivamente, responsabilidade social não é filantropia.

Um modo de tentar de compreender o conceito pode estar ligado a um “*componente cívico*” das empresas, algo semelhante a idéia de cidadania empresarial. Não surpreende que Toro e Hoyos, 1998, p. 4 (apud MELO NETO e FRÓES, 1999, p. 18), definam responsabilidade social como: “o compromisso da empresa em contribuir com o desenvolvimento, o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos empregados, suas famílias e a comunidade em geral”. Com que objetivo? Tendo em vista que esta não é a atividade fim da empresa e não parece nada ter a ver com a obtenção de lucro, objetivo principal do setor produtivo.

Numa tentativa de constituirmos uma definição mais substancial, podemos cogitar responsabilidade social como uma necessidade de restabelecer o equilíbrio entre lucro e bem estar social. Hobsbawm, analisando as conseqüências do desenvolvimento industrial no final do século XX, observava que “as corporações empresariais sofriam pressões quanto a sua responsabilidade perante alguns dos grandes problemas do mundo.” Para atenuar o impacto ambiental resultante da

atividade econômica realizada pela humanidade, fazia-se necessário reduzir “ao ‘sustentável’ a taxa de desenvolvimento a médio e a longo prazo, se chegaria a um equilíbrio entre a humanidade, os recursos (renováveis) que ela consumia e o efeito de suas atividades sobre o ambiente. (...) o problema de estabelecimento desse equilíbrio não era de ciência e tecnologia, e sim político e social. (...) Tal equilíbrio seria incompatível com uma economia mundial baseada na busca ilimitado do lucro por empresas econômicas dedicadas, por definição, a esse objetivo, e competindo umas com as outras num mercado livre global.” (1995, p. 548).

Nos últimos trinta anos do século passado, a comprovação do problema fez despontar os movimentos a favor da defesa do meio-ambiente. Estes movimentos, a partir de práticas radicais e alardes, acabaram por chamar a atenção da sociedade para o grande risco ambiental em que vivíamos e que continuamos a viver. Governos e empresas passaram a ser pressionados e cobrados a assumirem uma atitude menos agressiva e mais responsável em relação ao meio ambiente que é “propriedade” e responsabilidade de todos. As empresas necessitam se adequar a este novo modelo ou correm o risco de serem punidas pela comunidade. De acordo com a opinião de Melo Neto e Fróes, as empresas existem em função da organização do estado que a sociedade lhe disponibiliza como parte das condições de sobrevivência. “Assim, as empresas giram em função da sociedade e do que a ela pertence, devendo, em troca, no mínimo, prestar-lhe contas da eficiência com que usa todos esses recursos.” (1999, p. 81).

2.4 Gestão Empresarial

A partir da década de 90, a área de atuação empresarial tornou-se mais complexa. Fenômenos econômicos e sociais de alcance mundial estão reconstruindo o ambiente empresarial. A globalização da economia, impulsionada pela tecnologia da comunicação e da informação, é uma realidade incontestável. As chamadas novas tecnologias, bem como as novas formas de planejar o trabalho, têm colocado os métodos tradicionais de gestão das empresas em xeque. O desenvolvimento das

empresas em termos de modelos estruturais e tecnológicos, tendo as mudanças e a informação como novos paradigmas, têm obrigado a uma nova postura nos estilos pessoais e gerenciais voltados para uma realidade diferenciada e emergente.

Além disso, há consenso de que o maior desafio desta última década está posto na capacidade e a competência diária que as empresas enfrentam para se adequarem e conduzirem todos os seus níveis hierárquicos e funcionais, desde o funcionário mais graduado do alto escalão até mais humilde da base hierárquica, a incorporação de novos modelos, métodos, técnicas, instrumentos, atitudes e comportamentos necessários à mudanças, inovações e à sobrevivência sadia e competitiva no mercado.

No ambiente empresarial, freqüentemente e em qualquer parte do mundo, as pessoas estão percebendo o reflexo dessas mudanças. Seja pelas transformações incorporadas internamente pela descentralização, o empoderamento ou a terceirização, seja pelas mudanças no cenário externo, como a decadência de antigas empresas multinacionais e o aparecimento de novos competidores, o administrador de empresas necessita de se atualizar para enfrentar novos desafios. Essa realidade tem sido potencializada por novidades tecnológicas, mudanças nas bases da concorrência, nascimento de novos modelos de gerenciamento e transformações significativas no perfil dos clientes e nas suas relações com as empresas fornecedoras de produtos e serviços. Levando-se em consideração os reflexos diretos dessa nova realidade sobre o gerenciamento das empresas, faz-se necessário criar a sensibilidade para observar que as transformações na gerência empresarial representam uma imposição e não uma simples opção.

Atualmente, o gerenciamento requer uma gama muito mais abrangente e diversificada de atividades do que no passado. Conseqüentemente, o gestor hoje necessita estar apto a observar, pensar, decidir e atuar em condições totalmente diferentes das de antes. A rotina de um gestor abrange atualmente diferentes entradas em uma realidade intrincada (CORDEIRO e RIBEIRO, 2002):

- **Interdisciplinaridade** - os processos de negócio abragem equipes multidisciplinares, de diferentes áreas, perfis profissionais e linguagens;
- **Complexidade** - as situações acumulam cada vez um número maior de variáveis;
- **Exigüidade** - o processo decisório está cada vez mais espremido em janelas curtas de tempo, e os prazos de ação/reação são cada vez menores;
- **Multiculturalidade** - o gestor está exposto a situações de trabalho com elementos externos ao seu ambiente natural, e, em consequência com outras culturas: clientes, fornecedores, parceiros, terceiros, equipes de outras unidades organizacionais, inclusive do exterior;
- **Inovação** - tanto os modos de gerenciar, quanto a tecnologia da informação e da comunicação, oferecem a todo momento novas oportunidades e ameaças;
- **Competitividade** – a rivalidade do mercado é cada vez maior, não só em relação aos competidores tradicionais, mas principalmente pelos novos entrantes e produtos opcionais.

Neste meio, a distinção entre o êxito e o fracasso, entre lucro e prejuízo, entre o bom e o mau desempenho, está no melhor uso das soluções disponíveis para atingir os objetivos. Gerenciar a utilização dos recursos é, portanto, decisivo, sejam recursos materiais, financeiros, de informação, humanos, de comunicação ou tecnológicos.

A ênfase na gerência vem da necessidade de atualizar continuamente os processos de negócio, pelo aprendizado e inovação constantes. Novas formas de administração, novidades na área de suporte, novos sistemas de informação, representam o esforço por melhorar a gerência.

2.5 Papel da responsabilidade social na Gestão Empresarial

A Responsabilidade Social não se limita apenas às organizações, mas também a seus funcionários, como um modo de a empresa ser competitiva, conquistando e ampliando o mercado. É por isso que a responsabilidade Social não pode ser vista como uma ação de caridade ou como uma obra filantrópica isolada, que tem por motivação um certo sentimento de culpa que provém da utilização dos recursos da sociedade, ou por iniciativa unilateral do empresário, mas, sim, como uma ação estratégica para alcançar os objetivos da empresa (ORCHIS et al., 2002).

Alguns benefícios da Responsabilidade Social voltada para as empresas podem ser descritos em interesses como: o fortalecimento da marca e imagem da organização; a diferenciação perante os concorrentes; a geração de mídia espontânea; a fidelização de clientes; a segurança patrimonial e dos funcionários; a atração e retenção de talentos profissionais; a proteção contra ação negativa de funcionários; a menor ocorrência de controles e auditorias de órgãos externos; a atração de investidores e deduções fiscais (MELO NETO e FROES, 1999).

Com o objetivo de demonstrar algumas vantagens conquistadas por empresas que investem em ações sociais, You & Company realizou pesquisa com aproximadamente 2000 alunos de MBA, e constatou que 83% dos que procuravam empregos afirmaram que escolheriam a oferta da empresa que demonstrasse maior Responsabilidade Social. Cinquenta por cento mencionaram preferir trabalhar em companhias éticas mesmo com salários menores. Ashley et al. (2002) relatam uma pesquisa realizada pela IBM, onde 75% dos profissionais entrevistados afirmaram que uma empresa com responsabilidade social e um plano de trabalho voluntário atrai e retém talentos.

De acordo com Orchis et al. (2002), a prática adequada da Responsabilidade Social revela melhores condições em relação ao desempenho e a sustentabilidade da empresa no médio e longo prazo. Proporciona, entre outras singularidades,

agregar valor à imagem corporativa da empresa; motivar o público interno; ter posição de influência nas decisões de compras; possuir vantagem competitiva; influenciar positivamente na cadeia produtiva; obter o reconhecimento dos administradores como líderes empresariais; e um clima organizacional muito melhor.

Melo Neto e Froes (1999) esclarecem que a partir do momento em que não cumpre mais suas obrigações sociais em relação aos empregados, à comunidade, aos fornecedores, aos acionistas, aos clientes e aos seus parceiros, a empresa perde gradativamente seu capital de Responsabilidade Social, assim como sua credibilidade, o que acaba prejudicando sua imagem e ameaçando sua reputação. Em seu campo de ação interno, pode ocorrer a degeneração do clima organizacional, a falta de motivação generalizada, a possibilidade de surgir conflitos, paralisações e greves a prevalência de baixa produtividade e o aumento de acidentes de trabalho. No campo de ação externo, podem ocorrer maiores prejuízos como: denúncias de injustiça social; boicote de consumidores; reclamações de fornecedores e revendedores; queda nas vendas; gastos extras com passivo ambiental; e, no limite, risco de falência.

A Responsabilidade Social Corporativa tem sido difundida entre várias empresas por meio de instrumentos como certificações e selos e a propagação pela mídia das ações sociais de empresas responsáveis. As organizações podem utilizar-se do Marketing Social, que tem propriedade fundamental para a formação da imagem da instituição, para a divulgação dessas ações sociais.

Com o objetivo de esclarecer sobre marketing social torna-se necessário definir o que é marketing, para isso utilizamos um enunciado clássico elaborado por Kotler (2000, p. 30): “é um processo social por meio do qual pessoas e grupos de pessoas obtêm aquilo de que necessitam e o que desejam com a criação, oferta e livre negociação de produtos e serviços de valor com outros”.

É de similar importância para a presente análise destacar o gerenciamento por

stakeholders, pois surge da observação da existência de diversos grupos de interesse na atuação da empresa, incluindo os acionistas (*stockholders*) que são diretamente afetados por ela, negativa ou positivamente. O reconhecimento destes atores (*stakeholders*), compostos principalmente pelos acionistas, fornecedores, funcionários, clientes, governo e comunidades - afetados pela empresa – é decisório para o sucesso ou fracasso dos negócios. Reconhecer tal complexidade é também um passo importante em direção à Responsabilidade Social.

A gestão por *stakeholders* é complexa, afinal conforme foi citado por Grayson Hodges (2002, p. 89), "as expectativas de uns *stakeholders* podem ser diametralmente opostas às de outros, forçando as empresas a escolher entre um grupo ou outro". A primeira escolha entre grupos, e talvez a mais coerente, é entre *stockholders*. Em parte, conflitos intrínsecos começam a ser resolvidos quando se escolhe a gestão por *stakeholders*, ou seja, quando se reconhece que, de uma forma ou de outra, atender aos interesses dos últimos leva, a longo prazo, ao atendimento dos interesses dos primeiros. Isto não quer dizer que o gerenciamento dos interesses seja mais fácil, nem mesmo claro, pois certamente muitos dilemas sérios (alguns deles éticos) aparecerão nesta esfera onde, talvez na maioria das vezes, os escolhidos serão os *stockholders* mesmo na gestão por *stakeholders*.

Existem opções não tão claras que, às vezes, encerram sub-grupos, como por exemplo o que ocorreu com a multinacional de alimentos Sara Lee. A empresa "criou prêmios para homenagear mulheres que possuíram papel importante na sociedade e inspiraram outras. Há quatro categorias: governo, humanidades, artes e negócios. Uma instituição sem fins lucrativos e dedicada aos interesses das mulheres recebe um subsídio de US\$ 50mil em nome de cada vencedora." (GRAYSON; HODGES, 2002, p. 89).

“O grupo Mulheres contra o controle de armas (WAGC) conclamou seus membros e quem apóia o porte de armas a participar de um boicote mundial contra os produtos Sara Lee. É um protesto contra a entrega do prêmio [na categoria] Humanidades, em novembro de

1997, a Sarah Brady, ativista pró-controle de armas, e também contra a doação dos US\$ 50mil ao centro de prevenção da Violência com armas. O WAGC protesta contra esta instituição porque ela defende a proibição do porte de armas defensivas. O WAGC acredita que a proibição seja contrária à constituição e deixe os cidadãos que respeitam as leis à mercê dos criminosos. (GRAYSON; HODGES, 2002, p. 89)”.

Procurar agradar a maioria de seu mercado é um paradigma de marketing. Mas, aqui não está relacionado aos produtos que foram desenvolvidos cuidadosamente ao longo de determinado tempo, procurando agradar a um público definido. Neste caso, busca-se o atendimento a uma demanda que, muitas vezes, não é clara, nem uniforme, a qual acredita-se ser variável conforme as classes sociais, os níveis de instrução, o civismo e outros. Para otimizar esta questão dá-se crédito à utilização de pesquisas semelhantes às aquelas feitas no marketing de produto, por mais controversia que esta opção pareça ser. Portanto, a gestão por *Stakeholders* é uma tarefa difícil, porém, certamente, com recompensas satisfatórias.

2.6 Ética e Responsabilidade Social

A responsabilidade social e a ética caminham de mãos dadas. Os valores éticos e morais dos responsáveis por conduzir a empresa farão com que seja implantar a prática da responsabilidade social corporativa. Como foi observado nos conceitos de responsabilidade social da empresa, mostrados anteriormente, “o exercício da responsabilidade social pressupõe a adoção de um comportamento ético pela organização”. Existem muitas definições sobre ética, mas nenhum delas exprime, necessariamente, a realidade, tendo em vista que, diferentes pessoas, comunidades, povos, etc. podem possuir diferentes crenças e costumes, o que pode ser ético para uns pode não o ser para outros. Não terá sido por outro motivo que Moreira define ética como um “conjunto de regras que regem as ações de acordo com a moral e o bem.”.

Por outro lado, Vazquez define ética como “*a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade, ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano*” e ainda sugere que a moral faz parte da formação dos valores éticos, e define moral como:

“um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas livre e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal.”

Observa-se que os procedimentos éticos são ditados pela formação moral da sociedade e pelo modo com que cada indivíduo diferencia o bem e o mal. Quando se versa da ética empresarial, a tendência é que a empresa siga os valores morais da sociedade e, seus diretores e demais empregados sigam os valores propostos pelo “código de ética” da empresa.

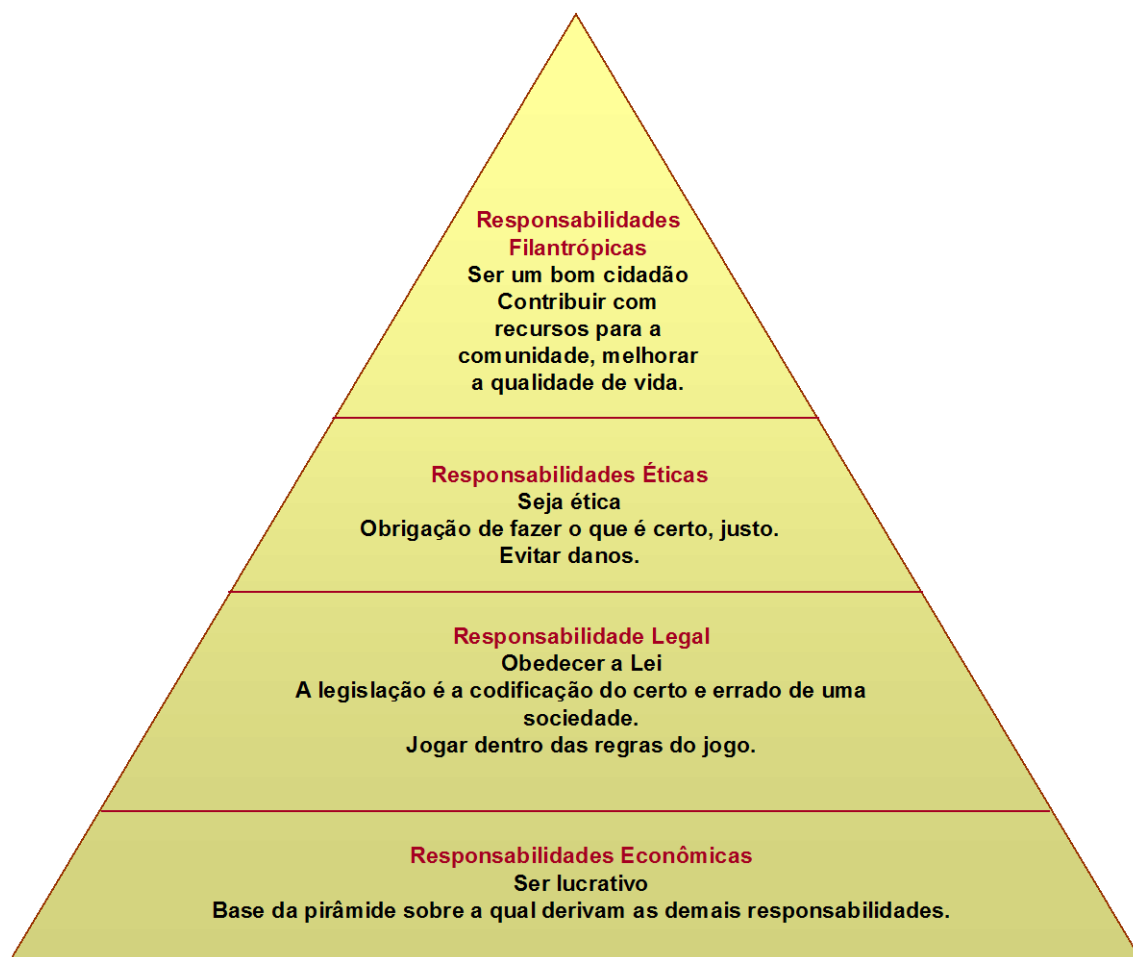
Moreira diz que o “*comportamento ético por parte da empresa é exigido e esperado pela sociedade*”. Já para Srour, o fato de uma empresa seguir seus valores éticos e morais nem sempre representa um bom negócio, porém, como o autor afirma “*reconhecer tal fato representa um passo decisivo para a ‘saúde’ das empresas*”.

A prática da responsabilidade social pressupõe compatibilidade entre os valores morais e éticos que a empresa emprega e os da sociedade. Por isso mesmo, para ser socialmente responsável, a empresa precisa ter e seguir normas de conduta e valores que sejam respeitados também por seus *stakeholders*.

2.7 Pirâmide de Responsabilidade Social Empresarial

A Pirâmide de Responsabilidade Social Corporativa, é considerada como o modelo conceitual mais adequado para expressar o significado amplo de Responsabilidade Social Empresarial, neste trabalho, citaremos o proposto por Carroll (1991 apud BORGER, 2001, p. 43), e apresentado na Fig. 03.

Figura 3- Pirâmide da Responsabilidade Social Empresarial (dividindo a Responsabilidade Social em quatro dimensões – econômica, legal, ética e filantrópica.)



Fonte: The Pyramid of Corporate Social Responsibility SOURCE: Archie B. Carroll, "The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders," Business Horizons (July-August, 1991).

A pirâmide divide a Responsabilidade Social em quatro dimensões: econômica,

legal, ética e filantrópica, figurando tais dimensões como evoluções dos anseios da sociedade.

Responsabilidade Econômica – é a base da pirâmide por representar o lucro e os benefícios econômicos. O lucro é um estímulo e uma recompensa pagos pela sociedade para a empresa, por sua efetividade, é o que impulsiona o sistema capitalista. Este pressuposto é fundamental e não deve ser ferido por qualquer outro dentro desta. A Responsabilidade Social mais importante de uma empresa é ser viável econômica e financeiramente.

Responsabilidade Legal – as Leis são as regras do jogo, a necessidade de uma sociedade formalizada, por isso é primordial que as empresas as respeitem. O descumprimento das leis por menor que seja, por parte das empresas, prejudicará as demais empresas e a sociedade. A sonegação de impostos, por exemplo, diminui a arrecadação do governo, comprometendo os investimentos deste para proporcionar melhor qualidade de vida da população que deveria ser por ele assistida, além de comprometer de forma nociva a competitividade das demais pagadoras na medida do volume arrecadado.

É decepcionante constatar verificarmos, em uma época onde em que são realizados tantos debates sobre ética e amplamente empresarial, em nosso país, não seja cumprida a cabalidade Responsabilidade Legal. Sabemos que algumas leis são difíceis de serem cumpridas, porém os danos causados no descumprimento delas é, em geral, muito maior que qualquer benefício que possa vir a ser atingido pela empresa infratora.

Responsabilidade Ética – Na opinião de Borger, 2001, p. 41, representa a conduta e as normas éticas que a sociedade espera dos negócios, que tem conquistado cada vez mais importância, fundamentalmente porque os padrões de tolerância da sociedade em relação a comportamentos antiéticos estão cada vez menores. O que pressupõe análise e reflexão ética e determina que a tomada de decisões seja realizada observando as consequências, respeitando o direito dos outros, cumprindo seus

deveres e evitando lesar os outros. Significa, também, buscar justiça e equilíbrio nos interesses de vários grupos atuantes nas corporações: empregados, consumidores, fornecedores e os moradores da comunidade na qual são realizados os negócios.

Filantropia Empresarial – Citando, ainda, Borger, 2001, p. 42, "A filantropia empresarial consiste nas ações discricionárias tomadas pela gerência em resposta às expectativas sociais e representam os papéis voluntários que os negócios assumem onde a sociedade não provê uma expectativa clara e precisa como nos outros componentes. [...] Essas atividades são guiadas pelo desejo dos negócios em se engajar em papéis sociais não legalmente obrigatórios e que não são expectativas no senso ético, mas estão se tornando cada vez mais estratégicas."

Observa-se, finalmente, que todas as responsabilidades sociais levam em consideração à responsabilidade econômica. Proceder em conformidade com a lei auxilia na estabilidade social e econômica, favorecendo a análise de cenários futuros e no planejamento estratégico. Proceder respeitando a ética aumenta o Capital Social e corrobora as relações com todos os *Stakeholders*, diminuindo o risco. Afinal, a filantropia, bem direcionada e acompanhada, pode auxiliar de forma importante fortemente na sustentabilidade, e, sabemos que, juntando a melhor estratégia, os menores riscos e a maior sustentabilidade o resultado obtido é lucro no médio e longo prazos.

2.8 Balanço Social

As empresas que praticam a Responsabilidade Social reconhecem o Balanço Social como um meio para demonstrar que as suas atividades em relação a seus funcionários, a comunidade e o meio ambiente. Esse balanço é um registro divulgado anualmente pela empresa, como um modo de comprovar seu desempenho no campo social.

De acordo com Kroetz (2000), o Balanço Social tem por objetivo mostrar as impressões sofridas e causadas pela instituição em relação ao ambiente social e ecológico, reconhecendo a qualidade das relações organizacionais com os seus funcionários, com a comunidade e com o meio ambiente, quantificando as sempre que possível. Muitas empresas passam a publicar o Balanço Social com o objetivo de mostrar o que têm feito na área social, pois diante de seus clientes isto se transforma em um fator importante na decisão de compra de seus produtos ou serviços. Pode também se revelar um diferencial competitivo perante seus concorrentes, acionistas, investidores e funcionários. Deste modo, a empresa que cumpre seu papel social aumenta a capacidade de atrair maior quantidade de consumidores (CAMARGO et al., 2001).

Kroetz (2000) indica que o Balanço Social pode representar uma publicidade da empresa, sendo um aspecto de extrema relevância que possibilita a sedução de empresários e do público em geral e constituir ainda uma importante ferramenta de marketing para a empresa. A sua divulgação age como um instrumento de publicidade, revelando a política da empresa, o modo como é gerenciada e quais são os fatores que ela preza.

O aumento do número de empresas que praticam a Responsabilidade Social demandou a criação de uma certificação para aquelas que agem neste meio, por meio da qual podem ser reconhecidas por suas ações socialmente responsáveis e por atuarem preocupadas com a sociedade, seu público interno e externo, bem como com o meio ambiente.

Esta certificação foi criada pelo IBASE em 1998, para estimular a participação de um maior número de corporações, com o lançamento do Selo Balanço Social Ibase/Betinho. O selo é conferido anualmente a todas as empresas que publicam o Balanço Social no modelo sugerido pelo Ibase, dentro da metodologia e dos critérios propostos.

Através deste Selo as empresas podem mostrar - em seus anúncios, embalagens, Balanço Social, sites e campanhas publicitárias - que investem em educação, saúde, cultura, esportes e meio ambiente.

O Selo Balanço Social Ibase/Betinho demonstra que a empresa já deu o primeiro passo para tornar-se uma verdadeira empresa-cidadã, comprometida com a qualidade de vida dos funcionários, da comunidade e do meio ambiente; apresenta publicamente seus investimentos internos e externos através da divulgação anual do seu Balanço Social.

2.8.1 Balanço Social: uma prestação de contas à sociedade

O Balanço Social é o instrumento oficial utilizado pelas empresas para informar o que estas realizaram em prol do cumprimento das responsabilidades sociais com as quais se comprometeram, por meio de demonstrações de caráter econômico, financeiro e social. Pesquisas referem à Alemanha como a precursora, na década de 20, de documento informativo que seria o equivalente ao atual Balanço Social, outras porém, citam os Estados Unidos o responsável pela sua criação. É inegável que a França foi também pioneira. Já em 1977, esta prática foi regulamentada pela *Lei n° 77.769 du 12 juillet 1977 relative au bilan social de l'entreprise*, a qual tem por objetivo informações relativas ao domínio de recursos humanos.

Em Portugal, inicialmente, o Balanço Social foi elaborado pela iniciativa privada por empresas com no mínimo 100 funcionários no ano civil, evoluindo posteriormente por meio de Decreto-Lei de número 190/96, de 09 de outubro de 1996, que obriga a todos os serviços e organismos da administração pública central, regional e local, que no ano civil empreguem pelo menos 50 trabalhadores, independente da forma jurídica estabelecida na sua relação de emprego e renda. Por outro lado, a elaboração e divulgação do Balanço Social não são obrigatórias na Espanha. Além disso, algumas empresas o divulgam, pois percebem que esta prática eleva os padrões de poder corporativo dela junto aos seus *stakeholders*, acionistas, trabalhadores, sindicatos, formadores de opinião e a sociedade como um todo (TINOCO, 2001).

De Luca (1998) cita que o uso do Balanço Social é mais difundido nos países onde o desenvolvimento sócio-econômico está mais desenvolvido. E, esta é uma realidade que verificamos nos dias de hoje, conforme mostra o quadro abaixo, as formas e os enfoques variam de acordo com a realidade de cada país.

Quadro 1- Enfoque de apresentação do Balanço Social

Países	Áreas de destaque no Balanço Social:
Brasil	Princípios e normas de conduta, transparência para a sociedade, inclusão social , relações de emprego justas, cuidados com o meio ambiente.
Estados Unidos	Consumidores/clientes e a sociedade em geral; qualidade dos produtos, controle de poluição, contribuição da empresa às obras culturais, transportes coletivos e outros benefícios à coletividade; abordagem de caráter ambiental.
Holanda	Informações relativas as condições de trabalho.
Suécia	Informações aos empregados.
Alemanha	Para as condições de trabalho e aspectos ambientais.
Inglaterra	Forte discussão sobre responsabilidade social e grandes pressões para divulgação mais ampla dos relatórios sociais.
França	Informações aos empregados; nível de emprego, salário, condições de trabalho e formação profissional.

Fonte: Elaboração da autora com base em De Luca (1998)

Em 1974, o tema Balanço Social foi debatido pela primeira vez em nosso país, quando a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas – ADCE criou o “Decálogo do Empresário Cristão”, cujos princípios prevêm que a empresa tenha uma função social. Apenas em 1977, a ADCE iniciou estudos a respeito de modelos de Balanço Social, que não se tornaram eficazes, tendo em vista que foram necessários mais sete anos para a publicação do primeiro Balanço Social de uma empresa instalada em nossas terras, o balanço da empresa Nitrofértil S.A.

Em 1986, o mesmo modelo de Balanço Social foi utilizado pelo Comitê de Divulgação do Mercado de Capitais – CODIMEC. Em 1991, a empresa Telebrás publica a primeira Demonstração do Valor Adicionado. Em 1992, é a vez da Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos – CMTC e do Banespa, ambos extintos, também publicarem suas primeiras Demonstrações do Valor Adicionado.

Após estas publicações iniciais, o tema volta a ser debatido por iniciativa do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, pelo seu então presidente, o sociólogo Herbert de Souza, que conforme é citado por Mendes (1998) *“deu nova força ao debate em torno do tema do Balanço Social”*.

Todo este contexto criou o projeto de lei nº 3116/97, de autoria das ex-deputadas Marta Suplicy, Sandra Starling e Maria da Conceição Tavares², que tinha por objetivo impor às empresas a publicação do seu Balanço Social. De acordo com este projeto de lei, que foi arquivado, o Balanço Social deveria conter dados sobre faturamento, empregados (quantidade, remuneração, sexo, faixa etária etc.), encargos sociais e tributos pagos, investimento em segurança, em meio ambiente, em benefícios à comunidade externa à empresa, etc.

A imposição da apresentação é o ponto primordial do debate entre as entidades envolvidas no processo de divulgação e estudo sobre o Balanço Social. Em 1997, a

² Este projeto de lei não foi aprovado, porque nenhuma das 3 deputadas continuou na Câmara e ele não chegou a tramitar e pelo Art. 105 da Câmara se ele não tramitar e não houver quem dê prosseguimento a ele, o projeto é arquivado.

Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pôs em discussão a implementação do Balanço Social e sua obrigatoriedade em audiência pública, a fim de obter elementos para oficializar sua posição sobre o assunto. Entretanto trata-se de um tema polêmico e de difícil consenso. Silva (1998) cita alguns trechos da carta enviada a CVM pela ABRASCA – Associação Brasileira das Empresas de Capital Aberto, com o resultado desta audiência:

“[...] A regulamentação do Balanço Social, qualquer que seja ela, é uma posição retrógrada em relação à liberdade que as empresas devem ter para apresentar ou não, de maneira explícita, sua contribuição social [...] A par das desvantagens decorrentes do Custo Brasil, entre os quais destacam-se os enormes encargos sobre a mão-de-obra, o Balanço Social compulsório seria um fator a mais de desigualdade contra as Companhias Abertas, se só elas forem obrigadas a elaborá-lo, ou para todas as empresas brasileiras, caso a obrigatoriedade seja geral, tanto pelos custos de sua elaboração como pela revelação unilateral de informações estratégicas.”

Segundo Perottoni (1998), a obrigatoriedade da publicação das ações sociais das empresas ofende o princípio fundamental do espírito liberal que regula as relações sociais. Perottoni menciona que o Brasil poderia seguir os modelos utilizados pelos Estados Unidos, Alemanha, Holanda, Inglaterra e Bélgica, onde não existe obrigatoriedade para apresentação do Balanço Social, mas sim a publicação como parte integrante do processo estratégico das organizações, que ao fazerem a publicação de suas ações sociais expõem para a sociedade todo o impacto positivo e negativo que causam através de seus negócios, demonstrando no mínimo, responsabilidade.

2.8.2 Segmentos da sociedade no foco estratégico das organizações

Ao publicarem seus Balanços Sociais as empresas disponibilizam para a sociedade um instrumento de análise de seu comportamento frente à esta e a diversos segmentos que podem se interessar sobre focos distintos, mas que acabam demonstrando claramente a importância que esta última representa para as primeiras.

Do ponto de vista estratégico, é vital demonstrar as atividades da empresa dando transparência de seus negócios aos *stakeholders* e à sociedade. É verdade, porém, que ao fazer tais demonstrações as empresas estão oferecendo instrumentos que podem proporcionar críticas pela sociedade, mas que, ao mesmo tempo, demonstram a maturidade delas no trato com os diversos segmentos que compõem a sociedade onde estas estão inseridas. Cada segmento da sociedade em particular pode utilizar as informações do Balanço Social para atender as suas necessidades.

Acionistas – por serem portadores de recursos nas empresas possuem interesse tanto nas informações de rentabilidade como nas do perfil social da empresa. Com a facilidade de investimento principalmente nas companhias de capital aberto, não raro, encontramos, acionistas que desconhecem até mesmo o ramo de atividade e as instalações físicas das empresas nas quais estão investindo seus recursos. O Balanço Social, neste momento, é útil por que mostra com clareza a política social da empresa, ou seja, quais os benefícios proporcionados a seus colaboradores, como realiza sua política de controle do meio ambiente e também qual o valor que adiciona para a riqueza da sociedade.

Funcionários – formam a equipe de colaboradores que asseguram a operacionalização da empresa. A manutenção dos níveis de satisfação e qualidade do serviço é uma busca da empresa e pode ser notada pelos indicadores sociais internos constantes do Balanço Social.

Fornecedores e clientes – responsáveis pelo fornecimento e consumo de bens e serviços respectivamente, são pessoas físicas ou jurídicas que se interessam pela qualidade dos produtos que estão sendo processados, estando, portanto, diretamente ligados as informações quanto a gestão ambiental que constam no rol de informações do Balanço Social, entre outras.

Instituições financeiras – financiadoras dos capitais para manutenção das atividades das empresas, estão interessadas nas condições econômicas e financeiras, e, também na forma como se está procedendo a destinação destes recursos, ou seja, se os investimentos concedidos estão sendo aplicados em projetos que não agredam a natureza, a saúde ocupacional dos colaboradores ou mesmo causando transtornos a comunidade local, podendo denegrir a imagem destas fontes financiadoras. Segundo Ribeiro e Lisboa (1999), nos Estados Unidos se uma instituição financeira destinar recursos a empresas que de alguma forma utilizem estes recursos para realizar atividades que poluam ou devastem o meio ambiente, com certeza serão autuadas e obrigadas a repararem os danos causados por essas empresas.

Governo – tem por objetivo proporcionar o bem estar da sociedade, precisa de recursos para realizar bem suas atividades, portanto, sendo de seu interesse as informações procedentes do Balanço Social, pois mostra a parcela de contribuição que as empresas estão investindo na sociedade, tanto em impostos recolhidos aos cofres públicos como também em salários e benefícios despendidos aos colaboradores das organizações.

Em síntese, a sociedade de um modo geral é parte interessada nas informações publicadas no Balanço Social, já que ao somarem os componentes acima citados compor-se-ão quase todos os elementos da sociedade onde uma empresa pode estar inserida, sustentando assim a importância da atuação com responsabilidade corporativa e do Balanço Social como parte integrante da estratégia de desenvolvimento das empresas.

2.9 Metodologia para elaborar o Balanço Social

Kroetz (2000:108), sugere a observância de alguns princípios, que poderão dar ao demonstrativo maior eficácia e credibilidade, dentre os quais destacamos:

Objetividade: baseia-se na premissa de que todas as informações deverão ser fidedignas aos fatos que estão sendo citados, portanto não se deve permitir que juízos de valor interfiram naquilo que está sendo relatado.

Continuidade: busca-se garantir que as informações possam ser comparadas em diferentes períodos, sendo necessário que a coleta dos dados ocorra de forma constante.

Pertinência: observar até que ponto a informação é de fato importante para os *stakeholders*. A relação entre o custo da elaboração e divulgação do demonstrativo e o retorno proporcionado pela transparência deve ser positiva ou favorável.

Uniformidade: é preciso que exista uma padronização no que se refere aos procedimentos metodológicos para a elaboração do Balanço Social, bem como, a utilização de notas explicativas quando alterações se fizerem necessárias.

Certificação: o relatório deve permitir uma certificação por agente externo, garantindo desta forma, a credibilidade das informações prestadas.

2.10 Indicadores do Balanço Social

Com o objetivo de informar ao público sobre o comprometimento da empresa na atuação ética e socialmente responsável, o modelo de Balanço Social vem sendo proposto por diversos institutos que pesquisam este tema, como por exemplo o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE e o Instituto Ethos.

Os indicadores de 2007 do IBASE estão divididos nos seguintes grupos: base de cálculo, indicadores sociais internos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial.

Já os indicadores de 2007 do ETHOS estão dividem-se nos seguintes grupos:

Valores, Transparência e Governança – Valores e princípios éticos formam a base da cultura de uma empresa, orientando sua conduta e fundamentando sua missão social. A noção de responsabilidade social empresarial decorre da compreensão de que a ação das empresas deve, necessariamente, buscar trazer benefícios para a sociedade, propiciar a realização profissional dos empregados, promover benefícios para os parceiros e para o meio ambiente e trazer retorno para os investidores. A adoção de uma postura clara e transparente no que diz respeito aos objetivos e compromissos éticos da empresa fortalece a legitimidade social de suas atividades, refletindo-se positivamente no conjunto de suas relações.

Público Interno - A empresa socialmente responsável não se limita a respeitar os direitos dos trabalhadores, consolidados na legislação trabalhista e nos padrões da OIT (Organização Internacional do Trabalho), ainda que esse seja um pressuposto indispensável. A empresa deve ir além e investir no desenvolvimento pessoal e profissional de seus empregados, bem como na melhoria das condições de trabalho e no estreitamento de suas relações com os empregados. Também deve estar atenta para o respeito às culturas locais, revelado por um relacionamento ético e responsável com as minorias e instituições que representam seus interesses.

Meio Ambiente - Sustentabilidade da Economia Florestal - A empresa deve criar um sistema de gestão que assegure que ela não contribui com a exploração predatória e ilegal de nossas florestas. Alguns produtos utilizados no dia-a-dia em escritórios e fábricas como papel, embalagens, lápis etc têm uma relação direta com este tema e isso nem sempre fica claro para as empresas. Outros materiais como madeiras para construção civil e para móveis, óleos, ervas e frutas utilizadas na fabricação de medicamentos, cosméticos, alimentos etc devem ter a garantia de que são produtos

florestais extraídos legalmente contribuindo assim para o combate à corrupção neste campo.

Fornecedores - A empresa socialmente responsável envolve-se com seus fornecedores e parceiros, cumprindo os contratos estabelecidos e trabalhando pelo aprimoramento de suas relações de parceria. Cabe à empresa transmitir os valores de seu código de conduta a todos os participantes de sua cadeia de fornecedores, tomando-o como orientador em casos de conflitos de interesse. A empresa deve conscientizar-se de seu papel no fortalecimento da cadeia de fornecedores, atuando no desenvolvimento dos elos mais fracos e na valorização da livre concorrência.

Consumidores e Cliente - A responsabilidade social em relação aos clientes e consumidores exige da empresa o investimento permanente no desenvolvimento de produtos e serviços confiáveis, que minimizem os riscos de danos à saúde dos usuários e das pessoas em geral. A publicidade de produtos e serviços deve garantir seu uso adequado. Informações detalhadas devem estar incluídas nas embalagens e deve ser assegurado suporte para o cliente antes, durante e após o consumo. A empresa deve alinhar-se aos interesses do cliente e buscar satisfazer suas necessidades.

Comunidade - A comunidade em que a empresa está inserida fornece-lhe infraestrutura e o capital social representado por seus empregados e parceiros, contribuindo decisivamente para a viabilização de seus negócios. O investimento pela empresa em ações que tragam benefícios para a comunidade é uma contrapartida justa, além de reverter em ganhos para o ambiente interno e na percepção que os clientes têm da própria empresa. O respeito aos costumes e culturas locais e o empenho na educação e na disseminação de valores sociais devem fazer parte de uma política de envolvimento comunitário da empresa, resultado da compreensão de seu papel de agente de melhorias sociais.

Governo e Sociedade - Construção da Cidadania pelas Empresas - É importante que a empresa procure assumir o seu papel natural de formadora de cidadãos. Programas de conscientização para a cidadania e importância do voto para seu público interno e comunidade de entorno são um grande passo para que a empresa possa alcançar um papel de liderança na discussão de temas como participação popular e corrupção.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual, quando as fronteiras entre este fenômeno e o contexto em que ele se insere não são claramente definidas (YIN, 2005). Este autor esclarece que “em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real” (YIN, 2005: 19). Os estudos de casos podem ser classificados, segundo Yin (2005), de acordo com seu conteúdo e objetivo final (exploratórios, explanatórios, ou descritivos) ou quantidade de casos (caso único – holístico ou incorporado ou casos múltiplos – também categorizados em holístico ou incorporados).

Trata-se, portanto de uma análise aprofundada de um ou mais objetos (casos), objetivando seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2002). Seu objetivo é aprofundar o conhecimento acerca de um problema não suficientemente definido, visando o estímulo da compreensão, sugestão de hipóteses e questões ou desenvolvimento de teoria. Segundo Gil (2002: 54), o estudo de caso é visto atualmente como “o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real”.

Não obstante a sua importância e relevância como metodologia de pesquisa, os estudos de caso têm como limitação o fato de apresentarem dificuldade de generalização, tendo suas conclusões muitas vezes questionadas (YIN, 2005). Sobre esta temática, Gil (2002: 54) acrescenta que “a análise de um único ou de poucos

casos de fato fornece uma base muito frágil para a generalização”. Todavia, Gil (2002:55) esclarece que a finalidade de um estudo de caso seria “proporcionar uma visão global do problema ou identificar possíveis fatores que o identificam ou são por ele influenciados”. Lembra ainda os questionamentos à aplicação dos estudos de caso pela falta de rigor metodológico, o que compromete a qualidade dos resultados obtidos. Porém, este autor defende que é possível a realização de estudos de caso com resultados passíveis de confirmação por outros estudos.

As pesquisas exploratórias visam a proporcionar maior familiaridade com o problema, contribuindo para o aprimoramento das idéias ou a descoberta de intuições, além de possuir flexibilidade suficiente para facilitar a compreensão dos variados aspectos relativos ao fato estudado. As pesquisas exploratórias, na maioria dos casos, assumem a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso (GIL, 2002). Ao mesmo tempo, é uma pesquisa aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos que poderão ser utilizados para a solução de problema específico na análise de risco de crédito pelas agências de fomento ao desenvolvimento tecnológico nacional.

Como não poderia deixar de ser, haja vista a relevância do assunto, o estudo se revestiu de uma incessante pesquisa bibliográfica acerca do tema, utilizando-se de livros, documentos disponíveis em instituições de ensino, internet, além de outras pesquisas acadêmicas que procuram esclarecer e debater o assunto. Ao efetuar-se a análise descritiva, procurou-se encontrar um modo didático de apresentar as lacunas existentes, além de clarificar onde se encontram as principais abordagens teóricas sobre intangíveis, sua valoração e relevância. O levantamento bibliográfico buscou recuperar o que já foi publicado sobre o tema principal.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

A prática usada para analisar o conteúdo das informações é qualitativa e quantitativa. A qualitativa construi-se da seguinte maneira: (A) atende, (AP) atende parcialmente

e (NA) não atende. A quantitativa compara entre si os resultados das companhias em suas atividades no campo ambiental e social. Foram selecionadas as empresas Petrobras, - Petróleo Brasileiro SA, Vale e Gerdau S.A, pelas razões expostas na introdução deste trabalho, que se destacam o grande impacto social e ambiental que a atividade dessas empresas gera nas regiões onde atuam e a posição de destaque que essas companhias detêm nestas atividades e que permite uma observação comparativa de melhor nível, uma demonstração de excelente representatividade econômica no Brasil e no mundo, além da possibilidade de conclusão da situação nacional em relação ao tema mencionado.

O quadro 2 contém uma análise comparada sobre a pertinência dos quesitos do Balanço Social para cada uma das empresas estudadas. Estão organizadas em 18 dimensões que cobrem aspectos desde a adesão a princípios e normas de conduta à transparência política.

Quadro 2 – Estrutura de Relatórios sobre as Questões Socioambientais para o Relatório Anual.

QUESITOS DE AVALIAÇÃO		COMPARATIVO		
		GERDAU	PETROBRAS	VALE
1- Princípios e normas de conduta	Dispõe de missão, valores e código de ética ou conduta escritos e divulgados.	A	A	A
	Conta com mecanismos estruturados para comunicar princípios e valores a seus clientes, fornecedores, acionistas, comunidades e entidades sociais ou ambientais.	A	A	A
	Possui normas de avaliar e verificar se seu código de ética ou conduta é seguido pelos empregados, inclusive gerentes e diretores.	A	AP	AP
2- Transparência para a sociedade	Possui canais de comunicação permanentes para receber e responder às solicitações de clientes e consumidores, além da própria equipe responsável por vendas.	A	A	A
	Possui canais de comunicação permanentes para receber e responder às solicitações de empregados e da chefia	A	AP	A
	Possui canais de comunicação permanentes para perceber e responder às solicitações de fornecedores além da equipe que negocia compras.	NA	A	AP
	Possui canais de comunicação permanentes para perceber e responder às solicitações das comunidades diretamente afetadas pelas atividades da empresa.	NA	AP	A
	Consulta de forma regular ou periódica seus clientes, fornecedores, empregados, acionistas, comunidade e entidades sociais e ambientais (geralmente três delas)	NA	A	A
	Todo ano publica e divulga amplamente seu balanço social (relatório com as realizações econômicas, sociais e ambientais da empresa e seus critérios de decisão e avaliação.	AP	A	A

QUESITOS DE AVALIAÇÃO		COMPARATIVO		
		GERDAU	PETROBRAS	VALE
3- Participação e diálogo com os empregados	Disponibiliza os empregados informações econômicas, financeiras, sociais e ambientais	AP	A	A
	Mantém canais de diálogo com os principais sindicatos de empregados.	A	AP	A
4- Promoção da Inclusão Social como empregadora.	Possui programa de contratação e adaptação para deficientes físicos.	NA	AP	A
	Possui normas para evitar assédio sexual e moral e maneiras de colocá-las em prática.	NA	NA	AP
	Possui regras claras para contratação e promoção de empregados.	A	AP	AP
5- Atenção aos empregados	Possui regras claras e divulgadas para remuneração, benefício, desenvolvimento e plano de carreira para os funcionários.	A	A	A
	Concede benefícios favorecendo às famílias dos empregados.	A	A	A
	Promove educação contínua de seus empregados.	A	A	A
	Dispõe de programa de apoio aos empregados demitidos sem justa causa.	NA	NA	NA
	Apóia o desenvolvimento dos filhos de funcionários em esportes, cultura e educação.	A	A	A
6- Relações de trabalho justas	Não utiliza o trabalho infantil ou forçado e estimula o mesmo compromisso com seus fornecedores.	A	A	A
	Exige que o trabalhador terceirizado tenha as mesmas condições de trabalho, saúde e benefícios dados a seus empregados.	A	NA	AP
	Possui programas de participação nos lucros da empresa.	AP	A	A
7- Cuidado com o ambiente	Desenvolve programas e campanhas educativas sobre temas ambientais (minimizar resíduos, reciclagem, consumo consciente, etc.)	A	A	A
	Apoio e promoção de ações ligadas à proteção e/ou qualidade do meio-ambiente, não ligadas diretamente a atividade da empresa.	A	A	A
8- Gerenciamento do impacto ambiental	Programas de uso racional da água e energia	A	A	A
	Programas de coleta seletiva de lixo não-industrial gerado pela empresa.	NA	A	AP
	No caso de ocorrerem danos ambientais causados por sua atividade, atua para corrigi-los, independentemente de sua gravidade.	NA	A	A
	Avaliação dos impactos de suas atividades e de seus produtos ou serviços sobre o meio-ambiente e atua preventivamente para minimizá-los.	A	A	A
	Discute com fornecedores os impactos ambientais causados no processo de seus produtos ou serviços.	NA	NA	A
	Possui certificados que comprovam que as atividades da empresa respeitam o meio-ambiente, tais como ISSO 14.000, FSC, Procel e outros.	A	A	A

QUESITOS DE AVALIAÇÃO		COMPARATIVO		
		GERDAU	PETROBRAS	VALE
9- Evidenciação Contábil	Provisões ligadas ao meio-ambiente	NA	A	A
	Provisões para descontaminação	NA	NA	NA
	Custos ligados ao meio ambiente	NA	A	A
	Recuperação esperada	NA	NA	NA
	Responsabilidades contingentes ligadas ao meio ambiente em notas explicativas	NA	A	AP
10- Parceria com fornecedores	Mantém relações de longo prazo com fornecedores	A	A	A
	Conta com programas de apoio ao desenvolvimento e qualificação de seus fornecedores.	A	A	A
	Inclui entre seus fornecedores cooperativas ou grupos voltados à geração de renda para comunidades menos favorecidas.	A	NA	A
11- Seleção e avaliação de fornecedores	Verifica que todos os materiais usados nas suas atividades sejam lícitos.	A	A	NA
	Exige o cumprimento da legislação trabalhista, fiscal e ambiental por seus fornecedores. Inclui algum critério de responsabilidade social.	A	A	A
12- Responsabilidade na relação com o consumidor	Resolve com efetividade as demandas do consumidor e do cliente.	A	AP	A
	Oferece informações e orientações aos consumidores ou clientes sobre a forma correta de utilizar os produtos.	AP	A	A
	A empresa adota medidas que visam minimizar os riscos de seus produtos ou serviços à saúde e segurança do consumidor ou cliente.	AP	A	A
	Fornecer a seus consumidores ou clientes informações sobre os impactos ambientais resultantes do uso da destinação final dos seus produtos.	NA	A	AP
	Possui regras claras para que sua comunicação e propaganda estejam alinhadas com os valores e princípios.	AP	A	AP
13- Comunicação com o consumidor e propaganda	Adota medidas para manter em sigilo a identidade e os dados dos consumidores ou clientes.	AP	A	A
14- Relações com a comunidade próxima	Analisa e reconhece as consequências de suas atividades sobre as comunidades diretamente afetada por elas.	A	A	A
	Elabora e implanta projetos sociais e ambientais visando o benefício das comunidades próximas, por iniciativa própria ou em conjunto.	A	A	A
15- Contribuição para a sociedade em geral	Desenvolve e apóia projetos sociais ou ambientais, contribuindo por meio de doações em dinheiro ou de materiais, serviços, apoio geral e tecnologia.	A	AP	A
	Separa parte de seu orçamento anual, para doação a projetos sociais e ambientais, com critérios conhecidos pelos interessados.	AP	A	A
	No apoio a projetos sociais ou ligados ao meio-ambiente, utiliza como principal critério de escolha o benefício que o projeto vai trazer para a sociedade e não apenas seu interesse comercial.	AP	AP	A
	Acompanha e avalia se os projetos sociais ou ambientais apoiados pela empresa estão dando resultado e adota medidas para melhorá-los.	A	AP	A
	Coopera com outras empresas e organizações visando ampliar o impacto dos projetos socioambientais que desenvolve ou apóia.	A	A	A
	Estimula o trabalho voluntário de seus empregados em projetos socioambientais em benefício das comunidades próximas ou da sociedade.	A	A	A

QUESITOS DE AVALIAÇÃO		COMPARATIVO		
		GERDAU	PETROBRAS	VALE
17- Práticas anti-corrupção	Divulgar claramente para os empregados a proibição da prática de corrupção ou pagamento de propinas.	AP	A	A
	Estabelece e, sempre que necessário, aplica punições aos colaboradores envolvidos em situações de corrupção.	AP	A	AP
	Possui regras claras para que o uso de incentivos fiscais e benefícios dados pelo governo seja feito somente nos valores efetivamente necessários e conforme os objetivos para que foram criados.	AP	AP	AP
18- Liderança social	Participação em associações e entidades empresariais visando influenciar políticas governamentais que não busquem apenas os interesses econômicos da empresa.	A	A	A
	Propõe ativamente às associações e entidades empresariais das quais participa a mobilização em torno de propostas de interesse público.	A	A	A
	Permite liberdade de atuação dentro da empresa aos sindicatos de seus empregados.	AP	A	A
	Possui comissões de empregados eleitas sem a interferência da empresa (CIPA e PLR).	NA	A	A
Fonte: CRUZ, Cleyton Guimarães da et al., 2008.				

A análise sintética do conjunto das informações apresentadas encontra-se no Quadro 3.

Quadro 3- Resultado Apurado com Quesitos

Legenda	Classificação	GERDAU	%	PETROBRAS	%	VALE	%
A	Atende	33	51,6%	44	68,8%	46	71,9%
AP	Atende Parcialmente	14	21,9%	11	17,2%	12	18,8%
NA	Não Atende	17	26,6%	9	14,1%	6	9,4%
Total		64	100%	64	100%	64	100%
Fonte: CRUZ, Cleyton Guimarães da et al., 2008.							

O resumo das informações apresentadas no Quadro 2 permite verificar que a Vale foi a empresa de maior destaque no que se refere ao atendimento aos itens propostos pelo modelo em questão, apresentando um grau de atendimento de 71,9%, enquanto a Petrobras apresentou 68,8% e a Gerdau 51,6%.

Nota-se, no Quadro 4, em termos absolutos que o investimento da Petrobras é oito vezes maior que o da Gerdau e da Vale. Entretanto, em termos relativos, percebe-se que o esforço da Vale é mais significativo o que revela o seu grau de compromisso em relação à receita bruta. Em termos de receita operacional a situação é mais equilibrada entre as três empresas e a proporção dos investimentos em relação ao lucro líquido invertem-se. Sobre a situação descrita na receita bruta neste caso, o esforço da Petrobras – equivalente ao da Gerdau – é mais significativo que o da Vale.

Quadro 4 – Análise comparativa dos indicadores de investimento em meio-ambiente – 2006.

Resultados / Empresa	GERDAU	PETROBRAS	VALE
Investimento em Meio-Ambiente	169.656.000,00	1.404.069.000,00	317.000.000,00
Receita Bruta	27.510.940.000,00	205.403.037.000,00	19.874.000.000,00
IMA / Receita Bruta	0,6%	0,7%	1,6%
Receita Operacional	4.394.545.000,00	40.672.492.000,00	5.865.000.000,00
IMA / Receita Operacional	3,9%	3,5%	5,4%
Lucro Líquido	2.880.922.000,00	25.918.920.000,00	13.431.000.000,00
IMA / Lucro Líquido	5,9%	5,4%	2,4%
Fonte: CRUZ, Cleyton Guimarães da et al., 2008.			

Quadro 5 – Análise comparativa dos indicadores de investimento em ações sociais – 2006.

Resultados / Empresa	GERDAU	PETROBRAS	VALE
Investimento em Ações Sociais	4.872.487.000,00	79.796.703.000,00	1.380.000.000,00
Receita Bruta	27.510.940.000,00	205.403.037.000,00	19.874.000.000,00
IAS / Receita Bruta	17,7%	38,8%	6,9%
Receita Operacional	4.394.545.000,00	40.672.492.000,00	5.865.000.000,00
IAS / Receita Operacional	110,9%	196,2%	6,9%
Lucro Líquido	2.880.922.000,00	25.918.920.000,00	13.431.000.000,00
IAS / Lucro Líquido	169,1%	307,9%	10,3%
EBTIDA	5.671.000.000,00	50.864.000.000,00	22.759.000.000,00
IAS / EBTIDA	85,9%	156,9%	6,1%
Valor Adicionado	10.780.287.000,00	120.694.637.000,00	18.909.000.000,00
IAS / Valor Adicionado	45,2%	66,1%	7,3%

Fonte: CRUZ, Cleyton Guimarães da et al., 2008.

O Quadro 5 apresenta o mesmo tipo de análise do quadro anterior, agora referido aos investimentos em ações sociais. Verifica-se que em termos relativos a Petrobras foi a empresa que mais se destacou investindo quase 39% de sua receita bruta em ações internas e externas, a Gerdau investiu menos da metade deste percentual e a Vale pouco mais que 1/6 do mesmo.

Ao fazermos uma rápida análise comparativa dos investimentos em ações ambientais e sociais, de acordo com o que foi demonstrado nos quadros 4 e 5, observamos uma grande diferença entre ambos. O Grupo Gerdau investiu um total de R\$ 5 bilhões, sendo R\$ 4,8 bilhões em questões sociais e somente R\$ 169 milhões em meio ambiente; a Petrobras destaca-se com R\$ 81,2 bilhões, sendo R\$ 79,7 bilhões em questões sociais e R\$ 1,4 bilhões em meio ambiente. Comparados à receita bruta obtida pelas empresas, verifica-se que em relação ao meio ambiente, o índice de investimento é muito baixo, não alcançando o patamar de 2%. A empresa que mais investiu nesse indicador é a Vale, contudo a instituição em seu relatório só traz

informações sobre a controladora, inviabilizando um estudo mais aprofundado em termos comparativos e, além disso, os valores apresentados podem não refletir proporcionalmente o consolidado.

Os resultados mostram também que, apesar da preocupação com as questões ambientais, as empresas não estão demonstrando em seus balanços provisões ligadas ao meio ambiente, contingências ambientais e provisões para recuperação de áreas degradadas. A Gerdau, por exemplo, não atendeu a nenhum quesito do tópico de manifestação contábil, a Petrobras e a Vale atenderam a três, sendo que esta última atendeu parcialmente a um dos itens.

Ao compararmos os investimentos sociais com o valor adicionado, ou seja, com a riqueza produzida pela empresa, podemos comprovar que, mais uma vez a Petrobrás assume a posição de destaque investindo 66,1% do valor adicionado em ações sociais. Outro indicador importante é a comparação do Ebitda (potencial de geração de caixa) com os investimentos sociais calculado no quadro 5, esse indicador nos revela que a Vale encontra-se numa faixa muito abaixo em relação às demais.

A seguir serão apresentadas informações que complementam a análise introduzida anteriormente.

4.1 Vale

O valor aplicado em projetos e programas sociais em 2006, foi de R\$ 286 milhões, porém o seu Balanço Social evidencia R\$ 285 milhões. Em cada área onde a empresa está incluída, no Brasil ou no exterior, existe sempre o cuidado de investir em ações que levem ao desenvolvimento nos diversos aspectos da vida das comunidades.

No mesmo ano, a Fundação Vale do Rio Doce assumiu uma atitude mais **estratégica**, na qual, além dos programas sociais desenvolvidos de forma participativa e construtiva, ela iniciou à realização de diagnósticos socioeconômicos, procurando identificar as necessidades e potencialidades de cada território. Ao investir no desenvolvimento dos novos negócios, a Vale opta por processos que

promovem o crescimento das comunidades, protegendo os recursos naturais e dinamizando a economia dos territórios.

A intensa ação social nas comunidades que faz parte dos investimentos da Companhia e é efetivada pelas áreas operacionais e pela Fundação Vale do Rio Doce, através de programas realizados em parceria com organizações não-governamentais (ONGs), instâncias do poder público e sociedade civil.

A seguir transcrevemos o da Diretora da ONG Centro de Estudos de Políticas Públicas, a Sra. Beatriz Azeredo: **“É muito importante que uma empresa como a Vale mantenha uma instituição com o porte da Fundação Vale do Rio Doce. Principalmente porque o trabalho desenvolvido está comprometido com o aperfeiçoamento das políticas públicas e a formação de parcerias. O denominador comum entre o trabalho da Fundação e o nosso é a busca de sinergias. A atuação não pode se limitar ao apoio financeiro, é preciso olhar e perceber como aproveitar o potencial das pessoas e dos programas. Isso é central em um país como o Brasil, e esse é o diferencial da Fundação Vale do Rio Doce.”**

A participação de empregados, fornecedores, parceiros e seus familiares como voluntários é antiga, porém foi a partir de 2004 que observamos um crescimento mais significativo, que continuou nos dois anos subsequentes. Diversos motivos contribuíram para isso, entre eles, o alinhamento interno do programa e o lançamento de um site (www.voluntariosvale.org.br) com o objetivo de divulgar as atividades realizadas dentro e fora do Brasil e conquistar novos adeptos.

A Companhia incentiva as iniciativas que apóiam o combate ao trabalho escravo e o trabalho infantil, é uma das empresas signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, patrocinado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo Instituto Ethos.

“O compromisso da Vale com as pessoas concretiza-se nas ações sociais realizadas pelas diversas áreas da Companhia no dia-a-dia de suas operações e nos programas desenvolvidos pela Fundação Vale do Rio Doce.” (Relatório de Sustentabilidade, 2006).

As instruções pelas quais a Vale segue se resumem em responsabilidade, participação e respeito e a interação com seus empregados, acionistas, investidores, fornecedores, clientes, sindicatos, associações de classe, comunidade, poder público.

Com o objetivo de alcançar os padrões internacionais de controle e prevenção de doenças e acidentes, a empresa criou o Departamento de Saúde e Segurança e, realiza periodicamente treinamentos para a atualização de seus servidores. Com essas ações, conseguiu que o índice de acidentes com afastamento por um milhão de homens/horas trabalhadas diminuísse continuamente, passando de 4,7 em 2003 para 1,9 em 2006. A satisfação dos funcionários tem sido uma das prioridades.

A Companhia, em sua política de valorização dos funcionários, proporciona além do salário-base, uma remuneração variável, determinada a partir da avaliação do desempenho individual, participação nos resultados e carteira de benefícios extensiva a seus familiares (incluindo plano de saúde). Essa postura da Companhia motiva, atrai e mantém os profissionais qualificados. Além dos treinamentos realizados pela empresa, a Vale subsidia os estudos de seus funcionários pagando um percentual ou a totalidade do Ensino Fundamental, Médio ou Superior.

Além de valorizar os funcionários que estão na ativa, a Companhia, beneficia também àqueles que se dedicaram à empresa até se aposentarem, através do **Plano de Assistência Médica aos Aposentados (Pasa)** e a complementação da aposentadoria, por meio da **Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (Valia)**, com 59 mil participantes.

No ano de 2006, foram investidos um total R\$ 317 milhões em ações ambientais. As atividades têm uma tradição de responsabilidade ambiental, utilizando tecnologias de ponta e os controles mais rigorosos para evitar e/ou minimizar possíveis impactos. O respeito ao meio ambiente faz parte da cultura e está enraizado nas práticas de cada funcionário. Para cumprir permanentemente sua política ambiental, a Vale criou seu **Sistema de Gestão da Qualidade Ambiental (SQA)**, o qual possui por objetivo assegurar a inserção da “variável ambiental” em todos os processos da companhia. Essa política inclui vários componentes, entre eles: capacitação e treinamento de seus colaboradores, desenvolvimento de pesquisas e incorporação de novas tecnologias buscando minorar os impactos ambientais e a redução do consumo de matéria prima, água e energia. Preserva o diálogo com seus funcionários e a comunidade, com o objetivo de aperfeiçoar das ações ambientais e solicitar a seus fornecedores produtos e serviços com comprovada qualidade ambiental.

Conforme o Relatório de Sustentabilidade de 2006, “A Companhia vem aprimorando continuamente seus indicadores de desempenho ambiental relativos à gestão de recursos hídricos, resíduos, recuperação de áreas interferidas e controle de emissões atmosféricas”.

Junto com a atuação de gerenciamento da qualidade ambiental atua o **Gerenciamento de Riscos Ambientais**. Esta Gestão prevê a avaliação minuciosa dos temas Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Relacionamento com as Comunidades em todas as fases do desenvolvimento dos novos projetos, para permitir a tomada de decisões voltadas à sustentabilidade dos territórios. O gerenciamento da qualidade do ambiente nos novos empreendimentos começa com a elaboração dos **Estudos de Impacto Ambiental (EIAs)** e dos **Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMAs)** além de outros necessários à adequada instrução da avaliação da viabilidade técnica e econômica e do processo de licenciamento. A Vale vem investindo na melhoria ininterruptamente nesses estudos, realizando-o em linha com as orientações e entendimentos mantidos com os órgãos federais e estaduais de licenciamento ambiental.

A Companhia preocupa-se ainda com o **controle da qualidade do ar**, através da manutenção de programas para o desenvolvimento de novas tecnologias e de pesquisas relacionadas ao tema, como os estudos de dispersão atmosférica e epidemiológico, modelo receptor inteligente (que determina a origem das partículas presentes no ar), e outros voltados para a melhoria contínua e a manutenção dos níveis de qualidade do ar atendendo aos padrões preconizados.

A Companhia utiliza o **Biodiesel** em suas locomotivas das ferrovias, ainda como estágio inicial de testes. O objetivo é substituir o óleo diesel por este combustível menos agressivo.

O programa Atitude Ambiental criado em 2004, assegura e imprime uma linha comum a todos os projetos de capacitação ambiental da Companhia. Dois anos depois a Vale deu continuidade este programa divulgando as diretrizes de capacitação ambiental, para públicos interno e externo com estruturação planejada para o biênio 2006-2007. O programa tem como objetivo a disseminação dos princípios de responsabilidade ambiental da empresa e é baseado nos diálogos entre: as lideranças, os funcionários e os contratados. Discute-se a relação entre os valores morais, éticos e as ferramentas de gerenciamento ambiental da empresa.

O aprofundamento da relação com as partes interessadas e o engajamento para a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades onde está presente, foram os destaques de 2006.

Sem desmerecer o significativo esforço da empresa em prol do desenvolvimento sustentável ainda é longo o caminho a ser percorrido pela Vale. Por exemplo, as ações da Companhia em relação ao biodiesel, sem dúvida louváveis, devem ser colocadas no contexto de ser a Vale uma das maiores exportadoras de termoeletrônica e carvão – o que já não é tão louvável e, pior, com o uso de tecnologia chinesa, reconhecidamente a mais poluidora.

4.2 Gerdau S.A,

Este grupo tem como foco a siderurgia e procura satisfazer as necessidades dos clientes e criar valor para os acionistas, comprometida com a realização das pessoas e com o crescimento sustentado da sociedade.

A Gerdau acredita ser o comprometimento da sociedade primordial para a criação de soluções inteligentes frente os desafios globais. Por esse motivo, o Grupo busca aumentar a abrangência dos projetos sociais que apóia através da mobilização de seus colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades, poder público e instituições sociais.

O Instituto Gerdau é o responsável por coordenar as políticas e as diretrizes de responsabilidade social, além de colaborar com as demais áreas de negócios com o objetivo de identificar novas oportunidades de desenvolvimento de projetos de sustentabilidade.

Podemos citar como exemplo uma parceria do Grupo para a transformação social realizada por intermédio do Instituto Gerdau, que em 2006, anunciou apoio institucional ao Canal Futura, trata-se de projeto social de comunicação, coordenado pela Fundação Roberto Marinho. O projeto atinge uma cobertura de milhões de brasileiros, com impacto direto em aproximadamente 12 mil escolas públicas, creches, hospitais, presídios, centros de saúde, universidades, ONGs, bibliotecas, sindicatos, empresas e órgãos públicos.

Na intranet, a empresa possui o Canal de Ética, meio de comunicação direta com os colaboradores, onde o anonimato e o tratamento confidencial das informações recebidas estão garantidos. Embora tenha um canal direto com seus clientes, a Gerdau não possui, ainda, canais úteis de comunicação com seus fornecedores e com as comunidades diretamente afetadas por sua atividade.

Objetivando agregar mais valor aos negócios, a organização investe no treinamento e no desenvolvimento de pessoal, formando profissionais diferenciados, investimento este, que ultrapassa os R\$ 40 milhões. Os funcionários contam, também com planos de carreira e divulga claramente normas para remuneração, benefício e desenvolvimento.

A empresa realiza uma política de meio ambiente que tem como objetivo estabelecer condutas que assegurem o atendimento das necessidades de conservação ambiental e contribuam para o desenvolvimento da sociedade.

Em 1999, o grupo passou a utilizar em todas as suas usinas o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), desta forma, realiza o acompanhamento do processo em sua totalidade, desde a utilização de matérias-primas, passando pela parte industrial e de distribuição de produtos e pela correta destinação dos co-produtos gerados no processo, desta maneira está em conformidade com a norma ISO 14001. Um exemplo concreto do empenho da empresa para cuidar do meio ambiente, é a execução de projetos de reeducação ambiental dentro do próprio processo produtivo da empresa. A Gerdau dispõe de sistemas de filtro de poeira que filtram as partículas emitidas na produção de aço, além de substituir o óleo por gás natural nos fornos de aquecimento. O grupo também tem feito uso crescente de fontes de energia alternativas, como o gás proveniente de aterro de lixo orgânico e a produção de gás por meio de combustão de pneus velhos.

4.3 Petrobras – Petróleo Brasileiro SA

A Petrobras assumiu explicitamente a missão atuar de modo seguro e rentável, com responsabilidade social e ambiental, nos mercados nacional e internacional, fornecendo produtos e serviços adequados às necessidades dos clientes e contribuindo para o crescimento do Brasil e dos países onde atua.

Seu Código de Ética foi elaborado com a participação de funcionários de diversas unidades do sistema Petrobras. Esse código contém um conjunto de diretrizes que resguarda direitos, e prevê a recusa de quaisquer práticas de corrupção e propina, bem como do favorecimento e nepotismo. A empresa possui uma Ouvidoria Geral que está aberta a reclamações, sugestões, denúncias sobre fraudes, uso de informações privilegiadas e outras violações dos princípios éticos. Por meio do processo de avaliação da qualidade da gestão, a Petrobras realiza as implantações de melhoria necessárias em sua administração.

No site www.canalcliente.com.br, disponibilizado aos clientes, a Petrobras enumera os direitos destes e recebe reclamações e críticas, enviando resposta ao cliente em prazo preestabelecido. A empresa possui também instrumentos de comunicação com o público interno, como por exemplo, a Revista Petrobras, o Jornal dos Recursos Humanos, informativos específicos de cada unidade de serviço ou órgãos corporativos, a intranet da Petrobras (Petronet), campanhas corporativas internas, articulação de reuniões, encontros e eventos. Também possui canal de comunicação com as comunidades, o qual se dá principalmente através de audiências públicas, reuniões, participação em feiras e registro de solicitações. Na página da internet, são disponibilizadas informações sobre o Balanço Social e Ambiental, dados sobre as linhas do Programa Petrobras Fome Zero, entre outros assuntos de interesse.

A empresa é formada por cerca de 62.266 empregados, dos quais 11% pertencem aos quadros da Área Internacional, não sujeita à legislação brasileira. Do restante, 14.797 ocupam cargos onde é prevista a reserva de vagas para pessoas com deficiência. Porém, destes empregados, 1.009 são pessoas com deficiência, o que corresponde a 6,82% do efetivo.

A empresa por meio de sua Política de Benefícios Educacionais institui critérios para a concessão de auxílios na área educacional que concorrem para a formação e instrução dos filhos de empregados registrados na Companhia. Além de disponibilizar diversos programas de assistência ao empregado relacionados à saúde

física e psicológica, preparação para a aposentadoria, combate ao estresse, entre outros.

A Companhia promove treinamentos, palestras, reuniões e informações divulgadas pela intranet com o objetivo de educar, capacitar e comprometer os trabalhadores com as questões de segurança, meio ambiente e saúde. Essa preocupação é verificada, por exemplo, na aquisição de matérias-primas, como madeira, que necessitam possuir certificados de origem ou serem licenciadas. Todas as madeiras utilizadas nas construções nas Unidades de Negócio são adquiridas de empresas cadastradas nos órgãos competentes e que possuem o Documento de Origem Florestal (DOF).

As unidades da Companhia, em sua totalidade, adotam o Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), e praticam coleta seletiva do lixo não industrial para reciclagem. Com o propósito de educar e comprometer seus funcionários, a Petrobras está implantando um sistema informatizado que reúne todos os dados sobre os resíduos resultantes de suas atividades. Esse sistema classifica os materiais de acordo com o grau de periculosidade, registrando as quantidades produzidas, tratadas, recicladas, reutilizadas ou estocadas.

Dando continuidade a essa postura de preservação, a empresa implantou o monitoramento contínuo de chaminés, bem como sistemas para minimizar as emissões em tanques de petróleo e a queima de gases ácidos em fornos.

Para garantir a aplicação da política ambiental e de diretrizes corporativas na sua cadeia de operação, a empresa estabeleceu um padrão corporativo, para aperfeiçoar a Gestão em Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), em serviços contratados, utilizado em todas as etapas do processo de contratação. Conforme as orientações, os produtos comprados não podem ser provenientes de exploração ilegal de recursos naturais.

A execução de dois grandes programas, o de Segurança de Processo (PSP) e o de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional (Pegaso), são responsáveis pela melhoria continuada do desempenho ambiental da Petrobras. Em 2006, os investimentos aplicados no Pegaso, somaram aproximadamente R\$ 1.223.000,00, incluindo R\$ 373.000,00 da subsidiária Transpetro.

Embora faça de todo esse investimento em programas e meios de educar, capacitar e comprometer seus funcionários com as questões de meio ambiente, a Petrobras ainda possui grandes despesas com a finalidade de realizar a limpeza das áreas afetadas por sua atividade. O vazamento de óleo em terminais e rios é uma das causas de gastos com tentativa de limpeza total da área atingida, pesam também o pagamento de multas impostas por autoridades ambientais.

No Relatório de Sustentabilidade, a Vale procura deixar claro o seu compromisso de agir de modo justo e responsável com diversos públicos e demonstra acreditar na ética como parte inseparável dos seus negócios. Além disso, em 2004, criou e colocou em prática um Código de Ética a com o objetivo de direcionar suas ações, no ano passado, este código foi revisto e atualizado para acompanhar as novas exigências do ambiente externo. Chamamos atenção para o lema da empresa, que consta no relatório de sustentabilidade de 2006: “Uma grande Companhia se faz de pessoas”. Com esse pensamento, a Vale tem colaborado de forma efetiva para a evolução das localidades em que participa, por meio de um modelo de atuação que reúne o diálogo, o investimento social e o gerenciamento dos resultados.

4.4 Comentários Finais

De acordo com o que foi apurado, observamos duas visões de responsabilidade social: a responsabilidade social como estratégia de marketing institucional e a responsabilidade social como uma postura estratégica empresarial preocupada em agregar valor ao seu negócio.

Na tríade econômico - social - ambiental; o aspecto mais complexo e mais polêmico encontra-se na questão ambiental, tendo em vista que a poluição e a degradação ambiental são inerentes às atividades das empresas avaliadas. Por esse motivo, elas poderiam intensificar os investimentos nesta área em uma tentativa de minorar os efeitos deletérios por elas provocados e buscar, não só recuperar de áreas, como também agir preventivamente.

Pelos resultados, observamos que as empresas começam a se preocupar com as questões sociais e ambientais, pois se assim não fosse, não investiriam grandes somas mesmo que em valores absolutos. Essa preocupação tem origem na possibilidade de comprometer a continuidade de suas atividades, porém, a essência do conceito de responsabilidade social ainda não foi atingida de maneira integral, já que as empresas ainda usam esse conceito para a promoção de sua auto-imagem.

Devemos lembrar que não se trata de filantropia, tendo em vista que a ação é coletiva e possui base estratégica. Podemos citar como exemplo a Petrobrás, que obteve pontuação 74 DJSI (Índice Dow Jones de Sustentabilidade), superando em 24 pontos a média do setor de gás e petróleo.

Considerando que o universo de empresas estudadas é muito pequeno se comparado ao existente em nosso país, torna-se difícil fazer um prognóstico, mas a situação é crítica, os problemas sociais aumentam em progressão geométrica e diariamente as notícias mostram os elevados e crescentes índices de poluição. Desta forma, o que se podemos prever é que se não forem implantadas e implementadas políticas sérias e consistentes não só por parte da empresa, mas do governo e da sociedade, caminharemos para falência total.

5 CONCLUSÕES

Ao final desta pesquisa, podemos observar que a Responsabilidade Social está direcionada a uma postura e um comportamento empresarial ético e responsável. Nesta abordagem predomina o que chamamos de “responsabilidade ética”. É o dever e o compromisso da empresa de exercer uma atitude responsável, transparente e ética em suas relações com os seus diversos colaboradores.

As empresas por meio da Responsabilidade Social procuram reforçar sua imagem e, dependendo dos resultados dos projetos sociais financiados, pode tornar-se mais conhecida e aumentar o lucro. A marca, os seus produtos e serviços podem ganhar mais visibilidade. Os clientes podem orgulhar-se de comprar produtos ou contratar serviços de uma empresa que se preocupa com a Responsabilidade Social. Os seus funcionários orgulham-se e sentem-se motivados em trabalhar nessa empresa. Por último, a prática da Responsabilidade Social Empresarial tem se apresentado como alternativa para a sociedade em um contexto de retração do papel do Estado como grande provedor das demandas sociais.

Porém, faz-se necessário definir e compreender a Responsabilidade Social de forma a possibilitar a diferenciação de quem realmente a pratica de quem apenas se aproveita. Sobretudo, é preciso saber quais são os retornos provenientes dessa prática de forma a disseminá-la, pois são eles que justificam o investimento de boa parte das empresas. Finalmente, cabe uma melhor compreensão da importância do Marketing Social, um instrumento que precisa ser bem pensado e executado para que sirva à sociedade e à empresa praticante da Responsabilidade Social Empresarial.

Em relação à definição, observou-se que não basta realizar ações sociais, investir sistematicamente, incentivar o voluntariado para a prática da Responsabilidade Social Empresarial, se as demais atividades da empresa tiverem efeitos tão nocivos para a sociedade que superem os benefícios conquistados por esta falsa prática. Dessa forma, percebe-se que o envolvimento da empresa em ações sociais, não deve

prescindir de uma atitude voltada para o cumprimento das responsabilidades anteriores, ou seja, daquelas propostas pela pirâmide de responsabilidades: Responsabilidade Econômica, Responsabilidade Legal, Responsabilidade Ética e Filantropia Empresarial, apenas quem realmente a pratica, pode verdadeiramente ser considerado socialmente responsável.

Pôr em prática a Responsabilidade Social Empresarial, de modo abrangente, pode influenciar positivamente na sustentabilidade no que se refere aos seus três aspectos: social, econômico e ambiental. A sustentabilidade de uma comunidade interessa diretamente as empresas nela inserida, eis o motivo de investir para manter ou melhorar as condições sociais, econômicas e ambientais, pois significa também participar com os riscos e oportunidades do próprio negócio da empresa no presente e no futuro. Isto é verdadeiro tanto em países desenvolvidos como EUA, França e Inglaterra, por exemplo, quanto o é em países em desenvolvimento como o Brasil. No nosso caso, de modo ainda mais rígido por causa dos problemas sociais e dos recursos escassos, mostrando a necessidade de se melhor trabalhar o presente. Assim sendo, investir em Responsabilidade Social seria parte essencial da estratégia de longo prazo de empresas menos imediatistas, com preocupações que estão além do lucro do exercício, portanto uma preocupação das empresas cíveis, virtuosas ou idealistas pragmáticas.

Cada vez mais é inserido no processo estratégico de gestão das empresas um foco social, ou seja, o compromisso com o bem estar da sociedade na qual a empresa está inserida.

Atualmente, o empresariado em geral não se preocupa tão-somente com os resultados alcançados pelas atividades das empresas, mas também em demonstrar seu compromisso ético e social para com a sociedade, por esse motivo, nesse sentido o Balanço Social vem se consolidando como a forma mais eficaz para realizar a prestação de contas.

Na realidade, são os consumidores, os grandes responsáveis por manter as atividades empresariais, onde também percebe-se notória mudança em seus hábitos de consumo. Não só a qualidade e o preço atraem o consumidor, que está cada vez mais preocupado em conquistar produtos confeccionados ou manufaturados por empresas que tenham um histórico de compromisso social.

A devastação do meio ambiente está causando sérias preocupações por parte dos empresários, consumidores e a sociedade como um todo, devido ao uso indiscriminado de recursos naturais que a longo prazo promoveu a devastação das reservas destes mesmos recursos além do alto grau de poluição atmosférica altamente prejudicial à humanidade.

Devido à esta preocupação, as empresas utilizam o Balanço Social como uma forma de informação à sociedade de que os recursos estão se destinando à política de preservação ambiental o que demonstra que adotaram a filosofia da ecoeficiência.

Tem-se a necessidade de contemplar neste momento que a publicação dos Balanços Sociais das empresas conquista cada vez mais força, destaque e interesse não só nos meios acadêmicos como no mundo empresarial. Seria esta prestação de contas à sociedade nada mais que pura consciência empresarial ou se trataria de um mero instrumento de marketing. Porém, independentemente desta polêmica, afirma-se que o Balanço Social faz parte do pensamento estratégico empresarial, por ser um autêntico instrumento de marketing social que contribui para fortalecer a própria imagem e de seus produtos, o que garante a sobrevivência num mercado cada vez mais destruidor.

5.1 Reflexões visando novas pesquisas

Considerando a relevância do assunto desta dissertação, é necessário que se criem ferramentas organizacionais neutras, em curto prazo, que sustentem a implantação dessa nova forma de visualizar a responsabilidade social. Com isso poderia ser criada

uma Organização Sócia Civil de Interesse Público – OSCIP³, legislada pela Lei 9790, que por ser uma entidade independente poderá tratar dos assuntos que permitirão a continuidade a este trabalho e de outros desenvolvidos com o mesmo foco. Essas OSCIPs poderiam, por exemplo:

- ampliar o universo de empresas para análise individual, setorial e coletiva de Balanços Sociais;
- formular pesquisas de aprofundamento de aspectos chaves revelados por meio de Balanços Sociais;
- criar mecanismos de divulgação dos resultados das pesquisas aos diversos segmentos da sociedade; sugerir regulamentações na aplicação das técnicas de Balanço Social.

Como não poderia deixar de ser e, na verdade, faz justiça ao conteúdo humanista do Balanço Social, torna-se imperioso trilhar os sendeiros sugeridos para avançar no compromisso com a Responsabilidade Social. Em suma, a Responsabilidade Social só irá transformar-se em realidade, mais do que um compromisso formal, retórico ou de marketing, na medida em que logre emocionar e mobilizar corações e mentes.

A Responsabilidade Social é, afinal, um aposta pela ética. Neste sentido, já se disse que sonhar, sozinho, é apenas um sonho. Mas sonhar coletivamente é tornar o sonho realidade. Esperamos que esta dissertação contribua, ainda que em forma limitada, para tornar este sonho realidade.

³ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público ou OSCIP é um título fornecido pelo Ministério da Justiça do Brasil, cuja finalidade é facilitar o aparecimento de parcerias e convênios com todos os níveis de governo e órgãos públicos (federal, estadual e municipal) e permite que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no imposto de renda. Uma ONG (Organização Não-Governamental), essencialmente é uma OSCIP, no sentido representativo da sociedade, mas OSCIP trata de uma qualificação dada pelo Ministério da Justiça no Brasil.

6 REFERÊNCIAS

ASHLEY, Patrícia Almeida et al. Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2002.

BORGER, F. G. Responsabilidade Social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial. 2001. Tese (Doutorado) - USP, São Paulo, 2001.

BOWEN, Howard R. Responsabilidades Sociais do Homem de Negócios. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1957. p. 03.

CAMARGO, Mariangela Franco et al. Gestão do terceiro setor no Brasil: estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos. São Paulo: Futura, 2001.

CORDEIRO, José Vicente B. de Mello e RIBEIRO, Renato V. Coleção Gestão Empresarial. Economia Empresarial. FAE Business School. Associação Franciscana de Ensino Superior Bom Jesus. Curitiba, 2002.

CRUZ, Cleyton Guimarães et al. Responsabilidade Social nas empresas: mito ou realidade? UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

DE LUCA, Márcia M. Mendes. Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

DRUCKER, Peter F. Administrando em tempos de grandes mudanças. São Paulo: Pioneira, 1995.

DUARTE, Gleuso Damasceno; DIAS, José Maria A. M. Responsabilidade social: a empresa hoje. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1985.

GIL, Antonio C.. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GRAYSON, D.; HODGES, A. Compromisso social e gestão empresarial. Tradução de Carlos Mendes Rosa, César Taylor e Mônica Tambelli. São Paulo: Publifolha, 2002.

HOBBSWAM, Eric. A era dos extremos: o breve século XX. 1995

INSTITUTO ETHOS. Relatório de Pesquisa Ethos/Valor. Elaborado pela Indicator Opinião Pública. Disponível em: <[http:// www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)> Acesso em: 26 jul. 2008.

KRAEMER, Maria Elisabeth Kraemer. A contabilidade social como ferramenta de informação para a responsabilidade social. Vale do Itajaí, 2005.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. Balanço Social: uma demonstração da responsabilidade social, ecológica e gestorial das entidades. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, nº 113, p.42-51, 1998.

_____. Balanço Social: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

MELO NETO, Francisco Paulo de. Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro: da filantropia tradicional à filantropia de alto rendimento e ao empreendedorismo social. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.189p

MELO NETO, Francisco; FROES, Cesar. Responsabilidade social & cidadania empresarial - a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1999.

MOREIRA, Joaquim M. A Ética Empresarial no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1999. p. 21 e 31.

MOREIRA, Marcos Antonio Lima de. Mini curso S A 8000. Disponível em http://www.qualitas.eng.br/qualitas_minicurso_sa8000.html. Acesso em: 23 jul. 2008.

MONTANA, Patrick J.; CHARNOV, Bruce H. Administração. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 32-35.

NETO, Francisco P. de Melo; FROES, César. Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001. p. 132.

OLIVEIRA, José Arimatea de. Responsabilidade social em pequenas e médias empresas. Revista de Administração de Empresas. v. 24, n. 4, p. 203-210, out./dez. 1984. p. 204.

ORCHIS, Marcelo A. et al. Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo: Petrópolis, 2002.

PAIXÃO, Renato de Almeida Vargas. A Evolução e Consolidação das Práticas de Governança Corporativa no Banco do Brasil S.A. entre 1996 e 2006. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: 2008.

PEROTTONI, Marco Antonio. Balanço Social: liberdade ou obrigatoriedade?. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, nº 110, p.82, 1998.

RIBEIRO, Maisa de S., LISBOA, Lázaro P. Balanço Social. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, nº 115, p.72-81, 1999.

SILVA, Cristian Gomes da. Disclosure de Informações Relativas ao Balanço Social e a Dimensão Socioeconômica da Ciência Contábil: A vez dos

Contadores de Aldeia. Revista de Contabilidade do CRC-SP, São Paulo, nº 06, p.30-40, 1998.

SROUR, Robert Henry. Poder, cultura e ética nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 294.

TINOCO, J. E. P. Balanço Social: Uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

TOMEI, Patricia A. Responsabilidade social de empresas: análise qualitativa da opinião do empresariado nacional. Revista de Administração de Empresas. v. 24, n. 4, p. 189-202, out./dez. 1984. p. 192

VAZQUEZ, Adolfo S. Ética. 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 23 e 24.

YIN, Robert K. Estudo de Caso - Planejamento e método. 3ª. Edição. São Paulo: Bookman, 2005. 207 p.

Endereços da internet visitados:

www.vale.com.br

www.petrobras.com.br

www.gerdau.com.br

www.ibase.org.br

www.ethos.org.br

www.akatu.org.br

www.responsabilidadesocial.com

7 ANEXOS

7.1 Anexo I - Balanços Sociais

- Petrobras 2007
- Gerdau 2007
- Vale 2006

7.2 Anexo II - Balanço Social modelo IBASE

7.3 Anexo III – Projeto de lei do Senado sobre o Balanço Social

7.4 Anexo IV – Reportagens 2007

Assessoria de Imprensa da Petrobras

29-Mar-2007

A ONU elegeu o Balanço Social e Ambiental da Petrobras como *benchmarking mundial*, considerando a publicação um *COP (Communication on Progress)* “notável e um exemplo a ser seguido.” A Companhia foi convidada a apresentar a metodologia de confecção do BSA na Conferência do Pacto Global da ONU, no início de abril, em Genebra.

Não é a primeira vez que a empresa participa de eventos internacionais tendo o Balanço Social como tema. Representantes da Petrobras já estiveram em Amsterdã para falar da publicação.

Pesquisa - A atuação da Companhia na área de Responsabilidade Social também foi reconhecida em recente pesquisa do Instituto Market Analysis. No estudo a Petrobras ficou com o primeiro lugar entre as empresas que mais atuam na área, com 10,8% das citações, seguida pela Nestlé (4,6%) e Coca-Cola (3,0%). O estudo, que é realizado anualmente, integra o Monitor de Reputação Empresarial 2007 do Instituto. Foram ouvidas 800 pessoas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre, Curitiba e Brasília.

A Market Analysis, instituto de pesquisa de mercado e opinião pública, já coordenou mais de 600 projetos em 20 estados brasileiros, além de cinco países da América Latina. A empresa conta com uma equipe multidisciplinar formada por sociólogos, cientistas políticos, publicitários e estatísticos, que utilizam os mais modernos métodos de pesquisa: quantitativas e qualitativas, *desk research*, *mystery shopping* e estudos de inteligência competitiva, análise de dados e *datamining*.

<http://www.jornalorebate.com.br/site/index.php/Atuacao-da-Petrobras-em-Responsabilidade-Social-e-destaque-na-ONU-e-em-pesquisa.html>

A Petrobras dá o presente... Pensando no futuro!

05-Jun-2007

No Dia Mundial do Meio Ambiente a maior companhia em atuação no país e um dos melhores exemplos de empresa socialmente responsável dá um presente à natureza.

A Petrobras lança hoje o CEAP - *Centro de Excelência Ambiental da Petrobras na Amazônia* uma iniciativa que vai reunir a vanguarda tecnológica e o conhecimento científico ao compromisso com a responsabilidade social e ambiental necessários à atuação sustentável da companhia na região.

A implantação do *CEAP* tem relevância estratégica, a começar pela redução dos riscos associados a intervenções da indústria do petróleo na Amazônia. O *CEAP* também será um instrumento gerencial para as parcerias estratégicas da Petrobras na região, o que inclui universidades, instituições de pesquisa, órgãos governamentais, organizações não-governamentais e agentes econômicos.

Cerca de 30 projetos já em andamento fazem parte da carteira do *CEAP*, que terá investimentos superiores a R\$ 500 milhões até 2012. Os projetos já iniciados reúnem em torno de 650 pesquisadores das diferentes instituições científicas, universidades e ONG's. A idéia é que o *CEAP* contribua para a integração, cooperação e sinergia entre as diversas redes sócio-ambientais que já atuam na região amazônica, com reflexos positivos para outros centros e redes de excelência de dentro e de fora da Petrobras.

Conheça o resumo dos objetivos do *Centro de Excelência Ambiental da Petrobras na Amazônia*:

- Fortalecimento do compromisso da Petrobras como empresa social e ambientalmente responsável.
- Reconhecimento da companhia como liderança na atuação em ecossistemas complexos (florestas tropicais úmidas).
- Aumento do investimento da companhia em ciência e tecnologia de forma sustentável.
- Ampliação do relacionamento institucional da Petrobras com o meio acadêmico, poder público e demais organizações da sociedade e otimização das parcerias estratégicas com essas instituições na Amazônia.
- Potencialização dos benefícios associados a intervenções da indústria do petróleo na região, com a conseqüente redução dos riscos.
- Contribuição para o posicionamento geopolítico do Brasil em questões de soberania e implementação dos compromissos assumidos pelo país nas convenções internacionais de meio ambiente e desenvolvimento humano.

<http://eticanosnegocios.blogspot.com/2007/06/petrobras-d-o-presente.html>

Instituto Gerdau estimula voluntariado no Brasil

18/Dez/2007

O Instituto Gerdau estimula o voluntariado no Brasil por meio de diversos projetos desenvolvidos para os colaboradores e para a comunidade. Para apresentar todas essas atividades, o Instituto Gerdau lançou um novo website do Programa Voluntário Gerdau no Dia Internacional do Voluntariado. O espaço, direcionado para colaboradores, conta com novas funcionalidades para atender os usuários e oferece maior agilidade na navegação e na busca de oportunidades de trabalho

voluntário. Também foram realizadas melhorias no tempo de resposta e no layout, tornando-o mais bonito, atrativo e moderno.

O objetivo dessa mudança foi facilitar o acesso e motivar ainda mais os colaboradores do Grupo a participarem do programa de voluntariado. Uma das principais novidades do site será a "vitrine do voluntário", em que, todos os meses, voluntários terão um espaço de destaque, contando um pouco de suas ações nas comunidades onde atuam.

O Programa Voluntário Gerdau foi criado em 2006. Tem como fundamento fomentar uma cultura de solidariedade e de crescimento dos indivíduos alicerçada na atitude voluntária, cujas ações decorrentes possam contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Restaurante Prato Popular, da Gerdau Cosigua, completa dois anos atendendo à população **22/Nov/2007**

Projeto instalado em Santa Cruz oferece refeições por R\$ 1,00, o espaço do restaurante também é utilizado para cursos de capacitação e formação de renda.

O Prato Popular, projeto desenvolvido pela usina siderúrgica Gerdau Cosigua em Santa Cruz, zona oeste do Rio de Janeiro, completa dois anos de funcionamento neste mês de novembro. O restaurante, que diariamente atende cerca de 250 pessoas, oferece almoço pelo valor simbólico de R\$ 1,00 por refeição. O objetivo do projeto é garantir a segurança alimentar da população carente da comunidade.

O Prato Popular é uma iniciativa do Instituto Gerdau, que coordena as políticas de Responsabilidade Social do Grupo, e está instalado nas dependências da Escola Municipal CIEP Papa João XXIII. O projeto conta com o apoio da Prefeitura do Rio de Janeiro, do Sesi e da empresa de alimentação Puras. Nestes dois anos de funcionamento, já foram servidas mais de 110 mil refeições no local. No início de novembro, foi realizado um almoço especial, com música ao vivo e distribuição de brindes, em comemoração ao aniversário do projeto.

O restaurante serve refeições de 11h30 às 13h30. Fora deste horário, o espaço é cedido a projetos da comunidade, como cursos de capacitação e formação de renda. Atualmente, acontecem no local uma oficina de artesanato e um curso de teatro para crianças e adolescentes.

Vale e Governo do Pará assinam acordos

20/Dez/2007

A Vale e o Governo do Pará assinaram no dia 19 de dezembro, três protocolos de intenção nas áreas de educação, tecnologia, meio ambiente e atração de investidores, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável do estado. Serão alvo dos protocolos de intenção as seguintes ações, a serem implementadas em conjunto com o Governo do Pará:

Instalação da unidade do Instituto Tecnológico Vale (ITV) em Marabá, voltada para inovação e pesquisa dirigidas à mineração. O centro será localizado no Parque de Ciência e Tecnologia de Tocantins. Essa ação se insere no objetivo da Vale em desenvolver recursos humanos e financeiros externos à Companhia, dando maior legitimidade e amplitude às ações de formação e pesquisa. O ITV já possui um Centro de Tecnologia em Energia (CTE), em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), voltado para o desenvolvimento de tecnologia na área de energia, com ênfase em processos de geração ambientalmente sustentáveis e no uso de fontes energéticas renováveis. O CTE está instalado no Parque Tecnológico de São José dos Campos (SP). As unidades do ITV têm como foco principal os processos de geração (pesquisa e inovação), gestão e formação de conhecimentos especializados da cadeia produtiva dos negócios do grupo Vale. O conceito de Centro de Excelência pressupõe a relação entre três funções: formação, pesquisa aplicada e processos de negócios. Entre os parceiros do ITV, estão a Universidade Federal do Pará (UFPA), Senai, Cefet, Universidade Federal de Itajubá (Unifei), Universidade São Paulo (USP), Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Massachusetts Institute of Technology (MIT), McGill Canadá, Escola de Minas de Paris/Cesmat, Universidade do Chile, Columbia University (NY), entre outros.

Formação de recursos humanos especializados, visando à ampliação e retenção no estado do Pará de conhecimentos relacionados à mineração, por meio de um programa de cooperação que envolva a Vale, o Governo do estado e a Universidade Federal do Pará. O principal objetivo dessa parceria é estruturar um programa que contemple a formação de profissionais especializados por meio da concessão de bolsas de mestrado, doutorado, iniciação científica e tecnológica ; de ações de formação como estágios, visitas e treinamentos, e do fomento de novos cursos de graduação ou pós-graduação. As ações de incentivo à pesquisa e à formação de mão-de-obra especializada no Pará vêm somar-se a outras iniciativas da Vale no estado: parcerias com instituições de ensino superior e investimentos em infraestrutura em Centros de Educação Profissional (Marabá, Ourilândia do Norte, Parauapebas, Canaã dos Carajás, Paragominas, com o objetivo de fomentar a inovação e o conhecimento, formando profissionais de níveis superior, técnico e operacional dentro da expertise da cadeia de mineração.

Participação no Fórum Paraense de Competitividade , com o intuito de viabilizar, com o Governo do Estado, a implementação de ações para o desenvolvimento sustentável e o aumento da capacidade competitiva das cadeias e arranjos produtivos locais.

Montagem de um sistema de monitoramento de incêndios com rapidez e precisão, para o combate eficaz ao desmatamento no Pará. Tendo como foco a redução das queimadas e, conseqüentemente, do desmatamento da Floresta Amazônica no estado, o protocolo de intenções prevê a aquisição de hardware, software e imagens geo-referenciadas, além do treinamento das pessoas que irão operar o sistema a partir da cidade de Belém. O sistema, baseado em tecnologia desenvolvida pela Vale, cobrirá todo o estado do Pará, funciona com a sobreposição automática de imagens de satélite com dados de focos de calor recebidos também por satélite, seis vezes ao dia. As informações serão separadas em níveis diferenciados de impacto e

os dados podem ser armazenados e publicados em tempo real, viabilizando o monitoramento por diferentes núcleos e regionais. A Vale e o Governo do Pará pretendem, dessa forma, dar uma contribuição significativa para a redução da emissões de gases de efeito estufa. Hoje o desmatamento responde por 75% de todas as emissões brasileiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFORME AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

O exercício de 2007 caracterizou-se para a Gerdau como um ano de importante expansão, bem como de continuado desempenho operacional positivo. Esta performance está alinhada às aspirações estratégicas de adicionar valor aos acionistas e conquistar novas posições no mercado siderúrgico, as quais visam a contribuir para o fortalecimento dos negócios em um ambiente cada vez mais competitivo.

A capacidade instalada de produção de aço cresceu 24,8% no ano, alcançando 24,8 milhões de toneladas métricas. Destacam-se a aquisição da Chaparral Steel Company, nos Estados Unidos, e a entrada em operação de um novo alto-forno na Gerdau Açominas, em Minas Gerais. Os investimentos realizados em aquisições de Empresas, em novos equipamentos para expansão de capacidade de produção e em melhorias de produtividade e atualização tecnológica totalizaram US\$ 6,3 bilhões no ano.

Em 2007, o faturamento bruto consolidado foi de R\$ 34,2 bilhões, 18,5% superior ao ano de 2006. Esse crescimento é devido à maior demanda por aço no mercado internacional, aos melhores preços e também às aquisições consolidadas no ano.

O lucro líquido alcançou R\$ 4,3 bilhões no exercício, apresentando um crescimento de 1,1% em relação ao de 2006. Cabe mencionar que itens não-recorrentes afetaram o resultado de 2006 e 2007, prejudicando a sua comparação. Em 2006, o lucro foi beneficiado por receitas de R\$ 263 milhões e em 2007 por despesas de R\$ 164 milhões. Expurgando-se os efeitos não-recorrentes, o lucro líquido teria sido de R\$ 4,5 bilhões em 2007, apresentando um crescimento de 11,9%.

Dentre outras muitas realizações que marcaram o exercício para a Gerdau destaca-se a transição da liderança executiva para a nova geração em 1º de janeiro de 2007, sucedendo uma gestão repleta de êxitos e que posicionou a Organização no panorama internacional do setor siderúrgico. Ao final do primeiro ano sob a nova liderança executiva é possível perceber que a estratégia de crescimento com rentabilidade, bem como as experiências e as práticas acumuladas nas últimas décadas foram mantidas.

INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS

A partir de 2007, a Gerdau S.A. passa a apresentar suas Demonstrações Financeiras Consolidadas em conformidade com o padrão contábil internacional estabelecido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB (conhecido como *International Financial Reporting Standards* - IFRS) e consubstanciado na Instrução CVM nº 457, de 13/07/2007.

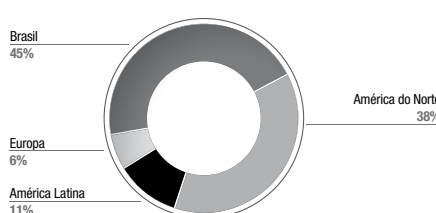
Essa nova prática contábil, embora seja obrigatória às Empresas brasileiras somente a partir do exercício findo em 2010, está em consonância com a VISÃO da Gerdau: ser uma Empresa siderúrgica global. Considera também a importância e a necessidade de que as práticas contábeis da Empresa sejam convergentes com os padrões internacionais, como forma de aumentar a transparência e a confiabilidade das informações financeiras apresentadas.

Para adotar o IFRS como novo padrão contábil para suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Empresa aplicou os aspectos estabelecidos no IFRS 1 (*First-time Adoption of International Financial Reporting Standards*), considerando a data-base de 1º de janeiro de 2006 para seu balanço de abertura.

Produção

- Em 2007, a produção de aço bruto (placas, blocos e tarugos) totalizou 17,9 milhões de toneladas, 13,6% superior à do ano de 2006. Esse crescimento pode ser atribuído aos ganhos de produtividade e aos aumentos de capacidade instalada de produção em função dos investimentos realizados nas diversas regiões em que a Gerdau atua e também à consolidação de novas Empresas que foram adquiridas no decorrer de 2007.
- No Brasil, foram produzidos 8,1 milhões de toneladas, 5,4% a mais do que em 2006. Nos Estados Unidos e no Canadá, a produção alcançou 6,8 milhões de toneladas, 12,7% acima do volume alcançado em 2006. As operações na América Latina (excetuando o Brasil) produziram 1,9 milhão de toneladas, volume 51,5% maior que em 2006. Isso deve-se, basicamente, à consolidação das unidades no México (Siderul) e na Venezuela (Sizuca) e pela consolidação integral de todo o período relativo ao exercício de 2007 da unidade no Peru (Siderperú), adquirida em junho de 2006. Na Europa, a produção alcançou 1,1 milhão de toneladas, 41,9% superior à produção de 2006. Esse aumento deve-se, principalmente, à aquisição da GSB Aceros, usina siderúrgica na Espanha.

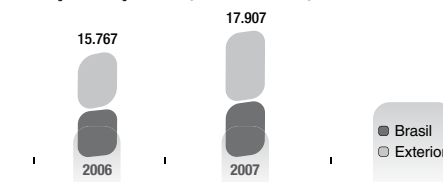
Origem da Produção de Aço (%)



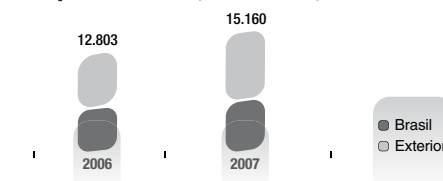
Produção (1.000 toneladas)	Exercício de 2007	Exercício de 2006	Variação 2007/2006
Aço Bruto (placas, blocos e tarugos)			
Brasil.....	8.111	7.699	5,4%
América do Norte	6.827	6.059	12,7%
América Latina.....	1.871	1.235	51,5%
Europa	1.098	774	41,9%
Total	17.907	15.767	13,6%
Laminados			
Brasil.....	5.464	4.921	11,0%
América do Norte	6.693	5.808	15,2%
América Latina.....	2.003	1.413	41,8%
Europa	1.000	661	51,3%
Total	15.160	12.803	18,4%

- Em laminados, a produção atingiu 15,2 milhões de toneladas, 18,4% superior à produção do exercício de 2006.
- As unidades no Brasil atingiram a produção de 5,5 milhões de toneladas de laminados, 11,0% superior à de 2006. Nos Estados Unidos e no Canadá, a produção foi de 6,7 milhões de toneladas, crescimento de 15,2% em relação ao ano anterior. Nos países da América Latina (excetuando o Brasil), a produção de laminados atingiu 2,0 milhões de toneladas, aumento de 41,8% em relação à de 2006. Na Europa, a produção foi de 1,0 milhão de toneladas, volume 51,3% maior que a do ano anterior.

Produção de Aço Bruto (1.000 toneladas)



Produção de Laminados (1.000 toneladas)



Vendas

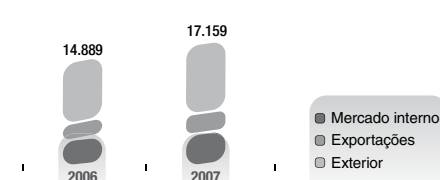
- As vendas consolidadas do exercício de 2007 totalizaram 17,2 milhões de toneladas, volume 15,2% maior que em 2006. Desse total, 41,0% tiveram origem nas operações no Brasil e os demais 59,0% nas Empresas no exterior. Excluindo-se as aquisições realizadas no período comparado, as vendas apresentaram um aumento de 3,6%.

Vendas¹ (1.000 toneladas)	Exercício de 2007	Exercício de 2006	Variação 2007/2006
Brasil			
Mercado interno	4.884	4.227	15,5%
Exportações.....	2.150	2.396	(10,3%)
Total	7.034	6.623	6,2%
Exterior			
América do Norte	6.941	6.039	14,9%
América Latina.....	2.248	1.546	45,5%
Europa	936	681	37,4%
Total	10.125	8.266	22,5%
Total Consolidado	17.159	14.889	15,2%

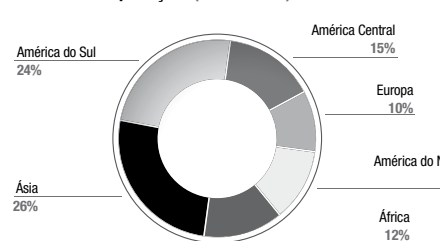
1 - Excluídas as vendas para Empresas controladas.

- No Brasil, a forte demanda nos principais segmentos consumidores dos produtos da Empresa proporcionou um incremento de 15,5% nas vendas em relação a 2006, as quais atingiram 4,9 milhões de toneladas. Para atender ao maior consumo de aço no Brasil, as exportações foram reduzidas em 10,3%, totalizando, ainda assim, 2,1 milhões de toneladas em 2007. A receita gerada pelas exportações totalizou US\$ 1,4 bilhão no exercício (inclui receitas dos embarques para Empresas controladas e coligadas).

Vendas (1.000 toneladas)



Destino das Exportações (em 2007 - %)

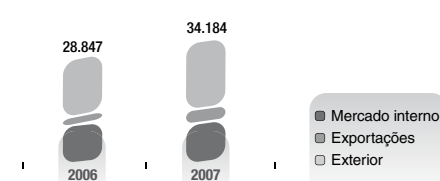


- Nos Estados Unidos e no Canadá, as vendas alcançaram 6,9 milhões de toneladas em 2007, 14,9% a mais que em 2006. Excluindo-se os efeitos das aquisições da Chaparral Steel e da Sheffield Steel, o volume de 2007 se mantém em linha com o de 2006. As unidades da América Latina (excetuando o Brasil) comercializaram 2,3 milhões de toneladas, 45,5% superior ao volume do ano anterior. Desconsiderando-se os volumes vendidos pelas Empresas adquiridas na Venezuela e no México, em 2007, e no Peru, em 2006, as vendas de 2007 foram 7,7% superiores às de 2006. Na Europa, as vendas contribuíram com 936 mil toneladas em 2007, volume 37,4% superior ao do exercício de 2006. Essa variação deve-se, principalmente, à aquisição da GSB Aceros e da Trefusa, na Espanha.

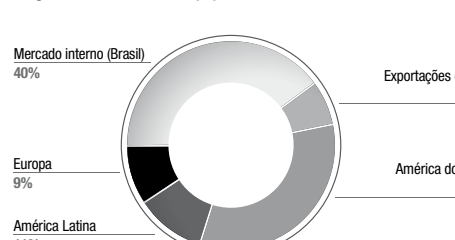
Resultados

- No exercício de 2007, o faturamento bruto consolidado atingiu R\$ 34,2 bilhões, apresentando um crescimento de 18,5% em relação ao de 2006, consequência, basicamente, do maior volume de vendas alcançado no período, dos maiores preços dos produtos siderúrgicos no mercado internacional e das aquisições realizadas no período. Deste valor, as Empresas no exterior e as exportações a partir do Brasil, juntas, representaram 60,0% do faturamento bruto consolidado de 2007.

Faturamento (R\$ milhões)



Origem do Faturamento (%)



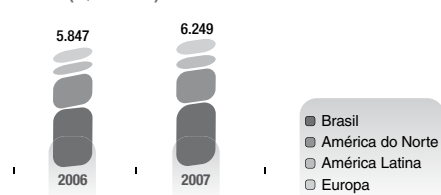
- A receita líquida consolidada alcançou R\$ 30,6 bilhões em 2007, 18,3% superior à do exercício de 2006. As operações no Brasil contribuíram com 42,3% para esse valor, ou seja, R\$ 13,0 bilhões. As unidades nos Estados Unidos e no Canadá alcançaram, no seu conjunto, R\$ 11,2 bilhões (36,7% do total) e as Empresas na América Latina (excetuando o Brasil) somaram R\$ 3,3 bilhões, 10,9% da receita líquida consolidada. A Europa participou com R\$ 3,1 bilhões, representando 10,1% do total.

CONTINUAÇÃO

Receita Líquida (R\$ milhões)	Exercício de 2007	Exercício de 2006	Variação 2007/2006
Brasil.....	12.956	11.210	15,6%
América do Norte	11.235	10.175	10,4%
América Latina.....	3.319	2.334	42,2%
Europa	3.104	2.165	43,4%
Total	30.614	25.884	18,3%

- O lucro bruto do exercício foi de R\$ 7,5 bilhões, 9,3% superior ao do ano de 2006. A margem bruta consolidada foi de 24,4% em 2007 contra 26,4% em 2006. No Brasil, a margem bruta ficou em 32,2%, contra 35,9% no período anterior, redução essa causada, principalmente, pelo aumento dos custos das principais matérias-primas e também pela valorização do real frente ao dólar norte-americano, reduzindo as margens das exportações. As operações nos Estados Unidos e no Canadá contribuíram com uma margem de 18,0%, ligeiramente superior à do exercício de 2006. Na América Latina, a consolidação de novas Empresas e os maiores custos das principais matérias-primas levaram à redução da margem bruta de 24,0%, em 2006, para 20,2%, em 2007. Na Europa, a reorganização industrial promovida entre as diversas unidades com vistas a maximizar os processos de produção e as linhas de produtos geraram custos adicionais no exercício, mas que deverão resultar em benefícios futuros para estas operações. Com isto, a margem bruta reduziu-se em 2007, alcançando 19,9% contra 21,9% no ano anterior.
- As despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram um aumento de 6,6% no ano de 2007 contra um crescimento de 18,3% na receita líquida, se comparado com o exercício de 2006, totalizando R\$ 2,5 bilhões. Com isto, estas despesas, que representavam 9,1% da receita líquida em 2006, passaram a representar 8,2% em 2007.
- No exercício, foi contabilizado, na linha de Outras Receitas (Despesas) Operacionais, uma despesa oriunda de débito do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados relativo a créditos sobre insumos. Este reconhecimento foi realizado em função de modificação de orientação jurisprudencial pelo Supremo Tribunal Federal (STF) firmada na metade do ano. Este valor, líquido de imposto de renda e contribuição social, foi de R\$ 132,2 milhões.
- Em 2007, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação e amortizações) alcançou R\$ 6,2 bilhões, o que representa um acréscimo de 6,9% no último ano. A margem alcançou 20,4%.

EBITDA (R\$ milhões)



EBITDA¹ (R\$ milhões)	Exercício de 2007	Exercício de 2006	Variação 2007/2006
Brasil.....	3.186	3.117	2,2%
América do Norte	1.926	1.710	12,6%
América Latina.....	604	545	10,9%
Europa	533	475	12,0%
Total	6.249	5.847	6,9%

1 - O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado, não podendo, portanto ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

Composição do EBITDA (R\$ milhões)	Exercício de 2007	Exercício de 2006	Variação 2007/2006
Lucro líquido	4.310	4.261	1,1%
Provisão para Imp. de Renda e Contrib. Social	954	889	7,4%
Resultado financeiro líquido	(332)	(440)	(24,5%)
Depreciação e amortizações	1.317	1.137	15,9%
EBITDA.....	6.249	5.847	6,9%

- No exercício, foram obtidas receitas financeiras líquidas (receitas financeiras menos despesas financeiras) de R\$ 332,6 milhões contra R\$ 440,3 milhões em 2006. Este valor inclui receitas de variação

cambial no montante de R\$ 723,3 milhões em 2007 e R\$ 329,6 milhões em 2006. Excluídas as variações cambiais resultantes da valorização do real sobre a dívida em moeda estrangeira, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 390,7 milhões no último exercício contra um resultado positivo de R\$ 110,6 milhões em 2006. Esta reversão foi ocasionada pela redução das aplicações financeiras e pelo aumento do endividamento em função das aquisições realizadas ao longo do ano de 2007.

- O resultado da equivalência patrimonial sobre os investimentos em Empresas não consolidadas atingiu R\$ 118,4 milhões no exercício contra R\$ 243,6 milhões em 2006. Esta redução deve-se ao menor resultado na *joint venture* Gallatin Steel, nos Estados Unidos.
- No exercício, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 4,3 bilhões, mantendo-se em linha com o valor obtido em 2006. A margem líquida foi de 14,1%. No Brasil, as unidades atingiram um lucro de R\$ 2,6 bilhões, em linha com o ano anterior. As operações nos Estados Unidos e no Canadá apresentaram um lucro líquido de R\$ 985 milhões, 12,4% maior que em 2006. Na América Latina, excetuando o Brasil, o lucro foi de R\$ 373,4 milhões, valor 23,1% menor que em 2006. As operações na Europa contribuíram com R\$ 366,4 milhões para o lucro líquido consolidado do exercício, 4,4% superior ao de 2006.

Lucro Líquido (R\$ milhões)	Exercício de 2007	Exercício de 2006	Variação 2007/2006
Brasil.....	2.586	2.549	1,4%
América do Norte	985	876	12,4%
América Latina.....	373	485	(23,1%)
Europa	366	351	4,4%
Total	4.310	4.261	1,1%

- Itens não-recorrentes afetaram o lucro líquido dos exercícios de 2006 e 2007, prejudicando a comparabilidade dos resultados apresentados. Na tabela a seguir está demonstrado o lucro líquido ajustado por esses efeitos.

Lucro Líquido Ajustado (R\$ milhões)	Exercício de 2007	Exercício de 2006	Variação 2007/2006
Brasil.....	2.718	2.465	10,3%
América do Norte	985	876	12,4%
América Latina.....	373	306	21,9%
Europa	398	351	13,4%
Total	4.474	3.998	11,9%

Nota: a) Em 2007, o lucro líquido foi afetado pelos seguintes valores não-recorrentes:

- No Brasil, por uma despesa de R\$ 132,2 milhões referente a débito do IPI relativo a créditos sobre insumos.
- Na Europa, por despesas de R\$ 32,0 milhões de efeito líquido da reorganização industrial.

b) Em 2006, o lucro líquido foi afetado pelos seguintes valores não-recorrentes:

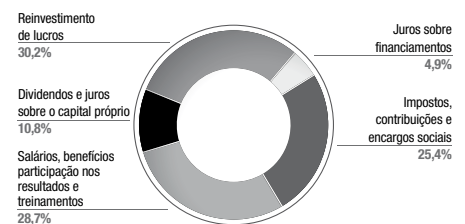
- Na América Latina, por receitas de R\$ 110,7 milhões de ajuste de valor de mercado referente a opções de compra e/ou venda de participações acionárias e de R\$ 68,0 milhões de amortização de deságio referente a compra de participação na unidade do Peru.
- No Brasil, por receitas de R\$ 83,7 milhões referentes ao êxito em processo judicial sobre recolhimentos indevidos de PIS/COFINS

c) Em termos consolidados, expurgando-se os efeitos não-recorrentes descritos nas notas "a" e "b" acima, o lucro líquido teria sido de R\$ 4,5 bilhões em 2007 e de R\$ 4,0 bilhões em 2006, apresentando um crescimento de 11,9%.

Valor Adicionado

- Em 2007, as Empresas Gerdau, em termos consolidados, geraram um valor adicionado de R\$ 10,5 bilhões, 5,5% superior ao de 2006. Este valor é resultante das receitas de produtos e serviços, líquido de descontos concedidos, no montante de R\$ 33,7 bilhões, deduzido dos custos de R\$ 23,2 bilhões relativos a matérias-primas e bens de consumo, serviços de terceiros, depreciação e amortizações, equivalência patrimonial e receitas financeiras.

Distribuição do Valor Adicionado (R\$ 10,5 bilhões)



- As operações no Brasil geraram um valor adicionado de R\$ 5,8 bilhões no exercício, 2,3% superior ao de 2006. Nas demais operações, tal valor atingiu R\$ 4,7 bilhões, uma elevação de 9,8% em relação ao ano anterior. Os negócios no Brasil contribuíram com 55,1% para o valor consolidado, enquanto os outros países adicionaram 44,9%.

Distribuição	Brasil (R\$ 5.790 milhões)	Exterior (R\$ 4.711 milhões)
Impostos, contribuições e encargos sociais	1.820	844
Salários, benefícios, participação nos resultados e treinamento	1.252	1.761
Reinvestimento de lucros	1.577	1.602
Dividendos e juros sobre o capital próprio	982	149
Juros sobre financiamentos ...	159	355

Investimentos

- De acordo com o programa de investimentos estabelecido para o triênio 2007-2009, a Gerdau aplicou, em 2007, US\$ 1,5 bilhão em ativo imobilizado. Paralelamente a isso, foram investidos outros US\$ 4,8 bilhões em um intenso programa de aquisições em países onde já possui operações bem como na expansão geográfica.
- Dos investimentos realizados em ativo imobilizado destacam-se o projeto de expansão da Gerdau Açominas, com a entrada em operação de um novo alto-forno, da segunda sinterização e de um novo lingotamento contínuo para blocos, e o aumento da capacidade instalada da unidade da Gerdau Ameristeel em Jacksonville, na Flórida, Estados Unidos.

Investimentos (US\$ milhões)	Exercício de 2007	Exercício de 2006
Brasil	1.046	718
Exterior	495	336
América do Norte	190	239
América Latina.....	165	53
Europa	140	45
Total em ativo imobilizado ..	1.541	1.054
Aquisições concluídas ¹		
América do Norte	4.283	299
América Latina.....	466	203
Europa	25	497
Total em aquisições	4.774	999
Total	6.315	2.053

1 - Não inclui valores de aquisições ainda não concluídas (SJK Steel, Corsa e Quanex).

As aquisições incluem dívidas das Empresas assumidas no período.

- Em 2007, a Gerdau continuou a expandir seus negócios por meio de aquisições, como pode ser constatado a seguir:

Estados Unidos

- Novembro: Quanex Corporation - aquisição ainda não concluída
Segunda maior produtora de aços especiais (*Special Bar Quality* - *SBQ*) nos Estados Unidos por meio do seu negócio siderúrgico MacSteel. Opera três *mini-mills* localizadas em Jackson, Michigan; Monroe, Michigan; e Fort Smith, Arkansas. A Empresa ainda opera seis unidades de transformação localizadas nos Estados de Michigan (duas), Ohio, Indiana (duas) e Wisconsin. A MacSteel tem uma capacidade instalada de 1,2 milhão de toneladas métricas de aço bruto por ano.

- Outubro: Enco Materials, Inc.

Líder no mercado de materiais para construção comercial, incluindo vergalhões cortados e dobrados, produtos para construção, estruturas para concreto, além de aço estrutural transformado e produtos para arquitetura. Com sede em Nashville, Tennessee, a Empresa possui oito filiais, localizadas em Arkansas, Tennessee e Geórgia.

CONTINUAÇÃO

- Setembro: Chaparral Steel Company
Segunda maior produtora de aço estrutural na América do Norte e também uma grande produtora de barras de aço. Opera duas *mini-mills* localizadas em Midlothian, Texas, e Dinwiddie County, Virginia. A Empresa tem capacidade instalada de 2,5 milhões de toneladas métricas de aço bruto por ano.
- Setembro: Re-Bars, Inc.
Localizada em Savannah, na Geórgia, a Empresa é fornecedora de aços cortados e dobrados.
- Agosto: D & R Steel, LLC
Aquisição realizada por meio da *joint venture* Pacific Coast Steel. A Empresa localiza-se em Glendale, no Arizona e é fornecedora de aços cortados e dobrados.
- Junho: Valley Placers, Inc.
Aquisição realizada por meio da *joint venture* Pacific Coast Steel. A Empresa é especializada na entrega e montagem de produtos de aço. Opera também uma unidade de corte e dobra e um centro de distribuição de produtos para construção.

Europa

- Outubro: Trefilados de Urbina, S.A.-Trefusa (Espanha)
Aquisição efetivada por meio da Sidenor Industrial (Corporación Sidenor), na qual a Gerdau tem uma participação de 40%. A Empresa é produtora de trefilados de aços especiais, localizada em Vitória, na Espanha.

América Latina

- Outubro: Corsa Controladora, S.A. de C.V. (México) - aquisição ainda não concluída
Assinada carta de intenções para a aquisição de uma participação de 49% do capital social. A Empresa é detentora de 100% do capital social da Aceros Corsa, S.A. de C.V. e de suas distribuidoras. Está localizada na cidade de Tlalnepantla, região metropolitana da cidade do México, e é uma *mini-mill* produtora de aços longos (perfis comerciais leves) com capacidade instalada de 150 mil toneladas de aço bruto por ano.
- Junho: SIZUCA - Siderúrgica Zuliana (Venezuela)
Mini-mill produtora de vergalhões, com capacidade instalada de 300 mil toneladas de aço bruto por ano.
- Maio: Industrias Nacionales - INCA (República Dominicana)
Aliança estratégica, com participação acionária de 49%, para o desenvolvimento de negócios na área de siderurgia na República Dominicana e no Caribe. A INCA é uma laminadora de produtos de aços longos e fabricante de produtos de aço de valor agregado. É também importadora de aços planos e longos, além de produtora de tubos e conexões de PVC. As vendas anuais de produtos de aço totalizam aproximadamente 400 mil toneladas.
- Março: Siderúrgica Tultitlán (México)
Mini-mill localizada na área metropolitana da cidade do México e produtora de vergalhões e perfis com capacidade instalada de 350 mil toneladas de aço bruto por ano. Com a conclusão do plano de investimentos que estava em andamento, a capacidade de produção passou para 500 mil toneladas de aço bruto por ano.

Ásia

- Junho: SJK Steel Plant Limited (Índia) - aquisição ainda não concluída
Joint venture com o Grupo Kalyani para operar uma planta siderúrgica em Tadipatri, no sul do Estado de Andhra Pradesh, na Índia. A Gerdau e o Grupo Kalyani terão cada um a participação de aproximadamente 45% no capital social da Empresa. Os demais 10% serão detidos por outros investidores.
- No dia 06 de março de 2007, a ANEEL transferiu para a Gerdau a concessão para geração de energia elétrica do complexo hidrelétrico Caçu e Barra dos Coqueiros, composto por duas usinas hidrelétricas a serem construídas no rio Claro, entre os municípios de Caçu e Cachoeira Alta, na região sudeste do Estado de Goiás. O empreendimento terá uma potência instalada de 155 MW (Caçu com 65 MW e Barra dos Coqueiros com 90 MW) e sua construção deverá estar concluída no início de 2010.
- Em 07 de novembro, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE aprovou a operação de compra, pela Gerdau, de 40% do capital social da Empresa *holding* Corporación Sidenor, S.A., controladora indireta da Aços Villares S.A. Essa decisão abre a possibilidade da integração das políticas de compras e de vendas, alocação de produtos por planta, assim como outras sinergias entre a Aços Villares S.A. e a Gerdau Aços Especiais S.A.
- Em dezembro de 2007, a Gerdau S.A. adquiriu totalidade das ações que os associados do Clube dos Empregados da Açominas - CEA

detinham nas Empresas Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. Essas ações equivalem a 2,89% do capital social de cada uma destas Empresas. O valor total da oferta é de R\$ 653,8 milhões.

Passivo Financeiro

- A dívida líquida (empréstimos e financiamentos, mais debêntures, menos disponibilidades e títulos e valores mobiliários), em 31/12/2007, totalizava R\$ 10,8 bilhões. Este montante é significativamente maior que o do final do ano de 2006 porque considera os financiamentos obtidos para pagamento de aquisições realizadas ao longo do ano, especialmente a Chaparral, no mês de setembro.
- Considerando-se a dívida bruta (empréstimos e financiamentos, mais debêntures), 16,0% eram de curto prazo (R\$ 2,5 bilhões) e 84,0% de longo prazo (R\$ 13,4 bilhões). O prazo médio de pagamento desta dívida é de 6 anos e 4 meses.
- Em 31 de dezembro, a dívida bruta era composta por 23,4% em reais, 19,3% em moeda estrangeira contratada pelas Empresas no Brasil e 57,3% em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior.
- O custo médio nominal ponderado da dívida bruta, em 31/12/2007, era de 10,2% do montante denominado em reais, de 6,0% mais variação cambial no total denominado em dólares tomados a partir do Brasil e de 7,4% na parcela tomada pelas subsidiárias no exterior.
- Ao final do exercício, as disponibilidades de caixa, somadas às aplicações financeiras, totalizavam R\$ 5,1 bilhões, dos quais R\$ 3,1 bilhões (60,6%) estavam indexados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar americano.

Endividamento (R\$ milhões)	31/12/2007	31/12/2006
Curto Prazo		
Moeda nacional (Brasil)	1.163	492
Moeda estrangeira (Brasil)..	496	571
Empresas no exterior	880	1.214
Total	2.539	2.277
Longo Prazo		
Moeda nacional (Brasil)	2.555	2.125
Moeda estrangeira (Brasil)..	2.570	3.646
Empresas no exterior	8.239	1.830
Total	13.364	7.601
Dívida Bruta.....	15.903	9.878
Disponibilidades e aplicações financeiras.....	5.139	6.379
Dívida Líquida	10.764	3.499

- Para a aquisição da Chaparral, a Gerdau implementou um plano de financiamento concluído com pleno êxito, ainda que em um momento em que as condições de mercado não eram favoráveis. Os financiamentos foram obtidos a taxas de juros atraentes, o que confirma a excelente imagem que a Empresa tem no mercado.
- O pagamento dessa aquisição, realizado em 14 de setembro, contou com a seguinte estrutura financeira:
 - *Term Loan Facility* de US\$ 2,75 bilhões, concedido por duas operações sindicalizadas internacionais com vencimento em 5 e 6 anos a um custo de *Libor* mais um *spread* entre 1,00% e 1,25% ao ano.
 - *Bridge Loan Facility* de 90 dias no montante de US\$ 1,15 bilhão a um custo de *Libor* mais 0,80% ao ano.
 - Disponibilidades da Gerdau Ameristeel no montante de US\$ 300 milhões.
- Para pagar parte dos empréstimos incorridos na aquisição da Chaparral, a Gerdau Ameristeel concluiu no dia 07 de novembro uma oferta de 110 milhões de ações ordinárias de sua emissão (mais um *overallotment* de 15%) ao preço de US\$ 12,25 por ação, totalizando recursos da ordem de US\$ 1,35 bilhão (US\$ 1,55 bilhão com o *overallotment*). A Gerdau S.A. subscreveu aproximadamente 84 milhões de ações dessa oferta para manter sua participação majoritária na Empresa, em torno de 66,5%.
- A estrutura de financiamento construída para pagar a Chaparral foi considerada, pela *International Financing Review* (IFR), a melhor operação de dívida montada para uma aquisição por uma Empresa da América Latina. Isto levou a Gerdau a receber o prêmio “2007 IFR Awards” na categoria “Latin American Loan”.
- A Gerdau S.A., para pagar a sua parte na subscrição realizada pela Gerdau Ameristeel, emitiu, em 17 de outubro, um bônus de dez anos, no valor de US\$ 1,0 bilhão, com vencimento em 20 de outubro de 2017. Os juros incorridos no financiamento foram de 7,25% ao ano, a serem pagos semestralmente a partir de abril de 2008. Esta operação

recebeu uma classificação de risco de BBB- (*investment grade*) da Standard & Poor's e da Fitch Ratings.

- Os principais indicadores do endividamento das Empresas Gerdau, no final de dezembro, eram os seguintes:

Indicadores	31/12/2007	31/12/2006
Dívida líquida/Capitalização		
total'	39,3%	19,1%
Dívida bruta/EBITDA	2,5x	1,7x
Dívida líquida/EBITDA	1,7x	0,6x

1 - Capitalização total = Patrimônio líquido + Dívida líquida

- O cronograma de amortização da dívida de longo prazo, incluindo as debêntures, em 31/12/2007, era o seguinte:

Ano	R\$ milhões
2009	1.353
2010	1.320
2011	2.948
2012	2.911
2013 e após	4.832
Total	13.364

- Em 23 de janeiro de 2007, a Fitch Ratings elevou a classificação de risco (*rating*) da Gerdau para Grau de Investimento (*Investment Grade*) para crédito corporativo de longo prazo em moeda local e estrangeira. No dia 04 de junho, foi a vez da Standard & Poor's atribuir a mesma nota para crédito corporativo da Gerdau. Esta classificação de risco por parte das agências de *rating* certamente contribuirá para que a Empresa consiga captar recursos a um custo mais baixo como também para a sua imagem no mercado de capitais. Importante lembrar que, mesmo após a aquisição da Chaparral, nos Estados Unidos, a classificação de risco da Gerdau não foi alterada pelas agências de *rating*.

Responsabilidade Social e Ambiental

- Em 2007, a Gerdau reforçou seu papel no processo de consolidação da siderurgia mundial e manteve sua trajetória de expansão. O crescimento, assim como tem ocorrido ao longo dos anos, vem sempre acompanhado pelo respeito às pessoas e ao meio ambiente. Por isso, a Empresa seguirá investindo no desenvolvimento das comunidades e contribuindo com a preservação da natureza. Também continuará reforçando o foco no cliente, a criação de valor aos acionistas, a busca pela qualidade superior de seus produtos e serviços, a segurança no ambiente de trabalho, a ampliação da produtividade e a redução de custos. O quadro de Indicadores Sociais, que acompanha as demonstrações financeiras, apresenta os números de 2007, de acordo com o padrão do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).
- A Gerdau respeita o meio ambiente e, por isso, investe em pesquisas, em sistemas de proteção atmosférica e de reaproveitamento de água, no desenvolvimento de fontes alternativas de energia e na redução das emissões de CO₂. Em 2007, foram destinados US\$ 345,7 milhões para a área ambiental, o que representa uma evolução de 105,1% sobre 2006.
- A contribuição para a preservação ambiental também ocorre a partir da utilização da sucata, a principal matéria-prima do processo industrial. Com esta iniciativa, a Empresa reduz a necessidade de uso de energia e, conseqüentemente, as emissões de CO₂.
- Modernos sistemas de despoejamento instalados nas unidades industriais da Empresa contribuem para proteger a atmosfera. Esses equipamentos absorvem as partículas sólidas geradas no processo produtivo do aço.
- O consumo de água, fundamental no processo produtivo, também recebe atenção redobrada da Gerdau. Atualmente, 97,6% da água utilizada durante a produção do aço é tratada e reaproveitada internamente.
- As unidades industriais da Gerdau mantêm cinturões verdes em seu entorno com a finalidade de contribuir para a preservação da biodiversidade nos locais onde está presente. Em 2007, de um total de 17,7 mil hectares de propriedade da Empresa, 2,5 mil hectares são áreas de reserva legal ou preservação permanente e 8,2 mil hectares de matas nativas.
- Um dos diferenciais competitivos da Empresa é o alto comprometimento dos seus mais de 37 mil profissionais com o negócio. Isso reflete a transparência, o respeito e a busca de ganhos mútuos que pautam o relacionamento com seus colaboradores.
- A Gerdau investe em capacitação e possui programas que destinam-se a preparar lideranças globais para trabalhar em qualquer unidade da Empresa no mundo e a treinar talentos nas diversas áreas da Empresa. Em 2007, os recursos destinados à área somaram R\$ 44,6

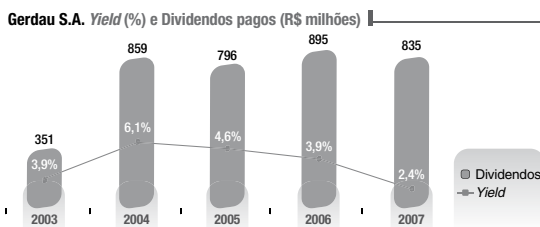
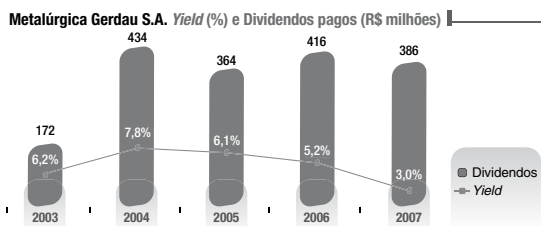
CONTINUAÇÃO

milhões, valor 20,4% maior que o registrado em 2006.

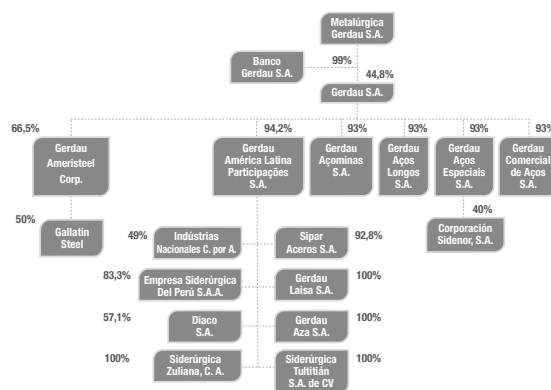
- A possibilidade de uma carreira internacional e de forte desenvolvimento profissional, assim como a valorização do empreendedorismo, elevam a capacidade da Gerdau de atrair talentos. Uma das principais iniciativas para recrutamento e formação de novos profissionais é o programa de *trainees*. Em 2007, 318 jovens ingressaram na Gerdau por meio do programa de *trainees* em sete países - Brasil, Estados Unidos, Canadá, Colômbia, Argentina, Uruguai e Chile.
- A segurança dos colaboradores e dos prestadores de serviço é prioridade absoluta dentro da Empresa. A Gerdau tem como objetivo zerar o número de acidentes e, por isso, investe em tecnologias, treinamentos, equipamentos de proteção, campanhas de conscientização e no Sistema de Segurança Total - conjunto das melhores práticas seguido por todas as operações.
- A satisfação em trabalhar na Gerdau está entre as mais altas do mundo, segundo a consultoria internacional responsável pela pesquisa de clima interno. Em 2007, o índice de satisfação foi de 78%, sendo que 92% dos colaboradores convidados a participar responderam à pesquisa.
- A Gerdau está comprometida com o desenvolvimento da sociedade. Para tanto, busca soluções inteligentes que contribuam para o crescimento do negócio, com desenvolvimento social e respeito ao meio ambiente. Acredita na oportunidade das parcerias com clientes, fornecedores, colaboradores, poder público, Empresas e organizações da sociedade civil. As políticas e diretrizes são conduzidas pelo Instituto Gerdau. Em 2007, foram investidos R\$ 72,7 milhões o que representa um crescimento de 40,9% sobre 2006.
- Nas comunidades, contribui com programas para a melhoria da qualidade da educação, a formação de empreendedores, a difusão da gestão pela qualidade total e diversas outras ações nas áreas da cultura e do esporte.
- O trabalho voluntário é um importante canal de participação dos colaboradores no apoio às comunidades. Em 2007, 6.287 colaboradores atuaram como voluntários, número 67% maior que o registrado em 2006.

Mercado de Capitais e Governança Corporativa

- Em 2007, a Gerdau completou 60 anos de presença no mercado de capitais. Nos idos de 1947, quando o mercado de capitais brasileiro ainda era incipiente, a Gerdau iniciou sua trajetória nas bolsas de valores, vislumbrando uma grande oportunidade de financiar seu crescimento. Iniciou-se também, naquele ano, o pagamento de dividendos de maneira ininterrupta aos seus acionistas. Atualmente, suas ações são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova York, Madri e Toronto. A confiança depositada pelos acionistas desde aquela época possibilitou à Gerdau expandir seus negócios para treze países, obter um faturamento anual em torno de US\$ 20 bilhões e se afirmar cada vez mais como uma Empresa global.
- A Metalúrgica Gerdau S.A. e Gerdau S.A. possuem políticas de remuneração claras e alinhadas ao mercado, distribuindo, no mínimo, 30% do lucro líquido ajustado, enquanto a lei vigente no Brasil exige um mínimo de 25%. Além disso, os dividendos são pagos trimestralmente.
- Desde 2002 os acionistas minoritários detentores de ações ordinárias e preferenciais da Metalúrgica Gerdau S.A. e da Gerdau S.A. gozam do direito de *tag along*, que lhes garante o recebimento de 100% do valor pago aos controladores em eventual alienação do controle da companhia. A Lei das Sociedades Anônimas no Brasil assegura o pagamento aos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias o valor pago ao controlador limitado a 80%.
- Nos gráficos a seguir estão demonstrados os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio pagos relativamente ao lucro líquido de cada ano e o *dividend yield*, que é a relação entre os dividendos por ação e a cotação das ações no final de cada exercício. Vale lembrar que, além dessa remuneração, os acionistas beneficiam-se, ainda, da valorização das ações em bolsa de valores, que foi de 68,1% na Metalúrgica Gerdau S.A. e de 53,6% na Gerdau S.A.



- Pelo segundo ano consecutivo, as duas Empresas de capital aberto da Gerdau no Brasil - Metalúrgica Gerdau S.A. e Gerdau S.A. - foram selecionadas para compor a carteira do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa. Participar desse índice reflete as melhores práticas de responsabilidade social e sustentabilidade Empresarial, assim como colocam as Empresas Gerdau no seletivo grupo de integrantes de tão importante indicador do mercado de ações brasileiro.
- Além do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial, as ações da Metalúrgica Gerdau S.A. e da Gerdau S.A. fazem parte ainda do IGC - Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada; do ITAG - Índice de Ações com Tag Along Diferenciado; do IBOVESPA - Índice Bovespa; do IBrX 50 - Índice Brasil 50; e do INDX - Índice do Setor Industrial.
- Em dezembro de 2007, a estrutura societária da Gerdau era, de uma forma simplificada, a seguinte:



- Em consonância com a sua VISÃO de ser uma Empresa siderúrgica global, a Gerdau foi a primeira organização brasileira a publicar suas demonstrações financeiras no padrão contábil internacional conhecido como *International Financial Reporting Standards - IFRS* e consubstanciado na Instrução CVM nº 457, de 13/07/2007. Esta nova prática contábil padroniza as informações de acordo com modelos internacionais, o que aumenta a transparência e a confiabilidade dos dados financeiros divulgados.
- No dia 20/04/2007, a Gerdau obteve a certificação exigida pela seção 404 da lei norte-americana Sarbanes-Oxley (SOX) sobre a estrutura de controles internos dos processos relevantes que impactam nas demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício de 2006. A conclusão dos trabalhos e a certificação obtida ratificam o compromisso da Gerdau com altos padrões éticos e práticas de boa governança corporativa e a permanente preocupação da Empresa em assegurar elevado padrão de controle de seus processos, transparência e criação de valor para seus acionistas.
- A Gerdau foi a vencedora do 11º "Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa - Troféu Transparência", referente às suas demonstrações contábeis de 2006. Foi a 8ª vez consecutiva que a Gerdau foi classificada entre as dez Empresas que apresentaram as melhores demonstrações financeiras e a primeira vez que recebeu o prêmio principal. Concorrem Empresas sediadas em todo o território nacional, selecionadas entre as 500 maiores e melhores Empresas privadas nas áreas de comércio, indústria e serviços, exceto serviços financeiros, além das 50 maiores estatais.
- Para manter os analistas e investidores informados sobre o desempenho dos seus negócios, a Organização possui canais de comunicação permanentes e realiza visitas, participa de conferências e faz apresentações em diversos mercados financeiros no mundo. Também tem um *website* com informações específicas para os acionistas individuais e para os gestores de clubes, fundos e carteiras de investimentos. Os interessados podem obter informações e esclarecimentos sobre o negócio e o desempenho da Empresa por telefone (+55 51 3323.2703) e por *e-mail* (inform@gerdau.com.br) junto à equipe da Área de Relações com Investidores.
- Com vistas a manter os analistas e investidores atualizados sobre os negócios da Empresa, são realizadas teleconferências trimestralmente, em português e em inglês, por ocasião da divulgação dos resultados. Nestes eventos, os resultados alcançados são apresentados e comentados, seguindo-se uma sessão de perguntas e respostas. Tais eventos contaram com mais de 1.150 participantes via telefone e Internet.

- No ano de 2007, a Gerdau promoveu diversas reuniões com Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC): no mês de maio, em São Paulo, e em novembro, em Porto Alegre e novamente em São Paulo. Os eventos contaram com mais de 480 participantes. Além desses eventos, foram realizadas, ainda, mais de 120 reuniões individuais no Brasil, incluindo visitas a plantas industriais da Gerdau e apresentações para investidores e analistas de mercado. No exterior, foram realizadas 230 visitas e apresentações.
- Em 23 de janeiro de 2007, a Fitch Ratings elevou a classificação de risco (*rating*) da Gerdau para Grau de Investimento (*Investment Grade*) para crédito corporativo de longo prazo em moeda local e estrangeira. Em 04 de junho, foi a vez da Standard & Poor's atribuir a mesma nota para a Empresa. Esta classificação de risco certamente contribuirá para que a Gerdau consiga captar recursos a um custo mais baixo como também para a sua imagem no mercado de capitais.
- A usina Gerdau Riograndense, localizada em Sapucaia do Sul-RS, foi uma das vencedoras do Prêmio Nacional da Qualidade, o maior reconhecimento à excelência na gestão das organizações brasileiras. Foi a primeira vez que a unidade participou da avaliação que examinou seu desempenho nos critérios do PNQ: liderança, estratégias e planos, clientes, sociedade, informações e conhecimento, pessoas, processos e resultados.
- Em janeiro de 2007 foi realizada a quinta sucessão ao longo dos 107 anos de história da Gerdau. Foi um processo estruturado, que contou com o envolvimento de consultorias externas e de equipes internas, e assegurou tranquilidade e segurança aos negócios e aos mercados. Naquele momento, Jorge Gerdau Johannpeter, Frederico Gerdau Johannpeter e Carlos J. Petry, que acumulavam os cargos de presidente-executivo e vice-presidentes executivos seniores e de membros do Conselho de Administração, passaram a atuar exclusivamente como conselheiros. André Gerdau Johannpeter tornou-se diretor-presidente (CEO) e Claudio Gerdau Johannpeter, diretor-geral de operações (COO).
- Dando continuidade ao processo de sucessão, no início de 2008, André Gerdau Johannpeter, diretor-presidente (CEO), assumiu também posição no Conselho de Administração, em substituição a Carlos J. Petry, que se aposentou. Além disso, o Conselho irá propor aos acionistas, na assembléia a se realizar em abril de 2008, que Claudio Gerdau Johannpeter, diretor-geral de operações (COO), passe também a compor este órgão.

PERSPECTIVAS

O cenário atual de crescimento econômico, tanto no Brasil quanto em outras regiões no mundo, indica que a demanda por produtos siderúrgicos continuará elevada ao longo do ano de 2008. Segundo o *Internacional Iron and Steel Institute* (IISI), a demanda aparente por produtos siderúrgicos deverá crescer 7% globalmente, destacando-se a forte demanda no Brasil, na Rússia, na Índia e na China. Projeta-se ainda a manutenção da demanda por aço nos Estados Unidos. As perspectivas para a América do Sul e América Central também são favoráveis e apontam para uma expansão média de 5% na demanda por produtos siderúrgicos.

Neste contexto, a Gerdau manterá sua estratégia de crescer com rentabilidade, aproveitando oportunidades de investimento para ampliar a presença em países onde já atua e avaliando novas possibilidades de expansão geográfica. Também trabalhará para consolidar-se como um dos principais produtores de aços longos comuns e de aços longos especiais, bem como crescer no segmento de aços planos, de forma a oferecer uma ampla linha de produtos e serviços para os seus clientes. Mesmo com as projeções positivas, a Empresa seguirá atenta à crise imobiliária que afetou os Estados Unidos em 2007 e às suas consequências nas economias do mundo. Esse problema, entretanto, não atingiu diretamente os negócios da Empresa, já que o foco da Gerdau no País não é o setor da construção civil residencial, principal prejudicado pela crise. As vendas da Empresa são direcionadas, principalmente, à construção civil não-residencial e à indústria metal-mecânica.

Para manter-se competitiva e acompanhar o crescimento mundial do setor, a Gerdau vem realizando investimentos para ampliar e atualizar suas unidades, além de aumentar a geração própria de energia e incrementar a produção de minério de ferro, uma importante matéria-prima siderúrgica. Para o período de 2008 a 2010, estão previstos investimentos de aproximadamente US\$ 6,4 bilhões, dos quais 70,0% deverão ser destinados para as usinas brasileiras e 30,0% para as unidades no exterior.

Por fim, a Empresa quer registrar seus agradecimentos aos clientes, fornecedores, representantes, acionistas, instituições financeiras, órgãos governamentais e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2008

A ADMINISTRAÇÃO

CONTINUAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	2007	2006		Nota	2007	2006
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.026.096	1.070.524	Fornecedores		2.586.634	2.413.949
Aplicações financeiras				Empréstimos e financiamentos	14	2.500.985	2.274.523
Títulos para negociação		2.836.903	4.749.400	Debêntures	15	38.125	2.932
Títulos disponíveis para venda		276.374	263.893	Impostos e contribuições sociais a recolher	17	462.311	465.724
Títulos mantidos até o vencimento		-	295.472	Salários a pagar		518.098	379.301
Contas a receber de clientes	6	3.172.316	2.842.568	Dividendos a pagar		392	185.458
Estoques	7	6.056.661	5.052.865	Perdas não realizadas com derivativos	16	1.964	2.690
Créditos tributários	8	598.317	527.420	Outras contas a pagar		478.639	466.843
Pagamentos antecipados		108.690	84.014			6.587.148	6.191.420
Ganhos não realizados com derivativos	16	14	5.687				
Outras contas a receber		237.602	192.113				
		15.312.973	15.083.956				
ATIVO NÃO-CIRCULANTE				PASSIVO NÃO-CIRCULANTE			
Créditos tributários	8	594.894	449.590	Empréstimos e financiamentos	14	12.461.128	6.671.456
Imposto de renda/contribuição social diferidos	9	933.851	915.765	Debêntures	15	903.151	929.024
Ganhos não realizados com derivativos	16	1.553	14.160	Imposto de renda/contribuição social diferidos	9	2.315.771	1.474.931
Pagamentos antecipados		110.207	56.570	Perdas não realizadas com derivativos	16	16.106	22.425
Depósitos judiciais	18	223.735	168.145	Provisão para contingências	18	489.103	402.795
Outras contas a receber		290.783	257.900	Benefícios a empregados	20	794.125	708.316
Gastos antecipados com plano de pensão	20	417.723	311.740	Opções por compra de ações	16.f	889.440	547.953
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	11	613.112	450.080	Outras contas a pagar		379.589	459.720
Outros investimentos	11	33.753	31.588			18.248.413	11.216.620
Ágios	12	6.043.396	437.838				
Intangível	13	1.073.715	45.381				
Imobilizado	10	15.827.944	13.373.543				
		26.164.666	16.512.300				
TOTAL DO ATIVO				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		41.477.639	31.596.256	Capital social	22	7810.453	7810.453
				Ações em tesouraria		(106.667)	(109.609)
				Reserva legal		278.713	159.109
				Lucros acumulados		5.779.339	3.030.459
				Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira		(1.049.333)	(259.130)
						12.712.505	10.631.282
				PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS		3.929.573	3.556.934
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO INCLUINDO MINORITÁRIOS		16.642.078	14.188.216
				TOTAL DO PASSIVO		41.477.639	31.596.256

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2007	2006
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS			
Custo das vendas	29	(23.131.527)	(19.039.266)
LUCRO BRUTO			
Despesas com vendas	29	(618.938)	(557.045)
Despesas gerais e administrativas	29	(1.877.654)	(1.784.865)
Outras receitas (despesas) operacionais	25	(171.958)	(36.163)
LUCRO OPERACIONAL			
Resultado da equivalência patrimonial		4.813.451	4.466.572
		118.399	243.550
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS			
Receitas financeiras		4.931.850	4.710.122
Despesas financeiras		815.763	939.484
Variação cambial, líquida		(1.202.027)	(903.292)
Ganhos e perdas com derivativos, líquido		723.289	329.633
		(4.456)	74.467
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS			
Provisão para imposto de renda e contribuição social		5.264.419	5.150.414
Corrente	9	(872.315)	(906.297)
Diferido	9	(82.011)	17.361
		(954.326)	(888.936)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			
		4.310.093	4.261.478
ATRIBUÍDO A:			
Participação do controlador		3.552.751	3.546.934
Participação dos minoritários		757.342	714.544
		4.310.093	4.261.478
Lucro básico por ação - ordinária e preferencial	23	5,36	5,34
Lucro diluído por ação - ordinária e preferencial	23	5,32	5,30

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO FLUXO DE CAIXA

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2007	2006
Fluxo de caixa da atividade operacional			
Lucro líquido do exercício (inclui participação dos minoritários)		4.310.093	4.261.478
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		1.317.156	1.136.950
Equivalência patrimonial		(118.399)	(243.550)
Variação cambial		(723.289)	(329.633)
Ganhos com derivativos, líquido		4.456	(74.467)
Benefícios pós-emprego e remuneração baseada em ações		(141.656)	(212.012)
Imposto de renda e contribuição social diferido		82.011	(17.361)
Perda na alienação de imobilizado e investimento		87.069	39.803
Provisão de créditos de liquidação duvidosa		15.116	16.633
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas		178.381	(52.061)
Distribuição de <i>joint ventures</i>		109.959	217.169
Receita de juros de aplicações financeiras		(668.570)	(820.940)
Despesa de juros sobre dívidas financeiras		750.033	729.061
		5.202.360	4.651.070
Variação de ativos e passivos:			
Aumento de contas a receber		(482.616)	(290.638)
Aumento de estoques		(777.724)	(186.347)
Aumento de contas a pagar e provisões		455.987	245.483
Aumento de outros ativos		(456.834)	(109.353)
Aumento de outros passivos		1.158.891	656.841
Aplicações financeiras de títulos para negociação		(4.191.788)	(7.704.288)
Resgate de aplicações financeiras de títulos para negociação ..		6.864.285	6.627.754
Caixa proveniente das atividades operacionais			
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos		(711.518)	(555.092)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(696.728)	(912.860)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
		6.364.315	2.422.570
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições de imobilizado		(2.757.093)	(2.373.508)
Pagamentos na aquisição de empresas	3.6	(8.525.731)	(669.603)
Juros recebidos sobre aplicações financeiras		191.561	752.424
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos			
		(11.091.263)	(2.290.687)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(1.199.424)	(1.070.197)
Financiamentos obtidos		11.693.389	4.606.793
Pagamentos de financiamentos		(5.622.460)	(3.629.755)
Aumento de capital		907.324	-
Financiamentos com empresas ligadas, líquido		291.440	(49.142)
Caixa líquido proveniente de (usado em) atividades de financiamentos			
		6.070.269	(142.301)
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		(387.749)	(146.758)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		955.572	(157.176)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.070.524	1.227.700
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			
		2.026.096	1.070.524

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

CONTINUAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADAS (Valores expressos em milhares de reais)

	Atribuído a participação dos controladores					Participação dos minoritários	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva legal	Lucros acumulados	Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira		
Saldo em 01/01/2006	5.206.969	(60.254)	465.063	2.623.507	-	2.087.167	10.322.452
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.546.934	-	714.544	4.261.478
Aumento de capital.....	2.603.484	-	(450.000)	(2.153.484)	-	-	-
Opções de ações exercidas durante o período.....	-	14.245	-	(1.363)	-	-	12.882
Ganho na venda de ações em tesouraria	-	-	-	189	-	-	189
Dividendos/juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	(821.063)	-	(157.282)	(978.345)
Destinações propostas à Assembléia Geral	-	-	144.046	(144.046)	-	-	-
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira.....	-	-	-	-	(259.130)	(164.663)	(423.793)
Participações de minoritários sobre alocação do valor justo.....	-	-	-	-	-	777.299	777.299
Efeito de minoritários sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	299.869	299.869
Opções por compra de ações.....	-	-	-	(20.215)	-	-	(20.215)
Ações em tesouraria.....	-	(63.600)	-	-	-	-	(63.600)
Saldo em 31/12/2006	7.810.453	(109.609)	159.109	3.030.459	(259.130)	3.556.934	14.188.216
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.552.751	-	757.342	4.310.093
Aumento de capital em subsidiárias	-	-	-	-	-	965.469	965.469
Despesa com plano de opções de ações reconhecido no período	-	2.942	-	2.765	-	-	5.707
Opções de ações exercidas durante o período.....	-	-	-	3.452	-	-	3.452
Ganho na venda de ações em tesouraria	-	-	-	152	-	-	152
Dividendos/juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	(726.170)	-	(294.093)	(1.020.263)
Destinações proposta à Assembléia Geral	-	-	119.604	(119.604)	-	-	-
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira.....	-	-	-	-	(790.203)	(338.661)	(1.128.864)
Participações de minoritários sobre alocação do valor justo.....	-	-	-	-	-	(18.502)	(18.502)
Efeito de minoritários sobre entidades consolidadas	-	-	-	(6.089)	-	(282.437)	(288.526)
Opções por compra de ações.....	-	-	-	52.942	-	(417.963)	(365.021)
Ações em tesouraria.....	-	-	-	1.797	-	-	1.797
Gastos com aumento de capital em subsidiária.....	-	-	-	(26.839)	-	-	(26.839)
Ganhos não realizados em aplicações disponíveis para venda.....	-	-	-	13.723	-	1.484	15.207
Saldo em 31/12/2007	7.810.453	(106.667)	278.713	5.779.339	(1.049.333)	3.929.573	16.642.078

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31/12/2007 E DE 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Gerdau S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro - RJ, Brasil, empresa *holding* integrante do Grupo Gerdau, dedicado, principalmente, à produção e à comercialização de produtos siderúrgicos em geral, através de usinas localizadas no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, Estados Unidos, Canadá, Espanha e Índia.

O Grupo Gerdau tem uma capacidade instalada de 24,8 milhões de toneladas de aço bruto por ano, produzindo aço em fornos elétricos, a partir de sucata e ferro-gusa adquiridos, em sua maior parte, na região de atuação de cada usina (conceito de *mini-mill*), bem como produzindo aço a partir de minério de ferro (em altos-fornos e via redução direta), além de possuir unidades voltadas exclusivamente à produção de aços especiais. É o maior reciclador de sucata da América Latina e está entre os maiores do mundo.

O mercado mais importante é o setor industrial, onde fabricantes de bens de consumo, tais como automóveis e aparelhos para uso doméstico e comercial, utilizam, basicamente, perfis nas várias especificações disponíveis, seguindo o setor da construção civil, que demanda grande volume de vergalhões e arames para concreto. Também são bastante numerosos os consumidores de pregos, grampos e arames, muito utilizados na agropecuária.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Gerdau S.A. e empresas controladas (em conjunto, a "Companhia") foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12/02/2008.

2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 - Base de apresentação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31/12/2007 e de 2006 foram preparadas de acordo com *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia eram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM até 31/12/2006 e estas práticas diferem, em algumas áreas, do IFRS. Na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício de 2007, a Companhia ajustou alguns métodos de contabilização, avaliação e consolidação, aplicados em BRGAAP, no intuito de cumprir as práticas adotadas no IFRS. Os dados comparativos referentes a 2006 foram refeitos para refletir estes ajustes, à exceção daqueles descritos na isenção das práticas contábeis opcionais e obrigatórias, descrito nas notas 4.1.2 e 4.1.3. Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas estão sendo apresentadas em IFRS em substituição às Demonstrações Financeiras Consolidadas segundo o BRGAAP, conforme faculta a Instrução CVM nº 457, de 13/07/2007.

A reconciliação e a descrição dos efeitos da transição das práticas contábeis adotadas no Brasil para o IFRS, relativas ao patrimônio líquido, ao resultado e ao fluxo de caixa, estão demonstradas na nota 4.

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão demonstradas na nota 2.18. As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não-circulantes e instrumentos financeiros.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para o exercício findo em 31/12/2007. As principais normas aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas estão listadas a seguir:

- IFRS 1 - Adoção do IFRS pela primeira vez;
- IFRS 2 - Pagamento baseado em ações;
- IFRS 3 - Combinação de negócios;
- IFRS 7 - Instrumentos financeiros;
- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras;
- IAS 2 - Estoques;
- IAS 7 - Fluxo de caixa;
- IAS 12 - Imposto de renda;
- IAS 19 - Benefícios a empregados;
- IAS 27 - Demonstrações Financeiras consolidadas e investimentos em subsidiárias;
- IAS 28 - Investimentos em associadas;
- IAS 31 - *Joint-ventures*;
- IAS 32 - Apresentação de instrumentos financeiros;
- IAS 33 - Lucro por ação;
- IAS 36 - Deterioração de ativos;
- IAS 37 - Provisões e contingências;
- IAS 38 - Intangíveis;
- IAS 39 - Reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros.

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-

se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias a administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As Demonstrações Financeiras Consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Gerdau S.A..

b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado.

c) Empresas do grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial (nenhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias) que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio, são reconhecidas no patrimônio líquido, na conta "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira".

2.3 - Ativos financeiros

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

b) Aplicações financeiras

A Companhia classifica suas aplicações financeiras nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação. A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento, desde que a Administração tenha a intenção e possua condições financeiras de manter a aplicação financeira até seu vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda.

As aplicações financeiras mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido por juros, correção monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridos até a data das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As aplicações financeiras para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

As aplicações financeiras disponíveis para venda são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido quando incorridas. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são baixados para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou não recuperável.

c) Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Informações referentes a abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos, além da provisão para risco de crédito estão demonstradas na nota 6.

d) Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (*impairment*).

São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.4 - Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos o custo estimado para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas

CONTINUAÇÃO

quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada para este.

2.5 - Imobilizado

São avaliados ao custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização; (c) os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidas diretamente no resultado quando incorridas.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 2.7).

2.6 - Intangível

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos de certificados de redução de emissão de carbono, contratos de prestação de serviços de longo prazo de corte e dobra de aço, contratos e relacionamento com clientes, que representam a capacidade de geração de valor agregado de companhias adquiridas com base no histórico de relacionamento com clientes. Os ativos intangíveis são amortizados geralmente levando em conta a sua utilização efetiva, considerando que possuem vida útil definida, ou bases sistemáticas de amortização mensal. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 2.7).

2.7 - Provisão para recuperação dos ativos de vida longa

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

2.8 - Investimentos

a) Investimentos em empresas controladas

A Companhia classifica seus investimentos entre investimentos avaliados por equivalência patrimonial e outros investimentos. Os investimentos são mensurados e registrados conforme descrito na nota 3.

A Companhia consolidou integralmente as Demonstrações Financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembléia Geral ou o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações em que a Companhia detenha, em substância, o controle de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na rubrica de "Participação dos acionistas minoritários".

Para as aquisições de empresas realizadas a partir de 01/01/2006, data da transição para o IFRS pela Companhia, os ativos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. A participação dos acionistas minoritários é apresentada pela respectiva proporção do valor justo dos ativos e passivos identificados.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até a data da sua alienação, respectivamente. As transações e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes das transações entre empresas do Grupo Gerdau são igualmente anuladas.

Sempre que necessário são efetuados ajustes às Demonstrações Financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respectivas práticas contábeis de acordo com o IFRS aplicadas pela Companhia.

b) Investimentos em empresas com controle compartilhado e *joint ventures*

Empresas com controle compartilhado e *joint ventures* são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em empresas com controle compartilhado são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, desde a data que o controle conjunto é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas com controle compartilhado são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos e outras variações no patrimônio líquido destas empresas. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*).

As perdas em empresas com controle compartilhado em excesso ao investimento efetuado nessas entidades, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da empresa controlada em conjunto na respectiva data de aquisição do investimento é registrado como ágio. O ágio é adicionado ao valor do respectivo investimento financeiro e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

Os ganhos e perdas em transações com empresas com controle compartilhado são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia, por contrapartida do valor do investimento financeiro nessa mesma empresa com controle compartilhado.

c) Investimento em empresas associadas

Uma empresa associada é uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas que não detém controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas associadas são reconhecidas no balanço consolidado ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destas em contrapartida de ganhos ou perdas em ativos financeiros e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*).

As perdas em empresas associadas em excesso ao investimento efetuado nessas entidades, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da empresa associada na respectiva data de aquisição do investimento é registrado como ágio. O ágio é adicionado ao valor do respectivo investimento e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma diminuição do valor dos investimentos.

Os ganhos e perdas em transações com empresas associadas são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia na empresa associada, por contrapartida do valor do investimento nessa mesma associada.

2.9 - Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais

a) Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Instrumentos de patrimônio

Um instrumento patrimonial é baseado em um contrato que demonstre a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidos todos os seus passivos.

d) Garantias financeiras de contratos passivos

Garantias financeiras de contratos passivos são mensuradas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo maior entre o montante da obrigação segundo o contrato e o montante inicialmente reconhecido menos, se aplicável, amortização acumulada.

2.10 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras nos países onde as subsidiárias e associadas da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas a interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidas não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

2.11 - Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros, bônus, pagamento com base em ações e outros benefícios de aposentadoria e desligamento. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia encontra-se nas notas 20 e 26.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do corredor, conforme descrito na nota 20.

2.12 - Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.13 - Transações com partes relacionadas

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil são atualizados pela taxa média ponderada de captação no mercado. Os contratos com empresas no exterior são atualizados por encargos (*Libor* + 3% a.a.) mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos semelhantes às transações com terceiros não relacionados.

2.14 - Distribuição de dividendos

É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Gerdau S.A.. O estatuto social da Gerdau S.A. prevê que, no mínimo, 30% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Gerdau S.A. registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

2.15 - Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada a propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas.

2.16 - Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente

Os gastos relacionados ao atendimento de regulamentos ambientais são considerados como custo de produção, quando se referirem a gastos rotineiros e usuais, ou capitalizados quando incorridos, quando se referirem a projetos de longo prazo que gerarão retorno em prazo superior a um ano.

2.17 - Contratos de arrendamento (*leasing*)

Os contratos de *leasing* dos quais parcela relevante dos riscos e direitos de propriedade são mantidos pelo locador, são classificados como *leasing* operacional. Os pagamentos realizados nos contratos de *leasing* operacionais são registrados no resultado do exercício de forma linear durante o período de vigência desses contratos.

2.18 - Uso de estimativas

Na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem, portanto, estimativas referentes à seleção da vida útil do ativo imobilizado (nota 10), estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos contingentes (nota 18), determinações de provisões para imposto de renda (nota 9), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares (nota 16). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

CONTINUAÇÃO

2.19 - Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Práticas contábeis críticas são aquelas que são tanto (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, freqüentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações freqüentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

a) Imposto de renda diferido

O método do passivo (conforme o conceito descrito no IAS 12 - *liability method*) de contabilização do imposto de renda é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das Demonstrações Financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

b) Benefícios de pensão e pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações;

ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;

iii) Os custos do serviço passado decorrente de correções do plano são amortizados linearmente pelo período médio remanescente de serviço dos empregados ativos na data da correção;

iv) O excesso de ganho ou perda atuarial líquida acima de 10% do maior entre o valor da obrigação do benefício e o valor de mercado dos ativos do plano é amortizado ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados ativos;

v) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

c) Passivos ambientais

A Companhia registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos potenciais de limpeza e de reparação em locais ambientais conhecidos. A Companhia possui uma equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, e usa especialistas externos quando necessário. Esses profissionais desenvolvem estimativas de passivos potenciais nestes locais com base em custos de reparação projetados e conhecidos. Esta análise demanda da Companhia estimativas significativas, e mudanças nos fatos e circunstâncias podem resultar em variações materiais na provisão ambiental.

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos considerando cotações obtidas junto aos participantes do mercado, que consiste no valor justo dos instrumentos financeiros na data das Demonstrações Financeiras. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil causou, em certos períodos, mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, gerando variações significativas no valor de mercado dos *swaps* em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

e) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas práticas da indústria e experiência prévia e refletem a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

f) Valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos não cotados

A Companhia realizou instrumentos financeiros relativos a algumas das aquisições, que envolvem compromissos na aquisição de ações de acionistas minoritários das empresas adquiridas, ou concedeu opções de venda a alguns acionistas minoritários para venderem suas ações à Companhia. Esses instrumentos financeiros derivativos estão registrados no balanço patrimonial da Companhia na conta Opções por compra de ações (nota 16.f), e a determinação desse valor envolve uma série de estimativas que podem ter impacto significativo no resultado final do cálculo. A Companhia estima o valor de mercado das empresas cujas ações a Companhia tem compromisso de aquisição utilizando múltiplos *EBITDA* (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) de empresas similares negociadas no mercado. A Companhia acredita que tal critério seja apropriado, alinhado com as práticas observadas no mercado para valorização de instrumentos não cotados.

g) Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios

Durante os últimos anos, conforme descrito na nota 3, a Companhia realizou algumas combinações de negócios. De acordo com o IFRS 3, a Companhia deve alocar o custo da entidade adquirida aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrado como ágio. A Companhia exerce julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, avaliando tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. A Companhia geralmente contrata empresas externas de avaliação para auxiliar na avaliação de ativos e passivos, particularmente quando esta avaliação requer alta qualificação técnica. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que, em alguns casos, incluem estimativas de fluxos de caixa futuro descontados pelas taxas apropriadas. O uso de premissas utilizadas para avaliação incluem estimativas de fluxo de caixa descontados ou taxas de desconto e pode resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

h) Avaliação da relação de negócios para empresas adquiridas para fins de consolidação integral

A Companhia utiliza julgamentos para avaliar a relação de negócios quando da aquisição de empresas onde a Companhia não é detentora majoritariamente das ações com direito a voto. Para tanto, leva em conta a análise dos principais riscos e benefícios com o objetivo de avaliar se a Companhia é o beneficiário primário, ou seja, se a empresa adquirida é uma entidade de propósito especial (*special purpose entity - SPE*), como definido pelo *SIC Interpretation 12 "Consolidation - Special Purpose Entities"* do IASB.

i) Teste de deterioração do ágio

Ativos que tem vida útil indefinida, como o ágio, não são amortizados e são testados anualmente para se identificar uma deterioração dos mesmos através de uma metodologia conhecida como *impairment test*. Para o propósito de se identificar uma deterioração do ágio, estes são agrupados no nível mais baixo para os quais podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa) e a alocação é efetuada de forma proporcional. O ágio é registrado pelo custo menos perdas por deterioração acumuladas. Perdas por deterioração do ágio são registradas no resultado do exercício em que ocorrerem e não podem ser revertidas em exercícios seguintes, mesmo que as condições que ocasionaram a perda deixem de existir.

2.20 - Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

Alguns novos procedimentos contábeis e interpretações do IFRIC foram publicados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01/01/2008, e outros foram aplicados em 2007. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

a) Novos pronunciamentos e interpretações do IFRS aplicados em 2007:

IFRS 7 - Instrumentos financeiros - divulgações (*Financial instruments: disclosures*)

Em agosto de 2005, o IASB emitiu o IFRS 7, o qual prevê requerimentos adicionais de divulgações em relação à relevância de instrumentos financeiros e informações qualitativas e quantitativas em relação à exposição de riscos relacionadas a estes instrumentos.

Este pronunciamento sucede os requerimentos de divulgação definidos tanto no IAS 30 "Divulgações nas Demonstrações Financeiras de Bancos e Instituições Financeiras Similares" e IAS 32 "Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação" e é efetivo para períodos anuais iniciados em/ou após 01/01/2007.

A Administração adotou os requerimentos de divulgação conforme apresentado na nota 16.

ALTERAÇÕES NO IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (*Presentation of Financial Statements*)

Em agosto de 2005, o IASB alterou o IAS 1, o qual requer que uma entidade forneça informações qualitativas e quantitativas adicionais para permitir ao usuário de Demonstrações Financeiras avaliar seus objetivos, políticas e procedimentos para gerenciamento de capital. A alteração é efetiva para períodos anuais iniciados em/ou após 01/01/2007. A Administração adotou os requerimentos de divulgação.

IFRIC 7- Aplicação do conceito de republicação de acordo com o IAS 29 - Demonstrações Financeiras em hiperinflação (*Applying the restatement approach under IAS 29 Financial Reporting in hyperinflationary economies*)

Em novembro de 2005, o IFRIC emitiu a Interpretação 7, para esclarecer que as reapresentações requeridas pelo IAS 29 devem ser feitas retrospectivamente se uma economia torna-se hiperinflacionária durante um período de reporte. A entidade deve aplicar a Interpretação para períodos anuais iniciados em/ou após 01/03/2006.

A Companhia não identificou impactos na divulgação de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas decorrentes da aplicação desta interpretação.

IFRIC 8 - Escopo do IFRS 2 (*Scope of IFRS 2*)

Em janeiro de 2006, o IFRIC emitiu sua Interpretação 8, a qual requer que transações envolvendo a emissão de instrumentos de capital, nas quais os valores identificáveis recebidos são menores do que o valor justo do instrumento de capital emitido, sejam analisados para estabelecer se os mesmos estão sujeitos ao escopo do IFRS 2. A entidade deve aplicar essa interpretação para períodos anuais iniciados em/ou após 01/05/2006. A Companhia não identificou impactos na divulgação de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas decorrentes da aplicação desta interpretação.

IFRIC 9 - Reavaliação de derivativos embutidos (*Reassessment of embedded derivatives*)

Em março de 2006, o IFRIC emitiu a Interpretação 9, a qual requer que a entidade avalie se um derivativo embutido deve ser separado do contrato original e contabilizado como um derivativo assim que a entidade se torna parte de um contrato. A entidade deve aplicar a Interpretação para períodos anuais iniciados em/ou após 01/06/2006. A Companhia não identificou impactos na divulgação de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas decorrentes da aplicação desta interpretação.

IFRIC 10 - Demonstrações Financeiras Interinas e deterioração de ativos (*Interim Financial Reporting and impairment*)

Em julho de 2006, o IFRIC emitiu sua Interpretação 10, para esclarecer sobre reversão de perdas por *impairment* em períodos interinos. A entidade é requerida a avaliar seus ágios para fins de *impairment* em qualquer data de reporte, assim como avaliar os investimentos em ações ou instrumentos de patrimônio e ativos financeiros mantidos a valor de custo para fins de *impairment* a cada data de balanço e, se requerido, reconhecer perdas por *impairment* de acordo com o IAS 36 e IAS 39. Esta Interpretação fornece orientação se tais perdas por *impairment* deveriam ser revertidas em algum momento. Nesta Interpretação foi concluído que a entidade não deve reverter a perda por *impairment* reconhecida em períodos interinos anteriores referentes a ágios ou investimentos em ações ou em ativos financeiros mantidos a custo. A entidade não deve estender este consenso por analogia para outras áreas de potencial conflito entre o IAS 34 e outros pronunciamentos. A entidade deve aplicar esta Interpretação para períodos anuais iniciados em/ou após 01/11/2006. A Companhia não identificou impactos na divulgação de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas decorrentes da aplicação desta interpretação.

b) Novos pronunciamentos e interpretações do IFRS aplicáveis a partir de 2008 em diante:

IAS 23 - Custos de empréstimo (*Borrowing costs*)

Em março de 2007, o IASB emitiu uma versão revisada do IAS 23, o qual trata da inclusão no ativo dos custos de empréstimos que são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo. A entidade deve aplicar esta norma para períodos anuais que se iniciem em/ou após 01/01/2009. A Companhia está avaliando os impactos oriundos da aplicação desta norma.

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (*Presentation of Financial Statements*)

Em setembro de 2007, o IASB alterou novamente o IAS 1, sendo esta alteração efetiva para períodos anuais iniciados em/ou após 01/01/2009. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da alteração desta norma na divulgação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRS 8 - Segmentos operacionais (*Operating segments*)

Em novembro de 2006, o IASB emitiu o IFRS 8, que especifica formas de divulgação de informações sobre seus segmentos operacionais nas informações financeiras anuais, e altera o IAS 34 "Informações Financeiras Interinas", requerendo que uma entidade reporte informações financeiras selecionadas sobre seus segmentos de operação em informações financeiras interinas. Este pronunciamento define segmento operacional como componente de uma entidade sobre a qual informações financeiras segregadas são disponibilizadas e avaliadas pelo responsável pelo gerenciamento do negócio em suas decisões de como alocar recursos e avaliar sua performance. Este pronunciamento também define requerimentos para divulgações relacionadas a produtos e serviços, áreas geográficas, e principais clientes e é efetivo para períodos anuais iniciados em/ou após 01/01/2009. A Companhia acredita que a adoção do IFRS 8 não terá impactos significativos na divulgação de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRIC 11 - Transações com ações de empresas do grupo em tesouraria (*group and treasury share transactions*)

Em novembro de 2006, o IFRIC emitiu sua Interpretação 11, para esclarecer a contabilização de certos pagamentos baseados em ações envolvendo as ações próprias da entidade (ações em tesouraria) e pagamentos e arranjos baseados em ações que envolvam duas ou mais entidades dentro do mesmo grupo de empresas. Esta Interpretação esclarece que pagamentos de transações baseadas em ações nas quais a entidade receba serviços em troca de suas próprias ações devem ser contabilizados como se fossem liquidados em ações. Essa orientação se aplica independentemente de (a) se a entidade escolher ou for requerida a comprar estes instrumentos de capital de outra parte para satisfazer suas obrigações para com seus empregados de acordo com o programa de remuneração em ações; (b) os direitos dos empregados aos instrumentos de capital da entidade foram concedidos pela entidade ou por seus controladores; ou (c) o pagamento baseado em ações foi liquidado pela entidade ou por seus controladores. Em relação ao pagamento de transações baseadas em ações que envolvem uma ou mais entidades do mesmo grupo, esta Interpretação orienta que no caso de uma empresa controladora conceder direitos a suas próprias ações a empregados de companhias subsidiárias, se o pagamento baseado em ações for contabilizado como se fosse liquidado em ações nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da controladora, a subsidiária deve mensurar os serviços recebidos de seus empregados de acordo com os requerimentos aplicáveis aos pagamentos de transações liquidados em ações, com um correspondente aumento reconhecido no patrimônio líquido como contribuição de capital na controladora. No caso de uma subsidiária conceder direitos aos instrumentos de ações de sua controladora a seus empregados, esta Interpretação requer que a subsidiária contabilize esta transação como se fosse liquidada em dinheiro. Esse requerimento aplica-se independentemente de como a subsidiária obtiver os instrumentos de ações para satisfazer a obrigação com seus empregados. A entidade deve aplicar esta Interpretação para

CONTINUAÇÃO

períodos anuais iniciando em/ou após 01/03/2007. A Companhia não identificou impactos decorrentes da adoção desta interpretação nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRIC 12 - Concessão de serviços públicos (Service concession arrangements)

Em novembro de 2006, o IFRIC emitiu a Interpretação 12, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados. Esta Interpretação define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços e foca nos seguintes assuntos: (a) tratamento dos direitos do operador sobre a infra-estrutura; (b) reconhecimento e mensuração dos valores da concessão; (c) serviços de construção ou melhoramentos; (d) serviços de operação; (e) custos de financiamentos; (f) contabilização subsequente do tratamento de um ativo financeiro e de um ativo intangível; e (g) itens fornecidos pelo operador ao conessor. A entidade deve aplicar esta Interpretação para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2008. A Companhia entende que a adoção desta Interpretação não impacta suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes (Customer loyalty programmes)

Em julho de 2007, o IFRIC emitiu a Interpretação 13, a qual trata de programas de fidelidade utilizados por entidades para providenciar aos clientes incentivos para a compra de produtos e serviços. A entidade deve aplicar esta Interpretação para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2008. A Companhia entende que a adoção desta Interpretação não impacta suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRIC 14 - IAS 19 Limite sobre ativos decorrentes de planos de benefício definidos, requerimentos mínimos de capitalização e sua correlação (The limit on a defined benefit asset, minimum funding requirements and their interaction)

Em julho de 2007, o IFRIC emitiu a Interpretação 14, a qual trata da mensuração dos ativos de planos de benefícios definidos e a mensuração do valor presente dos benefícios econômicos disponíveis. A entidade deve aplicar esta Interpretação para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2008. A Companhia entende que a adoção desta Interpretação não impacta suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

3 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem a Gerdau S.A. e suas subsidiárias majoritariamente detidas e participações em entidades nas quais a Companhia é considerada o beneficiário primário, ou seja, detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detenha a maioria das ações com direito a voto).

3.1 - Empresas controladas

A lista a seguir apresenta as participações nas subsidiárias consolidadas, como segue:

Empresa consolidada	País	Percentual de participação			
		Capital total ^(*)		Capital votante	
		2007	2006	2007	2006
Gerdau GTL Spain S.L.	Espanha	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. -					
Grupo Gerdau	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Steel North America Inc.	Canadá	100,00	-	100,00	-
Gerdau Ameristeel Corporation e subsidiárias ⁽¹⁾	EUA/Canadá	66,45	66,78	66,45	66,78
Gerdau Açominas S.A. e subsidiárias ⁽²⁾	Brasil	92,16	89,35	92,16	89,36
Gerdau Aços Longos S.A. e subsidiárias ⁽³⁾	Brasil	92,16	89,35	92,16	89,36
Gerdau Steel Inc.	Canadá	100,00	100,00	100,00	100,00
Paraopeba - Fundo de Investimento Renda Fixa ⁽⁴⁾	Brasil	97,00	96,67	97,00	96,67
Corporación Sidenor S.A. e subsidiárias ⁽⁵⁾	Espanha	40,00	40,00	40,00	40,00
Gerdau América Latina Participações S.A.	Brasil	89,35	89,35	89,36	89,36
Axol S.A.	Uruguai	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Aços Especiais S.A.	Brasil	92,16	89,35	92,16	89,36
Gerdau Chile Inversiones Ltda. e subsidiárias ⁽⁶⁾	Chile	99,99	99,99	99,99	99,99
Gerdau Hungria Holdings Limited Liability Company	Hungria	98,75	98,75	98,75	98,75
Gerdau Comercial de Aços S.A.	Brasil	92,16	89,35	92,16	89,36
Aramac S.A. e subsidiárias ⁽⁷⁾	Uruguai	100,00	100,00	100,00	100,00
Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A. - Siderperú	Peru	83,28	83,28	83,28	83,28
Diaco S.A. e subsidiárias ⁽⁸⁾	Colômbia	57,83	57,74	57,83	57,74
Gerdau GTL México, S.A. de C.V. e subsidiárias ⁽⁹⁾	México	100,00	-	100,00	-
Seiva S.A. - Florestas e Indústrias	Brasil	97,06	97,06	99,73	99,73
Itaguaí Com. Imp. e Exp. Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Laisa S.A.	Uruguai	99,90	99,90	99,90	99,90
Sipar Gerdau Inversiones S.A. e subsidiárias ⁽¹⁰⁾	Argentina	92,75	83,77	92,75	83,77
Siderúrgica del Pacífico S.A.	Colômbia	98,19	98,64	98,19	98,64
Sizuca - Siderúrgica Zuliana, C.A.	Venezuela	100,00	-	100,00	-
GTL Financial Corp.	Holanda	100,00	100,00	100,00	100,00
GTL Trade Finance Inc.	Ilhas Virgens				
	Britânicas	100,00	100,00	100,00	100,00

^(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da controlada.

⁽¹⁾ Subsidiárias: Gerdau Ameristeel MRM Special Sections Inc., Gerdau USA Inc., AmeriSteel Bright Bar Inc., Gerdau AmeriSteel US Inc., Gerdau Ameristeel Perth Amboy Inc., Sheffield Steel Corporation, Gerdau Ameristeel Sayreville Inc., Pacific Coast Steel e Chaparral Steel Company.

⁽²⁾ Subsidiária: Gerdau Açominas Overseas Ltd..

⁽³⁾ Subsidiárias: Aplema Comércio de Produtos Agroflorestais e Empreendimentos Ltda. e Florestal Itacambira S.A..

⁽⁴⁾ Fundo de investimento de renda fixa, administrado pelo Banco Gerdau S.A..

⁽⁵⁾ Subsidiárias: Sidenor Industrial S.L., Aços Villares S.A., Forjanor S.L., Sidenor y Cia., Sociedad Colectiva, Sidenor I+D S.A., Forjanor S.L. e Trefilados de Urbina, S.A..

⁽⁶⁾ Subsidiárias: Industrias del Acero S.A., Industrias del Acero Internacional S.A., Gerdau Aza S.A., Distribuidora Matco S.A., Aceros Cox Comercial S.A., Salomon Sack S.A. e Matco Instalaciones Ltda..

⁽⁷⁾ Subsidiária: GTL Equity Investments Corp..

⁽⁸⁾ Subsidiária: Ferrer Ind. Corporation.

⁽⁹⁾ Subsidiárias: Siderúrgica Tultitlán, S.A., Ferrotultitlán, S.A. e Arrendadora Valle de México, S.A.A..

⁽¹⁰⁾ Subsidiárias: Sipar Aceros S.A. e Siderco S.A..

Como resultado da operação da opção de venda descrita na nota 16.f, a Companhia reconhece, desde a data de aquisição, o percentual de 80% como investimento na Corporación Sidenor, ao invés de 40% conforme descrito no quadro acima.

3.2 - Empresas com controle compartilhado e joint ventures

A tabela a seguir apresenta as participações nas empresas com controle compartilhado:

Empresas com controle compartilhado	País	Percentual de participação			
		Capital total ^(*)		Capital votante	
		2007	2006	2007	2006
Gallatin Steel Company	EUA	50,00	50,00	50,00	50,00
Bradley Steel Processors	Canadá	50,00	50,00	50,00	50,00
MRM Guide Rail	Canadá	50,00	50,00	50,00	50,00

^(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da joint ventures.

As informações financeiras condensadas das empresas com controle compartilhado Gallatin Steel Company, Bradley Steel Processors e MRM Guide Rail, avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas abaixo, de forma consolidada:

Ativo

Circulante	404.275
Não-circulante	316.001
Total do ativo	720.276

Passivo

Circulante	139.468
Não-circulante	8.493
Patrimônio líquido ajustado	572.315
Total do passivo e patrimônio líquido	720.276

Demonstração do resultado

Receita líquida de vendas	1.864.821	2.127.082
Custo das vendas	(1.648.827)	(1.624.078)
Lucro bruto	215.994	503.004
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(25.528)	(30.346)
Outras despesas/receitas operacionais	(17.986)	(8.805)
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos	172.480	463.853
Resultado financeiro	(627)	1.436
Lucro antes dos impostos	171.853	465.289
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(4.643)	(4.756)
Lucro líquido	167.210	460.533

3.3 - Empresas associadas

A lista a seguir apresenta as participações nas empresas associadas:

Empresas associadas	País	Percentual de participação			
		Capital total ^(*)		Capital votante	
		2007	2006	2007	2006
Dona Francisca Energética S.A.	Brasil	51,82	51,82	51,82	51,82
Armacero Industrial y Comercial S.A.	Chile	50,00	50,00	50,00	50,00
Multisteel Business Holdings Corp. e subsidiárias ⁽¹⁾	Rep. Dominicana	49,00	-	49,00	-

⁽¹⁾ Subsidiárias: Industrias Nacionales C. por A. (Rep. Dominicana), Steelchem Trading Corp., NC Trading e Industrias Nacionales C. x A., S.A. (Costa Rica).

^(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da associada.

A Companhia não consolida as Demonstrações Financeiras da Dona Francisca Energética S.A. apesar de ter mais de 50% do capital total da associada, devido a direitos de proteção concedidos aos demais acionistas que impedem a Companhia de implementar na plenitude as decisões sobre a condução dos negócios da associada.

As informações financeiras condensadas das empresas associadas Dona Francisca Energética S.A., Armacero Industrial y Comercial S.A. e Multisteel Business Holdings Corp. e subsidiárias, avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas a seguir:

Empresas associadas	País	Percentual de participação			
		Capital total ^(*)		Capital votante	
		2007	2006	2007	2006
Dona Francisca Energética S.A.	Brasil	51,82	51,82	51,82	51,82
Armacero Industrial y Comercial S.A.	Chile	50,00	50,00	50,00	50,00
Multisteel Business Holdings Corp. e subsidiárias ⁽¹⁾	Rep. Dominicana	49,00	-	49,00	-
Ativo					
Circulante		508.736		164.203	
Não-circulante		434.995		265.590	
Total do ativo		943.731		429.793	
Passivo					
Circulante		286.300		73.085	
Não-circulante		214.252		214.306	
Patrimônio líquido ajustado		443.179		142.402	
Total do passivo e patrimônio líquido		943.731		429.793	
Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas		593.381		119.308	
Custo das vendas		(465.451)		(84.437)	
Lucro bruto		127.930		34.871	
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(47576)		(8.381)	
Outras despesas/ receitas operacionais		16.233		144	
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		96.587		26.634	
Resultado financeiro		(15.484)		(9.869)	
Lucro antes dos impostos		81.103		16.765	
Provisão para imposto de renda e contribuição social		(13.656)		(6.855)	
Lucro líquido do exercício		67.447		9.910	

3.4 - Ágio

O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária, entidade com controle compartilhado, ou associada, na respectiva data de aquisição. Conforme descrito na nota 4.1.2 a) a Companhia aplicou as disposições do IFRS 3 para às aquisições de subsidiárias ocorridas após a data de transição para o IFRS e as disposições do IAS 28 para as aquisições de associadas. Os valores de ágio correspondentes a aquisições anteriores a 01/01/2006 foram mantidos pelo saldo líquido amortizado conforme apresentado nas Demonstrações Financeiras em 31/12/2005 de acordo com o BRGAAP sendo sujeitos anualmente a testes de perda de recuperação desde aquela data.

O ágio relativo a investimentos em empresas situadas no exterior encontra-se registrado na moeda funcional da adquirente dessas subsidiárias, sendo convertido para reais (moeda de reporte da Companhia) à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registradas na rubrica "Ajustes acumulados de conversão para moeda estrangeira," no patrimônio líquido, após a data de transição para o IFRS.

O ágio é registrado como ativo e incluído nas rubricas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial" e "Ágio". O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de impairment anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por impairment é registrada de imediato como custo na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma empresa controlada, controlada conjuntamente ou associada, o correspondente ágio é incluído na determinação do ganho ou perda.

3.5 - Aquisições de empresas (controladas, controle compartilhado e associadas)**a) Grupo Feld S.A. de C.V. (Gerdau GTL México, S.A. de C.V.)**

Em 28/03/2007, a Companhia adquiriu 100% do capital social do Grupo Feld S.A. de C.V., um Grupo Mexicano que detém três companhias: Siderúrgica Tultitlán S.A. de C.V. ("Sidertul"), uma usina mini-mill de aços longos localizada na Cidade do México, que produz 350.000 toneladas de aço bruto e 330.000 toneladas de aço laminado; Ferrotultitlán S.A. de C.V. ("Ferrotul"), que é uma companhia que comercializa basicamente toda a produção da Sidertul, e também a Arrendadora Valle de México S.A. de C.V. ("Arrendadora"), que é uma companhia imobiliária que detém os terrenos e os prédios onde a Sidertul está localizada.

O preço total pago por esta aquisição foi de US\$ 258,8 milhões (R\$ 536,5 milhões na data da aquisição). A Companhia efetuou uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, e estes ativos e passivos estão descritos abaixo:

	Valor dos livros	Ajustes da aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos (passivos) líquidos adquiridos			
Ativos circulantes	90.478	-	90.478
Ativos não-circulantes	233.193	-	233.193
Ágio	-	258.827	258.827
Passivos circulantes	(43.081)	-	(43.081)
Passivos não-circulantes	(2.873)	-	(2.873)
	277.717	258.827	536.544
Preço total de compra considerado			536.544

CONTINUAÇÃO

Considerando que as informações acima se referem a uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, podem ocorrer alterações em relação ao cálculo final.

O valor do lucro líquido desta entidade considerado na demonstração do resultado consolidado, da data da aquisição até 31/12/2007, monta a R\$ 4.190 e corresponde ao período após a aquisição.

b) Multisteel Business Holdings Corp.

Em 25/05/2007, a Companhia adquiriu 30,45% de participação na Multisteel Business Holdings Corp., a qual é a *holding* da Indústrias Nacionales, C. por A. ("INCA"), uma companhia localizada em Santo Domingo, República Dominicana. INCA é uma companhia laminadora, com capacidade anual de aproximadamente 350.000 toneladas de aço laminado. Esta parceria permitirá à Companhia acessar o mercado caribenho.

O valor total da aquisição desta participação foi US\$ 42 milhões (R\$ 82 milhões na data da aquisição), e a Companhia tem registrado preliminarmente um ágio de US\$ 19,7 milhões (R\$ 38 milhões na data da aquisição). Pelo contrato de compra, a Companhia concorda em pagar o preço de compra contingente baseado nos lucros futuros do investimento adquirido. Tais cláusulas *earn-out* estabelecem um pagamento adicional, se um certo nível de *EBITDA* (definido no contrato) for atingido nos próximos 5 anos. Tal preço de compra contingente será incluído no ágio, quando este for considerado como um passivo da Companhia.

Em 02/07/2007, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 18,55% na Multisteel Business Holdings Corp., totalizando após esta aquisição 49% de participação. O valor total desta segunda aquisição foi US\$ 72 milhões (R\$ 135,2 milhões na data da aquisição), e a Companhia registrou adicionalmente um ágio de US\$ 23,1 milhões (R\$ 43,4 milhões na data da aquisição). Este investimento está registrado pelo método de equivalência patrimonial.

c) Siderúrgica Zuliana C.A.

Em 18/06/2007, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Siderúrgica Zuliana C.A., uma companhia venezuelana que opera uma siderúrgica na cidade de Ojeda, Venezuela, com capacidade de produção anual de 300.000 toneladas de aço bruto e 200.000 toneladas de aço laminado.

O valor total da aquisição é US\$ 92,5 milhões (R\$ 176,2 milhões na data da aquisição). A Companhia efetuou uma estimativa preliminar sobre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e estes ativos e passivos estão descritos abaixo:

	Valor dos livros	Ajustes da aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos (passivos) líquidos adquiridos			
Ativos circulantes	23.420	-	23.420
Ativos não-circulantes.....	54.278	-	54.278
Ágio	-	111.934	111.934
Passivos circulantes.....	(8.971)	-	(8.971)
Passivos não-circulantes.....	(4.476)	-	(4.476)
	<u>64.251</u>	<u>111.934</u>	<u>176.185</u>
Preço total de compra considerado			<u>176.185</u>

Considerando que as informações acima se referem a uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, podem ocorrer alterações em relação ao cálculo final.

O valor do lucro líquido desta entidade considerado na demonstração do resultado consolidado, da data da aquisição até 31/12/2007, monta a R\$ 486 e corresponde ao período após a aquisição.

d) Valley Placers, Inc.

Em 17/06/2007, a Pacific Coast Steel ("PCS"), uma *joint venture* na qual a Companhia detém uma participação de 55% concluiu a aquisição dos ativos da Valley Placers, Inc. ("VPI"), um empreiteiro de aço de concreto armado em Las Vegas, Nevada, por aproximadamente US\$ 8,8 milhões (R\$ 17,1 milhões na data da aquisição) em dinheiro. Como resultado dessa aquisição foi apurado um ágio no montante de US\$ 2,6 milhões (R\$ 5 milhões na data da aquisição). Além das atividades de empreitada, a VPI opera uma instalação de fabricação de aço e um negócio de fornecimento para o varejo da construção. A VPI atualmente emprega mais de 110 trabalhadores de campo e especializados em pequenos projetos comerciais, varejistas e obras públicas.

e) SJK Steel Plant Limited

Em 22/06/2007, a Companhia e o Grupo Kalyani, da Índia, assinaram um contrato de *joint venture* para um investimento em Tadipatri, Índia. A *joint venture* inclui uma participação de 45% na SJK Steel Plant Limited, uma companhia produtora de aço com dois conversores LD, um lingotador contínuo e também uma instalação para produção de ferro-gusa. O contrato estabelece controle compartilhado e os investimentos estão estimados em US\$ 71 milhões (R\$ 125,7 milhões em 31/12/2007). Em 11/12/2007, a Companhia efetuou um adiantamento para a aquisição desta participação no montante de US\$ 20 milhões (R\$ 35,7 milhões na data do pagamento).

f) D&R Steel, LLC

Em 27/08/2007, a subsidiária Gerdau Ameristeel, através da PCS adquiriu a D&R Steel, LLC, um empreiteiro de aço de concreto armado sediado em Glendale, Arizona por US\$ 4,9 milhões (R\$ 9,6 milhões na data da aquisição). Como resultado desta aquisição, a Companhia registrou ativos totais de US\$ 3,2 milhões (R\$ 6,3 milhões na data da aquisição), ágio e intangíveis de US\$ 3 milhões (R\$ 5,9 milhões na data da aquisição) e passivos de US\$ 1,3 milhão (R\$ 2,6 milhões na data da aquisição).

g) Re-Bars Inc.

Em 14/09/2007, a subsidiária Gerdau Ameristeel, através da PCS adquiriu a Re-Bars Inc., um fabricante independente de aço de concreto armado servindo Savannah, Geórgia e áreas próximas por US\$ 2,9 milhões (R\$ 5,3 milhões na data da aquisição). Como resultado desta aquisição, a Companhia registrou ativos totais de US\$ 1,0 milhão (R\$ 1,8 milhão na data da aquisição), ágio e intangíveis de US\$ 1,9 milhão (R\$ 3,5 milhões na data da aquisição) e passivo de US\$ 0,1 milhão (R\$ 0,2 milhão na data da aquisição).

h) Chaparral Steel Company

Em 14/09/2007, a subsidiária Gerdau Ameristeel completou a aquisição da Chaparral Steel Company ("Chaparral"), aumentando o portfólio de produtos da Companhia e incorporando uma linha completa de produtos de aços estruturais. Chaparral era o segundo maior produtor de aço estrutural na América do Norte e também o maior produtor de barras de aço. Chaparral opera duas usinas *mini-mill*, sendo uma localizada em Midlothian, Texas e a outra localizada em Petersburg, Virgínia.

O valor total da aquisição foi de US\$ 4,2 bilhões (R\$ 7,8 bilhões na data da aquisição) em dinheiro, mais a assunção de certos passivos da empresa adquirida. A Companhia efetuou uma estimativa preliminar sobre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e estes ativos e passivos estão descritos abaixo:

	Valor dos livros	Ajustes da aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos (passivos) líquidos adquiridos			
Caixa e equivalentes de caixa	972.453	-	972.453
Contas a receber de clientes	339.618	-	339.618
Estoques.....	396.507	148.196	544.703
Outros ativos circulantes	91.674	-	91.674
Imobilizado.....	1.028.165	290.315	1.318.480
Ativos intangíveis.....	267.305	845.503	1.112.808
Outros ativos não-circulantes	21.182	-	21.182
Ágio	156.612	4.919.759	5.076.371
Fornecedores e outras contas a pagar	(517.138)	-	(517.138)
Outros passivos circulantes.....	(25.898)	-	(25.898)
Empréstimos e financiamentos.....	(551.670)	-	(551.670)
Outros passivos não-circulantes.....	(267.114)	(323.075)	(590.189)
	<u>1.911.696</u>	<u>5.880.698</u>	<u>7.792.394</u>
Preço total de compra considerado			<u>7.792.394</u>

Devido a aquisição ter sido completada no final do terceiro trimestre, a Companhia ainda não finalizou a avaliação do valor justo de todos os ativos, passivos e passivos contingentes. Considerando que as informações acima se referem a uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, podem ocorrer alterações em relação ao cálculo final.

O valor do lucro líquido desta entidade considerado na demonstração do resultado consolidado, da data da aquisição até 31/12/2007, monta a R\$ 165.409 e corresponde ao período após a aquisição.

i) Enco Materials Inc.

Em 01/10/2007, a subsidiária Gerdau Ameristeel adquiriu 100% da Enco Materials Inc., uma empresa líder no mercado de materiais comerciais, com sede em Nashville no estado de Tennessee. Enco Materials Inc. tem oito unidades localizadas em Arkansas, Tennessee e Geórgia. O valor pago na aquisição foi de US\$ 46,6 milhões (R\$ 84,9 milhões na data da aquisição) em dinheiro, mais a assunção de certos passivos da empresa adquirida. Como resultado da aquisição a Companhia registrou ativos totais de US\$ 30,6 milhões (R\$ 55,8 milhões na data da aquisição), ágio e intangíveis de US\$ 28,7 milhões (R\$ 52,3 milhões na data da aquisição) e passivos de US\$ 12,7 milhões (R\$ 23,1 milhões na data da aquisição).

j) Corsa Controladora, S.A. de C.V.

Em 19/10/2007, a Companhia assinou carta de intenções para a aquisição de uma participação de 49% do capital social da empresa *holding* Corsa Controladora, S.A. de C.V., com sede na Cidade do México, México. A *holding* é detentora de 100% do capital social da Aceros Corsa, S.A. de C.V. e de suas distribuidoras.

A Aceros Corsa, localizada na cidade de Tlalneptantla, região metropolitana da Cidade do México, é uma *mini-mill* produtora de aços longos (perfis comerciais leves) com capacidade instalada de 150 mil toneladas de aço bruto e 300 mil toneladas de laminados por ano.

O valor a ser desembolsado nesta transação é de US\$ 100,5 milhões (R\$ 178 milhões em 31/12/2007), dependendo de várias condições precedentes, as quais não foram atendidas em 31/12/2007. Entretanto, nenhum pagamento foi efetivamente feito até essa data.

k) Trefilados de Urbina, S.A. - Trefusa

Em 19/10/2007, a subsidiária Sidenor Industrial adquiriu a Trefilados de Urbina, S.A. - Trefusa por € 18,1 milhões (R\$ 46,5 milhões na data da aquisição). A Trefusa é uma produtora de trefilados de aços especiais localizada em Vitória, Espanha. Como resultado da aquisição, a Companhia reconheceu preliminarmente um ágio de € 7,7 milhões (R\$ 19,7 milhões na data da aquisição).

l) Quanex Corporation

Em 19/11/2007, a Companhia assinou um acordo definitivo para a aquisição da Quanex Corporation, a qual, por meio do seu negócio siderúrgico MacSteel, é a segunda maior produtora de aços especiais (*Special Bar Quality-SBQ*) nos Estados Unidos e opera três *mini-mills* localizadas em Jackson, Michigan; Monroe, Michigan; e Fort Smith, Arkansas. A empresa ainda opera seis unidades de transformação localizadas nos estados de Michigan (duas), Ohio, Indiana (duas) e Wisconsin. A MacSteel tem uma capacidade instalada de 1,2 milhão de toneladas de aço e de 1,1 milhão de toneladas de laminados por ano.

O acordo não inclui o negócio de *Building Products* da Quanex, o qual é uma operação não relacionada à siderurgia. A Quanex anunciou a separação deste negócio (*spin-off*) para seus acionistas antes da finalização da proposta de aquisição.

O valor a ser desembolsado nesta transação é de US\$ 1,5 bilhão (R\$ 2,6 bilhões em 31/12/2007), dependendo de várias condições precedentes, as quais ainda não foram atendidas em 31/12/2007. Entretanto, nenhum pagamento foi efetivamente feito até essa data.

m) Aplema Comércio de Produtos Agroflorestais e Empreendimentos Ltda.

Em 03/12/2007, a Companhia assinou um acordo definitivo para a permuta de participações societárias, onde a Companhia passa a ser titular da Aplema, oferecendo em troca a sua participação na Margusa - Maranhão Gusa S.A.. A permuta foi efetuada com equivalência de valor entre as quotas da Aplema e as ações da Margusa.

n) Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aço minas S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A.

Em 14/12/2007, a Companhia completou a aquisição da totalidade das ações que os associados do Clube dos Empregados da Aço minas detinham nas empresas Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aço minas S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A., que equivalem a 2,89% do capital social de cada uma destas empresas. O valor total da aquisição foi de R\$ 653.825, e será pago em 36 parcelas iguais, corrigidas por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Como resultado desta operação a Companhia registrou um ágio de R\$ 399.432.

o) GSB Aceros S.L.

Em dezembro de 2007, a Companhia concluiu a avaliação do valor justo dos ativos e passivos da GSB Aceros S.L., revertendo o ágio no valor de R\$ 129.508, inicialmente reconhecido, o qual foi decorrente da alocação preliminar efetuada na época da aquisição.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do valor justo dos ativos e passivos da compra da GSB Aceros, na data da aquisição:

	Valor dos livros	Ajustes da aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos (passivos) líquidos adquiridos			
Ativos circulantes	301.933	4.516	306.449
Ativos não-circulantes.....	219.911	212.961	432.872
Deságio alocado ao resultado.....	-	(27.074)	(27.074)
Passivos circulantes.....	(247.819)	-	(247.819)
Passivos não-circulantes.....	(89.715)	(60.895)	(150.610)
	<u>184.310</u>	<u>129.508</u>	<u>313.818</u>
Preço total de compra considerado			<u>313.818</u>

O valor do deságio alocado ao resultado foi reconhecido na linha de "Outras receitas (despesas) operacionais" da Demonstração do Resultado Consolidado.

3.6 - Preço total de compra considerado referente às aquisições de 2007

Empresas adquiridas	
Chaparral Steel Company	7.792.394
Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aço minas S.A., Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços	653.825
Gerdau GTL México S.A. de C.V.	536.544
Multisteel Business Holdings Corp.	217.200
Siderúrgica Zuliana C.A.....	176.185
Enco Materials Inc.....	84.900
Trefilados de Urbina, S.A. - Trefusa	46.524
Outras aquisições	32.001
Total considerado como pago.....	9.539.573
Menos: caixa e equivalentes de empresas adquiridas	(1.013.842)
	<u>8.525.731</u>

3.7 - Demonstração do resultado consolidado pro forma (não auditado)

A demonstração do resultado consolidado pro forma apresentada a seguir demonstra o reflexo no resultado consolidado como se as aquisições listadas na nota 3.5 tivessem acontecido em 01/01/2007. Os dados pro forma podem não ser um indicativo dos resultados que teriam sido obtidos caso as aquisições tivessem realmente acontecido em 01/01/2007.

	Demonstração do resultado consolidado	Resultados não consolidados de empresas adquiridas (não auditado)	Demonstração do resultado consolidado pro forma (não auditado)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	30.613.528	2.752.713	33.366.241
Custo das vendas.....	(23.131.527)	(2.127.444)	(25.258.971)
LUCRO BRUTO	7.482.001	625.269	8.107.270
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(2.496.592)	(107.703)	(2.604.295)
Outras (despesas) receitas operacionais	(171.958)	10.647	(161.311)
LUCRO OPERACIONAL	4.813.451	528.213	5.341.664
Resultado da equivalência patrimonial.....	118.399	-	118.399
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS	4.931.850	528.213	5.460.063
Resultado financeiro, líquido	332.569	(271.045)	61.524

CONTINUAÇÃO

	Demonstração do resultado consolidado	Resultados não consolidados de empresas adquiridas (não auditado)	Demonstração do resultado consolidado pro forma (não auditado)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	5.264.419	257.168	5.521.587
Provisão para imposto de renda e contribuição social.....	(954.326)	(71.715)	(1.026.041)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>4.310.093</u>	<u>185.453</u>	<u>4.495.546</u>
ATRIBUÍDO A:			
Participação dos controladores.....	3.552.751	125.471	3.678.222
Participação dos minoritários.....	757.342	59.982	817.324
	<u>4.310.093</u>	<u>185.453</u>	<u>4.495.546</u>

4 - TRANSIÇÃO PARA O IFRS

4.1 - Fundamentação da transição para o IFRS

4.1.1 - Aplicação do IFRS 1

As Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31/12/2007 são as primeiras apresentadas de acordo com o IFRS. Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas de acordo com o IFRS 1, como descrito na nota 2.1.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com a data de transição de 01/01/2006. A data-base destas Demonstrações Financeiras Consolidadas é 31/12/2007.

Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas da data de transição de acordo com o IFRS 1, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa do IFRS.

4.1.2 - Isenções da aplicação retrospectiva completa escolhidas pela Companhia

A Companhia adotou a utilização das seguintes isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa:

a) Isenção para combinação de negócios: a Companhia optou por não remensurar as aquisições de negócios ocorridas antes da data de transição do IFRS de acordo com o IFRS 3; portanto, os ágios oriundos de aquisições anteriores a esta data foram mantidos pelos saldos líquidos de amortização apurados em 31/12/2005, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

b) Isenção para apresentação do valor justo de imobilizado como custo de aquisição: a Companhia optou por não remensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição adotado no BRGAAP como valor de imobilizado, corrigido monetariamente de acordo com o estabelecido no IAS 21 e IAS 29.

c) Isenção para mensuração dos benefícios a empregados: a Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais decorrentes de planos de benefícios a empregados na data de transição do IFRS contra lucros acumulados. A partir desta data, a Companhia reconhece os ganhos e perdas atuariais seguindo a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente serão reconhecidos na extensão que superarem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado.

d) Isenção para apresentação dos ajustes acumulados de conversão cambial: a Companhia optou por apresentar os efeitos acumulados na data de transição para IFRS, decorrentes de conversão de Demonstrações Financeiras de controladas e investidas com moeda funcional diferente da moeda de relatório da Companhia, como lucros acumulados no balanço de abertura. A partir da data de transição do IFRS, a Companhia reconheceu os ajustes de conversão diretamente em conta específica do patrimônio líquido.

e) Isenção relativa à mensuração dos instrumentos financeiros compostos: a Companhia não possui instrumentos financeiros compostos na data de transição do IFRS.

f) Isenção relativa ao reconhecimento de participação em controladas, empresas com controle compartilhado e associadas: as controladas, empresas com controle compartilhado e associadas da Companhia, na data de transição, não apresentam Demonstrações Financeiras em IFRS; desta forma a Companhia optou por adotar a mesma data de transição para IFRS, para todas as suas controladas, *joint-ventures* e associadas.

g) Isenção relativa à classificação de instrumentos financeiros: a Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com IAS 32 e IAS 39 na data de transição do IFRS. Não foram realizadas análises retroativas à data original de contratação dos instrumentos financeiros vigentes na data de transição para IFRS. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados na data de contratação das operações.

h) Isenção relativa à mensuração inicial de pagamento de benefícios baseados em ações: a Companhia optou por reconhecer os efeitos acumulados de pagamento de benefícios em ações para a data de transição do IFRS.

4.1.3 - Exceções da aplicação retrospectiva completa seguidas pela Companhia

Não foram identificados impactos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia decorrentes da aplicação das exceções obrigatórias previstas no IFRS 1.

4.2 - Reconciliação entre IFRS e o BRGAAP

Descrição das principais diferenças entre IFRS e BRGAAP que afetaram as Demonstrações Financeiras da Companhia:

a) Consolidação proporcional: de acordo com o IFRS, um investidor deve contabilizar seu investimento considerando o tipo de *joint venture*: operações, ativos e entidades com controle compartilhado. O tipo mais comum de *joint venture* é a entidade controlada em conjunto. Para tais entidades, os investidores incluem em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas a sua participação no investimento, utilizando o método de equivalência patrimonial ou mesmo a consolidação proporcional. A Companhia adotou como política a equivalência patrimonial para as *joint ventures* (nota 3.2). No caso de participação em empresas onde uma companhia não é detentora majoritariamente das ações com direito a voto, deve ser efetuada uma análise dos principais riscos e benefícios com o objetivo de avaliar se a empresa adquirida é uma entidade de propósito especial (*special purpose entity* - *SPE*). Neste caso, enquadra-se no conceito de uma controlada para fins de consolidação integral (nota 2.19.h).

De acordo com o BRGAAP, entidades com controle compartilhado devem ser consolidadas proporcionalmente. Os componentes de ativo e passivo, as receitas e gastos das sociedades com controle compartilhado são somados às posições contábeis consolidadas, na proporção da participação do investidor em seu capital social.

b) Combinação de negócios: de acordo com o IFRS, é aplicado o método de compra. O custo da combinação de negócios deve ser medido pelo valor justo, na data da aquisição. A entidade compradora deve alocar, na data da combinação, o custo da aquisição (incluindo os custos diretos com a transação) reconhecendo contabilmente: os ativos adquiridos identificados e os passivos e passivos contingentes assumidos, valorizados pelo valor justo, que cumpram os critérios específicos de reconhecimento contábil, mesmo quando alguns deles não tenham sido reconhecidos previamente pela sociedade adquirida em suas posições contábeis. O processo de determinação do valor justo deve ocorrer em até doze meses da data da combinação. Quando o custo da aquisição for superior ao valor justo da participação da entidade compradora no saldo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida, a entidade compradora reconhece contabilmente um ágio originado da transação, referente a tal diferença. O ágio e outros ativos intangíveis com prazo de vida útil indefinido não são amortizados. Seu valor de recuperação deve ser avaliado no mínimo uma vez por ano, e também sempre que haja um indicador de que o valor do ativo possa não ser recuperado pela entidade. Quando o valor recuperável do ágio ou de qualquer outro ativo for inferior ao valor contábil, deve ser reconhecida uma perda no resultado do exercício. Se a participação da entidade compradora no valor justo dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida forem superiores ao custo de aquisição, o excesso (deságio) deve ser inicialmente revisado, de modo a verificar se os valores justos atribuídos a ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos foram adequadamente identificados e valorizados. Se, depois desse exercício de revisão, for concluído que um deságio foi originado da transação, o mesmo deve ser reconhecido como um ganho, imediatamente no resultado do exercício. A participação dos sócios minoritários nos ativos líquidos adquiridos deve ser registrada por seu valor justo na data da aquisição apresentada em conta específica dentro do patrimônio líquido (nota 2.8.a).

De acordo com o BRGAAP, deve-se adotar as seguintes práticas: o ágio ou deságio é calculado pela diferença simples entre o valor de aquisição e o patrimônio líquido contábil da entidade adquirida. O enfoque de valor justo não é utilizado. O ágio pode ser atribuído a: maior valor dos ativos (geralmente imobilizado), que é incorporado ao valor dos mesmos e passa a ser amortizado na mesma vida útil, rentabilidade futura ou outros motivos. O ágio com fundamento em rentabilidade futura deve ser amortizado com base nas projeções de resultados

futuros, por período não superior a dez anos, exceto quando corresponda a direitos de exploração ou concessão pelo poder público em cujo caso será amortizado no prazo da concessão. O ágio sem fundamento econômico deve ser diminuído do resultado como perda no momento da compra e o deságio sem fundamento econômico deve ser reconhecido como ganho somente pela baixa ou extinção do investimento. O BRGAAP não prevê a contabilização dos custos da transação como parte do preço de aquisição. A participação dos acionistas minoritários é mantida pelo custo.

c) Instrumentos financeiros - aplicações financeiras: os ativos financeiros são classificados para fins de IFRS conforme descrito na nota 3.b. Os ativos financeiros classificados como disponíveis para negociação e disponíveis para venda são mensurados de acordo com seu valor justo. As opções de vendas de ações são reconhecidas conforme descrito na nota 2.19.f.

De acordo com o BRGAAP, estas operações são registradas por seus valores de custo, acrescidas dos rendimentos obtidos até a data das Demonstrações Financeiras, conforme as taxas acordadas com as instituições financeiras, e não superam o valor de mercado. Tal critério difere da valorização por valor justo. Uma alteração na legislação societária brasileira equiparou o tratamento contábil em BRGAAP com a norma IFRS a partir de 2008.

d) Capitalização de juros no imobilizado: conforme descrito na nota 2.5 para fins de IFRS a Companhia agrega ao custo do imobilizado em andamento os juros incorridos sobre empréstimos considerando a taxa média ponderada dos empréstimos e financiamentos vigentes na data da capitalização.

De acordo com o BRGAAP para o exercício de 2006, a capitalização dos custos financeiros incorridos é contabilizada durante o período de construção dos bens do ativo fixo somente se a dívida financeira está diretamente vinculado ao ativo imobilizado em construção. A partir do exercício de 2007 as práticas contábeis estão equiparadas.

e) Benefícios a empregados: de acordo com o IFRS, eventuais superávits com planos de benefícios a empregados devem ser contabilizados até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos (nota 20).

De acordo com o BRGAAP, ativos com planos de benefícios a empregados somente podem ser reconhecidos se for claramente evidenciado que o superávit será reembolsado à patrocinadora no futuro.

f) Perda de valor econômico de ativos (*impairment*): de acordo com o IFRS, existem normas específicas para analisar a recuperação de todos os ativos não financeiros exceto estoques, ativos originados por contratos de construção, imposto de renda diferido ativo, ativos relacionados com benefícios a empregados, entre outros. Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia deve analisar se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo (nota 12).

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida devem ter sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a entidade deverá reconhecer uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment* ou deterioração).

Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável deve ser registrada no resultado do período. Para os ativos reavaliados, a redução deve ser registrada na conta de excedente de reavaliação.

Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, deve ser realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida.

A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

De acordo com o BRGAAP e com vigência até 31/12/2007, não existe uma metodologia definida para medir o valor em uso dos ativos, não sendo requerido, ainda que permitido, o cálculo de fluxos de caixa descontados. Uma alteração na legislação societária brasileira equiparou o tratamento contábil em BRGAAP com a norma IFRS a partir de 2008.

g) Ativo diferido: de acordo com o IFRS, os gastos pré-operacionais não se enquadram na definição de um ativo intangível e devem ser contabilizados como gastos. Os custos incorridos para obter um ativo intangível gerado internamente, normalmente não são capitalizados.

De acordo com o BRGAAP, o ativo diferido corresponde a gastos pré-operacionais e com projetos em fase pré-operacional e são contabilizados pelo custo. As amortizações são calculadas pelo método linear sobre o custo, em taxas determinadas em função da produção dos projetos implantados com relação a suas capacidades instaladas.

h) Imposto de renda e contribuição social: de acordo com o IFRS, os efeitos do imposto de renda devem ser refletidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas nos mesmos períodos em que os ativos e passivos que geram tais efeitos forem contabilizados. As diferenças entre as bases contábil (apresentadas nas posições contábeis) e fiscal (montante que será dedutível ou tributável para fins de imposto de renda) dos ativos e passivos são classificadas como diferenças temporárias. O imposto de renda diferido ativo só deve ser inicialmente reconhecido na medida em que for provável que o mesmo será realizado contra ganhos tributáveis a serem gerados no futuro. Os ativos e passivos fiscais diferidos devem sempre ser classificados como não-correntes, e não devem ser descontados (nota 9).

De acordo com o BRGAAP, são reconhecidos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias na medida em que se considera provável sua realização e sempre que sejam atendidas as seguintes condições: (a) apresentar resultado tributável em pelo menos 3 dos últimos 5 anos e, (b) existir expectativa de resultados tributáveis futuros com base em um estudo de viabilidade que permita realizar o imposto diferido ativo em um prazo máximo de 10 anos (ou o prazo menor determinado pela legislação), considerando os resultados futuros pelo seu valor presente. São reconhecidos impostos diferidos passivos sobre diferenças temporárias, exceto quando correspondem a diferenças de valores de ativos não destinados à venda. Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser classificados como correntes ou não-correntes em função de sua expectativa de realização.

Conforme demonstrado na nota 4.2.1, os ativos e passivos registrados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS apresentam certas diferenças com relação ao BRGAAP. Estas diferenças foram objeto de análise para registro de imposto de renda e contribuição social diferidos considerando os critérios expostos na nota 2.10.

i) Contabilização de dividendos: de acordo com o IFRS, os dividendos propostos ou declarados depois da data do balanço mas antes da autorização para a divulgação das Demonstrações Financeiras não devem ser reconhecidos como passivos, a menos que se enquadrem na definição de passivo na data do balanço (nota 22e).

De acordo com o BRGAAP, deve ser contabilizado no balanço patrimonial, no encerramento do exercício, um passivo pelos dividendos propostos pela Administração que, posteriormente ao término do exercício, serão submetidos à consideração dos acionistas.

j) Contabilização de variação cambial sobre investimentos no exterior: de acordo com o IFRS, a variação de taxas de câmbio sobre investimentos mantidos no exterior, bem como sobre o saldo de patrimônio líquido de empresas consolidadas com moeda funcional diferente da moeda funcional da empresa controladora, devem ser reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, numa conta específica chamada "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira".

De acordo com o BRGAAP, esta variação deve ser reconhecida no resultado do exercício, na linha de equivalência patrimonial. Uma alteração na legislação societária brasileira equiparou o tratamento contábil em BRGAAP com a norma IFRS a partir de 2008.

k) Incentivos fiscais: de acordo com o IFRS, incentivos fiscais recebidos pela Companhia se enquadram no conceito de receitas, visto que são entradas de recursos econômicos surgidos no curso normal dos negócios, que resultam num aumento do patrimônio líquido; portanto, tais incentivos são reconhecidos como receitas. De acordo com o BRGAAP e com vigência até 31/12/2007, alguns tipos de incentivos fiscais concedidos pelo Governo devem ser contabilizados como uma reserva de capital, diretamente no patrimônio líquido. Uma alteração na legislação societária brasileira equiparou o tratamento contábil em BRGAAP com a norma IFRS a partir de 2008.

l) Pagamento com base em ações: de acordo com o IFRS, existem normas específicas para contabilizar operações que serão liquidadas através da entrega de (a) ações, opções de ações ou outros instrumentos financeiros de participação patrimonial a terceiros, sejam ou não empregados da entidade; ou (b) caixa ou outros ativos (nota 26).

Todas as transações que envolvam pagamentos vinculados a ações são reconhecidas como ativo ou gasto,

CONTINUAÇÃO

conforme sua natureza. Transações relacionadas a pagamentos realizados através de emissões de ações ou outros instrumentos financeiros de participação patrimonial são registrados pelo valor justo dos produtos ou serviços recebidos na mesma data na qual a entidade reconhece tais produtos ou serviços. Se o valor justo dos respectivos produtos ou serviços não puder ser estimado de forma confiável, a entidade deve utilizar o valor justo dos instrumentos financeiros correspondentes que tenham sido entregues. As transações que serão liquidadas através do pagamento em dinheiro são registradas no valor da obrigação correspondente ao respectivo pagamento. Depois do reconhecimento inicial, os valores registrados para transações cujas liquidações serão efetuadas através de emissão de ações ou outros instrumentos de participação patrimonial não são ajustados. Os valores das obrigações que surgem das transações que serão liquidadas com dinheiro serão atualizados na data de cada Demonstração Financeira posterior ao reconhecimento inicial, até a data do pagamento efetivo. Os ajustes no valor da obrigação são reconhecidos como ganho ou perda na demonstração de resultados (nota 26). De acordo com o BRGAAP, não existe uma norma específica sobre o tratamento contábil dos pagamentos com base em ações, que são registrados no resultado considerando o regime de caixa. É requerida a divulgação de determinadas informações sobre pagamentos com base em ações para empregados.

m) Demonstração de fluxo de caixa, demonstração de origens e aplicações de recursos e demonstração do valor adicionado: de acordo com o IFRS, a apresentação da demonstração de fluxo de caixa é requerida para todas as entidades, não existindo no IFRS um conceito equivalente ao da demonstração de origens e aplicações de recursos e demonstração do valor adicionado.

De acordo com o BRGAAP e com vigência até 31/12/2007, a demonstração de fluxo de caixa não é obrigatória, sendo apresentada como informação adicional, de forma voluntária. A norma brasileira é menos detalhada que o IFRS. Por outro lado, é obrigatória a apresentação da demonstração de origens e aplicações de recursos, mostrando as variações no capital de giro. Uma alteração na legislação societária brasileira tornou obrigatória a demonstração do fluxo de caixa e dispensou a elaboração da demonstração de origens e aplicações de recursos a partir de 2008. Adicionalmente e com efeito a partir de 01/01/2008, esta mudança na legislação societária brasileira também trouxe a obrigatoriedade de preparação da demonstração do valor adicionado.

n) Divulgação de informações por segmento: de acordo com o IFRS, as informações por segmento de negócios são requeridas para as companhias de capital aberto. Um “segmento de negócio” é um componente diferenciado de uma companhia que oferece produtos e serviços específicos ou um grupo de produtos e serviços que estão sujeitos a riscos e retornos diferentes dos de outros segmentos de negócios. Um “segmento geográfico” é um componente diferenciado de uma companhia que oferece produtos e serviços específicos ou um grupo de produtos e serviços que estão sujeitos a riscos e retornos diferentes dos de outros ambientes de mercado. Uma entidade deve divulgar as informações por segmento em dois formatos: segmento primário e segmento secundário. A origem e a natureza dos riscos e retornos de uma companhia devem determinar se o segmento primário será o de “negócios” ou o “geográfico”, considerando a importância destes segmentos com relação ao risco e retorno da companhia. A estrutura organizacional interna e de gestão de uma companhia, assim como seus sistemas de elaboração dos relatórios financeiros devem normalmente constituir as bases para determinar qual será o segmento primário e/ou secundário. Um segmento de negócio ou geográfico deve ser divulgado se a maior parte das receitas registradas provém de vendas a clientes externos e representa, pelo menos: 10% do total das receitas, internas e externas, de todos os segmentos; 10% do resultado combinado de todos os segmentos; ou 10% do total dos ativos de todos os segmentos. Segmentos adicionais para divulgação devem ser identificados se o total das receitas externas atribuível aos segmentos divulgados constituir menos de 75% do total das receitas consolidadas ou da companhia. As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas na preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras da companhia. As divulgações para o segmento primário são mais extensivas do que as para o segmento secundário. Para cada segmento primário, devem ser divulgadas as seguintes informações principais: receitas (externas e entre segmentos); resultado líquido; total de ativos; total de passivos; total de aquisições de ativos permanentes; depreciação e amortização no período; e o total dos gastos que não representaram desembolsos de caixa. No caso do segmento secundário, em geral as informações a serem divulgadas incluem o total das receitas, ativos e aquisições de ativos permanentes, e não incluem o resultado do segmento. Também deve ser divulgada a reconciliação entre as informações divulgadas por segmentos e as informações agregadas incluídas nas Demonstrações Financeiras (nota 27).

De acordo com o BRGAAP, não existem normas específicas que regulem a apresentação de informações por segmentos. A divulgação é estimulada pelo regulador do mercado de capitais brasileiro, mas não existe uma norma específica.

o) Lucro por ação: de acordo com IFRS, as entidades de capital aberto devem divulgar o lucro por ação básico e diluído na posição de resultados (nota 23).

O lucro básico por ação deve ser calculado dividindo o lucro líquido do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, incluindo as emissões de direitos e bônus de subscrição.

Uma entidade deve calcular o lucro diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações em circulação, acrescida dos efeitos de todas as ações potenciais. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são considerados ações potenciais.

As cifras comparativas devem ser ajustadas para refletir capitalizações, emissões de bônus de subscrição ou desdobramento de ações. Se estas alterações ocorrerem depois da data do balanço, mas antes da autorização para emissão das Demonstrações Financeiras, os cálculos por ação daquelas ou de quaisquer Demonstrações Financeiras de períodos anteriores devem ser baseados no novo número de ações.

De acordo com o BRGAAP, o lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pelo número de ações em circulação do capital social no término do exercício. Não existe o conceito de lucro por ação diluído. Não existe a obrigatoriedade de ajustar as cifras de períodos anteriores por desdobramento ou agrupamento de ações ou transações similares.

p) Reclasseificações: de acordo com o IFRS foram ainda efetuadas as seguintes principais reclasseificações às Demonstrações Financeiras Consolidadas:

- os depósitos judiciais foram incluídos no ativo não-circulante;
- os fretes sobre vendas foram reclasificados para custo das vendas;
- o resultado não operacional foi reclasificado para operacional.

4.2.1 - Reconciliação do balanço patrimonial consolidado da Companhia na data de transição do IFRS - 01/01/2006

	BRGAAP	IFRS	Nota 4.2	Ajustes de IFRS
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	1.185.495	42.205	a, c	1.227.700
Aplicações financeiras				
Títulos para negociação	4.279.199	(115.482)	a, c	4.163.717
Contas a receber de clientes	2.059.806	(120.466)	a	1.939.340
Estoques	4.018.629	(106.623)	a	3.912.006
Créditos tributários	199.764	(5.708)	a	194.056
Imposto de renda/contribuição social diferidos	151.678	(151.678)	a, h	-
Pagamentos antecipados	92.828	(13.598)	a	79.230
Outras contas a receber	141.779	(2.176)	a	139.603
	12.129.178	(473.526)		11.655.652
ATIVO NÃO-CIRCULANTE				
Créditos tributários	242.792	(1.732)	a	241.060
Imposto de renda/contribuição social diferidos	442.076	342.679	a, h	784.755
Ganhos não realizados com derivativos	-	5.461	c	5.461
Pagamentos antecipados	34.051	(227)	a	33.824
Depósitos judiciais	42.674	105.237	p	147.911
Outras contas a receber	121.205	(477)	a, c	120.728
Gastos antecipados com plano de pensão	-	242.176	e	242.176
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	-	445.575	a	445.575
Outros investimentos	38.088	(17.074)		21.014
Ágios	74.580	(43.284)	f	31.296
Imobilizado	8.693.501	(161.917)	a, d	8.531.584
Diferido	61.041	(61.041)	a, g	-
	9.750.008	855.376		10.605.384
TOTAL DO ATIVO	21.879.186	381.850		22.261.036

	BRGAAP	Ajustes de IFRS	Nota 4.2	IFRS
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	1.675.464	(69.402)	a	1.606.062
Empréstimos e financiamentos	1.327.248	(33.334)	a, c	1.293.914
Debêntures	2.719	-		2.719
Impostos e contribuições sociais a recolher	306.067	(7.839)	a	298.228
Imposto de renda/contribuição social diferidos	86.879	(86.879)	a, h	-
Salários a pagar	268.898	(8.599)	a	260.299
Dividendos a pagar	208.774	-		208.774
Perdas não realizadas com derivativos	-	15.884	c	15.884
Outras contas a pagar	313.059	(11.748)	a, c	301.311
	4.189.108	(201.917)		3.987.191
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	5.352.420	(99.667)	a, c	5.252.753
Debêntures	969.043	-		969.043
Imposto de renda/contribuição social diferidos	525.428	235.500	a, h	760.928
Perdas não realizadas com derivativos	-	2.737	c	2.737
Provisão para contingências	192.194	105.237	p	297.431
Benefícios a empregados	263.778	236.423	e	500.201
Outras contas a pagar	246.695	(78.395)	a, c	168.300
	7.549.558	401.835		7.951.393
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	5.206.969	-		5.206.969
Ações em tesouraria	(60.254)	-		(60.254)
Reserva legal	465.063	-		465.063
Lucros acumulados	2.430.408	193.099	k	2.623.507
	8.042.186	193.099		8.235.285
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS				
MINORITÁRIOS	2.098.334	(11.167)		2.087.167
PATRIMÔNIO LÍQUIDO INCLUINDO MINORITÁRIOS				
MINORITÁRIOS	10.140.520	181.932		10.322.452
TOTAL DO PASSIVO	21.879.186	381.850		22.261.036

RECONCILIAÇÃO PATRIMÔNIO LÍQUIDO BRGAAP x IFRS em 01/01/2006**Nota 4.2**

Patrimônio líquido em BRGAAP (excluindo minoritários)		8.042.186
Ajustes em IFRS		
Ajuste de juros capitalizados s/imobilizado, líquido	d	85.478
Ajuste de reversão do ativo diferido, líquido	g	(36.627)
Ajuste de provisão para manutenção de alto-forno, líquido	d	42.238
Ajuste de benefícios a empregados, líquido	e	11.038
Imposto de renda diferido	h	98.526
Ajuste de efeitos amortização/impairment de ágios, líquido	f	(43.284)
Ajuste de opção de compra e/ou venda de ações, líquido	c	4.004
Outros ajustes, líquido		20.559
		181.932
Impacto dos ajustes nas participações dos minoritários		11.167
Patrimônio líquido em IFRS (excluindo minoritários)		8.235.285

4.2.2 - Reconciliação das Demonstrações Financeiras Consolidadas no último exercício apresentado em BRGAAP - 31/12/2006

	BRGAAP	Ajustes de IFRS	Nota 4.2	IFRS
BALANÇO PATRIMONIAL				
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	703.233	367.291	a, c	1.070.524
Aplicações financeiras				
Títulos para negociação	5.263.590	(514.190)	a, c	4.749.400
Títulos disponíveis para venda	-	263.893	c	263.893
Títulos mantidos até o vencimento	-	295.472	c	295.472
Contas a receber de clientes	2.504.993	337.575	a	2.842.568
Estoques	4.645.052	407.813	a	5.052.865
Créditos tributários	515.782	11.638	a	527.420
Imposto de renda/contribuição social diferidos	145.917	(145.917)	a, h	-
Pagamentos antecipados	90.481	(6.467)	a	84.014
Ganhos não realizados com derivativos	-	5.687	c	5.687
Outras contas a receber	184.609	7.504	a, c	192.113
	14.053.657	1.030.299		15.083.956
ATIVO NÃO-CIRCULANTE				
Créditos tributários	355.074	94.516	a	449.590
Imposto de renda/contribuição social diferidos	634.056	281.709	a, h	915.765
Ganhos não realizados com derivativos	-	14.160	c	14.160
Pagamentos antecipados	74.842	(18.272)	a	56.570
Depósitos judiciais	51.846	116.299	a, p	168.145
Outras contas a receber	121.785	136.115	a, c	257.900
Gastos antecipados com plano de pensão	-	311.740	e	311.740
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	-	450.080	a	450.080
Outros investimentos	37.783	(6.195)	a	31.588
Ágios	326.090	111.748	b, f	437.838
Intangível	30.246	15.135	a	45.381
Imobilizado	11.183.651	2.189.892	a, b, d	13.373.543
Diferido	60.513	(60.513)	a, g	-
	12.875.886	3.636.414		16.512.300
TOTAL DO ATIVO	26.929.543	4.666.713		31.596.256
BALANÇO PATRIMONIAL				
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	2.060.250	353.699	a	2.413.949
Empréstimos e financiamentos	1.959.650	314.873	a, c	2.274.523
Debêntures	1.173	1.759	a	2.932
Impostos e contribuições sociais a recolher	420.328	45.396	a	465.724
Imposto de renda/contribuição social diferidos	86.673	(86.673)	a, h	-
Salários a pagar	352.819	26.482	a	379.301
Dividendos a pagar	259.454	(73.996)	i	185.458
Perdas não realizadas com derivativos	-	2.690	c	2.690
Outras contas a pagar	356.347	110.496	a, c	466.843
	5.496.694	694.726		6.191.420

CONTINUAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL	BRGAAP	Ajustes de IFRS	Nota 4.2	IFRS
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	6.347.033	324.423	a, c	6.671.456
Debêntures	758.024	171.000	a	929.024
Imposto de renda/contribuição social diferidos	641.952	832.979	a, h	1.474.931
Perdas não realizadas com derivativos	-	22.425	c	22.425
Provisão para contingências	244.900	157.895	a, p	402.795
Benefícios a empregados	413.993	294.323	e	708.316
Opções por compra de ações.....	-	547.953	a	547.953
Outras contas a pagar.....	295.834	163.886	a, c	459.720
	8.701.736	2.514.884		11.216.620
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social.....	7.810.453	-		7.810.453
Ações em tesouraria.....	(109.609)	-		(109.609)
Reserva legal	159.109	-		159.109
Lucros acumulados.....	2.104.685	925.774	k	3.030.459
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira	-	(259.130)	j	(259.130)
	9.964.638	666.644		10.631.282
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	2.766.475	790.459		3.556.934
PATRIMÔNIO LÍQUIDO INCLUINDO MINORITÁRIOS	12.731.113	1.457.103		14.188.216
TOTAL DO PASSIVO	26.929.543	4.666.713		31.596.256

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	BRGAAP	IFRS	Ajustes de Nota 4.2	IFRS
RECEITA DE VENDAS	27.510.940	1.336.487		28.847.427
Impostos incidentes sobre as vendas	(2.442.602)	(170.263)	a, k	(2.612.865)
Frete.....	(1.201.337)	1.201.337	a, p	-
Descontos	(350.241)	(410)	a	(350.651)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	23.516.760	2.367.151		25.883.911
Custo das vendas	(17.020.825)	(2.018.441)	a, p	(19.039.266)
LUCRO BRUTO	6.495.935	348.710		6.844.645
Despesas com vendas.....	(516.927)	(40.118)	a	(557.045)
Despesas gerais e administrativas	(1.657.596)	(127.269)	a	(1.784.865)
Outras despesas operacionais.....	(19.972)	(16.191)	a, b	(36.163)
LUCRO OPERACIONAL	4.301.440	165.132		4.466.572
Resultado da equivalência patrimonial.....	(244.804)	488.354	a, j	243.550
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS	4.056.636	653.486		4.710.122
Receitas financeiras.....	881.723	155.961	a, c	1.037.684
Despesas financeiras.....	(559.988)	(37.404)	a, c	(597.392)
Resultado não operacional.....	(67.153)	67.153	a, p	-
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	4.311.218	839.196		5.150.414
Provisão para imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(907.604)	1.307	h	(906.297)
Diferido	88.675	(71.314)	h	17.361
	(818.929)	(70.007)		(888.936)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.492.289	769.189		4.261.478
ATRIBUÍDO A:				
Participação dos controladores.....	2.880.922	666.012		3.546.934
Participação dos minoritários	611.367	103.177		714.544
	3.492.289	769.189		4.261.478

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	BRGAAP	Ajustes de IFRS	IFRS
Fluxo de caixa da atividade operacional			
Lucro líquido do exercício (inclui participação dos minoritários) ..	3.492.289	769.189	4.261.478
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:.....	1.169.516	(1.280.967)	(111.451)
Variação de ativos e passivos	(719.393)	(1.008.064)	(1.727.457)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.942.412	(1.519.842)	2.422.570
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições de imobilizado	(2.286.382)	(87.126)	(2.373.508)
Pagamentos na aquisição de empresas	(937.904)	268.301	(669.603)
Juros recebidos sobre aplicações financeiras.....	-	752.424	752.424
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(3.224.286)	933.599	(2.290.687)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.070.197)	-	(1.070.197)
Financiamentos obtidos.....	4.607.269	(476)	4.606.793
Pagamentos de financiamentos	(3.594.922)	(34.833)	(3.629.755)
Aumento de capital.....	58.094	(58.094)	-
Financiamentos com empresas ligadas, líquido	(42.598)	(6.544)	(49.142)
Caixa líquido proveniente de (usado em) atividades de financiamentos	(42.354)	(99.947)	(142.301)
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	(173.641)	26.883	(146.758)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa.....	502.131	(659.307)	(157.176)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	5.464.692	(4.236.992)	1.227.700
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.966.823	(4.896.299)	1.070.524

RECONCILIAÇÃO PATRIMONIAL LÍQUIDO BRGAAP x IFRS em 31/12/2006	Nota 4.2
Patrimônio líquido em BRGAAP (excluindo minoritários)	9.964.638
Ajustes em IFRS	
Ajuste de juros capitalizados s/ imobilizado.....	d 98.002
Ajuste de reversão do ativo diferido	g (44.691)
Ajuste da parcela dos minoritários na aquisição de empresas.....	b 767.823
Ajuste dos benefícios a empregados, líquido	e 109.889
Ajuste da parcela dos minoritários na alteração do critério de consolidação	b 833.909
Ajuste dos efeitos da amortização/impairment de ágios, líquido	f 79.626
Ajuste da opção de compra e/ou venda de ações, líquido	c 324.509
Ajuste de dividendos não deliberados	i 73.996
Outros ajustes, líquido	21.691
	2.264.754
Impacto dos ajustes nas participações dos minoritários.....	(1.598.110)
Patrimônio líquido em IFRS (excluindo minoritários)	10.631.282

RECONCILIAÇÃO LUCRO LÍQUIDO BRGAAP x IFRS em 31/12/2006	Nota 4.2
Lucro líquido do exercício em BRGAAP	3.492.289
Ajustes em IFRS	
Ajuste de juros capitalizados s/imobilizado, líquido.....	d 12.525
Ajuste de reversão do ativo diferido	g (8.064)
Ajuste da provisão para manutenção de alto-forno, líquido.....	d (42.238)
Ajuste dos benefícios a empregados, líquido	e 98.854
Ajuste da parcela dos minoritários na alteração do critério de consolidação	b 330.383
Imposto de renda diferido.....	h (98.526)
Ajuste dos efeitos da amortização/impairment de ágios, líquido	b, f 94.472
Ajuste da opção de compra e/ou venda de ações, líquido	c 125.669
Ajuste de reclassificação do efeito de conversão para moeda estrangeira.....	j 266.433
Outros ajustes, líquido	(10.319)
	769.189
Lucro líquido do exercício em IFRS	4.261.478

5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2007	2006
Caixa	355.650	248.244
Caixa restrito.....	796	28.778
Bancos e aplicações de liquidez imediata.....	1.669.650	793.502
Caixa e equivalentes de caixa	2.026.096	1.070.524

6 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	2007	2006
Contas a receber de clientes - no Brasil	1.163.417	902.885
Contas a receber de clientes - exportações a partir do Brasil.....	406.160	411.749
Contas a receber de clientes - controladas no exterior	1.653.895	1.600.305
(-) Provisão para risco de crédito	(51.156)	(72.371)
	3.172.316	2.842.568

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor justo das contas a receber mencionadas acima. O Risco de crédito do contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores de decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de limite de crédito e acompanhamento permanente de seu saldo devedor. A provisão para risco de crédito foi calculada com base na análise de risco dos créditos, contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2007	2006
Valores a vencer	2.798.225	2.163.315
Vencidos:		
Até 30 dias.....	330.709	612.094
Entre 31 e 60 dias.....	49.792	62.252
Entre 61 e 90 dias.....	12.798	12.966
Entre 91 e 180 dias.....	12.674	13.249
Entre 181 e 360 dias.....	7.859	8.861
Acima de 360 dias	11.415	42.202
(-) Provisão para risco de crédito.....	(51.156)	(72.371)
	3.172.316	2.842.568

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:	
Saldo em 01/01/2006.....	(80.764)
Créditos provisionados no período	(19.441)
Créditos recuperados no período	2.850
Créditos baixados definitivamente da posição	21.868
Variação cambial	4.572
Aquisições	(1.456)
Saldo em 31/12/2006.....	(72.371)
Créditos provisionados no período	(18.001)
Créditos recuperados no período	2.885
Créditos baixados definitivamente da posição	35.883
Variação cambial	2.934
Aquisições	(2.486)
Saldo em 31/12/2007.....	(51.156)

7 - ESTOQUES	2007	2006
Produtos prontos	2.274.955	1.913.288
Produtos em elaboração	1.357.559	1.148.443
Matérias-primas	1.280.241	1.110.749
Materiais de almoxarifado.....	883.002	678.807
Adiantamento a fornecedores	73.353	68.542
Importações em andamento	228.418	178.638
(-) Provisão p/obsolescência e ajuste ao valor de mercado.....	(40.867)	(45.602)
	6.056.661	5.052.865

A movimentação da provisão para obsolescência e ajuste ao valor justo está demonstrada abaixo:	
Saldo em 01/01/2006.....	(39.857)
Variação cambial	2.838
Estoques baixados permanentemente.....	29.627
Constituição de provisão.....	(38.210)
Saldo em 31/12/2006.....	(45.602)
Estoques baixados permanentemente.....	11.501
Constituição de provisão.....	(10.917)
Variação cambial	4.151
Saldo em 31/12/2007.....	(40.867)

Os estoques estão seguros para incêndio e extravasamento. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvidos. Durante o exercício findo em 31/12/2007 foi reconhecido o montante de R\$ 23.131.527 como custo de vendas e de fretes (R\$ 19.039.266 em 31/12/2006).

CONTINUAÇÃO

8 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	2007	2006
Curto prazo		
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	154.386	118.028
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	95.963	48.374
PIS - Programa de Integração Social.....	19.477	125.673
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	63.671	20.000
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	192.245	184.784
IVA - Imposto sobre Valor Agregado	52.977	18.381
Outros.....	19.598	12.180
	<u>598.317</u>	<u>527.420</u>
Longo prazo		
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	184.551	173.395
PIS - Programa de Integração Social.....	23.946	33.024
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	109.032	75.221
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	7.968	4.878
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte e outros	269.397	163.072
	<u>594.894</u>	<u>449.590</u>
	<u>1.193.211</u>	<u>977.010</u>

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

2009	310.488
2010	138.620
2011	92.540
Após 2011	<u>53.246</u>
	<u>594.894</u>

9 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IR) e da contribuição social (CS) no resultado:

	2007			2006		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, após as participações estatutárias	5.264.419	5.264.419	5.264.419	5.150.414	5.150.414	5.150.414
Alíquotas nominais	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(1.316.105)	(473.798)	(1.789.903)	(1.287.604)	(463.537)	(1.751.141)
Ajustes dos impostos referente:						
- diferença de alíquotas em empresas do exterior	(148.080)	206.081	58.001	55.472	198.985	254.457
- equivalência patrimonial	29.600	10.656	40.256	60.888	21.920	82.808
- juros sobre o capital próprio	140.290	45.411	185.701	120.601	43.416	164.017
- incentivos fiscais	50.379	-	50.379	34.588	-	34.588
- ágio dedutível fiscalmente contabilizado nos livros societários..	206.448	74.321	280.769	205.910	74.128	280.038
- diferenças permanentes (líquidas)	192.496	27.975	220.471	30.793	15.504	46.297
Imposto de renda e contribuição social no resultado.....	<u>(844.972)</u>	<u>(109.354)</u>	<u>(954.326)</u>	<u>(779.352)</u>	<u>(109.584)</u>	<u>(888.936)</u>
Corrente.....	-	-	(872.315)	-	-	(906.297)
Diferido	-	-	(82.011)	-	-	17.361

As diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos incluídos nos registros contábeis, preparados de acordo com o IFRS, foram reconhecidas como diferenças temporárias para fins de contabilização dos impostos diferidos em contrapartida da despesa (ou receita) no resultado.

As controladas da Companhia no Brasil usufruíram R\$ 22.960 em 31/12/2007 (R\$ 34.588 em 31/12/2006) de incentivos fiscais de dedução do imposto de renda relativo à inovação tecnológica, fundos dos direitos da criança e do adolescente, PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador e operações de caráter cultural e artístico. As unidades da controlada Gerdau Aços Longos S.A., instaladas na região nordeste do Brasil, são beneficiárias, até 2013, de incentivos fiscais de redução de 75% do imposto de renda, calculados sobre o lucro da exploração daqueles estabelecimentos, sendo que estes representaram R\$ 27.418 em 31/12/2007 (R\$ 41.896 em 31/12/2006). Os respectivos incentivos fiscais foram registrados, retificando, diretamente, as contas de imposto de renda na demonstração do resultado.

b) Composição e movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

10 - IMOBILIZADO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Custo do imobilizado bruto	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos eletrônicos de dados	Florestamento/reflorestamento	Imobilizações em andamento	Total
Saldo em 01/01/2006	3.306.151	8.291.907	125.690	70.244	346.484	250.520	1.865.089	14.256.085
Efeito do câmbio.....	(61.469)	(278.721)	(5.183)	(2.042)	(3.545)	-	(27.330)	(378.290)
Aquisições/alienações de empresas.....	656.213	2.949.574	12.476	14.278	45.200	-	145.473	3.823.214
Adições	74.765	403.525	30.162	11.777	15.514	69.963	1.805.212	2.410.918
Transferências.....	224.409	720.680	6.593	25.343	49.658	-	(1.026.683)	-
Alienações	(9.235)	(162.922)	(7.086)	(2.882)	(6.041)	(2.765)	(24.294)	(215.225)
Saldo em 31/12/2006.....	<u>4.190.834</u>	<u>11.924.043</u>	<u>162.652</u>	<u>116.718</u>	<u>447.270</u>	<u>317.718</u>	<u>2.737.467</u>	<u>19.896.702</u>
Efeito do câmbio.....	(151.071)	(631.799)	(14.393)	(8.181)	(6.962)	-	(68.415)	(880.821)
Aquisições/alienações de empresas.....	357.507	963.668	539	3.502	17.098	(26.342)	128.122	1.444.094
Adições.....	230.362	717.627	21.203	21.606	41.539	137.684	1.980.073	3.150.094
Transferências	120.045	2.080.857	14.089	1.939	66.295	-	(2.283.225)	-
Alienações	(172.17)	(298.808)	(7.110)	(3.601)	(12.047)	(21.222)	(121.666)	(481.671)
Saldo em 31/12/2007.....	<u>4.730.460</u>	<u>14.755.588</u>	<u>176.980</u>	<u>131.983</u>	<u>553.193</u>	<u>407.838</u>	<u>2.372.356</u>	<u>23.128.398</u>
Depreciação acumulada								
Saldo em 01/01/2006	(1.172.667)	(4.154.700)	(78.971)	(42.548)	(222.580)	(59.523)	-	(5.730.989)
Efeito do câmbio.....	11.645	124.669	3.168	324	528	-	-	140.334
Aquisições/alienações de empresas.....	-	(70.561)	-	-	-	-	-	(70.561)
Depreciação, amortização e exaustão	(127.002)	(820.094)	(12.751)	(12.501)	(55.712)	(14.892)	-	(1.042.952)
Transferências.....	(3.750)	2.614	487	620	29	-	-	-
Alienações	1.907	167.509	2.023	1.880	5.367	2.323	-	181.009
Saldo em 31/12/2006.....	<u>(1.289.867)</u>	<u>(4.750.563)</u>	<u>(86.044)</u>	<u>(52.225)</u>	<u>(272.368)</u>	<u>(72.092)</u>	<u>-</u>	<u>(6.523.159)</u>
Efeito do câmbio.....	15.660	176.843	6.512	2.956	11.822	-	-	213.793
Aquisições/alienações de empresas.....	2.334	13.014	283	209	218	2.689	-	18.747
Depreciação, amortização e exaustão	(153.278)	(997.880)	(16.563)	(19.084)	(89.023)	(19.271)	-	(1.295.099)
Transferências	3.599	9.332	(12.673)	(1.962)	1.704	-	-	-
Alienações	7.089	246.433	4.237	2.387	10.818	14.300	-	285.264
Saldo em 31/12/2007.....	<u>(1.414.463)</u>	<u>(5.302.821)</u>	<u>(104.248)</u>	<u>(67.719)</u>	<u>(336.829)</u>	<u>(74.374)</u>	<u>-</u>	<u>(7.300.454)</u>

CONTINUAÇÃO

	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos eletrônicos de dados	Florestamento/reflorestamento	Imobilizações em andamento	Total
Imobilizado líquido								
Saldo em 01/01/2006	2.133.484	4.137.207	46.719	27.696	123.904	190.997	1.865.089	8.525.096
Saldo em 31/12/2006	2.900.967	7.173.480	76.608	64.493	174.902	245.626	2.737.467	13.373.543
Saldo em 31/12/2007	3.315.997	9.452.767	72.732	64.264	216.364	333.464	2.372.356	15.827.944

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação, amortização e exaustão:

Prédios e construções	20 a 33 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 20 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Veículos	3 a 5 anos
Equipamentos eletrônicos de dados	2,5 a 6 anos
Florestamento/reflorestamento	Plano de corte

b) Valores segurados - os ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos e explosão. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvidos. As usinas das controladas na América do Norte e Latina, exceto Brasil, e a controlada Gerdau Açominas S.A. também possuem cobertura para lucros cessantes.

c) Capitalização de juros e encargos financeiros - durante o exercício de 2007, foram apropriados encargos financeiros no montante de R\$ 115.308 (R\$ 105.078 em 31/12/2006).

d) Valores oferecidos em garantia - foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 1.869.540 em 31/12/2007 (R\$ 1.401.276 em 31/12/2006).

11 - INVESTIMENTOS

a) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

	Dona Francisca Energética S.A.		Armacero Ind. Com. Ltda.	Joint Ventures América do Norte	Grupo Multisteel Business Holdings Corp.		Total
	Investimento	Ágio	Investimento	Investimento	Investimento	Ágio	
Saldo em 01/01/2006	58.778	17.074	10.566	359.157	-	-	445.575
Equivalência patrimonial.....	7.015	-	(1.866)	234.866	-	-	240.015
Variação cambial.....	-	-	(983)	(17.358)	-	-	(18.341)
Dividendos	-	-	-	(217.169)	-	-	(217.169)
Saldo em 31/12/2006	65.793	17.074	7.717	359.496	-	-	450.080
Equivalência patrimonial.....	8.793	-	(1.279)	92.550	25.676	-	125.740
Variação cambial.....	-	-	(318)	(55.930)	(9.206)	(5.116)	(70.570)
Dividendos	-	-	-	(109.959)	-	-	(109.959)
Aquisição/alienação de investimento	-	-	-	-	136.233	81.588	217.821
Saldo em 31/12/2007	74.586	17.074	6.120	286.157	152.703	76.472	613.112

b) Outros investimentos

	MRS Logística S.A.	Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Outros	Total
	Investimento	Investimento	Investimentos	
Saldo em 01/01/2006	4.772	-	16.242	21.014
Equivalência patrimonial	-	-	3.535	3.535
Aquisição/alienação de investimento	-	-	7.039	7.039
Saldo em 31/12/2006	4.772	-	26.816	31.588
Equivalência patrimonial	-	-	(7.341)	(7.341)
Aquisição/alienação de investimento	-	13.851	(4.345)	9.506
Saldo em 31/12/2007	4.772	13.851	15.130	33.753

12 - ÁGIOS

A movimentação dos ágios da Companhia e suas controladas segue abaixo:

Saldo em 01/01/2006	31.296
(-) Atualização cambial	(16.566)
(+) Corporación Sidenor, S.A.	8.642
(+) Sheffield Steel Corporation	140.889
(+) Pacific Coast Steel, Inc.	144.069
(+) GSB Acero, S.A.	129.508
Saldo em 31/12/2006	437.838
(-) Atualização cambial	(231.613)
(+) Gerdau GTL México, S.A. de C.V.	258.827
(+) Valley Placers, Inc.	5.015
(+) Siderúrgica Zuliana, C.A.	111.934
(+) D&R Steel, LLC	5.229
(+) Re-Bars Inc.	2.039
(+) Chaparral Steel Company	5.076.371
(+) Gerdau Açominas S.A.	170.129
(+) Gerdau Aços Longos S.A.	167.726
(+) Gerdau Aços Especiais S.A.	34.209
(+) Gerdau Comercial de Aços S.A.	27.368
(+) Aplema Comércio de Produtos Agroflorestais e Empreendimentos Ltda.	53.965
(+) Trefilados de Urbina, S.A. - Trefusa	19.672
(+) Enco Materials Inc.	45.276
(-) Corporación Sidenor, S.A.	(11.081)
(-) GSB Acero, S.A. (nota 3.5)	(129.508)
Saldo em 31/12/2007	6.043.396

Composição do ágio por controladas:

	2007	2006
Sipar Gerdau Inversiones S.A.	20.008	24.150
Distribuidora Matco S.A.	4.334	4.894
Corporación Sidenor, S.A.	-	11.081
Sheffield Steel Corporation	114.058	132.555
Pacific Coast Steel, Inc.	117.151	135.650
GSB Acero, S.A.	-	129.508
Gerdau GTL México, S.A. de C.V.	228.724	-
Valley Placers, Inc.	4.664	-
Siderúrgica Zuliana, C.A.	104.094	-
D&R Steel, LLC	4.752	-
Re-Bars Inc.	1.898	-
Chaparral Steel Company	4.926.315	-
Gerdau Açominas S.A.	170.129	-
Gerdau Aços Longos S.A.	167.726	-
Gerdau Aços Especiais S.A.	34.209	-
Gerdau Comercial de Aços S.A.	27.368	-
Aplema Comércio de Produtos Agroflorestais e Empreendimentos Ltda.	53.965	-
Trefilados de Urbina, S.A. - Trefusa	19.997	-
Enco Materials Inc.	44.004	-
	6.043.396	437.838

Avaliação da recuperação do ágio

A Companhia avalia anualmente a recuperabilidade do ágio sobre investimentos, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, principalmente em relação ao fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. A recuperabilidade dos ágios foi avaliada para o ano em curso, e não foi identificada qualquer perda por *impairment* para os ágios da Companhia.

13 - INTANGÍVEL

O intangível refere-se, substancialmente, ao fundo de comércio decorrente da aquisição de empresas:

	Pacific Coast Steel Inc.	Corporación Sidenor, S.A.	Chaparral Steel Company	Enco Materials Inc.	Outros	Total
	Fundo de comércio	Cert. redução emissão carbono	Fundo de comércio	Fundo de comércio		
Saldo em 01/01/2006	-	-	-	-	-	-
Aquisição	17.322	18.648	-	-	9.411	45.381
Saldo em 31/12/2006	17.322	18.648	-	-	9.411	45.381
Variação cambial	(2.646)	(1.666)	(39.983)	43	(488)	(44.740)
Aquisição	1.628	5.472	1.112.808	14.917	4.156	1.138.981
Baixa	(831)	(15.890)	-	-	(264)	(16.985)
Amortização	(2.684)	-	(42.514)	(991)	(2.733)	(48.922)
Saldo em 31/12/2007	12.789	6.564	1.030.311	13.969	10.082	1.073.715

Vida útil média estimada	5 anos	Indeterminado	15 anos	5 anos	5 anos
--------------------------------	--------	---------------	---------	--------	--------

14 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

	Encargos anuais (*)	2007	2006
Financiamentos de curto prazo denominados em reais			
Capital de giro	9,50%	534.718	73.583
Financiamentos de curto prazo denominados em moeda estrangeira			
Capital de giro (US\$)	7,33%	508.510	358.190
Capital de giro (€)	5,15%	156.894	414.385
Capital de giro (Clp\$)	5,77%	29.523	23.573
Capital de giro (Cop\$)	8,23%	13.428	9.166
Capital de giro (PA\$)	12,21%	54.113	47.378
Financiamento de investimento (US\$)	5,83%	72.935	114.703
Financiamento de imobilizado e outros (US\$)	8,23%	1.787	61.943
		1.371.908	1.102.921
Mais: parcela circulante dos financiamentos de longo prazo		1.129.077	1.171.602
Financiamentos de curto prazo mais parcela circulante		2.500.985	2.274.523

Financiamentos de longo prazo denominados em reais			
Capital de giro	10,32%	105.345	108.037
Financiamento de imobilizado	10,32%	1.412.516	707.155
Financiamento de investimento	11,61%	744.325	898.082

Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira			
Capital de giro (US\$)	7,77%	395.548	214.828
Capital de giro (€)	5,15%	702.379	706.672
Obrigações ao portador (Notas perpétuas e <i>Senior Notes</i>) (US\$) ..	9,75%	1.772.751	2.137.224
Notas recebíveis de exportações da Açominas (US\$)	-	-	435.900
Adiantamentos de exportações (US\$)	6,60%	508.687	662.060
Financiamento de investimento (US\$)	6,80%	6.400.934	131.768
Financiamento de imobilizado e outros (US\$)	7,48%	1.547.720	1.841.332
		13.590.205	7.843.058
Menos: parcela circulante		(1.129.077)	(1.171.602)
Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante		12.461.128	6.671.456
Total financiamentos		14.962.113	8.945.979

(*) Taxa média ponderada em 31/12/2007.

Os empréstimos e financiamentos denominados em reais são indexados pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo - taxa de juros definida trimestralmente pelo Governo Federal, utilizada para correção de empréstimos de longo prazo concedidos pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), ou pelo IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado: índice de inflação brasileiro, apurado pela Fundação Getúlio Vargas).

CONTINUAÇÃO

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por moeda de origem:

	2007	2006
Real (R\$)	2.796.904	1.786.857
Dólar Norte-Americano (US\$)	11.208.872	5.957.948
Euro (€)	859.273	1.121.057
Peso Colombiano (Cp\$)	13.428	9.166
Peso Argentino (PA\$)	54.113	47.378
Peso Chileno (Clp\$)	29.523	23.573
	<u>14.962.113</u>	<u>8.945.979</u>

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

2009	1.352.796
2010	1.011.722
2011	2.782.039
2012	2.758.588
Após 2012	<u>4.555.983</u>
	<u>12.461.128</u>

a) Notas Perpétuas Garantidas e Senior Notes

Em 15/09/2005, a Gerdau S.A. concluiu a colocação privada de Notas Perpétuas Garantidas (Notas) no montante total de US\$ 600 milhões (R\$ 1.062.780 em 2007). Estas Notas são garantidas pelas companhias operativas brasileiras Gerdau Aço Minas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A.. As Notas não possuem uma data de vencimento final, mas podem tornar-se vencíveis em algumas situações específicas (conforme definidas nos termos das Notas), que não estão sob total controle da Companhia. A Companhia possui a opção de resgatar estes títulos após 5 anos de sua colocação, ou seja, a primeira opção de resgatar ocorre em setembro de 2010. O pagamento de juros é feito trimestralmente e cada data de pagamento trimestral, após setembro de 2010, é, também, uma data de opção de resgate.

A controlada Gerdau Ameristeel Corporation possui uma colocação privada de *Senior Unsecured Notes* (notas bancárias) no valor de US\$ 405 milhões (R\$ 717.376 em 2007), ao custo de 10,375% a.a. com vencimento em 2011.

b) Bridge Loan Facility e Term Loan Facility (Financiamento de Investimento)

Em 14/09/2007, a subsidiária Gerdau Ameristeel Corp. financiou a aquisição da Chaparral Steel Company, em parte, com um *Bridge Loan Facility*, no valor de US\$ 1,15 bilhão (R\$ 2.036.995 em 31/12/2007) e com um *Term Loan Facility*, no valor de US\$ 2,75 bilhões (R\$ 4.871.075 em 2007).

O *Bridge Loan Facility* foi totalmente pago. O *Term Loan Facility* tem parcelas vencendo entre 5 e 6 anos da data de fechamento da aquisição da Chaparral e sobre ele incidem juros de *Libor* + entre 1,00% e 1,25%.

O *Bridge Loan Facility* e o *Term Loan Facility* não estão garantidos pelos ativos da Gerdau Ameristeel ou suas subsidiárias. Gerdau S.A. e suas subsidiárias brasileiras operativas (Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Aço Minas S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A.) são garantidoras das obrigações dos tomadores para as duas linhas de crédito.

c) Ten Years Bonds (Financiamento de Investimento)

Em 22/10/2007, a subsidiária GTL Trade Finance Inc. concluiu a colocação de um *Ten Years Bonds (Bonds)* no montante total de US\$ 1 bilhão (R\$ 1.771.300 em 2007). Os *Bonds* têm vencimento em 20/10/2017 e sobre eles incidem juros de 7,25% ao ano, que serão pagos semestralmente (nos meses de abril e outubro), a partir de abril de 2008.

Os *Bonds* são garantidos pela Gerdau S.A., Gerdau Aço Minas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A..

d) Garantias

Em garantia dos financiamentos contratados na modalidade FINAME/BNDES, cujo saldo devedor, na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas, era de R\$ 1.405.517, foram oferecidos os bens objeto destes, em alienação fiduciária. Para certos financiamentos as garantias são avais dos controladores, sobre os quais a Companhia paga uma remuneração de 1% a.a., calculada sobre o montante avalizado.

e) Covenants

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos bancos envolvidos em contratos financeiros, a utilização de *covenants* financeiros vem sendo praticada, conforme abaixo:

I) *Consolidated Interest Coverage Ratio* (nível de cobertura do serviço da dívida) - mede a capacidade de pagamento do serviço da dívida em relação ao *EBITDA* (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação e amortização);

II) *Consolidated Leverage Ratio* (nível de cobertura da dívida) - mede a capacidade de cobertura da dívida em relação ao *EBITDA* (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação e amortização);

III) *Required Minimum Net Worth* (Patrimônio Líquido mínimo requerido) - mede o Patrimônio Líquido mínimo requerido em contratos financeiros; e

IV) *Current Ratio* (índice de liquidez corrente) - mede a capacidade em atender as obrigações de curto prazo.

Todos os *covenants* descritos acima são calculados com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS da Gerdau S.A., exceto o item IV, que se refere à Metalúrgica Gerdau S.A., e vêm sendo atendidos. A penalidade prevista em contrato em caso do não cumprimento destes é a possibilidade de declaração de *default* pelos bancos e o vencimento antecipado dos contratos.

f) Linhas de crédito

Em outubro de 2005, as controladas Gerdau Aço Minas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. obtiveram uma linha de crédito pré-aprovada junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R\$ 900.000 para a aquisição de equipamentos e despesas. Esses recursos são disponibilizados à medida que as controladas realizam seu plano próprio de investimentos e apresentem ao BNDES a respectiva comprovação de realização. Em 31/12/2007, R\$ 535.422 dessa linha haviam sido utilizados. A taxa de juros contratada foi TJLP + 2,5% a.a.. Os contratos são garantidos pelo aval da Indac - Ind. Adm. e Comércio S.A. e por *covenants* financeiros da Metalúrgica Gerdau S.A..

Em agosto de 2006, a controlada Gerdau Aço Minas S.A. obteve a aprovação de um financiamento junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante de R\$ 344.749, destinado ao aumento da capacidade de produção de aço líquido da unidade de Ouro Branco - MG, dos atuais 3 milhões de toneladas/ano para 4,5 milhões de toneladas/ano, mediante investimentos em uma nova coqueria, nova sinterização e novo alto-forno, e para a implantação de projetos sociais, a serem realizados diretamente ou em parceria com instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, que atendam diretamente à comunidade local. A taxa de juros contratada foi TJLP + 2% a.a.. Os contratos são garantidos pelo aval da Indac - Ind. Adm. e Comércio S.A. e por *covenants* financeiros da Metalúrgica Gerdau S.A.. Em 31/12/2007, a totalidade desta linha de crédito havia sido utilizada.

Em novembro de 2006, a Gerdau S.A. concluiu uma operação de *Senior Liquidity Facility*, com o objetivo de dotar a gestão de seus passivos de uma ferramenta adicional que permitirá melhor administrar a exposição a riscos conjunturais. A operação contribui para a diminuição da exposição da Companhia no caso de redução da liquidez nos mercados financeiros e de capitais, e é parte do processo de gestão de passivos (*Liability Management*) que vem sendo implementado pela Companhia. A *Senior Liquidity Facility* tem um valor de US\$ 400 milhões (R\$ 708.520 em 31/12/2007) e a tomadora será a controlada GTL Trade Finance Inc., com garantia das empresas Gerdau S.A., Gerdau Aço Minas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A.. O programa tem um período de disponibilidade de 3 anos, com 2 anos para pagamento a partir da efetivação de cada desembolso. Os custos envolvem um *Facility Fee* de 0,27% a.a. e juros de *Libor* + 0,30% a 0,40% a.a., em caso de desembolso. Essa linha de crédito não estava em utilização em 31/12/2007.

A controlada Gerdau Aço Minas S.A. possui as seguintes linhas de crédito:

- US\$ 267 milhões (R\$ 472.937 em 31/12/2007) junto a um grupo de bancos liderado pelo Citibank, N.A, Tokyo Branch, cujo seguro de crédito foi dado pelo Nippon Export and Investment Insurance (NEXI) e garantia pela Gerdau S.A. A operação tem prazo de dez anos, dos quais dois de carência e oito de amortização. A taxa de juros contratada foi *Libor* + 0,3% a.a. (equivalente a um custo *all in* de 7,27% a.a. à data da contratação). Em 31/12/2007, a totalidade de recursos dessa linha de crédito já havia sido utilizada. Os recursos estão sendo utilizados para financiar parte do projeto de expansão da capacidade de produção para 4,5 milhões de toneladas, englobando os seguintes sub-projetos: Pátios de Matérias-Primas, Forno Panela, Linha de Inspeção de Tarugos, Transporto e Vias Férreas, Sistemas de Tubulação de Água e Gás, Combate a Incêndio, Turbo Gerador Soprador, Caldeira, Tecnologia da Informação, Gerenciamento e Assistência Técnica.

Concomitantemente à contratação dessa linha de crédito, foi feita uma operação de *swap* para proteção à exposição cambial do iene frente ao dólar (nota 16).

- US\$ 69 milhões (R\$ 122.220 em 31/12/2007) junto ao Export Development Canada, cujo seguro de crédito foi dado pelo KfW e garantia pela Gerdau S.A.. A operação tem prazo de seis anos, dos quais dois de carência e quatro de amortização. A operação teve custo *all in* de 7,22% a.a. à data da contratação. Em 31/12/2007, o saldo devedor nesta operação era de US\$ 38 milhões (R\$ 67.309 em 31/12/2007). Os recursos estão sendo utilizados para financiar parte do projeto Lingotamento Contínuo de Blocos.

- US\$ 201 milhões (R\$ 356.031 em 31/12/2007) junto ao BNP Paribas (50%) e ao Industrial and Commercial Bank of China - ICBC (50%), cujo seguro de crédito foi dado pelo China Export & Credit Insurance Corporation (Sinosure) e garantia pela Gerdau S.A.. A operação tem prazo de doze anos, dos quais três de carência e nove de amortização. A operação teve custo *all in* de 6,97% a.a. à data da contratação. Em 31/12/2007, US\$ 164 milhões (R\$ 290.493) dessa linha de crédito haviam sido utilizados. Os recursos estão sendo utilizados para financiar 85% do fornecimento dos novos Alto-Forno, Coqueria e Sinterização da Usina de Ouro Branco. Concomitantemente à contratação dessa linha de crédito, foi fechada uma operação de *Commercial Loan* no total de US\$ 50 milhões (R\$ 88.565 em 31/12/2007) junto ao BNP Paribas. Esta linha já foi totalmente utilizada. Os recursos foram utilizados para financiar 15% do fornecimento dos novos Alto-Forno, Coqueria e Sinterização da Usina de Ouro Branco e, também, 100% do seguro de crédito Sinosure associado aos projetos.

As controladas da América do Norte possuem linha de crédito no valor de US\$ 650 milhões (R\$ 1.151.345 em 31/12/2007), com vencimento em outubro de 2010, que pode ser captada em dólares norte-americanos (taxa *Libor* + 1,00% a 2,00% a.a. ou *US Prime/FED Funds* mais -0,50% a +0,50% a.a.) ou em dólares canadenses (taxa *BA - Bankers Acceptance* mais 1,00% a 2,00% a.a. ou *Canadian Prime* mais 0% a 1,00% a.a.). A distribuição da referida linha de crédito para as empresas é feita proporcionalmente ao capital de giro de cada subsidiária na América do Norte. Essa linha de crédito não estava em utilização em 31/12/2007. Os estoques e o contas a receber das controladas foram dados em garantia a essa linha.

Em novembro de 2006, a controlada Gerdau Ameristeel US Inc. obteve uma linha de crédito junto ao KfW no valor de US\$ 75 milhões (R\$ 132.848 em 31/12/2007), com vencimento em novembro de 2008. A taxa de juros contratada foi, para *ECA Loans*, *Libor* + 0,30% a 0,60% a.a. e, para *Commercial Loans*, *Libor* + 1,60% a 2,20% a.a.. Em 31/12/2007, US\$ 15 milhões (R\$ 26.570) dessa linha de crédito haviam sido utilizados. Os recursos serão utilizados para financiar aquisições de imobilizado. Os equipamentos a serem financiados serão dados em garantia a essa linha.

A controlada Gerdau Aza S.A. possui linha de crédito total no valor de Clp\$ 48,4 bilhões (R\$ 172.256 em 31/12/2007), com taxa de juros de 6,96% a.a.. Essa linha não estava em uso em 31/12/2007.

15 - DEBÊNTURES

Emissão	Quantidade em 31/12/2007				Encargos	
	Assembléia Geral	Emitida	Em carteira	Vencimento	anuais	
3ª - A e B	27/05/1982	144.000	76.769	01/06/2011	CDI	165.970
7ª	14/07/1982	68.400	17.424	01/07/2012	CDI	152.606
8ª	11/11/1982	179.964	48.068	02/05/2013	CDI	257.961
9ª	10/06/1983	125.640	41.434	01/09/2014	CDI	252.086
11ª - A e B	29/06/1990	150.000	103.787	01/06/2020	CDI	131.147
						959.770
						660.930

Aços Villares S.A.	01/09/2005	28.500	-	01/09/2010	104,5% DI	308.028
Debêntures em poder de controladas						(326.522)
Total Consolidado						<u>941.276</u>

Parcela de curto prazo	38.125	2.932
Parcela de longo prazo	903.151	929.024

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

	2007	2006
2010	269.903	132.438
2011	165.970	147.262
2012	152.606	45.791
Após 2012	<u>314.672</u>	<u>603.533</u>
	<u>903.151</u>	<u>929.024</u>

Debêntures emitidas pela Gerdau S.A.

As debêntures são denominadas em reais, não são conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro). A taxa nominal média anual de juros foi de 11,82% e 15,03% em 2007 e 2006, respectivamente.

Debêntures emitidas pela Aços Villares S.A.

As debêntures da Aços Villares S.A. são na forma nominativa escritural, em série única, da espécie quirografia e não são conversíveis em ações. Foram emitidas e colocadas no mercado 28.500 debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 10 totalizando R\$ 285.000. As debêntures têm prazo de 5 anos, e vencimento em 01/09/2010. Os juros remuneratórios, equivalentes a 104,5% da Taxa DI, são pagos trimestralmente. O principal será pago em oito parcelas iguais, trimestrais e consecutivas, sendo a primeira em 01/12/2008.

16 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais - a Gerdau S.A. e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- **caixa e equivalentes de caixa** - estão comentados e apresentados na nota explicativa nº 5;

- **contas a receber de clientes** - estão comentados e apresentados na nota explicativa nº 6;

- **aplicações financeiras** - estão reconhecidas pelo seu valor de resgate na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas;

- **saldos e transações com partes relacionadas** - estão comentados e apresentados na nota explicativa nº 19;

- **empréstimos e financiamentos** - estão comentados e apresentados na nota explicativa nº 14; e

- **debêntures** - estão comentadas e apresentadas na nota explicativa nº 15.

b) Valor justo - o valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados está demonstrado a seguir:

	2007		2006	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	2.026.096	2.026.096	1.070.524	1.070.524
Aplicações financeiras	3.113.277	3.113.277	5.308.765	5.308.765
Contas a receber de clientes	3.172.316	3.172.316	2.842.568	2.842.568
Financiamentos securitização	-	-	435.900	435.900
Financiamentos importação	1.541.315	1.541.315	1.876.310	1.876.310
Financiamentos pré-pagamento	460.074	460.074	603.436	603.436
Financiamentos de notas bancárias (<i>Senior Notes</i>)	716.792	757.850	854.471	956.136
Ações em tesouraria	106.667	258.067	109.609	178.158
Notas perpétuas	1.064.876	1.107.534	1.289.830	1.374.200
Financiamentos outros	11.179.056	11.179.056	3.886.032	3.886.032
Debêntures	941.276	941.276	931.956	931.956
Partes relacionadas (ativo)	17.100	17.100	2.747	2.747
Partes relacionadas (passivo)	563	563	2.585	2.585
Ganhos não realizados com derivativos	1.567	1.567	19.847	19.847
Perdas não realizadas com derivativos	18.070	18.070	25.115	25.115
Dividendos a pagar	392	392	185.458	185.458
Outras contas a receber	511.285	511.285	447.266	447.266
Outras contas a pagar	858.791	858.791	923.978	923.978
Plano de incentivo de longo prazo (nota 26)	-	33.445	-	23.909
Opções por compra de ações (nota 16.f)	889.440	471.477	547.953	547.953

CONTINUAÇÃO

A Companhia e suas controladas acreditam que os demais instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de preço das mercadorias: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que as controladas da Companhia vendem ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de operar num mercado de *commodities*, as controladas da Companhia poderão ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais. Para minimizar esse risco, as controladas da Companhia monitoram permanentemente as oscilações de preços nos mercados nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a *Libor* e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.

Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além do contas a receber originado por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em *hedge* natural, para se proteger das oscilações cambiais, a Companhia e suas controladas avaliam a contratação de operações de *hedge*, mais usualmente operações de *swaps*, conforme demonstrado no item “a” acima.

Risco de crédito: advém da possibilidade de as controladas da Companhia não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, as controladas da Companhia adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito.

Risco de gerenciamento de capital: advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reservas de lucros), baseada em políticas internas e *benchmarks*. Nos últimos 5 anos, a metodologia *BSC (Balance Scorecard)* foi utilizada para a elaboração de mapas estratégicos com objetivos e indicadores dos principais processos. Os indicadores-chave (*KPI - Key Performance Indicators*) relacionados ao objetivo “Gestão da Estrutura de Capital” são: *WACC* (Custo Médio Ponderado do Capital), *Dívida Total/EBITDA*, Índice de Cobertura de Juros e Relação Dívida/Patrimônio Líquido. A Dívida Total é formada pelos Empréstimos e Financiamentos (nota 14) e pelas Debêntures (nota 15). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a companhia procura melhorar seu *ROCE* (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado. Nos últimos anos, os indicadores chave do processo de gestão da estrutura de capital foram os seguintes:

<i>WACC</i>	entre 12%-13% a.a.
Dívida Bruta/EBITDA.....	entre 2x e 3x
Índice de Cobertura de Juros.....	maior que 7x
Relação Dívida/Patrimônio Líquido.....	entre 25%-75% e 50%-50%

Análise sensível de variações na moeda estrangeira (*Foreign currency sensitivity analysis*): a Companhia possui exposição de variações em moeda estrangeira, principalmente nos empréstimos e financiamentos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 0,10% entre o real e as moedas estrangeiras sobre estes empréstimos e financiamentos em aberto na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de câmbio monta, em 31/12/2007, a R\$ 12.165 (R\$ 7.159 em 31/12/2006).

Os valores líquidos de contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impactos em virtude da oscilação na taxa de câmbio.

Análise sensível de variações na taxa de juros (*Interest rate sensitivity analysis*): a Companhia possui exposição a riscos de taxas de juros em seus empréstimos, financiamentos e debêntures. A análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 0,10% sobre estes empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto na data das Demonstrações Financeiras. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de juros monta, em 31/12/2007, R\$ 59.419 (R\$ 37.400 em 31/12/2006).

d) Instrumentos financeiros por categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

		Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Disponíveis para venda	Total
31/12/2007				
Ativos	Empréstimos e recebíveis			
Aplicações financeiras	-	2.836.903	276.374	3.113.277
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.567	-	1.567
Contas a receber e outros ativos recebíveis.	3.700.701	-	-	3.700.701
Caixa e equivalentes de caixa	2.026.096	-	-	2.026.096
Total	5.726.797	2.838.470	276.374	8.841.641

		Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos				
Financiamentos	-	16.868.676	16.868.676	33.737.352
Instrumentos financeiros derivativos	18.070	-	-	18.070
Total	18.070	16.868.676	16.868.676	33.737.352

		Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Disponíveis para venda	Total
31/12/2006				
Ativos	Empréstimos e recebíveis			
Aplicações financeiras	295.472	4.749.400	263.893	5.308.765
Instrumentos financeiros derivativos	-	19.847	-	19.847
Contas a receber e outros ativos recebíveis.	3.292.581	-	-	3.292.581
Caixa e equivalentes de caixa	1.070.524	-	-	1.070.524
Total	4.658.577	4.769.247	263.893	9.691.717

		Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos				
Financiamentos	-	11.099.565	11.099.565	22.199.130
Instrumentos financeiros derivativos	25.115	-	-	25.115
Total	25.115	11.099.565	11.099.565	22.199.130

Todos os instrumentos financeiros derivativos são *swaps* de taxas de juros e foram registrados a valor justo, sendo as perdas realizadas e não realizadas apresentadas como “Ganhos (perdas) com derivativos, líquido” na demonstração consolidada de resultados.

e) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos incluem: trocas (*swaps*) de taxa de juros contratadas pelas companhias que operam no Brasil, principalmente para trocar financiamentos a taxas variáveis baseadas no CDI denominadas em reais por taxas fixas baseadas na taxa referencial brasileira; trocas (*swaps*) de taxas fixas denominadas em dólares norte-americanos (US\$) por taxas variáveis baseadas na *Libor* japonesa, e, também, uma troca reversa na qual a Companhia recebe um montante em taxas variáveis baseadas na *Libor* japonesa e paga uma taxa de juros fixa em US\$.

A Gerdau Açominas S.A. contratou *swaps* de taxas de juros nos quais ela recebe uma taxa de juros variável baseada na *Libor* e paga uma taxa de juros fixa em dólares norte-americanos. Estes contratos têm um valor nominal de R\$ 847.329 e data de vencimento entre 15/06/2010 e 30/11/2011. O valor justo destes contratos, que representa o montante que seria recebido se os contratos fossem finalizados em 31/12/2007, é uma perda líquida de R\$ 5.897 (ganho líquido de R\$ 10.318 em 31/12/2006).

A Gerdau Açominas S.A. também contratou um *reverse swap* na qual ela recebe uma taxa de juros fixa em dólares norte-americanos e paga uma taxa de juros variável baseada na *Jibor* em ienes japoneses, com um valor nominal de R\$ 472.937. A data de vencimento deste *swap* é 24/03/2016. O valor justo deste contrato, que representa o montante que seria recebido se o contrato fosse finalizado em 31/12/2007, é um ganho líquido de R\$ 1.543 (perda líquida de R\$ 17.880 em 31/12/2006).

A Gerdau Açominas S.A. também contratou um *swap* na qual recebe uma taxa de juros variável baseada na *Jibor* em ienes japoneses e paga uma taxa de juros fixa em dólares norte-americanos, com um valor nominal de R\$ 488.707. A data de vencimento deste *swap* é 31/03/2015. O valor justo deste contrato, que representa o montante que seria recebido se o contrato fosse terminado em 31/12/2007, é uma perda líquida de R\$ 859 (ganho líquido de R\$ 3.842 em 31/12/2006).

Na Gerdau Aços Longos S.A., não havia nenhum *swap* em aberto em 31/12/2007. O valor nominal destes contratos era de R\$ 195.001 em 31/12/2006. Não existem ganhos ou perdas não realizados em 31/12/2007 e os ganhos não realizados eram de R\$ 597 em 31/12/2006.

Na GTL Equity Investments Corp., não havia nenhum *swap* ou *put option* de troca de moedas em aberto em 31/12/2007. O valor nominal destes contratos era de R\$ 69.709 em 31/12/2006. Não existem ganhos ou perdas não realizados em 31/12/2007 e os ganhos não realizados eram de R\$ 5.482 em 31/12/2006.

A Companhia concedeu opções de ações a acionistas minoritários da Sipar Aceros S.A. como parte do contrato de compra daquela companhia, através das quais esses acionistas podem vender suas ações na Sipar Aceros S.A. e a liquidação pode ser feita (na opção da Companhia ou dos acionistas, dependendo do contrato) em dinheiro ou ações da Gerdau. Estas opções foram exercidas no último trimestre de 2007, resultando em um pagamento feito pela Companhia no montante de US\$ 11,1 milhões (R\$ 19,9 milhões na data do pagamento) e representam um acréscimo de 9% na participação da Sipar Aceros S.A.. A Companhia possui ainda um compromisso de adquirir uma participação adicional na Diaco S.A., que pode ser liquidada a critério da contraparte em dinheiro ou ações da Gerdau, contabilizado pelo seu valor justo estimado, no montante de R\$ 151.903, registrado em “Outras contas a receber” no ativo não-circulante (R\$ 132.907 em 31/12/2006).

A Empresa Siderúrgica del Perú S.A. - Siderperú contratou *swap* de taxas de juros nos quais ela recebe uma taxa de juros variável baseada na *Libor* de três meses e paga uma taxa de juros fixa em dólares norte-americanos. Este contrato tem um valor nominal de R\$ 132.848 e data de vencimento em 30/04/2014. O valor justo deste contrato, que representa o montante de liquidação se o contrato fosse finalizado em 31/12/2007, é uma perda de R\$ 2.531.

Visando reduzir sua exposição a variações no valor de mercado de suas *Senior Notes*, a Gerdau Ameristeel contratou *swaps* de taxas de juros subsequentes ao refinanciamento de sua dívida. Os contratos têm valor nominal de R\$ 354.260 e vencimento em 15/07/2011. A Gerdau Ameristeel recebe uma taxa fixa de juros e paga uma taxa de juros variável baseada na *Libor*. O valor de mercado (valor justo) do contrato de taxas de juros, que representa o montante a pagar se o contrato fosse encerrado em 31/12/2007, é uma perda de R\$ 8.580 (perda de R\$ 7.248 em 31/12/2006).

f) Opções por compra de ações

Em 10/01/2006, a Companhia concluiu a aquisição de 40% da Corporación Sidenor S.A. (“Sidenor”), uma produtora de aços espanhola com operações na Espanha e no Brasil. O Grupo Santander, conglomerado financeiro espanhol, e uma entidade pertencente a executivos da Sidenor compraram, simultaneamente, 40% e 20% da Sidenor, respectivamente. O preço de aquisição de 100% da Sidenor consiste de uma parcela fixa de € 443.820 mil mais uma parcela variável contingente, a ser paga apenas pela Companhia. O preço fixo pago pela Companhia em 10/01/2006 por sua participação de 40% na Sidenor foi de € 165.828 mil (R\$ 432.577). O Grupo Santander possui uma opção de vender a sua participação na Sidenor para a Companhia após 5 anos da compra, a um preço fixo com juros calculados utilizando uma taxa fixa de juros, tendo a Sidenor o direito de preferência de adquirir estas ações, podendo ainda, a qualquer momento durante o prazo de vigência da opção de venda, requerer que o Grupo Santander exerça esta opção de forma antecipada. Ademais, a Companhia consentiu em garantir ao Grupo Santander um montante acordado (igual ao preço fixo da opção de venda mencionada acima mais juros incorridos utilizando a mesma taxa fixa de juros), a qualquer momento, por 6 anos após o exercício da opção, caso o Grupo Santander não tenha vendido as ações até essa data. Neste caso, se requerido pelo Grupo Santander o pagamento da garantia, a Companhia passa a ter o direito de adquirir as ações da Sidenor ou indicar um terceiro para a aquisição e o valor recebido pela venda das ações e dividendo pagos pela Sidenor ao Grupo Santander deverão ser reembolsados à Companhia. A obrigação potencial da Companhia de comprar do Grupo Santander a participação de 40% na Sidenor foi registrada como um passivo não-circulante na conta “Opções por compra de ações”. Como resultado do reconhecimento desta obrigação potencial, a Companhia reconhece desde a data de aquisição 80% da Sidenor como seu investimento. Em 31/12/2007, esta obrigação potencial totaliza R\$ 471.477 (R\$ 547.953 em 31/12/2006).

Durante o exercício de 2007, a subsidiária Gerdau Aços Especiais S.A. celebrou um contrato com o BNDES Participações S.A. (“BNDESPAR”), o maior acionista minoritário da controlada indireta (em conjunto com terceiros) Aços Villares S.A. (“Villares”). Este contrato concede à BNDESPAR opção de vender para a Companhia sua participação de 28,8% na Villares, por um preço determinado. Tal preço foi determinado pelo maior entre: (a) o preço da oferta incluído na oferta pública que a Companhia fez pela aquisição da Sidenor que foi completada no ano passado, mais juros de TJLP + 4% a.a., menos algum dividendo pago pela Villares capitalizado pelo mesmo juro, ou (b) o preço por ação da oferta pública dividido por 130% do preço das ações da Gerdau S.A., o qual resulta em uma quantidade total de opções para o BNDESPAR. No final do quinto ano do contrato, o BNDESPAR tem a maior entre as opções (a) ou (b) acima. Entre o quinto e o sétimo ano, a opção está ainda em aberto, mas o preço é apenas o descrito na letra (a) acima. Em 31/12/2007, o valor de mercado desta opção de venda tem o seu valor a zero em decorrência do valor das ações detidas pelo banco ser superior ao valor da opção. Conforme estabelecido pela norma IAS 32 (apresentação dos instrumentos financeiros), a Companhia efetuou a reclassificação do valor de exercício da *put option* (opção de venda) da conta “Participações dos acionistas minoritários” para o passivo não-circulante, na conta “Opções por compra de ações”, ainda que as ações detidas pelo banco tenham um valor superior a opção e resulte desta maneira em uma probabilidade remota de exercício desta opção de venda pelo BNDESPAR na data das Demonstrações Financeiras. Ao término do prazo estabelecido na opção de venda e não ocorrendo o exercício desta pelo BNDESPAR, a reclassificação será revertida e o montante da participação detida pelo BNDESPAR passará a ser novamente reconhecida como participações dos acionistas minoritários. Em 31/12/2007 o valor reconhecido como obrigação potencial monta R\$ 417.963.

17 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	2007	2006
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	92.548	116.455
Encargos sociais sobre folha de pagamento	96.895	113.388
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	33.310	34.162
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	21.667	30.994
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	40.207	8.631
PIS - Programa de Integração Social.....	4.546	6.654
Imposto de Renda e Contribuição Social retidos na fonte	30.121	44.401
Impostos parcelados	30.566	8.028
Imposto sobre valor agregado	41.602	30.114
Outros.....	70.849	72.897
	462.311	465.724

CONTINUAÇÃO

18 - COMPROMISSOS E PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração acredita, baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas em 31/12/2007.

Os saldos das provisões são os seguintes:

I) Provisões

		2007	2006
a) Provisões Tributárias			
ICMS - Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços.....	(a.1)	89.454	47.766
CSLL - Contribuição Social s/Lucro Líquido	(a.2)	5.903	6.008
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(a.3)	13.098	15.977
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	(a.4)	46.671	33.752
ECE - Encargo de Capacidade Emergencial.....	(a.5)	33.996	33.852
RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária	(a.5)	21.612	21.574
		2007	2006
II - Imposto de Importação/IPI - Imposto s/Produtos			
Industrializados (<i>Drawback</i>)	(a.6)	89.018	82.070
Outras provisões tributárias.....	(a.7)	83.021	77.882
		382.773	318.881
b) Provisões Trabalhistas.....	(b.1)	93.800	71.243
c) Provisões Cíveis.....	(c.1)	12.530	12.671
		489.103	402.795

a) Provisões tributárias

a.1) Discussões relativas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em sua maioria no tocante a direito de crédito, estando a maior parte dos processos em andamento perante a Secretaria da Fazenda dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e Justiça Estadual de Minas Gerais, Pernambuco, Mato Grosso, Maranhão e Paraná. As contingências foram devidamente atualizadas, conforme determina a legislação.

a.2) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os valores contingenciados se referem, substancialmente, às discussões relativas à constitucionalidade e base de cálculo da referida contribuição.

a.3) Matérias relacionadas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, em discussão na esfera administrativa.

a.4) Contribuições devidas à previdência social, cujas discussões judiciais, na controlada Gerdau S.A., correspondem, em sua maior parte, a Execuções Fiscais e Ações Anulatórias, em trâmite perante a Justiça Federal de Primeira e Segunda Instâncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pernambuco. A provisão refere-se, ainda, a ações questionando entendimento do INSS no sentido de cobrar contribuição previdenciária sobre pagamentos feitos pela controlada Gerdau Açominas S.A. a título de Participação nos Lucros e Resultados, discussões relativas a Seguro Acidente de Trabalho (SAT) e de diversas autuações do INSS em face de serviços contratados de terceiros, nas quais o Instituto apurou débitos relativos aos últimos 10 anos e autuou a controlada Gerdau Açominas S.A. por entender que a mesma é solidariamente responsável. As autuações foram mantidas administrativamente, em razão do que a Gerdau Açominas S.A. ajuizou ações anulatórias com depósito judicial do respectivo crédito discutido, ao fundamento básico de que houve a decadência do direito de constituir parte dos créditos e que não há a responsabilidade apontada.

a.5) Encargo de Capacidade Emergencial - ECE e Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, encargos tarifários exigidos nas contas de energia elétrica das unidades industriais da Companhia. Tais encargos têm, no entendimento da Empresa, natureza jurídica de tributo, e, como tais, são incompatíveis com o Sistema Tributário Nacional disposto na Constituição Federal, razão pela qual sua constitucionalidade está sendo discutida judicialmente, estando os processos em curso perante a Justiça Federal de São Paulo e Rio Grande do Sul, bem como nos Tribunais Regionais Federais e Superior Tribunal de Justiça. A Companhia vem depositando judicialmente o valor integral dos encargos discutidos.

a.6) A provisão, constituída pela controlada Gerdau Açominas S.A., se destina a cobrir exigências da Receita Federal relativa a Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados e acréscimos legais decorrentes, em face de operações realizadas ao abrigo de ato concessório de *drawback*, posteriormente anulado pelo Departamento de Operações de Comércio Exterior - DECEX. A empresa não concorda com a decisão administrativa que anulou o ato concessório e defende a regularidade das operações realizadas. A questão é discutida em processo judicial que, atualmente, aguarda julgamento no STF.

a.7) A provisão foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

b) Provisões trabalhistas

b.1) A Companhia e suas controladas também são parte em ações judiciais de natureza trabalhista, entre essas incluídas ações de indenização por acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente reclamações de horas-extras, insalubridade e periculosidade, entre outras.

c) Provisões cíveis

c.1) A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, de natureza cível, que representavam, em 31/12/2007, o montante indicado como passivo contingente referente a essas questões.

II) Passivos contingentes não provisionados

a) Contingências tributárias

a.1) A Companhia é ré em execução fiscal promovida pelo Estado de Minas Gerais para exigir-lhe supostos créditos de ICMS, decorrentes, principalmente, de vendas de mercadorias a empresas comerciais exportadoras. O valor atualizado do processo perfaz um total de R\$ 49.075. A Companhia não constituiu provisão de contingência em relação a tal processo por considerar indevido o tributo objeto da execução, uma vez que as saídas de mercadoria para fins de exportação estão imunes à tributação do ICMS.

a.2) A Companhia é ré em execuções fiscais promovidas pelos Estados de Minas Gerais e Pernambuco, nas quais lhe são exigidos créditos de ICMS sobre a exportação de produtos industrializados semi-elaborados. O valor total das demandas perfaz atualmente R\$ 47.367. A empresa não constituiu provisão de contingência em relação a tais processos por considerar indevido o tributo objeto da execução, ao entendimento de que seus produtos não se enquadram na definição de produtos industrializados semi-elaborados, assim definidos em lei complementar federal e, portanto, não sujeitos à incidência do ICMS. No ano de 2007 o processo da Gerdau Açominas S.A. teve desfecho favorável à empresa em decisão terminativa.

a.3) A Companhia aderiu, em 06/12/2000, ao Parcelamento Alternativo ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, parcelando débitos de PIS e COFINS em 60 meses, tendo pago última cota em 31/05/2005. Em que pese o pagamento de todas as parcelas, remanesce na Conta REFIS o saldo de R\$ 20.579, devidamente impugnado e, uma vez solucionadas as pendências apontadas no processo administrativo que tramita perante o Comitê Gestor do REFIS, entende a Companhia que o parcelamento restará extinto.

a.4) A Companhia e suas controladas, Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A., possuem outras discussões que tratam de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 76.705. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, mas não provável, pelos consultores legais.

a.5) A Companhia e sua controlada, Gerdau Aços Longos S.A., são partes em demandas que tratam de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto de Importação (II) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O valor total das discussões importa hoje em R\$ 51.186. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, mas não provável, pelos consultores legais.

b) Contingências Cíveis

b.1) Processo antitruste envolvendo a Companhia, referente à representação de dois sindicatos de construção civil de São Paulo alegando que a Gerdau S.A. e outros produtores de aços longos no Brasil dividem clientes entre si, infringindo, assim, a legislação antitruste. Após investigações conduzidas pela SDE - Secretaria de Direito Econômico e com base em audiências públicas, a opinião da Secretaria foi de que existiu um cartel. Esta conclusão foi apoiada também por uma opinião da SEAE - Secretaria de Acompanhamento Econômico que foi

apresentada anteriormente. O processo, então foi encaminhado ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para julgamento.

No entanto, seu trâmite ficou suspenso de maio de 2004 até 16/08/2005, devido a uma antecipação de tutela concedida no âmbito de uma ação judicial, proposta pela Gerdau S.A., com a finalidade de anular o processo administrativo em comento, ação esta fundamentada em irregularidades formais observadas na sua instrução. A cassação da antecipação de tutela pelo Tribunal Regional Federal se deu através de recursos interpostos pelo CADE.

O CADE, independentemente do pedido formulado pela Gerdau de produção de prova, consubstanciada em estudo econômico, para a comprovação da inexistência de cartel, julgou, em 23/09/2005, o mérito do processo administrativo e, por maioria, condenou a Companhia, e os outros produtores de aços longos, ao pagamento de multa equivalente a 7% do faturamento, por elas registrado, por elas registrado, no exercício anterior à instauração do Processo Administrativo, excluídos impostos. O conteúdo dessa decisão se mostrou contraditório, o que obrigou a Gerdau a buscar, por duas vezes, esclarecimentos, por meio de Embargos de Declaração - instrumento processual que não busca reexaminar o mérito da decisão, mas esclarecer “obscuridade”, “contradição” ou “omissão” contida na mesma. Os Embargos foram ambos julgados, conhecidos e providos respectivamente nas datas de 29/03 e 24/05/2006.

Importante frisar que não houve, nesses julgamentos, qualquer reexame do mérito da decisão, nem, tampouco, as decisões em sede de “Embargos” corresponderam a novas condenações ou julgamento em instância superior.

Enfatiza-se que, apesar da decisão do CADE, a ação judicial proposta pela Gerdau S.A. tem seu curso normal e, no presente momento, aguarda-se pelo seu julgamento em primeira instância. Caso sejam reconhecidas as nulidades processuais alegadas pela Gerdau S.A., a decisão do CADE pode vir a ser anulada.

Ademais, para reversão dos termos da decisão proferida pelo CADE, a Gerdau, em 26/07/2006, recorreu ao Poder Judiciário, mediante a propositura de nova ação ordinária que, além de ratificar os termos da primeira demanda, também aponta irregularidades apuradas no trâmite do processo administrativo perante o referido Conselho. A Juíza Federal competente para a análise do feito decidiu, em 30/08/2006, por meio de tutela antecipada, suspender os efeitos da decisão do CADE até decisão final a ser proferida pelo Juízo, mediante a garantia do juízo, por meio da entrega de carta de fiança bancária correspondente a 7% sobre o faturamento bruto apurado em 1999, excluídos impostos (R\$ 245.070). Ainda a título de esclarecimento, em decorrência de normas processuais civis vigentes, esta ação ordinária tramita conjuntamente com a demanda originalmente proposta. Em 28/06/2007, foi ordenada publicação de despacho, dando ciência às partes da decisão do juízo de primeira instância sobre a manutenção da antecipação de tutela deferida, após a contestação do CADE. Cumpre informar que em momento anterior à decisão do CADE, o Ministério Público Federal de Minas Gerais ajuizou uma Ação Civil Pública, baseada na já mencionada opinião emitida pela SDE e, sem trazer nenhum elemento novo, alega o envolvimento da Companhia em atividades que ferem a legislação antitruste. A Gerdau apresentou sua contestação em 22/07/2005.

A Companhia nega ter se engajado em qualquer tipo de conduta anticompetitiva e entende, com base nas informações disponíveis, incluindo opiniões de seus consultores legais, que o processo administrativo está eivado de irregularidades, algumas delas, inclusive, impossíveis de serem sanadas. No que diz respeito ao mérito, a Gerdau está certa de que não praticou a conduta que lhe foi imputada e, nesse sentido, respalda suas convicções na posição de renomados técnicos e, sendo assim, julga possível a reversão de sua condenação.

b.2) Uma ação cível movida por Sul América Cia. Nacional de Seguros contra a controlada Gerdau Açominas S.A. e Banco Westdeutsche Landesbank Girozentrale, New York Branch (WestLB), tendo por objeto a consignação em pagamento do valor de R\$ 34.383, como forma de quitação de indenização de sinistro, que foram depositados em juízo.

Alegou a seguradora dúvida a quem pagar e resistência da controlada em receber e quitar. A Ação foi contestada, tanto pelo Banco (que alegou não ter direito sobre o valor depositado, o que afasta a dúvida levantada pela Sul América) quanto pela controlada (que alegou inexistência da dívida e motivo justificado para recusar recibo de quitação, já que o valor devido pela Sul América é superior ao apontado). Após a contestação, a Sul América arguiu vício de representação do Banco, questão já superada, e que determinou o levantamento, em dezembro de 2004, do valor depositado.

A expectativa da controlada, com base na opinião dos seus consultores legais, é de perda remota e de que a sentença irá declarar o valor devido dentro do apontado na contestação. Também a controlada Gerdau Açominas S.A. ajuizou, anteriormente à ação acima referida, ação de cobrança da quantia reconhecida pelas Seguradoras. Os processos estão apensos. Nesta ação a expectativa é de êxito da controlada.

As ações cíveis decorrem do acidente ocorrido em 23/03/2002 com os regeneradores da planta do alto-forno da Unidade Ouro Branco, que resultou na paralisação de diversas atividades, com danos materiais aos equipamentos da usina e em lucros cessantes. Os equipamentos, bem como os lucros cessantes decorrentes dos acontecimentos, estavam cobertos por apólice de seguro. O relato dos acontecimentos, bem como a “reclamação de prejuízos para pronto pagamento” foram protocolados junto ao IRB - Brasil Resseguros S.A., tendo sido recebido um adiantamento de R\$ 62.000 no ano de 2002.

Em 2002, uma estimativa preliminar e conservadora das indenizações relacionadas às coberturas de lucros cessantes e danos materiais, no montante total de aproximadamente R\$ 110.000, foi registrada, com base no montante dos custos fixos incorridos durante parte do período de paralisação parcial das atividades da usina e dos gastos imediatos a serem então incorridos para recuperar, provisoriamente, os equipamentos. Essa estimativa aproxima-se do valor do adiantamento recebido (R\$ 62.000) mais o montante proposto pela seguradora como complemento para quitação da indenização (R\$ 34.383). Posteriormente, novos valores foram acrescidos à discussão, como consta na contestação da controlada, embora ainda não contabilizados. Além destes valores, a Companhia incorreu em outros custos para recuperação dos danos decorrentes do acidente, além de perdas relacionadas que foram listadas em sua contestação na ação em andamento e que serão objeto de confirmação durante a instrução do processo, ocasião em que serão contabilizadas. O processo encontra-se com as perícias de engenharia e contábil em andamento, quando serão demonstrados judicialmente os valores apontados pela Gerdau Açominas S.A..

A Administração acredita, com base na opinião de seus consultores legais, que a possibilidade de que eventuais perdas decorrentes de outras contingências possam afetar o resultado das operações ou a posição financeira consolidada da Companhia seja remota.

III) Ativos contingentes não contabilizados

a) Contingências tributárias

a.1) A Companhia entende como possível a realização de determinados ativos contingentes. Entre esses, destaca-se precatório expedido em 1999 pelo valor de R\$ 26.580, decorrente de Ação Ordinária proposta contra o Estado do Rio de Janeiro por descumprimento do Contrato de Mútuo de Execução Periódica em dinheiro celebrado no âmbito do Programa Especial de Desenvolvimento Industrial - PRODI. Em face da inadimplência do Estado do Rio de Janeiro, bem como da não-regulamentação, pelo Estado, da Emenda Constitucional nº 30/00 (que concedeu ao Poder Público moratória de 10 anos para o pagamento de precatórios não-alimentares), não há expectativa de realização no ano de 2008 e seguintes, razão pela qual o crédito não está reconhecido em suas Demonstrações Financeiras.

a.2) Ainda, a Companhia e sua controlada Gerdau Açominas S.A. possui expectativa de recuperar créditos-prêmio de IPI. A Gerdau S.A. fez pedido administrativo de restituição, ainda pendente de julgamento. Em relação à controlada Gerdau Açominas S.A., o pleito foi levado diretamente ao Poder Judiciário, onde houve a prolação de sentença desfavorável ao entendimento da contribuinte. Atualmente, o processo correspondente aguarda julgamento do recurso de apelação interposto pela empresa. A Companhia estima que o montante do crédito seja da ordem de R\$ 236.147 (consolidado). Devido à incerteza quanto à realização do crédito, este não é reconhecido contabilmente.

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada abaixo:

	2007	2006
Saldo no início do exercício.....	402.795	297.431
(+) Valores provisionados contra o resultado	86.834	34.860
(-) Reversão de valores contra o resultado.....	(42.427)	(17.946)
(+) Efeito do câmbio sobre provisões em moeda estrangeira	311	4.506
(+) Aquisições de empresas	41.590	83.944
Saldo no final do exercício	489.103	402.795

CONTINUAÇÃO

IV) Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	2007	2006
Tributários	188.268	116.014
Trabalhistas	23.913	36.204
Outros.....	11.554	15.927
	<u>223.735</u>	<u>168.145</u>

19 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Composição dos saldos de mútuos

	2007	2006
Mútuos ativos		
Fundação Gerdau.....	16.971	1.018
Metalúrgica Gerdau S.A.....	86	-
Santa Felicidade Ltda.....	15	127
Joint ventures América do Norte.....	-	1.180
Armacero Ind. Com. Ltda.	10	-
Outros	18	422
	<u>17.100</u>	<u>2.747</u>

Mútuos passivos

Metalúrgica Gerdau S.A.....	-	(2.569)
Joint ventures América do Norte.....	(499)	-
Outros.....	(64)	(16)
	<u>(563)</u>	<u>(2.585)</u>
	<u>16.537</u>	<u>162</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas	14.800	1.825
Empréstimos e adiantamentos a diretores.....	2.090	2.270

b) Avais concedidos

A Companhia é avalista das controladas Gerdau Aço Minas S.A. e Gerdau Aço Longos S.A. em contratos de financiamentos, nos montantes R\$ 1.176.033 e R\$ 53.563, respectivamente. A Companhia é garantidora da controlada Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A. - Siderperú em empréstimo sindicalizado, no montante de até

US\$ 150 milhões, equivalente a R\$ 265.695 em 31/12/2007. A Gerdau S.A. concede aval em empréstimos a GTL Spain no valor de R\$ 14.139. A Companhia é avalista da controlada em conjunto Dona Francisca Energética S.A., em contratos de financiamento, no valor total de R\$ 71.546, pela quota parte correspondente de 51,82% em garantia solidária. As controladas Gerdau Aço Minas S.A., Gerdau Comercial de Aço S.A., Gerdau Aço Especiais S.A. e Gerdau Aço Longos S.A. são avalistas das operações de vendedor da coligada Banco Gerdau S.A., no montante de R\$ 5.947, R\$ 20.726, R\$ 26.266 e R\$ 907, respectivamente. A Companhia e as controladas Gerdau Aço Minas S.A., Gerdau Aço Longos S.A., Gerdau Aço Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aço S.A. são garantidoras da operação de *Senior Liquidity Facility* da controlada GTL Trade Finance Inc., no valor de US\$ 400 milhões, equivalentes a R\$ 708.520 em 31/12/2007. A Companhia e as controladas Gerdau Aço Longos S.A., Gerdau Aço Especiais S.A., Gerdau Aço Minas S.A., Gerdau Comercial de Aço S.A., Gerdau Aço Minas Overseas, Ltd. e Gerdau Ameristeel Corporation prestam aval solidário para a subsidiária da Gerdau Ameristeel Corporation: GNA Partners em contrato de financiamento no valor de US\$ 2,7 bilhões, equivalentes a R\$ 4.871.075 em 31/12/2007. A Companhia e as controladas Gerdau Aço Longos S.A., Gerdau Aço Especiais S.A., Gerdau Aço Minas S.A. e Gerdau Comercial de Aço S.A. prestam aval solidário a GTL Trade Finance Inc. referente à emissão de bônus com vencimento em 10 anos (10 *year bond*) no montante de até US\$ 1,5 bilhões, equivalentes a R\$ 2.666.950 em 31/12/2007.

c) Debêntures

Das debêntures em circulação, estão em poder de acionistas controladores, direta ou indiretamente, títulos no montante de R\$ 360.535 em 31/12/2007 (R\$ 407.559 em 31/12/2006).

d) Condições de preços e encargos

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil são atualizados pela taxa média ponderada de captação no mercado. Os contratos com empresas no exterior são atualizados por encargos (*Libor* + 3% a.a.) mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos semelhantes às transações com terceiros não relacionados.

e) Remuneração da administração

A Gerdau S.A. pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$ 67.271 em 2007 (R\$ 57.512 em 2006).

As contribuições da Gerdau S.A. para os planos de pensão em 2007, relativas aos seus administradores, totalizaram R\$ 78 - Plano de benefício definido e R\$ 239 - Plano de contribuição definido (R\$ 82 e R\$ 208 em 2006 respectivamente).

A outorga de opção de compra de ações para seus administradores observa a seguinte distribuição:

	Opção de compras de ações								Número de ações acumulado
Início do período de carência:	abr/03	abr/03	dez/03	dez/04	dez/04	dez/05	dez/06		
Exerce a partir de:.....	jan/08	jan/06	jan/09	jan/10	jan/08	jan/11	jan/12		
Exerce até:.....	dez/12	dez/12	dez/13	dez/14	dez/14	dez/15	dez/16		
Preço de exercício por ação (R\$):	5,31	5,31	13,56	21,16	21,16	25,72	35,00		
Totais (para conselheiros e diretores)	941.537	1.331.216	353.146	305.246	143.183	642.367	490.721		4.207.416
Opções Exercidas.....	-	1.331.216	-	-	-	-	-		1.331.216

20 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Considerando todas as modalidades de benefícios a empregados concedidos pela Companhia e suas controladas, a posição de ativos e passivos é a seguinte, em 31/12/2007:

	2007	2006
Ativo atuarial com plano de pensão - benefício definido.....	379.556	282.123
Ativo atuarial com plano de pensão - contribuição definida.....	38.167	29.617
Total do ativo.....	<u>417.723</u>	<u>311.740</u>
Passivo atuarial com plano de pensão - benefício definido.....	278.283	309.175
Passivo atuarial com o benefício de saúde pós-emprego.....	223.336	236.061
Passivo com benefício de aposentadoria e desligamento.....	292.506	163.080
Total do passivo	<u>794.125</u>	<u>708.316</u>

a) Plano de pensão com benefício definido - pós-emprego

A Companhia e outras empresas subsidiárias no Grupo, no Brasil, co-patrocinam planos de pensão de benefício definido, que cobrem substancialmente todos os seus colaboradores ("Plano Aço Minas" e "Plano Gerdau"). O Plano Aço Minas é administrado pela Fundação Aço Minas de Seguridade Social - Aços, entidade fechada de previdência complementar, e proporciona complementação de benefícios previdenciários aos empregados e aposentados da Unidade Ouro Branco da Gerdau Aço Minas S.A. Os ativos do Plano Aço Minas consistem, principalmente, de investimentos em certificados de depósito bancário, títulos públicos federais, títulos e valores mobiliários e imóveis.

O Plano Gerdau é administrado pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar, e proporciona complementação de benefícios previdenciários aos empregados e aposentados da Companhia, e das subsidiárias no Brasil. Os ativos do Plano Gerdau consistem de investimentos em certificados de depósito bancário, títulos públicos federais e títulos e valores mobiliários.

Adicionalmente, as subsidiárias canadenses e americanas da Companhia patrocinam planos de benefício definido ("Plano Canadense" e "Plano Americano") cobrindo substancialmente todos os seus colaboradores.

Os Planos Canadense e Americano são administrados por CIBC Mellon e Wells Fargo, respectivamente, e proporcionam complementação de benefícios de aposentadoria aos empregados da Gerdau Ameristeel Corporation e suas subsidiárias. Os ativos dos Planos consistem de investimentos, principalmente, em títulos e valores mobiliários.

Planos brasileiros

A composição da despesa corrente do plano de pensão referente ao componente de benefício definido é a seguinte:

	2007	2006
Custo do serviço corrente	34.488	29.114
Custo dos juros.....	92.177	86.930
Retorno esperado dos ativos do plano	(169.218)	(156.078)
Amortização de (ganho) perda	(443)	-
Contribuição esperada dos empregados	(5.885)	(6.208)
Benefício líquido com plano de pensão	<u>(48.881)</u>	<u>(46.242)</u>

A conciliação dos ativos e passivos dos planos é apresentada a seguir:

	2007	2006
Total das obrigações	(1.014.603)	(900.427)
Valor justo dos ativos do plano	1.701.896	1.417.961
Saldo ativo	687.293	517.534
Perdas (ganhos) não reconhecidos	(147.838)	(47.684)
Ativo total líquido	<u>539.455</u>	<u>469.850</u>
Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação.....	(161.149)	(195.231)
Ativo líquido	<u>378.306</u>	<u>274.619</u>
Ativo reconhecido	378.389	274.681
Passivo reconhecido	(83)	(62)

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

	2007	2006
Variação na obrigação de benefício		
Obrigação de benefício no início do exercício.....	900.427	770.037
Custo do serviço.....	34.488	29.114
Custo de juros	92.177	86.930
Pagamento de benefícios	(26.346)	(22.984)
Perdas (ganhos) não reconhecidos	13.857	37.330
Obrigação de benefício no final do exercício	<u>1.014.603</u>	<u>900.427</u>

	2007	2006
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.417.961	1.176.088
Retorno dos ativos do plano	169.218	156.140
Contribuições dos patrocinadores	21.694	17.495
Contribuições dos participantes	9.171	7.100
Pagamentos de benefícios	(26.346)	(22.984)
Perdas (ganhos) não reconhecidos	110.198	84.122
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício.....	<u>1.701.896</u>	<u>1.417.961</u>

O histórico dos ganhos e perdas atuariais do plano é o seguinte:

	2007	2006
Total das obrigações	(1.014.603)	(900.427)
Valor justo dos ativos do plano	1.701.896	1.417.961
Saldo ativo	<u>687.293</u>	<u>517.534</u>
Perdas (ganhos) nas obrigações do plano.....	13.857	37.330
Perdas (ganhos) nos ativos do plano	110.198	84.122

A parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida, como receita ou despesa (custo ou despesas gerais e administrativas, conforme a alocação do colaborador), é o valor não reconhecido que exceder, em cada período, ao maior dos seguintes limites: (a) 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido e (b) 10% do valor justo dos ativos do plano. A parcela resultante será amortizada anualmente com base no tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.

A seguir apresentamos um resumo das premissas adotadas para cálculo e contabilização do componente de benefício definido dos planos em 2007 e 2006, respectivamente, tanto para a Companhia quanto para o consolidado:

	Plano Gerdau	Plano Aço Minas	Plano América do Norte
Taxa média de desconto	10,24%	10,24%	5,50% - 6,25%
Taxa de aumento da remuneração.....	8,16%	6,60%	2,50% - 4,50%
Taxa de retorno esperado dos ativos	10,21%	11,91%	7,00% - 8,25%
Tábua de mortalidade	AT 1983	AT-2000	RP 2000CH
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1983	AT-2000	RRB 1997
Taxa de rotatividade	Baseada no serviço e no nível salarial	Nula	Baseada na idade e no serviço (experiência do plano)
	Plano Gerdau	Plano Aço Minas	Plano América do Norte
Taxa média de desconto	10,24%	10,24%	5,00% - 5,75%
Taxa de aumento da remuneração.....	8,16%	7,64%	2,50% - 4,25%
Taxa de retorno esperado dos ativos	13,52%	11,28%	7,00% - 8,40%
Tábua de mortalidade	AT 1983	AT-2000	RP 2000CH
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB 1944	AT-2000	RRB 1997
Taxa de rotatividade	Baseada no serviço e no nível salarial	Nula	Baseada na idade e no serviço (experiência do plano)

A meta de alocação prevista para 2008 está demonstrada abaixo:

	Plano Gerdau	Plano Aço Minas
Renda variável.....	30,00%	14,00%
Renda fixa	70,00%	83,50%
Imóveis	-	0,50%
Financiamentos	-	2,00%
Total	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

A estratégia de investimento do Plano Gerdau é baseada em um cenário macroeconômico de longo prazo. Tal cenário considera um risco Brasil mais baixo, crescimento econômico moderado, níveis estáveis de inflação e de taxas de câmbio, e taxas de juros moderadas. A composição de ativos planejada é em investimentos de renda fixa e variável. A alocação prevista para renda fixa varia entre 55% e 100% e a alocação prevista para renda variável varia de 0% a 45%. As contribuições esperadas da patrocinadora para 2008 são de R\$ 3.041. O Plano Aço Minas visa atingir o retorno esperado do investimento no curto e longo prazo, através da melhor relação de risco/retorno esperado. As metas de alocação pela política de investimentos são: a alocação em renda fixa entre 70% e 100%, a alocação para renda variável de 0% a 25%, a alocação em imóveis de 0% a 5% e a alocação em empréstimos de 1% a 5%. As contribuições esperadas da patrocinadora para 2008 são de R\$ 22.355.

CONTINUAÇÃO

Planos norte-americanos

A composição da despesa corrente do plano de pensão referente ao componente de benefício definido é a seguinte:

	2007	2006
Custo do serviço corrente	46.832	47.125
Custo dos juros.....	63.408	62.379
Retorno esperado dos ativos do plano	(69.180)	(64.101)
Custo (benefício) líquido com plano de pensão	41.060	45.403

A conciliação dos ativos e passivos dos planos é apresentada a seguir:

	2007	2006
Total das obrigações	(1.174.212)	(1.261.949)
Valor justo dos ativos do plano	942.420	982.491
Saldo ativo (passivo)	(231.792)	(279.458)
Perdas (ganhos) não reconhecidos	(45.241)	(22.213)
Passivo total líquido	(277.033)	(301.671)
Ativo reconhecido	1.167	7.442
Passivo reconhecido	(278.200)	(309.113)

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

	2007	2006
Obrigação de benefício no início do exercício.....	1.261.949	1.175.966
Aquisi�o de empresas	49.946	98.345
Custo do serviço.....	46.832	47.125
Custo de juros	63.408	62.379
Pagamento de benefícios	(60.413)	(45.158)
Perdas (ganhos) não reconhecidos	(82.450)	29.728
Varia�o cambial	(105.060)	(106.436)
Obriga�o de benefício no final do exercício	1.174.212	1.261.949

Varia o na obriga o de benefício

	2007	2006
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	982.491	847.348
Aquisi�o de empresas	18.086	76.442
Retorno dos ativos do plano	68.768	64.101
Contribuições dos patrocinadores	64.271	66.196
Pagamentos de benefícios	(59.816)	(45.158)
Perdas (ganhos) não reconhecidos	(55.537)	53.181
Varia�o cambial	(75.843)	(79.619)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício.....	942.420	982.491

O histórico dos ganhos e perdas atuariais do plano é o seguinte:

	2007	2006
Total das obrigações	(1.174.212)	(1.261.949)
Valor justo dos ativos do plano	942.420	982.491
Saldo passivo	(231.792)	(279.458)
Perdas (ganhos) nas obrigações do plano.....	(82.450)	29.728
Perdas (ganhos) nos ativos do plano	(55.537)	53.181

A Gerdau Ameristeel possui um Comitê de Investimentos que define a política de investimentos relacionada com os planos de benefício definido. O objetivo primário de investimento é garantir a segurança dos benefícios que foram provisionados nos planos, oferecendo uma adequada variedade de ativos separada e independente da Gerdau Ameristeel Corporation. Para atingir esse objetivo, o fundo deve investir de modo a manter as salvaguardas e diversidade às quais um prudente investidor de fundo de pensão normalmente iria aderir. A Gerdau Ameristeel contrata consultores especializados que orientam e suportam as decisões e recomendações do Comitê de Investimentos.

A política de diversidade de recursos irá considerar a diversificação e os objetivos de investimento, bem como a liquidez requerida. Para realizar isso, a meta de alocação varia entre 65% a 75% em ações e 35% a 25% em títulos da d vida.

b) Plano de pensão com contribuição definida - pós-emprego

A Companhia e suas controladas no Brasil têm também são co-patrocinadoras de um plano de pensão com contribuições definidas, administrado pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. A controlada no exterior Gerdau Ameristeel Corporation possui plano de contribuição definida, cujas contribuições correspondem a 50% do valor pago pelos colaboradores, limitado a 4% do s l rio.

A Companhia e suas controladas no Brasil mant m um plano de contribuições definidas para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção da contribuição feita pelos seus empregados optantes. Este plano de benefícios possui um superávit atuarial formado pela parcela não integrante do saldo de conta dos participantes que perderam o vínculo empregatício com a empregadora antes da elegibilidade a um benefício pelo plano, que poderá ser utilizado para compensar contribuições futuras das patrocinadoras. O total do custo nesta modalidade foi de R\$ 21.308 em 2007 (R\$ 17.784 em 2006). Em 2007, o direito contabilizado como ativo referente a este plano de pensão - contribuição definida montava a R\$ 38.167 (R\$ 29.617 em 2006).

c) Plano de benefício de saúde - pós-emprego

O Plano americano prevê, além do plano de pensão, benefícios de saúde específicos para colaboradores aposentados, desde que se aposentem após certa idade, com uma quantidade específica de anos de serviço. A subsidiária americana tem o direito de modificar ou eliminar esses benefícios e as contribuições são baseadas em montantes determinados atuarialmente.

	Ord.	%	Pref.	%	Total
Acionistas					
Metalúrgica Gerdau S.A. e controlada	173.459.857	74,9	123.739.519	28,4	297.199.376
Investidores institucionais brasileiros	9.212.976	4,0	72.585.471	16,6	81.798.447
Investidores institucionais estrangeiros.....	13.434.276	5,8	139.838.327	32,1	153.272.603
Outros acionistas.....	35.499.899	15,3	94.856.073	21,8	130.355.972
Ações em tesouraria.....	-	-	4.966.651	1,1	4.966.651
	231.607.008	100,0	435.986.041	100,0	667.593.049

As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser resgatadas, mas participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias, na distribuição de lucros.

b) Ações em tesouraria - a moviment  o das ações em tesouraria está assim representada:

	2007	2006
	Ações preferenciais	Ações preferenciais
Saldo inicial	5.103.344	3.045.695
Bonificação	-	1.522.849
Recompras	-	2.358.700
Exercício de opção de compra de ações (nota 26) ..	(136.693)	(1.823.900)
Saldo final	4.966.651	5.103.344

Do total das ações em tesouraria, 1.497.651 ações são relativas ao programa de recompra de ações, autorizado em 17/11/2003, 1.110.300 ações correspondem ao programa de recompra de ações, autorizado em 30/05/2005

Os componentes do custo per dico líquido para os benefícios de saúde pós-emprego são os seguintes:

	2007	2006
Custo do serviço corrente	5.531	4.400
Custo dos juros.....	11.835	9.733
Custo (benefício) líquido com plano de pensão	17.366	14.133

A tabela a seguir mostra o *status* do fundo para o benefício de saúde pós-emprego:

	2007	2006
Total das obrigações	(223.336)	(236.061)
Perdas (ganhos) não reconhecidos	2.366	461
Passivo total líquido	(220.970)	(235.600)

A moviment  o das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

	2007	2006
Obriga�o de benefício no início do exercício.....	236.061	139.641
Aquisi�o de empresas	-	102.676
Custo do serviço.....	5.531	4.400
Custo de juros	11.835	9.733
Pagamento de benefícios	(8.657)	(6.465)
Perdas (ganhos) não reconhecidos	2.459	420
Varia�o cambial	(23.893)	(14.344)
Obriga�o de benefício no final do exercício	223.336	236.061

Varia o nos ativos do plano

	2007	2006
Contribuições dos patrocinadores	8.657	6.465
Pagamentos de benefícios	(8.657)	(6.465)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício.....	-	-

O histórico dos ganhos e perdas atuariais do plano é o seguinte:

	2007	2006
Total das obrigações	(223.336)	(236.061)
Valor justo dos ativos do plano	2.366	461
Saldo passivo	(220.970)	(235.600)
Perdas (ganhos) nas obrigações do plano.....	2.459	420

As premissas adotadas na contabilização dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	Plano América do Norte	
	2007	2006
Taxa média de desconto	5,50% - 6,25%	5,00% - 5,75%
Tratamento de saúde - taxa assumida próximo ano	9,50% - 10,00%	8,50% - 11,00%
Tratamento de saúde - taxa assumida de declínio do custo a alcançar nos anos de 2013 a 2016 (em 31/12/2007) e de 2010 a 2013 (em 31/12/2006)	5,00% - 5,50%	5,50%

d) Outros benefícios de aposentadoria e desligamento

A Companhia estima que o saldo a pagar, por conta de indenizações para os executivos no momento de sua aposentadoria ou desligamento é de R\$ 292.506 em 2007 (R\$ 163.080 em 2006).

Os valores referem-se, substancialmente, ao *Plan Social* mantido pela Corporação Sidenor e suas subsidiárias e foi aprovado pelos representantes dos colaboradores. O plano permite o aumento da produtividade por meio da redução de postos de trabalho, possibilitada através de um plano de investimentos em melhorias tecnológicas.

O Plano também tem por objetivo promover a renovação da fôrça de trabalho através da contratação de colaboradores mais jovens, na medida em que ocorra a aposentadoria dos colaboradores mais antigos.

Os benefícios deste plano visam à complementação salarial até a data de aposentadoria, ajuda de custo e demais benefícios decorrentes do desligamento e da aposentadoria dos colaboradores.

21 - MEIO AMBIENTE

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra na conta de "Outras contas a pagar no longo prazo", com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas, que montam a R\$ 56.796 em 31/12/2007, sendo R\$ 29.282 para as subsidiárias brasileiras (R\$ 29.194 em 31/12/2006) e R\$ 27.514 para as subsidiárias norte-americanas (R\$ 47.530 em 31/12/2006). No período, houve o pagamento de US\$ 7,2 milhões, pelas subsidiárias norte-americanas. A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental.

A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações.

22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA GERDAU S.A. I

a) Capital social - o Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado de 400.000.000 ações ordinárias e 800.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. No caso de aumento de capital por subscrição de novas ações, o direito de preferência deverá ser exercido no prazo decadencial de 30 dias, exceto quando se tratar de oferta pública, quando o prazo decadencial não será inferior a 10 dias.

Em 31/12/2007 e 31/12/2006, estão subscritas e integralizadas 231.607.008 ações ordinárias e 435.986.041 ações preferenciais totalizando o capital social realizado em R\$ 781.0453. A composição acionária está assim representada:

Composição acionária							
2007				2006			
Total	%	Ord.	%	Pref.	%	Total	%
297.199.376	44,5	175.393.446	75,7	123.739.519	28,4	299.132.965	44,8
81.798.447	12,3	9.499.368	4,1	55.520.951	12,7	65.020.319	9,7
53.272.603	23,0	12.644.223	5,5	161.183.787	37,0	173.828.010	26,0
30.355.972	19,5	34.069.971	14,7	90.438.440	20,7	124.508.411	18,7
4.966.651	0,7	-	-	5.103.344	1,2	5.103.344	0,8
67.593.049	100,0	231.607.008	100,0	435.986.041	100,0	667.593.049	100,0

e 2.358.700 ações correspondem ao programa de recompra de ações, autorizado em 25/05/2006. O custo médio de aquisição dessas ações é de R\$ 21,48, sendo o menor valor adquirido R\$ 14,36 e o maior valor adquirido R\$ 33,51. Estas ações serão mantidas em tesouraria para posterior cancelamento ou utilizadas para atender ao "Programa de Incentivo de Longo Prazo" da Companhia. Durante o ano de 2007, foram utilizadas 136.693 ações para atendimento dos exercícios de opções de ações, com perdas de R\$ 901 registrados em reserva de investimento e capital de giro e ganhos de R\$ 152 registrados em reserva de capital.

c) Reserva legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

d) Lucros acumulados e reservas - é composto pela parcela de lucros não distribuída aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano apurado nos seus livros societários

CONTINUAÇÃO

preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para uma reserva estatutária (Reserva de Investimentos e Capital de Giro). A reserva é criada somente após considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

e) Dividendos e juros sobre capital próprio - os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia efetuou no exercício, o cálculo de juros sobre o capital próprio dentro dos limites estabelecidos pela Lei 9.249/95. O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para efeito de apresentação esse valor foi demonstrado como dividendos, não afetando o resultado. O benefício fiscal correspondente ao imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício foi de R\$ 153.192.

O montante de juros sobre o capital próprio e dividendos creditados no exercício foi de R\$ 834.889, conforme está demonstrado a seguir:

	2007	2006
Lucro líquido do exercício (*)	2.288.310	2.880.922
Constituição da reserva legal	(114.416)	(144.046)
Lucro líquido ajustado	2.173.894	2.736.876

Proventos no exercício						
Período	Natureza	R\$/ação	Crédito	Pagamento	2007	2006
1º trimestre	Juros	0,34	14/05/2007	24/05/2007	225.271	199.448
2º trimestre	Dividendos	0,29	17/08/2007	29/08/2007	192.160	231.865
3º trimestre	Juros	0,34	21/11/2007	30/11/2007	225.295	231.865
4º trimestre	Dividendos	0,29	22/02/2008	05/03/2008	192.163	231.881
Juros sobre o capital próprio e dividendos					834.889	895.059

% juros/dividendos pagos ou creditados..... 38% 33%

Crédito por ação (R\$)..... 1,26 1,35

Ações em circulação (mil)..... 662.626 662.490

(*) Lucro líquido do exercício da controladora Gerdau S.A. apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Vide nota explicativa nº 30.

O valor dos dividendos declarados e não pagos no exercício que superam o percentual de 30% estabelecido pelo estatuto social está sendo ajustado no montante de R\$ 182.720 (R\$ 73.996 em 2006).

O lucro remanescente do exercício foi destinado à constituição de reserva estatutária para investimentos e capital de giro na forma do estatuto social.

f) Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira - a Companhia reconhece nesta rubrica o efeito acumulado da conversão cambial das Demonstrações Financeiras de suas subsidiárias que mantêm registros contábeis em moeda funcional diferente da moeda de reporte. Tais efeitos passaram a ser reconhecidos após a data de implementação do IFRS. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

23 - LUCRO POR AÇÃO (EPS) I

Conforme requerido pelo IAS nº 33, *Earnings per Share*, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Básico

	2007			2006		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
	(Em milhares, exceto ações e dados por ação)			(Em milhares, exceto ações e dados por ação)		

Numerador básico

Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	1.241.894	2.310.857	3.552.751	1.237.478	2.309.456	3.546.934
---	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Denominador básico

Média ponderada de ações deduzindo a média das ações em tesouraria.	231.607.008	430.963.351		231.607.008	432.238.895	
Lucro por ação (em R\$)						
Básico	5,36	5,36		5,34	5,34	

a) Resumo da movimentação do plano em 2007 e 2006:

Ano da outorga	Preço de exercício - R\$	Prazo de carência	Saldo inicial em 31/12/2006	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Saldo final em 31/12/2007
2003	5,31	5 anos	1.209.566	-	-	(55.279)	1.154.287
2004	13,56	3 anos	10.929	-	-	(10.929)	-
2004	13,56	5 anos	706.975	-	(7361)	(22.696)	676.918
2005	21,16	3 anos	451.923	-	(35.594)	(12.023)	404.306
2005	21,16	5 anos	620.692	-	(20.241)	(14.130)	586.321
2006	25,72	5 anos	962.949	-	(21.661)	(12.010)	929.278
2007	35,00	5 anos	-	778.239	(16.911)	(9.626)	751.702
			3.963.034	778.239	(101.768)	(136.693)	4.502.812

Ano da outorga	Preço de exercício - R\$	Prazo de carência	Saldo inicial em 01/01/2006	Bonificação	Emitidas	Canceladas	Exercidas	Saldo final em 31/12/2006
2003	5,31	3 anos	1.169.124	596.633	-	(34)	(1.765.723)	-
2003	5,31	5 anos	815.472	415.008	-	(24)	(20.890)	1.209.566
2004	13,56	3 anos	7.289	3.640	-	-	-	10.929
2004	13,56	5 anos	482.263	243.196	-	(4.394)	(14.090)	706.975
2005	21,16	3 anos	310.885	155.432	-	(6.770)	(7624)	451.923
2005	21,16	5 anos	424.404	213.769	-	(3.707)	(13.774)	620.692
2006	25,72	5 anos	-	-	969.468	(4.720)	(1.799)	962.949
			3.209.437	1.627.678	969.468	(19.649)	(1.823.900)	3.963.034

Conforme comentado na nota explicativa nº 22, a Companhia possui, em 31/12/2007, um total de 4.966.651 ações preferenciais em tesouraria. Essas ações poderão ser utilizadas para atendimento deste plano.

b) Posição do plano em 31/12/2007:

	Outorga					
	2003	2004	2005	2006	2007	Média
Total de opções de compra de ações outorgadas	1.154.287	676.918	990.627	929.278	751.702	
Preço de exercício - R\$ (ajustado por bonificações)	5,31	13,56	21,16	25,72	35,00	19,21
Valor justo das opções na data da outorga - R\$ por opção (*)	2,48	5,77	5,20	8,66	15,30	6,99
Prazo médio de exercício da opção na data da outorga (anos)	4,70	5,00	4,70	4,90	4,90	4,81

(*) Calculado considerando o modelo *Black-Scholes*.

c) Premissas econômicas utilizadas para reconhecimento dos custos com remuneração de empregados:

A Companhia reconhece o custo com remuneração dos empregados com base no valor justo das opções outorgadas aos empregados, considerando o valor justo das mesmas na data da outorga. A Companhia utiliza o modelo de *Black-Scholes* para precificação do valor justo das opções. Para determinar este valor justo, a Companhia utilizou as seguintes premissas econômicas:

Diluído

Numerador diluído

Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias e preferenciais

Lucro líquido do exercício disponível para as ações preferenciais	2.310.857	2.309.456
---	-----------	-----------

Mais:

Ajuste ao lucro líquido do exercício disponível para as ações preferenciais considerando o potencial incremento nas ações preferenciais, como resultado do plano de opções de ações da Gerdau, opção de efetuar pagamento em ações da compra adicional de participação na Diaco e opção concedida aos minoritários da Sipar de vender sua participação para a Gerdau

	10.755	10.223
	2.321.612	2.319.679
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias	1.241.894	1.237.478

Menos:

Ajuste ao lucro líquido do exercício disponível para as ações preferenciais considerando o potencial incremento nas ações preferenciais, como resultado do plano de opções de ações da Gerdau, opção de efetuar pagamento em ações da compra adicional de participação na Diaco e opção concedida aos minoritários da Sipar de vender sua participação para a Gerdau

	(10.755)	(10.223)
	1.231.139	1.227.255

Denominador diluído

Média ponderada das ações

Ações ordinárias	231.607.008	231.607.008
------------------	-------------	-------------

Ações preferenciais

Média ponderada das ações preferenciais	430.963.351	432.238.895
Potencial incremento nas ações preferenciais em função do plano de opções de ações	2.190.882	1.875.304

Ações preferenciais potencialmente emissíveis devido à opção de liquidar a aquisição de participação adicional na Diaco com ações da Gerdau

	3.597.062	2.430.993
--	-----------	-----------

Opção concedida aos acionistas minoritários da Sipar de vender sua participação para a Gerdau

	-	1.223.580
Total	436.751.295	437.768.772

Lucro por ação (em R\$) - Diluído (ações ordinárias e preferenciais)	5,32	5,30
--	------	------

24 - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS I

A receita líquida de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

	2007	2006
Receita bruta de vendas	34.184.266	28.847.427
Impostos incidentes sobre vendas	(2.990.649)	(2.612.865)
Descontos	(580.089)	(350.651)
Receita líquida de vendas	30.613.528	25.883.911

25 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS I

A composição da linha de “Outras receitas (despesas) operacionais, líquido” é a seguinte:

	2007	2006
Receitas operacionais	110.721	255.194
Despesas operacionais	(282.679)	(291.357)
	(171.958)	(36.163)

As receitas operacionais incluem, principalmente, o reconhecimento de deságios amortizados decorrentes de aquisições e por ganhos na recuperação de créditos tributários.

As despesas operacionais incluem, principalmente, o reconhecimento de tributos e contingências e por perdas incorridas na alienação e baixas por desativação de imobilizado.

26 - PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO I

I) Gerdau S.A.

A Assembléia Geral Extraordinária da Gerdau S.A. de 30/04/2003 decidiu, com base em plano previamente aprovado e dentro do limite do capital autorizado, outorgar opção de compra de ações preferenciais aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, aprovando a criação do referido plano, que consubstancia nova forma de remuneração de executivos estratégicos da Companhia, instituindo o “Programa de Incentivo de Longo Prazo”. As opções devem ser exercidas em um prazo máximo de cinco anos após a carência.

	Outorga 2007	Outorga 2006	Outorga 2005	Outorga 2004
<i>Dividend yield</i>	4,32%	9,99%	7,90%	7,03%
Volatilidade do preço da ação	38,72%	41,51%	39,00%	43,31%
Taxa de retorno livre de risco	12,40%	12,80%	8,38%	8,38%
Período esperado até o vencimento	4,9 anos	4,9 anos	4,7 anos	4,95 anos

A Companhia efetua a liquidação deste plano de benefício entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos empregados.

II) Gerdau Ameristee Corporation (“Gerdau Ameristee”)

A Gerdau Ameristee Corporation e suas subsidiárias possuem planos de incentivos de longo prazo, que foram criados para premiar os colaboradores com bônus baseados no atingimento de metas relacionadas ao retorno do capital investido. Os bônus serão outorgados ao final do ano em dinheiro, direitos de apreciação de ações (*SAR's*) e/ou em opções. O pagamento da porção do bônus em dinheiro será feita em forma de ações (*phantom stock*). O número de ações será determinado pela divisão do valor do bônus em dinheiro, pelo valor de mercado da ação ordinária na data da outorga, com base no preço médio de negociação das ações ordinárias na Bolsa de Valores de Nova Iorque. *Phantom Stock* e *SAR's* são exercíveis a razão de 25% em cada um dos primeiros quatro aniversários da data de outorga. As *Phantom Stock* serão pagas em dinheiro, quando exercidas. O número de opções outorgadas aos participantes é determinado dividindo a parcela não paga em dinheiro do bônus pelo valor de mercado da ação ordinária na data da outorga. O valor das opções é determinado pelo Comitê de Recursos Humanos da Alta Administração, e é baseado no modelo *Black-Scholes* ou outro método. As opções

CONTINUAÇÃO

poderão ser exercidas a razão de 25% ao ano, durante 4 anos a partir da data da outorga e prescrevem após 10 anos. O número máximo de opções que serão outorgadas com base neste plano é de 6.000.000. Um prêmio de, aproximadamente, US\$ 8,3 milhões (equivalentes a R\$ 14.702 em 2007) foi outorgado para os colaboradores em 2007 e de, aproximadamente, US\$ 6,6 milhões (equivalentes a R\$ 11.691 em 2007) foi outorgado para os colaboradores em 2006. Em 01/03/2007, foram emitidas 454.497 opções sob este plano. Estes prêmios vêm sendo provisionados de acordo com o prazo de pagamento estabelecido pelo plano.

A subsidiária Gerdau Ameristeel tem o compromisso de depositar para o seu Presidente, ao longo dos próximos 10 anos, o total de 1.749.526 ações ordinárias de sua emissão, mais os respectivos dividendos futuros, em um fundo fiduciário para esse fim. A Gerdau S.A. assumiu, também, o compromisso de aportar 240.907 ações preferenciais de sua emissão neste mesmo fundo.

Durante o exercício findo em 31/12/2007, foram reconhecidos US\$ 900 mil (equivalentes a R\$ 1.594 em 2007) (US\$ 400 mil em 31/12/2006, equivalentes a R\$ 855 em 2006) relativos a custos com planos de incentivos de longo prazo, para as opções outorgadas durante 2007. O custo com planos de incentivos de longo prazo, ainda não reconhecidos, relativos a outorgas ainda no prazo de carência em 31/12/2007, era de, aproximadamente, US\$ 1,3 milhão (equivalentes a R\$ 2.303 em 2007) e o período médio de reconhecimento destes custos era de 3 anos.

A seguir apresentamos um resumo dos planos da Gerdau Ameristeel:

	2007			2006		
	Número de ações	Preço médio de exercício		Número de ações	Preço médio de exercício	
		US\$	R\$		US\$	R\$
Disponíveis no início do ano	1.418.511	5,37	9,51	2.264.576	6,42	13,73
Opções outorgadas	454.497	10,90	19,31	202.478	9,50	20,31
Opções exercidas	(360.788)	3,46	6,13	(664.203)	1,85	3,96
Opções canceladas.....	(25.051)	9,15	16,21	(2.840)	1,80	3,85
Opções expiradas.....	(199.500)	22,77	40,33	(381.500)	17,70	37,84
Disponíveis no final do ano.....	1.287.669	5,92	10,49	1.418.511	5,37	11,48
Ações exercíveis.....	760.837			1.216.033		

Os segmentos demonstrados abaixo em atendimento ao requerido pelo "IAS 14 - Apresentação de informações por segmentos", correspondem às unidades de negócio através das quais o Comitê Executivo Gerdau gerencia suas operações, e são os seguintes: Aços Longos Brasil, Aços Especiais no Brasil e na Europa, Gerdau Açominas (correspondente às operações da usina localizada em Ouro Branco, Minas Gerais), América Latina (excluindo as operações no Brasil) e América do Norte.

	Longos Brasil		Açominas Ouro Branco		Aços Especiais		América Latina ⁽¹⁾		América do Norte		Eliminações e ajustes		Segmentos de negócio Consolidado	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Receita líquida de vendas	7.817.809	6.815.050	3.398.157	3.274.034	6.226.339	4.710.182	3.318.930	2.333.886	11.234.720	10.175.160	(1.382.427)	(1.424.401)	30.613.528	25.883.911
Lucro líquido acumulado ⁽²⁾	886.245	1.044.616	658.390	791.860	869.552	764.957	373.439	485.481	984.809	875.849	537.658	298.715	4.310.093	4.261.478
Depreciação/amortização.....	297.763	258.660	327.764	297.205	325.337	236.898	87.575	84.312	309.539	266.259	(30.822)	(6.384)	1.317.156	1.136.950
Ativos identificáveis ⁽³⁾	5.249.692	4.819.964	6.231.024	4.722.105	5.271.285	5.414.985	2.990.310	2.064.885	12.997.646	5.411.605	(565.925)	(681.349)	32.174.032	21.752.195
Passivos identificáveis ⁽⁴⁾	2.237.270	2.170.306	2.911.220	2.987.522	2.071.953	2.495.727	805.724	371.993	6.135.339	1.601.508	4.328.517	2.664.828	18.490.023	12.291.884

⁽¹⁾ Não inclui as operações do Brasil.

⁽²⁾ Lucro líquido do período antes das participações dos acionistas minoritários.

⁽³⁾ Ativos identificáveis: contas a receber, estoques, imobilizado, ágio e intangível.

⁽⁴⁾ Passivos identificáveis: fornecedores, empréstimos e financiamentos (de curto e longo prazo), debêntures (de curto e longo prazo).

Os principais produtos por segmento de negócio são:

Longos Brasil: vergalhões, barras, fio-máquina, perfis e trefilados.

Gerdau Açominas Ouro Branco: tarugos, blocos, placas, fio-máquina e perfis estruturais.

Aços Especiais: aços inoxidáveis, barras quadradas, redondas e chatas, fio-máquina.

Am. Latina: vergalhões, barras e trefilados.

Am. do Norte: vergalhões, barras, fio-máquina, perfis estruturais pesados e leves.

A coluna de eliminações e ajustes inclui as eliminações de vendas entre segmentos aplicáveis à Companhia no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

A informação geográfica da Companhia com as receitas classificadas de acordo com a região geográfica de onde os produtos foram embarcados, é a seguinte:

	Brasil		América Latina ⁽¹⁾		América do Norte		Europa		Área geográfica Consolidado	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Receita líquida de vendas	12.955.757	11.209.670	3.318.930	2.333.886	11.234.720	10.175.160	3.104.121	2.165.195	30.613.528	25.883.911
Custo das vendas	(8.785.247)	(7.186.547)	(2.646.937)	(1.772.832)	(9.214.087)	(8.389.661)	(2.485.256)	(1.690.226)	(23.131.527)	(19.039.266)
Lucro bruto	4.170.510	4.023.123	671.993	561.054	2.020.633	1.785.499	618.865	474.969	7.482.001	6.844.645
Despesas com vendas	(460.361)	(462.014)	(83.751)	(64.991)	(35.256)	(5.215)	(39.570)	(24.825)	(618.938)	(557.045)
Despesas gerais e administrativas	(1.155.366)	(1.020.400)	(175.324)	(119.771)	(389.990)	(508.377)	(156.974)	(136.317)	(1.877.654)	(1.784.865)
Lucro operacional	2.362.107	2.450.510	450.108	472.502	1.604.511	1.214.743	396.726	328.817	4.813.451	4.466.572
Resultado financeiro líquido.....	562.555	460.508	(49.399)	113.819	(164.371)	(105.028)	(16.216)	(29.007)	332.569	440.292
Lucro líquido acumulado ⁽²⁾	2.585.441	2.549.108	373.439	485.481	984.809	875.849	366.404	351.040	4.310.093	4.261.478
Gastos de capital	1.699.455	1.707.905	345.965	120.464	304.474	412.887	407.199	132.252	2.757.093	2.373.508

⁽¹⁾ Não inclui as operações do Brasil.

⁽²⁾ Lucro líquido do período antes das participações dos acionistas minoritários.

28 - SEGUROS (não auditado) I

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Modalidade	Abrangência	2007	2006
Patrimônio	Os estoques e ativos imobilizados estão seguros para incêndio, danos elétricos, explosão, quebra de máquina e extravasamento (derrame de material em estado de fusão).	21.332.603	18.670.241
Lucro cessante	Lucro líquido somado às despesas fixas	5.809.162	5.453.024
Responsabilidade civil	Operações industriais	8.857	10.690

29 - DESPESAS POR NATUREZA I

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado Consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado Consolidado por natureza:

	2007	2006
Depreciação e amortização.....	(1.317.156)	(1.136.950)
Despesas com pessoal.....	(3.375.166)	(3.003.199)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(17.034.395)	(13.739.861)
Frete.....	(1.433.537)	(1.233.293)
Outras despesas.....	(2.639.823)	(2.304.036)
	(25.800.077)	(21.417.339)
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(23.131.527)	(19.039.266)
Despesas com vendas	(618.938)	(557.045)
Despesas gerais e administrativas	(1.877.654)	(1.784.865)
Outras despesas operacionais.....	(171.958)	(36.163)
	(25.800.077)	(21.417.339)

30 - INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E LUCRO LÍQUIDO DA CONTROLADORA GERDAU S.A. (NÃO REQUERIDA PELO IFRS) I

Em atendimento à Instrução CVM nº 457/07, de 13/07/2007, apresentamos a reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido da controladora Gerdau S.A., apurados de acordo com a legislação societária e práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), e patrimônio líquido e lucro líquido consolidados apurados segundo as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS:

A tabela a seguir resume as informações sobre as opções de compra de ações da Gerdau Ameristeel disponíveis em 31/12/2007:

Preço de exercício	Quantidade disponível	Prazo médio de carência	Preço médio de exercício		Número exercível em 31/12/2007
			US\$	R\$	
US\$ 1,32 a US\$ 1,43 (R\$ 2,34 a R\$ 2,53)	170.022	3,70	1,38	2,44	170.022
US\$ 1,80 a US\$ 1,91 (R\$ 3,19 a R\$ 3,38).....	353.672	3,10	1,84	3,26	353.672
US\$ 2,11 a US\$ 2,96 (R\$ 3,74 a R\$ 5,24).....	182.326	1,70	2,69	4,76	182.326
US\$ 9,50 a US\$ 10,90 (R\$ 16,83 a R\$ 19,31)...	569.649	8,90	10,47	18,55	42.817
US\$ 20,17 a US\$ 27,46 (R\$ 35,73 a R\$ 48,64) ..	12.000	0,30	22,77	40,33	12.000
	1.287.669				760.837

A subsidiária Gerdau Ameristeel utiliza o método *Black-Scholes* de precificação do valor justo das opções e direitos de apreciação de ações, reconhecendo o custo com remuneração de ações à medida que os serviços são prestados. A subsidiária utilizou as seguintes premissas econômicas para reconhecimento do valor justo destes instrumentos:

	2007	2006
<i>Dividend yield</i>	4,00%	0,80%
Volatilidade do preço da ação	50,50%	47,39%
Taxa de retorno livre de risco.....	4,51%	4,68%
Período esperado até o vencimento	6,25 anos	6,25 anos

27 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO I

O Comitê Executivo Gerdau, que é composto pela maioria dos executivos seniores da Companhia, é responsável pelo gerenciamento do negócio.

	2007	2006
Patrimônio líquido da controladora em BRGAAP	11.420.008	9.964.638

Ajustes em IFRS

Ajuste de juros capitalizados s/ imobilizado, líquido	76.377	87.927
Ajuste de reversão do ativo diferido, líquido	(35.760)	(38.357)
Ajuste de benefícios a empregados, líquido	183.672	120.804
Ajuste de efeitos de amortização/ <i>impairment</i> de ágios, líquido	190.261	78.573
Ajuste de opção de compra e/ou venda de ações, líquido.....	650.694	324.509
Ajuste de dividendos não deliberados	182.715	73.996
Outros ajustes, líquido	44.538	19.192
	1.292.497	666.644
	<u>12.712.505</u>	<u>10.631.282</u>

Patrimônio líquido da controladora em IFRS

Participações dos minoritários em IFRS	3.929.573	3.556.934
--	-----------	-----------

Patrimônio líquido incluindo minoritários em IFRS

	<u>16.642.078</u>	<u>14.188.216</u>
--	-------------------	-------------------

Lucro líquido da controladora em BRGAAP

	2.288.310	2.880.922
--	-----------	-----------

Ajustes em IFRS

Ajuste de juros capitalizados s/ imobilizado, líquido	(11.550)	11.236
Ajuste de reversão do ativo diferido, líquido	2.597	(5.495)
Ajuste de benefícios a empregados, líquido	62.868	76.276
Ajuste de efeitos de amortização/ <i>impairment</i> de ágios, líquido	153.246	112.167
Ajuste de opção de compra e/ou venda de ações, líquido.....	273.243	340.720
Ajuste de reclassificação de efeito de conversão para a moeda estrangeira...	756.114	267.389
Ajuste de provisão para manutenção de alto-forno, líquido	-	(35.020)
Ajuste de valor presente sobre imposto de renda diferido	-	(88.398)
Outros ajustes, líquido	27.923	(12.863)
	1.264.441	666.012
	<u>3.552.751</u>	<u>3.546.934</u>

Lucro líquido da controladora em IFRS

Participações dos minoritários em IFRS	757.342	714.544
--	---------	---------

Lucro líquido incluindo minoritários em IFRS

	<u>4.310.093</u>	<u>4.261.478</u>
--	------------------	------------------

31 - EVENTOS SUBSEQÜENTES I

I) Em janeiro de 2008, o Conselho de Administração deliberou autorizar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão. As aquisições serão realizadas utilizando-se de disponibilidades suportadas por reservas de lucros existentes, obedecendo o limite de até 1.000.000 de ações preferenciais.

II) Em janeiro de 2008, a Companhia, através da subsidiária Gerdau GTL Spain, adquiriu por US\$ 107,2 milhões, o percentual de 40,2% do capital da Diaco S.A. pertencente a acionistas minoritários. Com a conclusão da operação a Companhia passou a deter, indiretamente, 98% das ações representativas do capital social da Diaco S.A..

CONTINUAÇÃO

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Gerdau S.A.
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos o balanço patrimonial consolidado da Gerdau S.A. e Controladas ("Companhia"), levantado em 31/12/2007, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas de acordo com o padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB e sob a responsabilidade da Administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Gerdau S.A. e Controladas em 31/12/2007, o resultado consolidado de suas operações, as mutações consolidadas de

seu patrimônio líquido e fluxo de caixa consolidado correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com o padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB.

4. As práticas contábeis adotadas no Brasil diferem, em certos aspectos significativos, das normas de acordo com o padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB. As informações relacionadas à natureza e ao efeito dessas diferenças estão apresentadas na Nota 30 às demonstrações financeiras consolidadas.

5. As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31/12/2006, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer de auditoria, em 08/02/2008, sem ressalvas.

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2008.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2SP 011.609/O-8/F/RJ

Fernando Carrasco
Contador
CRC nº 1SP 157.760/O-S/RJ

Deloitte.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Gerdau S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis consolidadas da Gerdau S.A. e Controladas, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2007 elaboradas de acordo com o padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes - DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, datado de 12/02/2008, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2008.

Carlos Roberto Schröder

Egon Handel

Roberto Lamb

INFORMAÇÕES NÃO REQUERIDAS PELO IFRS

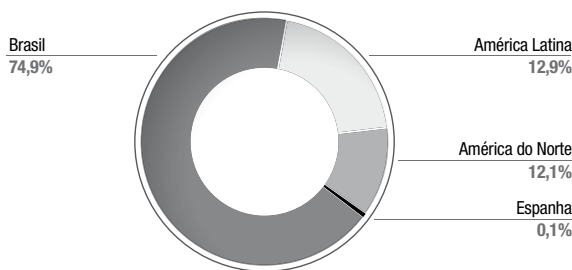
BALANÇO SOCIAL 2007

A trajetória de expansão da Gerdau, assim como tem ocorrido ao longo dos anos, será sempre acompanhada por uma atuação responsável em relação às pessoas e ao meio ambiente. Por isso, a empresa seguirá investindo em tecnologias de proteção ambiental e em projetos sociais que contribuam para o desenvolvimento das comunidades. A Gerdau também acredita que o foco no cliente, a criação de valor aos acionistas, o estímulo ao aprimoramento da cadeia de fornecedores, a capacitação dos colaboradores, a busca pela qualidade superior de seus produtos e serviços e a segurança no ambiente de trabalho são fatores fundamentais para a sua consolidação no cenário siderúrgico global.

GESTÃO AMBIENTAL

A Gerdau respeita o meio ambiente e, por isso, investe em tecnologias e em pesquisas para contribuir com a preservação do meio ambiente. No ano, foram destinados R\$ 345,7 milhões para a área, o que representa uma evolução de 105,1% sobre 2006.

Investimentos ambientais por região



As diretrizes ambientais são definidas pelo Sistema de Gestão Ambiental (SGA), um conjunto de procedimentos alinhado à norma ISO 14001 e seguido pelas operações da empresa. O SGA avalia todas as atividades da Gerdau sob o ponto de vista ambiental.

Atualmente, 23 unidades da empresa possuem a ISO 14001. A meta é implementar a certificação ambiental nas demais fábricas até 2009. As unidades recém-adquiridas entram em processo de certificação logo após a sua aquisição.

Sucata: O uso da sucata como principal matéria-prima do processo industrial da Gerdau contribui para a diminuição do consumo de energia e, conseqüentemente, das emissões de CO₂. No exercício, 66,9% da produção foi feita a partir do uso desse insumo.

Energia: Nos próximos anos, a empresa planeja ampliar os investimentos em geração de energia limpa. Passará a operar em 2010 com a hidrelétrica Caçu-Barra dos Coqueiros, em Goiás, além de expandir a capacidade da termelétrica da usina siderúrgica Gerdau Açominas, movida por gases provenientes do processo industrial.

Ar: As unidades industriais da Gerdau possuem modernos sistemas de despoejamento que captam as partículas sólidas geradas durante o processo de produção do aço, transformando-as em co-produtos. Em relação ao aquecimento global, a empresa tem como compromisso levantar nas unidades as possibilidades de aperfeiçoamento do processo produtivo, buscando eficiência energética e redução das emissões de CO₂.

Água: Grande parte da água utilizada durante a produção do aço é tratada e reaproveitada internamente. Como resultado, o índice de reutilização do insumo é de 97,6%. Apenas 2,4% da água empregada para a refrigeração dos equipamentos e dos produtos é captada externamente, o que representa 51,7 milhões de metros cúbicos.

Co-produtos: Grande parte dos co-produtos gerados no processo de produção do aço é reaproveitada pela indústria siderúrgica ou por outros setores da economia. Em 2007, o índice de utilização dos co-produtos foi de 79,4% e o de geração do material por tonelada de aço produzido alcançou 372,6 quilos.

Biodiversidade: Para contribuir com a preservação da biodiversidade nos locais onde está presente, a Gerdau mantém cinturões verdes em suas unidades industriais. Em 2007, de um total de 17,7 mil hectares de propriedade da empresa, 2,5 mil hectares são áreas de reserva legal ou preservação permanente e 8,2 mil hectares, de matas nativas.

COLABORADORES

O alto comprometimento dos profissionais com a empresa é um dos diferenciais competitivos da Gerdau. Esse comprometimento é mantido ao longo de décadas como resposta à transparência, ao respeito e à busca de ganhos mútuos, atitudes que pautam o relacionamento da empresa com seus colaboradores, mais de 37 mil pessoas nas Américas, na Ásia e na Europa.

O processo de expansão e internacionalização vem sendo amparado por profissionais com alto desempenho, que trabalham focados em resultados e em linha com os valores Gerdau. Para conquistar esse diferencial, a empresa investe fortemente na capacitação de pessoas, intensifica a formação de líderes globais e estimula o desenvolvimento de carreiras técnicas.

O crescimento internacional da Gerdau norteou os investimentos em capacitação no período. Em 2007, os recursos destinados à área somaram R\$ 44,6 milhões, valor 20,4% maior que o registrado em 2006, e contemplaram todos os níveis, desde a formação de executivos até sistemas de capacitação industrial e comercial.

As pesquisas de clima organizacional expressam que a satisfação em trabalhar na empresa está entre as mais altas do mundo. No período, o nível de satisfação atingiu 78%, sendo que 92% dos colaboradores convidados a participar responderam à pesquisa.

SEGURANÇA E SAÚDE

A segurança dos colaboradores e prestadores de serviço é prioridade absoluta dentro da Gerdau. A empresa tem como princípio zerar o número de acidentes, a partir do rígido cumprimento do Sistema de Segurança Total - conjunto das melhores práticas seguido por todas as operações. Como resultado dessas ações, em 2007, o índice de acidentes com perda de tempo por milhão de horas trabalhadas foi de 2,9, incluindo as operações advindas das aquisições no período e que ainda estão em fase de integração no Sistema de Segurança Total.

SOCIEDADE

A Gerdau está comprometida com o desenvolvimento da sociedade. Para tanto, busca soluções inteligentes que contribuam para o crescimento do negócio, desenvolvimento social e respeito ao meio ambiente. Acredita na oportunidade das parcerias com clientes, fornecedores, colaboradores, poder público, outras empresas e organizações da sociedade civil. As políticas e diretrizes são conduzidas pelo Instituto Gerdau. Em 2007, foram investidos R\$ 72,7 milhões o que representa um crescimento de 40,9% sobre 2006.

Nas comunidades, contribui com programas para a melhoria da qualidade da educação, a formação de empreendedores, a difusão da gestão pela qualidade total e diversas outras ações nas áreas da cultura e do esporte.

O trabalho voluntário é um importante canal de participação dos colaboradores no apoio às comunidades. Em 2007, 6.287 colaboradores atuaram como voluntários, número 67% maior que o registrado em 2006.

CLIENTES

A Gerdau procura conhecer profundamente o modo de atuação dos seus clientes. Desenvolve soluções para potencializar as vantagens competitivas que diferenciam seus clientes da concorrência, por meio da criação de produtos em conjunto e do aprimoramento constante do sistema de atendimento, que valoriza o relacionamento direto.

A empresa procura estreitar continuamente a sua relação com os clientes dos seus produtos e, para contribuir com o seu crescimento, promove seminários e cursos, que reuniram em 2007 mais de 20 mil pessoas no Brasil.

ACIONISTAS

A transparência e a confiança são a base do relacionamento da Gerdau com seus 140 mil acionistas. Esses princípios são apoiados em uma estrutura de governança corporativa alinhada aos melhores modelos mundiais, que fornece segurança e consistência às decisões. A empresa possui políticas de remuneração claras e alinhadas ao mercado.

Os acionistas minoritários da Metalúrgica Gerdau S.A. e da Gerdau S.A. detêm o direito de *tag along*, que garante aos detentores de ações ordinárias e preferenciais o recebimento de 100% do valor pago aos controladores em eventual alienação do controle da companhia.

FORNECEDORES

A Gerdau prioriza a contratação de fornecedores que busquem a melhoria contínua de suas atividades e que, ao mesmo tempo, adotem práticas responsáveis em relação às pessoas e ao meio ambiente. Segue a política de ganhos mútuos e firma acordos comerciais de longo prazo, avaliados periodicamente. A atuação dos fornecedores é acompanhada periodicamente por meio de auditorias. A empresa também estimula a responsabilidade social, um trabalho feito com a participação do Instituto Gerdau.

São realizadas ainda iniciativas de capacitação para os sucateiros, profissionais que fornecem sua principal matéria-prima. Para contribuir com o crescimento das comunidades onde está inserida, a Gerdau procura contratar fornecedores locais. Em 2007, será finalizado o Gerdau Global Procurement, que prevê a padronização dos procedimentos de compra. Em 2008, o programa passará a ser seguido pelas unidades do Brasil e Estados Unidos e, em 2009, pelas usinas dos demais países da América Latina e da Espanha.

CONTINUAÇÃO

QUADRO DE INDICADORES

(Valores expressos em milhares de reais, exceto indicadores do corpo funcional)

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO BRASIL						CONSOLIDADO TOTAL					
	Exercício			Exercício			Exercício			Exercício		
	2007			2006			2007			2006		
1 - BASE DE CÁLCULO												
1.1 - Receita líquida (RL)	12.955.757			11.209.670			30.613.528			25.883.911		
1.2 - Resultado operacional (RO).....	2.362.107			2.450.510			4.813.451			4.466.572		
1.3 - Folha de pagamento bruta (FPB).....	1.046.340			900.079			2.533.635			2.274.635		
	2007			2006			2007			2006		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre FPB (1.3)	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre FPB (1.3)	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre FPB (1.3)	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre FPB (1.3)
2.1 - Alimentação.....	48.813	0,38	4,67	38.810	0,35	4,31	55.676	0,18	2,20	44.257	0,17	1,95
2.2 - Encargos sociais compulsórios	275.787	2,13	26,36	229.620	2,05	25,51	478.183	1,56	18,87	378.170	1,46	16,63
2.3 - Previdência privada.....	31.946	0,25	3,05	25.929	0,23	2,88	96.264	0,31	3,80	80.482	0,31	3,54
2.4 - Saúde	34.844	0,27	3,33	52.288	0,47	5,81	175.549	0,57	6,93	188.999	0,73	8,31
2.5 - Segurança e saúde no trabalho	21.492	0,17	2,05	18.797	0,17	2,09	47.916	0,16	1,89	34.579	0,13	1,52
2.6 - Educação, treinamento e capacitação	29.515	0,23	2,82	24.768	0,22	2,75	44.580	0,15	1,76	37.027	0,14	1,63
2.7 - Participação nos resultados	200.782	1,55	19,19	169.163	1,51	18,79	438.728	1,43	17,32	453.325	1,75	19,93
2.8 - Transporte	45.995	0,36	4,40	38.734	0,35	4,30	50.917	0,17	2,01	42.103	0,16	1,85
2.9 - Outros benefícios	14.289	0,11	1,37	9.527	0,08	1,06	55.862	0,18	2,20	31.838	0,12	1,40
TOTAL - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	703.463	5,43	67,23	607.636	5,42	67,51	1.443.675	4,72	56,98	1.290.780	4,99	56,75
	2007			2006			2007			2006		
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre RO (1.2)	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre RO (1.2)	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre RO (1.2)	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre RO (1.2)
3.1 - Tributos	1.545.075	11,93	147,66	1.439.271	12,84	159,90	2.186.476	7,14	86,30	2.012.884	7,78	88,49
3.2 - Contribuições para a sociedade.....	66.602	0,51	6,37	48.269	0,43	5,36	70.981	0,23	2,80	50.518	0,20	2,22
3.2.1 - Educação	14.323	0,11	1,37	7.625	0,07	0,85	15.015	0,05	0,59	7.835	0,03	0,34
3.2.2 - Cultura	23.475	0,18	2,24	16.937	0,15	1,88	23.873	0,08	0,94	17.362	0,07	0,76
3.2.3 - Saúde	1.266	0,01	0,12	2.901	0,03	0,32	1.294	0,00	0,05	2.984	0,01	0,13
3.2.4 - Esporte e lazer.....	592	0,00	0,06	1.498	0,01	0,17	953	0,00	0,04	1.660	0,01	0,07
3.2.5 - Combate à fome e segurança alimentar.....	1.823	0,01	0,17	939	0,01	0,10	1.983	0,01	0,08	945	0,00	0,04
3.2.6 - Empreendedorismo.....	1.434	0,01	0,14	4.404	0,04	0,49	2.295	0,01	0,09	4.497	0,02	0,20
3.2.7 - Qualidade	16.103	0,12	1,54	6.477	0,06	0,72	16.112	0,05	0,64	6.477	0,03	0,28
3.2.8 - Voluntariado.....	369	0,00	0,04	926	0,01	0,10	1.909	0,01	0,08	926	0,00	0,04
3.2.9 - Pesquisa.....	598	0,00	0,06	1.497	0,01	0,17	665	0,00	0,03	1.497	0,01	0,07
3.2.10 - Outros investimentos.....	6.619	0,05	0,63	5.065	0,05	0,56	6.882	0,02	0,27	6.335	0,02	0,28
TOTAL - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	1.611.677	12,44	154,03	1.487.540	13,27	165,27	2.257.457	7,37	89,10	2.063.402	7,97	90,71
	2007			2006			2007			2006		
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre RO (1.2)	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre RO (1.2)	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre RO (1.2)	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre RO (1.2)
4.1 - Investimentos relacionados com a produção/operação da Empresa.....	234.836	1,81	22,44	143.300	1,28	15,92	345.719	1,13	13,65	168.557	0,65	7,41
4.2 - Investimentos em programas e/ou projetos externos.....	873	0,01	0,08	783	0,01	0,09	1.745	0,01	0,07	1.099	0,00	0,05
TOTAL - INDICADORES AMBIENTAIS	235.709	1,82	22,53	144.083	1,29	16,01	347.464	1,14	13,71	169.656	0,66	7,46
	2007			2006			2007			2006		
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL												
5.1 - Nº de colaboradores no início do período	17.204			16.445			33.089			25.253		
5.2 - Nº de colaboradores no final do período.....	18.952			17.028			36.925			31.563		
5.3 - Nº de admissões durante o período	3.237			1.755			5.815			4.431		
5.4 - Nº de trainees e estagiários.....	1.392			1.102			1.564			1.317		
5.5 - Nº de dependentes.....	29.753			29.112			58.389			49.059		
5.6 - Nº de terceiros.....	11.797			11.352			13.687			13.298		
5.7 - Nível de escolaridade:												
5.7.1 - % com 1º Grau.....	14,7%			17,4%			19,5%			19,9%		
5.7.2 - % com 2º Grau.....	66,0%			63,3%			58,7%			61,6%		
5.7.3 - % com 3º Grau.....	19,4%			19,3%			21,8%			18,5%		
5.8 - % colaboradores acima de 45 anos	19,9%			23,7%			30,9%			33,0%		
5.9 - Número de mulheres que trabalham na empresa.....	1.735			1.381			3.192			2.308		
5.10 - % de cargos de chefia ocupados por mulheres.....	13,5%			14,4%			12,6%			13,3%		
5.11 - Média de antiguidade (tempo de casa).....	8 anos			8 anos			10 anos			11 anos		
6 - INFORMAÇÕES SOBRE CIDADANIA EMPRESARIAL												
	2007						Metas 2008					
6.1 - Número total de acidentes de trabalho	327						324					
6.2 - Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
6.3 - Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
6.4 - Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT

CONTINUAÇÃO

6.5 - A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
6.6 - A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
6.7 - Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	(X) são sugeridos	() são exigidos	() não são considerados	(X) são sugeridos	() são exigidos
6.8 - Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apoia	(X) organiza e incentiva

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Brasil				Exterior				Consolidado			
	2007	%	2006	%	2007	%	2006	%	2007	%	2006	Total %
ENTRADAS												
Receita de produtos, serviços e outros ⁽¹⁾	15.965.833		14.362.011		17.739.307		14.373.892		33.705.140		28.735.903	
SAÍDAS												
Matérias-primas e bens de consumo	(9.693.852)		(8.489.079)		(12.208.477)		(9.734.153)		(21.902.329)		(18.223.232)	
Serviços de terceiros.....	(448.880)		(407.008)		(499.825)		(300.731)		(948.705)		(707.739)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	5.823.101		5.465.924		5.031.005		4.339.008		10.854.106		9.804.932	
(-) DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO	(776.775)		(643.315)		(540.381)		(493.635)		(1.317.156)		(1.136.950)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	5.046.326		4.822.609		4.490.624		3.845.373		9.536.950		8.667.982	
VALOR ADICIONADO DECORRENTE DE TRANSFERÊNCIAS												
Equivalência patrimonial	47.229		22.965		71.170		220.585		118.399		243.550	
Receitas financeiras ⁽²⁾	721.202		809.640		125.246		228.045		846.448		1.037.685	
Receitas de aluguel	1.934		2.051		(2.617)		(2.002)		(683)		49	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	5.816.691	100%	5.657.265	100%	4.684.423	100%	4.292.001	100%	10.501.114	100%	9.949.266	100%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO												
Governos.....	1.820.862	31,3%	1.668.891	29,5%	843.797	18,0%	722.163	16,8%	2.664.659	25,4%	2.391.054	24,0%
Impostos e contribuições federais.....	1.284.793	22,1%	1.167.445	20,6%	574.656	12,2%	510.662	11,9%	1.859.449	17,7%	1.678.107	16,9%
Contribuições sociais federais sobre folha de pagamento.....	275.787	4,7%	229.620	4,1%	202.396	4,3%	148.550	3,5%	478.183	4,6%	378.170	3,8%
Impostos e contribuições estaduais.....	204.380	3,5%	237.864	4,2%	52	0,0%	1.030	0,0%	204.432	1,9%	238.894	2,4%
Impostos e contribuições municipais	55.902	1,0%	33.962	0,6%	66.693	1,4%	61.921	1,4%	122.595	1,2%	95.883	1,0%
Colaboradores.....	1.251.742	21,5%	1.090.135	19,3%	1.760.741	37,6%	1.609.206	37,5%	3.012.483	28,7%	2.699.341	27,1%
Salários.....	845.558	14,5%	730.916	12,9%	1.249.349	26,8%	1.090.394	25,4%	2.094.907	19,9%	1.821.310	18,2%
Benefícios.....	175.887	3,0%	165.288	2,9%	258.381	5,5%	222.391	5,2%	434.268	4,1%	387.679	3,9%
Treinamento.....	29.515	0,5%	24.768	0,4%	15.065	0,3%	12.259	0,3%	44.580	0,4%	37.027	0,4%
Participação nos resultados	200.782	3,5%	169.163	3,0%	237.946	5,1%	284.162	6,6%	438.728	4,2%	453.325	4,6%
Financiadores ⁽²⁾	158.647	2,7%	349.132	6,2%	355.232	7,6%	248.261	5,8%	513.879	4,9%	597.393	6,0%
Acionistas.....	981.810	17,0%	1.062.838	18,8%	149.318	3,2%	64.907	1,6%	1.131.128	10,8%	1.127.745	11,3%
Reinvestimento de lucros.....	1.603.630	27,6%	1.486.269	26,3%	1.575.335	33,6%	1.647.464	38,4%	3.178.965	30,3%	3.133.733	31,5%
TOTAL	5.816.691		5.657.265		4.684.423		4.292.001		10.501.114		9.949.266	

⁽¹⁾ Inclui descontos concedidos e outras receitas operacionais

⁽²⁾ Inclui variações cambiais e monetárias.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

Presidente

JORGE GERDAU JOHANNPETER

Vice-Presidentes

GERMANO H. GERDAU JOHANNPETER

KLAUS GERDAU JOHANNPETER

FREDERICO C. GERDAU JOHANNPETER

CARLOS JOÃO PETRY

Conselheiros

AFFONSO CELSO PASTORE

ANDRÉ PINHEIRO DE LARA RESENDE

OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO

Secretário-Geral

EXPEDITO LUZ

Comitê Executivo

Diretor Presidente

ANDRÉ BIER JOHANNPETER

Diretor Geral de Operações

CLAUDIO JOHANNPETER

Diretores Vice-Presidentes Executivos

ALFREDO HUALLEM

MANOEL VITOR DE MENDONÇA FILHO

MÁRCIO PINTO RAMOS

MÁRIO LONGHI FILHO

OSVALDO BURGOS SCHIRMER

PAULO FERNANDO BINS DE VASCONCELLOS

Secretário-Geral

EXPEDITO LUZ

Diretor Vice-Presidente Jurídico

EXPEDITO LUZ

Diretores

GERALDO TOFFANELLO

NESTOR MUNDSTOCK

CLEMIR ÜHLEIN

Contador CRC RS 044845/O-8/S/RJ

CPF nº 424.614.210-72



Demonstrações Contábeis de 31/12/2007

BR GAAP

Arquivada na CVM e na SEC em 28/02/2008

Gerência Geral de Controladoria - GECOL

ÍNDICE

A– DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	3
1- BALANÇO PATRIMONIAL	3
2- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
3- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
4- DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	6
5- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	7
6- DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8
7- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006	9
7.1- Contexto Operacional	9
7.2- Apresentação das Demonstrações Contábeis	9
7.3- Pronunciamentos Contábeis Emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários	9
7.4- Princípios e Práticas de Consolidação	9
7.5- Sumário das Principais Práticas Contábeis	10
7.6- Política com relação aos Auditores Independentes	12
7.7- Aquisições e desinvestimentos	12
7.8- Disponibilidades	13
7.9- Contas a Receber de Clientes	13
7.10- Partes Relacionadas	14
7.11- Estoques	15
7.12- Tributos a Recuperar ou Compensar	15
7.13- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15
7.14- Investimentos – Consolidado e Controladora	17
7.15- Intangíveis	18
7.16- Imobilizado	18
7.17- Empréstimos e Financiamentos	19
7.18- Passivos Contingentes	21
7.19- Provisão com Obrigações para Desmobilização de Ativos	23
7.20- Fundo de Pensão	23
7.21- Capital Social	27
7.22- Recursos vinculados à Futura Conversão Mandatória em Ações	28
7.23- Programa de ADRs - American Depositary Receipts	28
7.24- Ações em Tesouraria	28
7.25- Remuneração aos Acionistas	29
7.26- Resultado Financeiro	29
7.27- Instrumentos Financeiros – Derivativos	31
7.28- Despesas com Vendas e Administrativas, Outras Despesas Operacionais e Não Operacionais	34
7.29- Concessões, Subconcessões e Arrendamentos	35
7.30- Efeitos se adotadas as Demonstrações em Moeda de Capacidade Aquisitiva Constante (não auditado)	36

7.31-	Seguros	38
7.32-	Plano de Participação nos Resultados	38
7.33-	Informações por segmentos	38
7.34-	Balanço Social	41
8-	ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS DE CONTROLE COMPARTILHADO	42
9-	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	43
10-	PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	45
11-	PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	46
B-	INFORMAÇÕES ADICIONAIS	47
12-	GERAÇÃO DE CAIXA (NÃO AUDITADO)	47
13-	CONSELHEIROS, MEMBROS DOS COMITÊS E DIRETORES	48

A- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
1- BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhões de reais

	Notas	Consolidado		Controladora	
		2007	2006	2007	2006
Ativo					
Circulante					
Disponibilidades	7.8	2.128	9.778	120	203
Contas a receber de clientes	7.9	7.136	7.892	2.379	4.912
Partes relacionadas	7.10	36	61	1.580	1.056
Estoques	7.11	7.258	6.369	1.932	1.105
Tributos a recuperar ou compensar	7.12	2.230	1.003	792	463
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.13	1.084	885	611	404
Outros		1.281	1.181	479	379
		21.153	27.169	7.893	8.522
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	7.10	5	11	3.413	381
Empréstimos e financiamentos	7.17	226	234	115	110
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.13	482	2.759	237	481
Depósitos judiciais	7.18	864	841	776	506
Tributos a recuperar ou compensar	7.12	500	809	193	220
Adiantamentos a fornecedores de energia		1.016	945	-	-
Provisão para derivativos	7.27	1.191	106	1.064	51
Despesas antecipadas		459	811	-	116
Outros		219	175	107	21
		4.962	6.691	5.905	1.886
Investimentos	7.14	1.869	1.856	62.738	54.572
Intangíveis	7.15	12.834	9.532	12.143	9.507
Imobilizado	7.16	91.959	77.611	28.097	25.665
Diferido		122	150	-	-
		106.784	89.149	102.978	89.744
		132.899	123.009	116.776	100.152
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	7.17	1.007	2.035	297	1.511
Parcela do circulante de empréstimos de longo prazo	7.17	2.354	1.626	1.483	515
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros		4.294	5.164	1.927	1.690
Partes relacionadas	7.10	15	30	6.702	4.502
Salários e encargos sociais		1.344	1.001	776	494
Fundo de pensão	7.20	232	230	78	78
Dividendos e juros sobre o capital proposto		4.752	3.189	4.752	3.189
Provisão para imposto de renda		2.222	1.946	-	-
Tributos, contribuições e royalties		586	285	50	79
Provisão para derivativos	7.27	613	-	47	-
Subconcessão Ferrovia Norte Sul		372	-	-	-
Outros		1.556	1.138	500	426
		19.347	16.644	16.612	12.484
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	7.17	32.445	46.004	8.643	26.013
Partes relacionadas	7.10	-	1	29.466	18.956
Provisões para contingências	7.18	3.189	2.363	1.979	1.508
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.13	8.073	4.319	-	-
Fundo de pensão	7.20	3.808	4.118	590	569
Provisão com obrigações para desmobilização de ativos	7.19	1.649	1.476	743	619
Provisão para derivativos	7.27	9	1.566	-	69
Subconcessão Ferrovia Norte Sul		372	-	-	-
Outros		2.201	1.412	1.713	836
		51.746	61.259	43.134	48.570
Resultado de exercícios futuros		93	7	-	-
Participações de minoritários		4.683	6.001	-	-
Patrimônio líquido					
Capital social	7.21	28.000	19.492	28.000	19.492
Reservas de lucros		25.966	19.606	25.966	19.606
Recursos vinculados a futura conversão mandatória em ações	7.22	3.064	-	3.064	-
		57.030	39.098	57.030	39.098
		132.899	123.009	116.776	100.152

As notas explicativas e o anexo I são parte integrante das demonstrações contábeis

2- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

Notas	Trimestres (Não auditado)			Consolidado		Controladora	
	4T/07	3T/07	4T/06	2007	2006	2007	2006
Receita bruta							
Minerais e metais	12.935	13.231	13.961	55.332	36.135	20.698	17.817
Serviços de transporte	843	894	849	3.497	3.405	1.939	1.864
Vendas de produtos da área de alumínio	1.247	1.358	1.496	5.529	5.533	278	102
Vendas de produtos siderúrgicos	265	318	333	1.248	1.478	-	-
Outros produtos e serviços	231	236	53	779	195	114	91
	15.521	16.037	16.692	66.385	46.746	23.029	19.874
Impostos e contribuições sobre vendas e serviços	(436)	(417)	(370)	(1.621)	(1.454)	(1.213)	(1.051)
Receita operacional líquida	15.085	15.620	16.322	64.764	45.292	21.816	18.823
Custos dos produtos e serviços							
Minerais e metais	(6.271)	(5.409)	(5.872)	(22.814)	(14.578)	(11.944)	(9.776)
Serviços de transporte	(538)	(520)	(441)	(2.146)	(1.770)	(769)	(718)
Produtos da área de alumínio	(853)	(785)	(829)	(3.246)	(3.013)	(192)	(75)
Produtos siderúrgicos	(277)	(310)	(310)	(1.199)	(1.231)	-	-
Outros produtos e serviços	(221)	(243)	(72)	(679)	(164)	(41)	(62)
	(8.160)	(7.267)	(7.524)	(30.084)	(20.756)	(12.946)	(10.631)
Lucro bruto	6.925	8.353	8.798	34.680	24.536	8.870	8.192
Margem bruta	45,9%	53,5%	53,9%	53,5%	54,2%	40,7%	43,5%
Despesas operacionais							
Com vendas e administrativas	7.28 (799)	(581)	(602)	(2.550)	(1.952)	(1.159)	(881)
Pesquisa e desenvolvimento	(462)	(391)	(375)	(1.397)	(1.042)	(767)	(590)
Outras despesas operacionais	7.28 (608)	(396)	(741)	(1.418)	(1.453)	(493)	(856)
	(1.869)	(1.368)	(1.718)	(5.365)	(4.447)	(2.419)	(2.327)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias	5.056	6.985	7.080	29.315	20.089	6.451	5.865
Resultado de participações societárias							
Equivalência patrimonial	7.14 46	44	118	143	389	22.483	10.708
Provisão para perdas	-	-	-	-	-	25	(60)
Varição cambial sobre o patrimônio líquido e ágio das empresas no exterior	(22)	(17)	-	(112)	(25)	(8.625)	(760)
	24	27	118	31	364	13.883	9.888
Amortização de ágio	7.14 (333)	(344)	(262)	(1.304)	(563)	(1.304)	(563)
Varição cambial sobre o ágio das empresas no exterior	(265)	(326)	-	(1.132)	-	(1.132)	-
	(574)	(643)	(144)	(2.405)	(199)	11.447	9.325
Resultado financeiro líquido	7.26 395	138	(771)	277	(1.745)	3.320	(1.065)
Resultado não operacional	7.28 -	197	(1.006)	1.458	(215)	1.300	278
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.877	6.677	5.159	28.645	17.930	22.518	14.403
Imposto de renda e contribuição social	7.13 (183)	(1.633)	(1.420)	(7.085)	(3.390)	(2.512)	(972)
Lucro antes das participações de minoritários	4.694	5.044	3.739	21.560	14.540	20.006	13.431
Participações de minoritários	(284)	(385)	(371)	(1.554)	(1.109)	-	-
Lucro líquido do período	4.410	4.659	3.368	20.006	13.431	20.006	13.431
Quantidade de ações em circulação no final do período (em milhares)	4.832.391	4.832.391	4.832.388	4.832.391	4.832.388	4.832.391	4.832.388
Lucro líquido por ação em circulação no final do período (R\$)	0,91	0,96	0,70	4,14	2,78	4,14	2,78

As notas explicativas e o anexo I são parte integrante das demonstrações contábeis

3- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	Reservas de lucros							Recursos vinculados à futura conversão obrigatória em ações	Total
	Capital social	Expansão/ Investimentos	Ações em tesouraria	Lucros a realizar	Legal	Incentivos fiscais	Lucros Acumulados		
Em 31 de dezembro de 2005	14.000	8.463	(131)	237	1.400	83	-	-	24.052
Aumento de capital	5.492	-	-	-	-	-	-	-	5.492
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	13.431	-	13.431
Realização de reservas	-	-	-	(114)	-	-	114	-	-
Ações em tesouraria	-	-	(659)	-	-	-	-	-	(659)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	(29)	-	(29)
Remuneração paga aos acionistas	-	-	-	-	-	-	(3.189)	-	(3.189)
Apropriação às reservas de lucros	-	9.645	-	-	672	10	(10.327)	-	-
Em 31 de dezembro de 2006	19.492	18.108	(790)	123	2.072	93	-	-	39.098
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	20.006	-	20.006
Capitalização de reservas	8.508	(7.673)	-	-	(752)	(83)	-	-	-
Recursos vinculados à futura conversão obrigatória em ações	-	-	-	-	-	-	-	3.064	3.064
Dividendos intermediários	-	(371)	-	-	-	-	(15)	-	(386)
Remuneração proposta aos acionistas	-	-	-	-	-	-	(4.752)	-	(4.752)
Apropriação às reservas de lucros	-	14.220	-	(62)	1.000	81	(15.239)	-	-
Em 31 de dezembro de 2007	28.000	24.284	(790)	61	2.320	91	-	3.064	57.030

As notas explicativas e o anexo I são parte integrante das demonstrações contábeis

4- DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Origens				
Lucro líquido do exercício	20.006	13.431	20.006	13.431
Valores que não representam movimento no capital circulante:				
Resultado de participações societárias	2.405	199	(11.447)	(9.325)
Dividendos/juros sobre o capital próprio	134	140	2.775	2.454
Depreciação, amortização e exaustão	4.119	2.203	1.432	1.080
Imposto de renda e contribuição social diferidos de longo prazo	7.303	61	244	(69)
Venda de investimentos	1.500	1.489	1.432	770
Resultado na venda de ativos	(1.458)	(1.212)	(1.300)	(278)
Variações monetárias e cambiais líquidas dos ativos e passivos de longo prazo	(6.468)	(484)	(5.625)	(565)
Baixa na alienação de bens do imobilizado	349	284	536	118
Amortização de ágio no custo dos produtos vendidos	51	327	51	327
Perdas líquidas não realizadas com derivativos	(1.715)	316	(1.551)	(13)
Participações de minoritários	1.554	1.109	-	-
Outros	240	13	324	(348)
Total dos recursos provenientes das operações	28.020	17.876	6.877	7.582
Empréstimos concedidos a partes relacionadas transferidos para o ativo circulante	20	12	46	45
Empréstimos e financiamentos obtidos	19.281	49.388	1.983	38.035
Empréstimos obtidos de partes relacionadas	-	31	16.534	14.840
Outras origens	1.570	673	1.646	511
Total dos recursos obtidos	48.891	67.980	27.086	61.013
Aplicações				
Empréstimos e financiamentos transferidos para o passivo circulante	24.802	15.860	19.495	15.025
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	6	382	82	92
Adições ao imobilizado	25.429	9.433	4.526	6.099
Adições em investimentos	492	315	2.314	34.647
Dividendos/juros sobre o capital próprio	5.138	3.218	5.138	3.218
Cauções e depósitos	254	190	202	129
Adiantamentos a fornecedores de energia	71	217	-	-
Outros	1.340	507	86	910
Total das aplicações	57.532	30.122	31.843	60.120
Aumento (redução) no capital circulante	(8.641)	37.858	(4.757)	893
A variação no capital circulante líquido é assim demonstrado:				
Capital circulante líquido inicial de novos investimentos consolidados	78	28.237	-	-
Ativo circulante:				
No fim do exercício	21.153	27.169	7.893	8.522
No início do exercício	27.169	12.571	8.522	5.206
	(6.016)	14.598	(629)	3.316
Passivo circulante:				
No fim do exercício	19.347	16.644	16.612	12.484
No início do exercício	16.644	11.667	12.484	10.061
	2.703	4.977	4.128	2.423
Aumento (redução) no capital circulante	(8.641)	37.858	(4.757)	893

As notas explicativas e o anexo I são parte integrante das demonstrações contábeis

5- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	Trimestres (Não auditado)			Consolidado		Controladora	
				Acumulado		Acumulado	
	4T/07	3T/07	4T/06	2007	2006	2007	2006
Fluxo de caixa das operações:							
Lucro líquido período	4.410	4.659	3.368	20.006	13.431	20.006	13.431
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com recursos provenientes de atividades operacionais:							
Resultado de participações societárias	574	644	144	2.405	199	(11.447)	(9.325)
Resultado na venda de ativos	-	(197)	(421)	(1.458)	(1.212)	(1.300)	(278)
Depreciação, amortização e exaustão	1.300	999	827	4.119	2.203	1.432	1.080
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(505)	(493)	81	(1.831)	(158)	37	(139)
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais, líquidas	(2.008)	(1.773)	80	(5.153)	(193)	(6.330)	(385)
Participações de minoritários	284	385	371	1.554	1.109	-	-
Baixa na alienação de bens do imobilizado	203	22	162	349	284	536	118
Amortização de ágio no custo dos produtos vendidos	-	-	47	51	327	51	327
Perdas (ganhos) líquidos não realizados com derivativos	(606)	(643)	214	(1.715)	315	(1.551)	(13)
Dividendos/juros sobre o capital próprio recebidos	75	13	4	134	140	1.962	2.134
Outros	(50)	102	80	229	(57)	643	38
	3.677	3.718	4.957	18.690	16.388	4.039	6.988
Redução (aumento) nos ativos:							
Contas a receber de clientes	349	1.268	264	1.359	(821)	(500)	(2.877)
Estoques	(475)	(602)	(1)	(1.397)	(470)	(690)	159
Adiantamentos a fornecedores de energia	46	17	(17)	(71)	(217)	-	-
Outros	513	292	(441)	348	(868)	53	(346)
	433	975	(195)	239	(2.376)	(1.137)	(3.064)
Aumento (redução) nos passivos:							
Contas a pagar a fornecedores e empreiteiros	559	194	230	1.358	(130)	238	(78)
Salários e encargos sociais	165	226	(159)	223	(183)	281	70
Tributos e Contribuições	(1.084)	1.100	(212)	242	122	(29)	(11)
Outros	(50)	(661)	242	(405)	108	997	(269)
	(410)	859	101	1.418	(83)	1.487	(288)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	3.700	5.552	4.863	20.347	13.929	4.389	3.636
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos:							
Empréstimos e adiantamentos a receber	(39)	6	(261)	32	(322)	281	155
Depósitos e garantias	(87)	(28)	87	(254)	(190)	(202)	(129)
Adições em investimentos	(362)	(32)	(80)	(492)	(315)	(2.314)	(34.647)
Adições ao imobilizado	(4.681)	(3.050)	(4.191)	(13.159)	(10.102)	(4.505)	(6.144)
Recursos provenientes da alienação de bens do imobilizado/investimentos	-	198	608	1.500	1.670	1.432	888
Caixa líquido utilizado na aquisição e aporte em subsidiárias, líquido do caixa da subsidiária	-	-	(28.211)	(6.404)	(28.237)	-	2
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(5.169)	(2.906)	(32.048)	(18.777)	(37.496)	(5.308)	(39.875)
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamentos:							
Empréstimos de curto prazo adições	3.973	1.070	2.767	9.959	11.475	5.305	7.053
Empréstimos de curto prazo baixas	(3.549)	(975)	(1.828)	(10.532)	(10.004)	(1.637)	(5.638)
Empréstimos e financiamentos captados a longo prazo	1.210	159	45.855	15.681	49.419	18.517	52.783
Emissão de títulos conversíveis, em ações ordinárias	-	-	-	2.481	-	-	-
Emissão de títulos conversíveis, em ações preferenciais	-	-	-	1.119	-	-	-
Pagamentos:							
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	(82)	-
Instituições financeiras	(250)	(1.675)	(14.949)	(23.046)	(16.615)	(17.693)	(14.449)
Juros sobre o capital próprio pagos a acionistas e dividendos	(2.664)	-	(1.462)	(4.882)	(2.974)	(3.574)	(2.779)
Ações em tesouraria	-	-	-	-	(659)	-	(659)
Recursos líquidos proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamentos	(1.280)	(1.421)	30.383	(9.220)	30.642	836	36.311
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	(2.749)	1.225	3.198	(7.650)	7.075	(83)	72
Caixa e equivalentes no início do período	4.877	3.652	6.580	9.778	2.703	203	131
Caixa e equivalentes no final do período	2.128	4.877	9.778	2.128	9.778	120	203
Pagamentos efetuados durante o período por:							
Juros de curto prazo	(18)	(23)	(14)	(143)	(41)	(102)	(18)
Juros de longo prazo	(649)	(623)	(562)	(2.505)	(1.271)	(2.490)	(903)
Imposto de renda e contribuição social	(867)	(986)	(151)	(5.724)	(1.264)	(2.219)	(912)
Transações que não envolveram caixa:							
Adições ao imobilizado com capitalizações de juros	145	7	(7)	(113)	(38)	(12)	(46)
AFACs transferidos para investimento	-	-	-	-	-	(105)	(282)

As notas explicativas e o anexo I são parte integrante das demonstrações contábeis

6- DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	Consolidado				Controladora			
	2007	%	2006	%	2007	%	2006	%
Geração do valor adicionado								
Receita bruta	66.385	100	46.746	100	23.029	100	19.874	100
Menos: Aquisição de produtos	(4.890)	(7)	(3.308)	(7)	(2.958)	(13)	(1.901)	(10)
Serviços contratados	(5.236)	(8)	(4.556)	(10)	(3.024)	(13)	(2.925)	(15)
Materiais	(4.833)	(7)	(3.524)	(8)	(2.145)	(9)	(1.945)	(10)
Óleo combustível e gases	(3.115)	(5)	(2.361)	(5)	(1.183)	(5)	(951)	(5)
Pesquisa e desenvolvimento, comerciais e administrativas	(2.031)	(3)	(1.642)	(4)	(850)	(4)	(669)	(3)
Outros custos e despesas	(4.011)	(6)	(3.672)	(8)	(191)	(1)	(962)	(5)
Valor adicionado bruto	42.269	64	27.683	58	12.678	55	10.521	52
Depreciação, amortização e exaustão	(4.170)	(6)	(2.530)	(5)	(1.483)	(6)	(1.407)	(7)
Valor adicionado líquido	38.099	58	25.153	53	11.195	49	9.114	45
Recebido de terceiros								
Receitas financeiras (a)	4.517	7	701	1	4.177	18	470	2
Equivalência Patrimonial	(2.405)	(4)	(199)	-	11.447	50	9.325	47
Resultado não operacional	40.211	61	25.655	54	26.819	117	18.909	94
Valor adicionado total a distribuir								
Empregados	5.021	12	3.311	13	1.596	6	1.397	7
Governo	9.678	24	5.693	22	4.571	17	2.799	15
Financiadores (juros e variações monetárias e cambiais, líquidas) (b)	3.952	10	2.111	8	646	2	1.282	7
Acionistas	5.138	13	3.218	13	5.138	19	3.218	17
Participação minoritária	1.554	4	1.109	4	-	-	-	-
Reinvestido	14.868	37	10.213	40	14.868	56	10.213	54
Valor adicionado total distribuído	40.211	100	25.655	100	26.819	100	18.909	100

As notas explicativas e o anexo I são parte integrante das demonstrações contábeis

(a) Contempla as perdas nas variações monetárias e cambiais ativas;

(b) Contempla os ganhos nas variações monetárias e cambiais passivas;

7- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Valores expressos em milhões de reais)

7.1- Contexto Operacional

A Companhia Vale do Rio Doce (Vale) é uma sociedade anônima aberta que tem como atividades preponderantes a extração, o beneficiamento e a venda de minério de ferro, pelotas, cobre concentrado e potássio, a prestação de serviços logísticos, a geração de energia elétrica e a pesquisa e desenvolvimento mineral. Além disso, através de suas controladas diretas, indiretas e de controle compartilhado, opera nas áreas de minério de ferro, pelotas, níquel, cobre, metais preciosos, cobalto – (subproduto), manganês, ferroligas, caulim, carvão, produtos siderúrgicos, produtos da cadeia de alumínio e serviços de logística.

7.2- Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei das Sociedades por Ações, e as normas e pronunciamentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e onde não conflitante, alinhado com as Práticas Contábeis Internacionais.

Como parte das Demonstrações Contábeis, a Companhia apresenta como informação complementar o cálculo do lucro antes do resultado financeiro, resultado de participações societárias, imposto de renda e contribuição social e depreciação, amortização e exaustão – LAJIDA (EBITDA).

Embora o EBITDA, como definido anteriormente, não forneça uma medida de mensuração para fluxo de caixa operacional segundo os princípios contábeis brasileiros, é freqüentemente usado por analistas financeiros na avaliação de negócios e a Administração da Companhia utiliza este indicador para a avaliação do desempenho operacional.

Certas cifras relativas às Demonstrações Contábeis de 2006 foram reclassificadas para fim de melhor comparabilidade.

7.3- Pronunciamentos Contábeis Emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei no. 11.638/07, que produz alterações na Lei das Sociedades por Ações, notadamente com relação aos aspectos contábeis, com o objetivo de alinhar a lei societária brasileira com as normas internacionais de contabilidade, além de permitir à Comissão de Valores Mobiliários - CVM o poder/dever de emitir normas para as companhias abertas de acordo com os padrões internacionais, emitidas pelo *International Accounting Standards Board*.

As principais modificações introduzidas pela nova lei a partir de 2008, são: substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa, inclusão da apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), obrigatoriedade da Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido, ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros, entre outras, práticas essas já substancialmente adotadas pela Companhia.

A CVM pretende concluir até o final de 2008, todo o processo normativo para os itens alterados nessa Lei. A convergência total para as normas contábeis internacionais ainda depende do processo de normatização a ser desenvolvido pela CVM. Em linha com esse processo normativo a CVM emitiu em 29/01/08 a Deliberação CVM nº 534, que aprova o pronunciamento técnico CPC 02 (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), que trata dos efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis.

Os principais efeitos da convergência às normas internacionais, sobre o resultado das operações, deverão ser, o tratamento da amortização de ágio sobre empresas adquiridas (despesa de R\$1.304 em 2007) e o tratamento da variação cambial sobre os investimentos no exterior (despesa de R\$2.469 em 2007), bem como, os efeitos tributário.

7.4- Princípios e Práticas de Consolidação

- (a) As demonstrações contábeis consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 31/12/07 e em 31/12/06 e das operações dos exercícios findos nessas datas da Controladora, de suas controladas diretas e indiretas e de controle compartilhado;
- (b) Os saldos das transações intercompanhias e a participação da Controladora no patrimônio líquido de suas controladas diretas, indiretas e de controle compartilhado foram eliminados na consolidação, tendo sido destacadas no balanço patrimonial e na demonstração do resultado as participações que cabem aos acionistas minoritários;
- (c) No caso de investimentos nas sociedades em que o controle acionário é compartilhado com outros acionistas, os componentes do ativo, do passivo e das receitas e despesas são agregados às demonstrações contábeis consolidadas na proporção da participação da Controladora no capital social de cada investida;

- (d) As principais cifras das demonstrações contábeis individuais das empresas controladas e controladas de controle compartilhado consolidadas estão apresentadas no anexo I; e
- (e) Os investimentos da Companhia em projetos hidroelétricos são registrados nas demonstrações contábeis proporcionalmente a participação da Companhia nos passivos e despesas, a qual é baseada na distribuição proporcional das ações pela cota que detém sobre a cota de energia gerada. A Companhia não possui responsabilidade conjunta por nenhuma obrigação e todos os custos, receitas, ativos e passivos registrados referem-se às entidades do grupo. Uma vez que não existe entidade legal para o projeto, não há demonstrações financeiras, declaração de imposto de renda, lucro líquido e patrimônio líquido separados. A legislação brasileira claramente estabelece que não existe entidade separada em virtude de contrato de consórcio e os advogados da Companhia tem confirmado essa conclusão. Dessa forma a Companhia reconhece a participação proporcional dos custos e das participações não divisíveis nos ativos relacionados aos projetos hidrelétricos.

7.5- Sumário das Principais Práticas Contábeis

- (a) Adoção do regime contábil de competência de exercícios;
- (b) No preparo das demonstrações contábeis, o uso de estimativas é requerido para contabilizar certos ativos, passivos e transações. Conseqüentemente, as demonstrações contábeis da Companhia incluem certas estimativas referentes às vidas úteis de ativos imobilizados, provisões para perdas em ativos, contingências, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas;
- (c) As informações apresentadas à alta administração com o respectivo desempenho de cada segmento são geralmente derivadas dos registros contábeis, com algumas realocações entre os segmentos. Analisamos nossas informações por segmento como segue:
- Ferrosos – compreende a extração de minério de ferro e produção de pelotas, bem como os sistemas de transporte do Norte, Sudeste e Sul, incluindo ferrovias, portos e terminais, vinculados a estas operações. O minério de manganês e ferroligas também estão incluídos neste segmento.
 - Não-ferrosos – compreende a produção de minerais não-ferrosos, incluindo potássio, caulim, cobre e níquel (co-produtos e sub-produtos).
 - Logística – compreende nosso sistema de transporte de cargas para terceiros divididos em serviços de transporte ferroviário, portuários e de navegação.
 - Participações – dividem-se nos segmentos de:
 - Alumínio – compreende a comercialização de produtos de alumínio, o refino da alumina e fundição do alumínio e investimentos em joint ventures e coligadas responsáveis pela mineração de bauxita.
 - Outros – compreendem nossos investimentos em joint ventures e coligadas em outros negócios.
- (d) Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subseqüentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes;
- (e) As receitas de vendas de produtos e de serviços são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto ou serviço são transferidos para o cliente. Uma receita não é reconhecida quando há incerteza significativa de sua realização;
- (f) Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização.
- A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes;
- (g) Os títulos e valores mobiliários, classificados como disponibilidades, são representados por aplicações com prazo inferior a 90 dias, sendo demonstrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, limitado ao valor de mercado;

- (h) Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção e as importações em andamento são avaliadas ao custo individual de compra, que não excedem aos valores de mercado ou de realização;
- (i) Os direitos e obrigações em moedas estrangeiras são demonstrados às taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis, sendo US\$1,00 equivalente a R\$1,7713 em 31/12/07 (US\$1,00 equivalente a R\$2,1380 em 31/12/06) e os em moeda nacional, quando aplicável, são atualizados monetariamente segundo os índices contratuais;
- (j) Os valores antecipados a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte por conta de contrato de longo prazo para fornecimento de energia elétrica, são classificados como “adiantamentos a fornecedores de energia” no realizável a longo prazo;
- (k) Os investimentos em controladas, controladas de controle compartilhado e coligadas são ajustados pela equivalência patrimonial com base nos patrimônios líquidos das investidas e, quando aplicável, acrescidos/deduzidos de ágio/deságio a amortizar e de provisão para perdas. Os outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas. No consolidado os efeitos do câmbio sobre o patrimônio líquido das investidas no exterior estão classificados na linha de variações monetárias e cambiais, incluídas no resultado financeiro líquido;
- (l) O imobilizado está registrado ao custo histórico (sendo os bens adquiridos no Brasil acrescidos das atualizações monetárias até 1995) e inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção, sendo os bens adquiridos depreciado pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. A exaustão das jazidas é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas provadas e prováveis.

A Companhia revisa o valor contábil dos seus ativos de vida longa mantidos e utilizados em suas operações anualmente, ou em intervalo menor sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos poderá não ser recuperado.

Caso os fluxos futuros de caixa projetados descontados de um ativo ou grupo de ativos indiquem sua possível não recuperabilidade, a Companhia ajusta o valor contábil deste ativo reconhecendo uma perda no montante que este valor exceder o valor provável de recuperação. O valor provável de recuperação é determinado como o maior valor entre: (a) o valor estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor de uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros da unidade geradora de caixa em que se encontra o ativo;

- (m) Os gastos com estudos e pesquisas minerais são considerados como despesas operacionais até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida. A partir desta comprovação, os gastos incorridos passam a ser capitalizados como custo de desenvolvimento de mina;
- (n) Durante a fase de desenvolvimento de uma mina, os gastos de remoção de estéril são contabilizados como parte dos custos de desenvolvimento. Após o início da fase produtiva da mina, estes gastos são tratados como custo de produção;
- (o) Os intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de amortização acumulada e provisão para perdas se aplicável. Referem-se basicamente a ágios pagos por expectativa de rentabilidade futura da Vale Inco, Caemi, MBR e Vale Austrália;
- (p) O reconhecimento de ativos de impostos diferidos é baseado: (a) nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos; (b) nos prejuízos fiscais do Imposto de Renda Pessoa Jurídica; (c) na base de cálculo negativa de Contribuição Social Sobre o Lucro na medida em que consideramos prováveis sua realização contra resultados tributáveis futuros. Se a Companhia gerar prejuízos ou não for capaz de gerar lucros tributáveis futuros, ou se houver uma mudança significativa nas alíquotas efetivas dos impostos ou no tempo necessário para que os impostos diferidos sejam tributáveis ou dedutíveis, a Administração avaliará a necessidade de constituir provisão para perda desses impostos diferidos ativos;
- (q) Os contratos de derivativos utilizados para administrar os riscos associados às variações nas taxas cambiais, nas taxas de juros e nos preços das *commodities*, são contabilizados pelo regime de competência, e os ganhos e perdas auferidos ou incorridos são reconhecidos em receitas ou despesas financeiras e variação cambial;
- (r) A Companhia adota as práticas contábeis previstas na Deliberação CVM 371/00 para reconhecimento dos passivos e resultados advindos da avaliação atuarial do fundo de pensão de seus funcionários;
- (s) Os gastos representativos dos impactos ambientais causados pelas atividades da Companhia estão registrados como obrigações com desmobilização de ativos;
- (t) As demonstrações contábeis da Controladora refletem a proposta do Conselho de Administração para a destinação do lucro líquido do exercício no pressuposto de sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária; e

- (u) A aprovação das Demonstrações Contábeis pela Diretoria Executiva ocorreu em 25/02/08. Não houve eventos subsequentes à data do balanço que devam ser registrados;

7.6- Política com relação aos Auditores Independentes

A Companhia desenvolveu e formalizou normas e procedimentos internos específicos de pré-aprovação dos serviços contratados junto aos seus auditores externos visando evitar a existência e conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores externos independentes.

A política da Companhia com relação aos Auditores Independentes, na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, fundamenta-se em princípios que preservam a independência dos auditores. Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, todos os serviços prestados por nossos auditores independentes são pré-aprovados pelo Conselho Fiscal.

Conforme Instrução CVM 381/2003 os serviços contratados junto aos atuais auditores externos da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, referente ao exercício social de 2007 para a Vale e suas controladas diretas e indiretas e de controle compartilhado foram os seguintes:

	<u>2007</u>
Auditoria Contábil	1,5
Serviços relacionados a auditoria	0,1
Revisão da DIPJ - Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica	1,3
Outros	0,2
Total dos serviços	<u>3,1</u>

7.7- Aquisições e desinvestimentos

- (a) Em outubro de 2007 a Companhia venceu leilão para exploração comercial de 720 quilômetros da Ferrovia Norte-Sul (FNS) durante 30 anos, compreendendo a linha ferroviária que ligará Açailândia, no estado do Maranhão, a Palmas, no estado de Tocantins no valor de R\$ 1.478. Já foi desembolsado R\$739 correspondendo a 50% do valor da sub-concessão. A próxima parcela, correspondente a 25%, está prevista para dezembro de 2008, enquanto a terceira e última parcela será desembolsada na data de entrega do último trecho da ferrovia ambas atualizadas pelo IGP-DI até a data de pagamento.
- (b) Em julho de 2007 a Companhia vendeu sua participação de 1,8% das ações ordinárias da Lion Ore Mining International Ltd. (Lion Ore) detidas pela subsidiária integral Vale Inco por R\$197 obtendo um ganho de R\$153;
- (c) Em junho de 2007 a Companhia vendeu através de oferta pública primária e secundária de 25.213.664 ações ordinárias da Log-In Logística Intermodal S/A. (Log-In), representando 57,84% do capital total por R\$347 e ganho na venda de R\$301 e ganho de capital de R\$116. Em julho de 2007, a Companhia vendeu 5,1% adicionais da sua participação por R\$44, com ganho de R\$38. A Companhia passou a deter 31,27% do capital total, deixando de ser consolidada e passando a ser registrada como equivalência patrimonial desde junho de 2007;
- (d) Em maio de 2007 a Companhia vendeu, por oferta pública, 13.802.499 ações da Usiminas não sujeitas ao acordo de acionistas, recebendo R\$1.475 e ganho de R\$839. Após a operação, a Companhia permaneceu com 6.608.608 ações ordinárias atreladas ao atual acordo de acionistas da Usiminas;
- (e) Em maio de 2007 a Companhia adquiriu 6,25% da EBM por R\$467. Em conjunto com essa aquisição foi celebrado acordo de usufruto através do qual a Companhia obteve o controle da MBR pelos próximos 30 anos, inclusive direito aos dividendos. Em troca, a Companhia pagará US\$61 referentes ao ano de 2007 e 29 parcelas anuais de US\$48 a partir de 2008;
- (f) Em abril de 2007, a Companhia adquiriu 100% da Vale Austrália (anteriormente denominada AMCI Holdings Austrália Pty Ltd – AMCI), empresa privada instalada na Austrália, que opera e controla ativos de carvão através de joint ventures, por R\$1.328;
- (g) Em março de 2007, a Companhia adquiriu os restantes 18% de participação na Ferro-Gusa Carajás detida pela Nucor do Brasil S. A. por R\$41, passando a deter 100% das ações da Ferro-Gusa;
- (h) Em janeiro de 2007, foi finalizado o processo de aquisição da Inco com a aquisição de participação adicional de 12,27%, por R\$4 bilhões. Dessa forma, o valor total da aquisição atingiu o valor de cerca de R\$36 bilhões. Através de assembléia geral extraordinária de acionistas da

Inco foi aprovada a operação de incorporação (amalgamation) da Inco com a Itabira Canadá Inc. (Itabira Canadá), uma subsidiária integral da Companhia. Como resultado, a Inco passou a ser uma subsidiária integral, e a se denominar CVRD Inco Limited (atualmente Vale Inco).

A seguir apresentamos, para melhor comparabilidade, a demonstração consolidada resumida de resultado caso a aquisição dessa tivesse ocorrido no início de 2006.

Demonstração resumida do resultado consolidado da Vale e Vale Inco (Não auditadas pelos auditores independentes)

	Acumulado		
	2006		
	VALE	INCO	Total
Receita operacional líquida	45.291	11.694	56.985
Custos dos produtos e serviços	(20.756)	(7.022)	(27.778)
Lucro bruto	24.535	4.672	29.207
Despesas operacionais	(4.446)	(787)	(5.233)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias	20.089	3.885	23.974
Resultado de participações societárias	(199)	(557)	(756)
Resultado financeiro líquido	(1.745)	(1.687)	(3.432)
Resultado não operacional	(215)	316	101
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.930	1.957	19.887
Imposto de renda e contribuição social	(3.390)	(725)	(4.115)
Lucro antes das participações de minoritários	14.540	1.232	15.772
Participações de minoritários	(1.109)	(35)	(1.144)
Lucro líquido do período	13.431	1.197	14.628

7.8- Disponibilidades

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Caixas e bancos	795	3.404	71	68
Aplicações vinculadas ao CDI	343	645	49	135
Aplicações em time deposit/overnight	990	5.729	-	-
	2.128	9.778	120	203

7.9- Contas a Receber de Clientes

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
No país	1.162	1.793	1.166	994
No exterior	6.173	6.258	1.293	4.006
	7.335	8.051	2.459	5.000
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(181)	(123)	(64)	(55)
Provisão para diferença de peso de minério no destino	(18)	(36)	(16)	(33)
	7.136	7.892	2.379	4.912

Nenhum cliente individual foi responsável por mais de 10% da receita total.

7.10- Partes Relacionadas

As operações não eliminadas com partes relacionadas, decorrentes principalmente de vendas e compras de produtos e serviços ou de operações de mútuos, pactuados em condições normais de mercado para operações semelhantes, como segue:

	Ativo				Passivo			
	2007		2006		2007		2006	
	Cientes	Partes relacionadas	Cientes	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	60	10	73	10	26	-	40	-
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	45	6	60	1	40	-	51	-
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	46	-	53	-	43	-	16	3
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	21	1	42	-	12	-	10	3
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS	52	9	62	52	-	-	1	-
Samarco Mineração S.A.	4	5	5	-	-	-	-	-
MRS Logística S.A.	2	-	-	-	30	-	9	15
Baovale Mineração S.A.	14	-	1	-	36	-	25	-
Mitsui & Co., Ltd	-	-	-	-	37	-	39	-
Mineração Rio do Norte S.A.	-	-	-	-	30	-	27	-
Minas da Serra Geral S.A.	-	-	-	-	10	3	10	5
Taiwan Nickel Refining Corporation	-	-	774	-	-	-	-	-
Korea Nickel Corporation	16	-	120	-	-	-	-	-
Outras	37	10	11	9	10	12	10	5
Total	297	41	1.201	72	274	15	238	31
Registrado no:								
Curto Prazo	297	36	1.201	61	274	15	238	30
Não circulante	-	5	-	11	-	-	-	1
	297	41	1.201	72	274	15	238	31

Os principais resultados apurados nas transações comerciais e financeiras realizadas com partes relacionadas, classificados na demonstração de resultado como receitas e custos de vendas e serviços e receitas e despesas financeiras, estão demonstradas como segue:

	Receita		Despesa / Custo	
	2007	2006	2007	2006
Baovale Mineração S.A.	-	-	16	15
Gulf Industrial Investment Co.-GIIC (*)	-	80	-	3
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	216	216	327	332
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	203	192	292	119
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	197	224	331	383
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	334	350	540	548
Mineração Rio do Norte S.A.	-	-	271	280
MRS Logística S.A.	2	18	674	693
Samarco Mineração S.A.	112	81	-	-
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - USIMINAS	886	912	-	-
Outras	15	19	34	41
	1.965	2.092	2.485	2.414

(*) Empresa vendida em maio de 2006.

Adicionalmente a Companhia tem com a Mitsui & Co, Ltd, Bradesco, Banco Nacional de Desenvolvimento Social e BNDES Participações S.A os valores de R\$ 23, R\$ 5.566, R\$ 418 e R\$ 666, em 31 de dezembro de 2007, relativo a operações de empréstimos recebidos a juros de mercado, cujo maior prazo de vencimento é novembro de 2013. Estes valores estão registrados na rubrica empréstimos e financiamentos, conforme nota explicativa 7.17.

A Companhia tem ainda operações de aplicações financeiras com o Bradesco no valor de R\$ 32 em 2007.

7.11- Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Produtos acabados				
. Níquel, co-produtos e subprodutos da Inco	3.209	2.793	-	-
. Minério de ferro e pelotas	1.110	765	967	388
. Manganês e ferroligas	186	199	-	-
. Produtos de alumínio	327	321	60	-
. Concentrado de cobre	27	10	27	10
. Produtos siderúrgicos	59	74	-	-
. Outros	206	134	6	5
	5.124	4.296	1.060	403
Peças de reposição e manutenção	2.134	2.073	872	702
	7.258	6.369	1.932	1.105

7.12- Tributos a Recuperar ou Compensar

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Imposto sobre lucro líquido	1.293	517	378	131
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	591	612	432	453
PIS e COFINS	712	618	115	53
INSS	32	24	31	22
Outros	102	41	29	24
Total	2.730	1.812	985	683
Circulante	2.230	1.003	792	463
Não circulante	500	809	193	220
	2.730	1.812	985	683

7.13- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O lucro da Companhia está sujeito ao regime comum de tributação aplicável às empresas em geral. Os saldos diferidos líquidos, apresentam-se como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06
Resultado fiscal a compensar	832	218	-	-
Diferenças temporárias:				
. Fundo de pensão	1.101	2.116	242	220
. Provisão para contingências	861	895	783	648
. Provisão para perdas em ativos	323	402	295	328
. Mais valia do imobilizado adquirido	(8.073)	(4.319)	-	-
. Outras	(1.551)	13	(472)	(311)
	(7.339)	(893)	848	885
Total	(6.507)	(675)	848	885
Circulante	1.084	885	611	404
Não circulante	482	2.759	237	481
ATIVO	1.566	3.644	848	885
Não circulante	(8.073)	(4.319)	-	-
PASSIVO	(8.073)	(4.319)	-	-

Os valores do imposto de renda e da contribuição social que afetaram o resultado do período são demonstrados como segue:

	Trimestres (Não auditado)			Consolidado		Controladora	
	4T/07	3T/07	4T/06	2007	2006	2007	2006
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.877	6.676	5.159	28.645	17.930	22.519	14.403
Resultado de participações societárias	574	643	144	2.405	199	(11.447)	(9.325)
	5.451	7.319	5.303	31.050	18.129	11.072	5.078
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(1.853)	(2.489)	(1.803)	(10.557)	(6.164)	(3.764)	(1.727)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:							
Imposto de renda e contribuição social de juros sobre o capital próprio	204	209	178	839	734	839	734
Incentivos fiscais	63	64	75	306	318	129	33
Resultados de empresas no exterior tributadas à alíquotas diferentes a da controladora	1.406	555	330	2.549	1.739	-	-
Incentivo de alíquota reduzida	18	18	18	80	96	-	-
Outros	(21)	10	(218)	(302)	(113)	284	(12)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(183)	(1.633)	(1.420)	(7.085)	(3.390)	(2.512)	(972)

Os ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

Estas diferenças temporárias, que serão realizadas quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores, apresentam as seguintes expectativas:

Anos	Valor líquido dos créditos	
	Consolidado	Controladora
2008	1.084	611
2009	(359)	144
2010	(214)	144
2011	(272)	144
2012	(478)	41
2013	(432)	45
2014	(433)	45
2015	(477)	45
2016	(441)	45
2017	(4.485)	(416)
	(6.507)	848

A Vale detém incentivos fiscais de isenção e de redução do imposto de renda. Os incentivos são calculados com base no lucro da exploração e levaram em conta níveis de produção reconhecida e incentivada para períodos definidos para cada produto e expiram de 2008 até 2013. Um montante igual ao obtido com a economia fiscal deverá ser apropriado a uma conta de reserva no patrimônio líquido e não poderá ser distribuído aos acionistas.

A Vale possui também incentivos fiscais de redução do imposto de renda relacionados ao projeto Goro em Nova Caledônia. Estes incentivos incluem isenções fiscais temporárias durante a fase de construção do projeto e são estendidos a um período de 15 anos a contar do primeiro ano de produção comercial, conforme definido na legislação aplicável, seguido de 5 anos de isenção fiscal temporária de 50%.

Adicionalmente, Goro goza de certas isenções de impostos tais como impostos de importação durante a fase de construção e através da vida comercial do projeto. Alguns desses benefícios, incluindo isenção fiscal temporária estão sujeitos a interrupção antecipada do benefício caso o projeto atinja determinada taxa de retorno. A Vale está sujeita a impostos de renda regional sobre o lucro a partir do primeiro ano que atingir a produção comercial, conforme definido em legislação aplicável. Até a presente data não houve resultado algum para fins de tributação na Nova Caledônia. Os benefícios da legislação poderão ser aplicados a qualquer imposto que porventura sejam aplicáveis uma vez que o projeto Goro esteja em operação.

7.14- Investimentos – Consolidado e Controladora
CONSOLIDADO

	Investimentos		Trimestres (Não auditado)			Equivalência Patrimonial	
						Acumulado	
	2007	2006	4T/07	3T/07	4T/06	2007	2006
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS (a)	307	949	-	13	108	26	317
Shandong Yankuang International Company Ltd	41	49	4	-	(9)	1	(9)
Henan Longyu Energy Resources Co. Ltd.	204	239	22	19	19	89	65
Logística intermodal S/A	189	-	12	7	-	15	-
ThyssenKrupp CSA - Cia Siderúrgica (b)	686	195	-	-	-	-	-
Quadrem International Holdings Ltd. (b)	8	10	-	-	-	-	-
Jubilee Mines N.L. (b)	90	103	-	-	-	-	-
Lion Ore Mining International Ltd(b)	-	52	-	-	-	-	-
Mirabela Nickel Ltd (b)	51	21	-	-	-	-	-
Skye Resources Inc (b)	139	114	-	-	-	-	-
Heron Resources Inc (b)	42	18	-	-	-	-	-
Outros	112	106	8	5	-	11	16
	1.869	1.856	46	44	118	142	389

(a) Investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial até Dez/2006, e ao custo após esta data, quando o resultado dessa participação passou a representar dividendos recebidos. O valor de mercado dessa participação na data do balanço atinge R\$ 822.772; e

(b) Investimentos avaliados ao custo de aquisição.

CONTROLADORA

Avaliados pelo método de equivalência patrimonial	% de participação	Patrimônio líquido ajustado	Resultado do exercício ajustado	Investimentos		Resultado de participações societárias		Dividendos recebidos 2007
				31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06	
ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A.	51,00	1.775	564	906	713	288	231	94
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	57,03	4.121	783	2.350	1.815	447	365	83
Belém - Administrações e Participações LTDA.	100,00	229	76	229	213	76	124	60
Cadam S. A.	61,48	309	(35)	190	211	(21)	-	-
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	50,00	160	65	80	48	32	40	38
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	50,89	150	38	76	73	19	32	32
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	50,90	160	40	82	65	20	26	16
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	51,00	211	44	108	85	23	42	-
Companhia Portuária da Baía de Sepetiba - CPBS	100,00	392	172	392	303	172	129	83
CVRD International S.A. (a), (e)	100,00	49.040	12.075	49.040	42.807	10.914	6.103	-
Ferro-Gusa Carajás	100,00	383	38	383	41	55	(55)	-
Ferrovia Norte Sul S.A.	100,00	739	(4)	739	-	(4)	-	-
Logística Intermodal S/A (c)	31,27	605	111	189	90	37	35	7
Minas da Serra Geral S.A. - MSG	50,00	105	11	53	53	1	5	-
Mineração Rio do Norte S.A.	40,00	592	437	236	235	175	138	135
Mineração Tacumã Ltda	100,00	(144)	23	(144)	(182)	23	(31)	-
AFAC Mineração Tacumã Ltda	-	-	-	1.788	1.788	-	-	-
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR (b), (e)	87,94	3.659	1.502	3.218	3.568	1.308	1.987	1.007
MRS Logística S.A. (b)	10,89	1.201	548	131	99	60	59	13
Rio Doce Manganês S.A.	100,00	538	124	538	414	124	(220)	-
Salobo Metais S.A. (d)	100,00	298	-	298	276	-	-	-
AFAC Salobo Metais S.A.	-	-	-	99	17	-	-	-
Samarco Mineração S.A.	50,00	823	972	412	451	486	499	289
Valesul Alumínio S.A. (b)	56,44	649	56	366	134	(122)	37	20
Outras				(14)	11	(230)	25	27
Avaliados pelo custo de aquisição								
ThyssenKrupp CSA Companhia Siderúrgica				686	195	-	-	-
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS (c)				307	949	-	317	58
				62.738	54.472	13.883	9.888	1.962

(a) O patrimônio líquido das empresas sediadas no exterior foi convertido em moeda nacional às taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. A equivalência patrimonial compreende, além da participação no resultado, os efeitos da variação cambial;

(b) Esse percentual contempla apenas a participação direta da Vale;

(c) Investimento que possui ações cotadas em bolsas de valores em 2007 não refletindo, necessariamente, o valor de realização de um lote representativo de ações;

(d) Empresa em fase pré-operacional; e

(e) Exclui-se do patrimônio líquido original o ágio das coligadas, que está demonstrado na nota 7.15.

7.15- Intangíveis

Referem-se a ágios pagos por expectativa de rentabilidade futura.

Intangíveis por segmento	Amortização de ágio					
	Intangíveis		Trimestres (Não auditado)			Acumulado
	2007	2006	4T/07	3T/07	4T/06	2007 2006
Minério de ferro e pelotas (c)						
Ágio na aquisição da Caemi Mineração e Metalurgia S.A. (a)	4.287	4.806	(130)	-	(130)	(520) (435)
Ágio de empresas incorporadas (a)	-	51	-	(130)	-	- -
Ágio - Minerações Brasileiras Reunidas - MBR	328	-	(9)	(9)	-	(20) -
Ágio na aquisição da Sociedade de Mineração Estrela do Apolo	25	25	-	-	-	- -
Outras empresas (b)	8	26	(3)	(2)	(13)	(9) (9)
	4.648	4.908	(142)	(141)	(143)	(549) (444)
Níquel						
Ágio na aquisição da Inco Limited (c)	7.366	4.624	(189)	(203)	(119)	(753) (119)
Outros direitos Vale Inco	691	-	-	-	-	- -
	8.057	4.624	(189)	(203)	(119)	(753) (119)
Carvão						
	129	-	(2)	-	-	(2) -
Total consolidado	12.834	9.532	(333)	(344)	(262)	(1.304) (563)
Intangíveis não registrados na controladora	(691)	(25)	-	-	-	- -
Total controladora	12.143	9.507	(333)	(344)	(262)	(1.304) (563)

(a) Empresas incorporadas (Caemi e Ferteco) - a amortização do ágio decorrente da incorporação de empresas operacionais é registrada no custo dos produtos vendidos da incorporadora;

(b) Ágio não registrado na controladora; e

(c) Ágios pagos por expectativa de rentabilidade futura (prazo de amortização de 10 anos).

7.16- Imobilizado

(a) Por tipo de ativo:

	Taxas médias de depreciação	Consolidado				Controladora			
		2007		2006		2007		2006	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	195	-	195	195	99	-	99	99
Imóveis	3,65%	6.274	(355)	5.919	4.263	2.853	(843)	2.010	1.479
Instalações	3,78%	21.987	(6.422)	15.565	13.569	11.721	(3.574)	8.147	6.586
Equipamentos	7,36%	8.739	(1.234)	7.505	5.162	3.951	(1.328)	2.623	2.106
Equipamentos de informática	20,00%	1.578	(767)	811	813	1.457	(665)	792	723
Ferrovias	3,03%	11.936	(3.941)	7.995	6.222	9.166	(3.617)	5.549	5.272
Direitos minerários - nota 7.4 (n)	3,25%	32.723	(8.595)	24.128	19.202	1.538	(283)	1.255	1.218
Outros	7,30%	8.678	(356)	8.322	3.116	2.696	(1.145)	1.551	1.411
		92.110	(21.670)	70.440	52.542	33.481	(11.455)	22.026	18.894
Imobilizações em curso		21.519	-	21.519	25.069	6.071	-	6.071	6.771
Total		113.629	(21.670)	91.959	77.611	39.552	(11.455)	28.097	25.665

(b) Por área de negócio:

			Consolidado	
			2007	2006
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Ferrosos				
Em operação	29.645	(11.514)	18.131	17.660
Imobilizações em curso	6.914	-	6.914	5.939
	36.559	(11.514)	25.045	23.599
Não Ferrosos				
Em operação	43.140	(3.578)	39.562	26.518
Imobilizações em curso	10.241	-	10.241	15.544
	53.381	(3.578)	49.803	42.062
Logística				
Em operação	9.004	(2.598)	6.406	2.891
Imobilizações em curso	523	-	523	284
	9.527	(2.598)	6.929	3.175
Participações				
Em operação	8.777	(3.341)	5.436	4.649
Imobilizações em curso	3.072	-	3.072	2.616
	11.849	(3.341)	8.508	7.265
Corporação				
Em operação	1.544	(639)	905	824
Imobilizações em curso	769	-	769	686
	2.313	(639)	1.674	1.510
Total	113.629	(21.670)	91.959	77.611

7.17- Empréstimos e Financiamentos
Captados a curto prazo

		Consolidado		Controladora	
		2007	2006	2007	2006
Financiamento de comércio exterior		1.007	1.842	297	1.511
Capital de giro		-	193	-	-
		1.007	2.035	297	1.511

Captados a longo prazo

		Consolidado				Controladora			
		Passivo circulante		Exigível a longo prazo		Passivo circulante		Exigível a longo prazo	
		2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Operações no exterior									
Empréstimos e financiamentos em:									
Dólares norte-americanos	1)	411	444	11.472	23.423	312	374	1.081	19.323
Outras moedas		114	8	379	28	10	8	18	28
Títulos em dólares norte-americanos	2)	-	238	11.841	14.484	-	-	-	-
Securitização de exportações		94	184	363	552	-	-	-	-
Notas perpétuas		-	-	155	183	-	-	-	-
Encargos decorridos		499	298	-	-	33	64	-	-
		1.118	1.172	24.210	38.670	355	446	1.099	19.351
Operações no país									
Indexados por TJLP, TR, IGP-M e CDI		1.146	131	2.243	1.224	1.040	39	2.034	1.089
Cesta de moedas		3	3	10	21	3	3	10	15
Empréstimos em dólares norte-americanos		-	241	66	172	-	-	-	-
Debêntures não conversíveis em ações	3)	-	-	5.916	5.917	-	-	5.500	5.558
Encargos decorridos		87	79	-	-	85	27	-	-
		1.236	454	8.235	7.334	1.128	69	7.544	6.662
		2.354	1.626	32.445	46.004	1.483	515	8.643	26.013

Com relação à aquisição da Vale Inco, a Companhia realizou várias operações financeiras para liquidar o empréstimo-ponte de valor inicial de US\$ 14,6 bilhões, utilizado para financiar a aquisição como segue:

- 1) Em dezembro de 2006, foi feito um acordo com um sindicato de bancos para a realização de uma operação de pré-pagamento de exportações no valor de US\$6,0 bilhões. A operação compreende uma tranche de US\$5,0 bilhões, com prazo de 5 anos e custo de Libor mais 0,625% ao ano, e outra de US\$1,0 bilhão, com prazo de 7 anos e custo de Libor mais 0,75% ao ano.
- 2) Em novembro de 2006, a Companhia emitiu no mercado global de capitais US\$3,75 bilhões em bônus com vencimentos em 10 e 30 anos sendo um de US\$1,25 bilhão, com vencimento em 2017, cupom de 6,25% a.a., pago semestralmente e precificado com o rendimento para o investidor de 6,34% por ano, e outro de US\$2,50 bilhões, com vencimento em 2036, cupom de 6,875% a.a., pago semestralmente e emitidos com rendimento para o investidor de 6,997% ao ano.
- 3) Em dezembro de 2006, a Companhia emitiu debêntures não conversíveis em ações no valor de R\$5,5 bilhões, em duas séries. As debêntures da primeira série, com vencimento em 20 de novembro de 2010, no valor de R\$1,5 bilhão, têm remuneração igual a 101,75 % da taxa do CDI, paga semestralmente, enquanto que as debêntures da segunda série, com vencimento em 20 de novembro de 2013, no valor de R\$4,0 bilhões, possuem remuneração igual à taxa do CDI acrescida de 0,25% ao ano, também paga semestralmente. Estas debêntures podem ser negociadas no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debêntures (SND).

Em 2007, a Companhia liquidou o saldo do empréstimo-ponte no valor de US\$ 2,25 bilhões e US\$ 2,1 bilhões do pré-pagamento de exportações com sindicatos dos bancos com recursos em caixa. Adicionalmente, a Companhia liquidou US\$380 de sua dívida.

- (a) Em 31 de dezembro de 2007, nossos empréstimos e financiamentos consolidados apresentavam as seguintes garantias:
 - Avais recebidos da União no valor de R\$146 para os quais oferecemos contra-garantia;
 - Programa de securitização de recebíveis no valor de R\$463 (inclui juros de R\$6); e
 - Recebíveis no valor de R\$578.
- (b) As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos dos empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis à longo prazo obedecem em 31/12/07 ao seguinte escalonamento:

	Consolidado		Controladora	
2009	715	2%	350	4%
2010	4.462	14%	1.843	21%
2011	4.965	15%	270	3%
2012	2.135	7%	152	2%
2013 em diante	19.597	60%	6.028	70%
Sem data de vencimento (notas perpétuas e debêntures)	571	2%	-	0%
	32.445	100%	8.643	100%

- (c) Alguns dos instrumentos financeiros de longo prazo contêm coberturas financeiras. A principal cobertura requer manter certas taxas, como dívidas versus EBITDA e cobertura de juros. A companhia está em conformidade com as coberturas financeiras requeridas até 31 de dezembro de 2007.

- (d) Sobre os empréstimos e financiamentos externos e internos captados a longo prazo além das variações cambial e monetária, incidem juros cujas taxas anuais em 2007 são como segue:

Taxas de captação	Consolidado		Controladora	
De 3,1 a 5%	1.369	4%	30	0%
De 5,1 a 7%	20.814	60%	1.459	14%
De 7,1 a 9%	4.331	12%	1.053	10%
De 9,1 a 11%	210	1%	1	0%
Acima de 11%	7.583	22%	7.583	76%
Variável (notas perpétuas)	492	1%	-	0%
	34.799	100%	10.126	100%

- (*) Inclui debêntures não conversíveis e outros empréstimos em Reais (R\$) cuja remuneração é igual a variação acumulada da taxa do CDI mais *spread*. Para estas operações foram contratados instrumentos financeiros derivativos a fim de proteger a exposição da Companhia às variações do CDI para dólares norte-americanos. O saldo destas operações é de R\$ 7.500 e o custo médio após a contratação do *hedge* é de 5,7%.

A Companhia detém linhas de crédito de US\$1,9 bilhão.

7.18- Passivos Contingentes

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações trabalhistas, cíveis, tributárias e outros em andamento e estão discutindo estas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião da Diretoria Jurídica da Companhia e de seus consultores legais externos.

Na data das Demonstrações Contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos contingentes:

- a) Provisões para contingências, líquidas de depósitos judiciais, considerados pela Administração da Companhia e por seus consultores jurídicos como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza, como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/07	31/12/06	31/12/07	31/12/06
a) Contingências tributárias	3.269	2.218	1.805	1.404
(-) Depósitos judiciais	(1.346)	(1.046)	(803)	(742)
	1.923	1.172	1.002	662
b) Contingências cíveis	575	565	419	378
(-) Depósitos judiciais	(277)	(265)	(202)	(201)
	298	300	217	177
c) Contingências trabalhistas	937	826	757	642
d) Contingências ambientais	31	65	3	27
Total de passivos provisionados	3.189	2.363	1.979	1.508
		2007		2007
Saldo no início do período		2.363		1.508
Constituição de provisões, líquidas de reversões		752		71
Pagamentos		(56)		(45)
Atualização Monetária		442		507
Depósitos judiciais		(312)		(62)
Saldo no final do período		3.189		1.979

a) Contingências Tributárias

As principais naturezas das causas tributárias são:

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – Os valores contingenciados se referem ao direito de crédito e diferencial de alíquota relacionados a transferências de ativos entre estabelecimentos da Companhia;
- Imposto sobre Serviços (ISS) – Em sua maioria os processos são referentes ao questionamento do local de cobrança do imposto;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – As contingências referem-se em sua maioria a majoração de alíquota de 2% para 3% de 1999 a 2000 de empresas incorporadas;
- Imposto de Importação (II) – A provisão constituída está relacionada a desenquadramento na classificação fiscal na importação de equipamentos de empresas incorporadas;
- Adicional de Indenização do Trabalhador Portuário (AITP) – Valor referente à cobrança de taxa de indenização dos trabalhadores portuários em concessão de porto público equiparado a porto privado;
- Imposto de Renda e Contribuição Social – Referem-se substancialmente a discussão sobre a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acima do limite de 30% do lucro tributável e atualização monetária dos ativos de empresas incorporadas; e
- Outras – Envolvem discussões relativas a compensação de créditos tributários e base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM.

b) Contingências Cíveis

As ações cíveis estão relacionadas às reclamações de empresas contratadas por perdas que supostamente teriam ocorrido como resultado de vários planos econômicos, acidentes e ação reivindicatória solicitando devolução de terreno.

c) Contingências Trabalhistas

Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem principalmente de: (a) horas "itineres", (b) adicional de periculosidade e insalubridade, (c) reclamações vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias.

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes no montante de R\$4.541 (R\$2.813 na controladora) para os quais, com base no prognóstico de nossos advogados, não há necessidade de constituição de provisão.

- (b) A companhia concedeu garantia a sua coligada Samarco no valor de R\$1 (R\$6 em 2006) em garantia de dívida IFC, com vencimento em 2008 em moeda corrente US\$, não existindo contra-garantia;
- (c) Em relação ao "*Girardin Financing*", concedemos certas garantias em relação a Goro para quais a companhia garante pagamentos devidos por Goro pelo valor de USD 100 milhões (valor máximo) no caso de falta contratual. Adicionalmente, fornecemos garantia adicional com relação aos pagamentos de Goro com relação a: a) valores que excedam o valor máximo de indenização e (b) outros valores a serem pagos por Goro de acordo com um contrato de leasing sobre certos ativos.

A Companhia concedeu garantia cobrindo certos pagamentos de rescisão de contrato devidos por Goro ao seu fornecedor contratado de energia (ESA), com relação a acordo de fornecimento celebrado em outubro de 2004 para o projeto de desenvolvimento de níquel-cobalto de Goro em Nova Caledônia. O total a que poderia ser pago depende de vários fatores, incluindo rescisão por parte da ESA como resultado de uma omissão por parte de GORO e a data que a rescisão de ESA possa vir a ocorrer. Se GORO rescindir o contrato com a ESA antes da data estipulada do início de fornecimento para o projeto, a multa contratual poderia alcançar um valor máximo de 145 milhões de euros. Assim que o fornecimento de energia iniciar, os valores garantidos diminuirão de acordo com a vida útil do contrato.

A Companhia tem a expectativa de que tais garantias não serão executadas e, portanto, não há passivos registrados.

- (d) Por ocasião do primeiro passo de sua privatização, em 1997, a Companhia emitiu debêntures para os acionistas existentes na ocasião, incluindo o Governo Brasileiro. Os termos das debêntures foram estabelecidos para garantir que os acionistas pré-privatização, incluindo o Governo Brasileiro, participassem em possíveis benefícios futuros, que pudessem ser obtidos a partir da exploração de certos recursos minerais.

Foram emitidas 388.559.056 debêntures com valor nominal unitário na data de emissão de R\$0,01 (um centavo de Real), cuja atualização se dá de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, conforme o disposto na escritura de emissão.

Os debenturistas têm o direito de receber prêmios, pagos semestralmente, nos meses de março e setembro, equivalentes a um percentual das receitas líquidas provenientes de determinados recursos minerais possuídos em maio de 1997 e cobertos pela escritura de emissão.

De acordo com a escritura de emissão, o valor do prêmio deverá ser acrescido de juros até o mês anterior ao do efetivo pagamento, e de 1% no mês em que o recurso for disponibilizado ao debenturista.

As vendas acumuladas de minério de ferro da Vale nas jazidas cobertas pelas debêntures participativas, no período compreendido entre maio de 1997 e 30 de junho de 2007, foram de 500 milhões de toneladas métricas no Sistema Sudeste e de 579 milhões de toneladas métricas no Sistema Norte, Carajás. Na eventualidade das vendas anuais de minério de ferro permanecerem iguais ao nível realizado nos últimos doze meses, os patamares referidos na Escritura de Emissão de Debêntures para início de pagamento de prêmio, de 1,7 bilhão de toneladas métricas para o Sistema Sudeste e 1,2 bilhão de toneladas métricas para o Sistema Norte, seriam alcançados em 2027 e 2015, respectivamente. Todavia, tal previsão poderá não se confirmar, podendo as datas mencionadas para a obtenção dos níveis de produção de 1,7 bilhão de toneladas (Sistema Sudeste) e 1,2 bilhão de toneladas (Sistema Norte) serem antecipadas ou postergadas.

A Companhia disponibilizou para pagamento de remuneração das debêntures participativas R\$22 em 2007 e R\$12 em 2006.

7.19- Provisão com Obrigações para Desmobilização de Ativos

Os gastos relacionados ao atendimento a regulamentos ambientais são debitados ao custo de produção ou capitalizados quando incorridos. A Companhia gerencia suas relações com o meio ambiente como um fator estratégico, tendo como premissa o pleno atendimento a legislação aplicável, e as diretrizes e normas internas estabelecidas por seu sistema de gestão ambiental. A Companhia desenvolve programas contínuos que têm por objetivo minimizar os impactos ambientais de suas operações de mineração, bem como reduzir os custos que venham a incorrer com o término das atividades de cada lavra. Em 31/12/07, a provisão com obrigações para desmobilização de ativos consolidada corresponde ao montante de R\$1.649 (R\$743 na controladora), classificada em “Provisão com obrigações para desmobilização de ativos” no passivo não circulante e R\$114 (R\$47 na controladora) classificado em “Outros” no passivo circulante. A Companhia adota os conceitos de provisionamento, a saber:

- As obrigações para desmobilização de ativos passam a ser registradas como parte dos custos destes ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos;
- As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco; e
- As estimativas de custos são revistas anualmente, com a conseqüente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

7.20- Fundo de Pensão

Desde 1973, a Vale patrocina um plano de previdência complementar com características de benefício definido (“Plano Antigo”), cobrindo substancialmente todos os empregados, sendo o cálculo dos benefícios baseado em tempo de serviço, idade, salário de contribuição e complementação aos benefícios da seguridade social. Este plano é administrado pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA e foi financiado pelas contribuições mensais realizadas pela Companhia e seus empregados, calculadas com base em estimativas atuariais periódicas.

Em maio de 2000, foi implementado um novo plano de previdência complementar com características de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte, aposentaria por invalidez e auxílio doença). Por ocasião do lançamento deste “Plano Novo” (Plano de Benefícios - Vale Mais), foi oferecida aos seus empregados ativos a oportunidade de transferência para o mesmo. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela transferência. O Plano Antigo continua existindo, cobrindo quase que exclusivamente participantes aposentados e seus beneficiários.

Adicionalmente, é proporcionado a um grupo específico de ex-empregados, abrangidos pelas Resoluções 05/87 e 07/89 pagamentos suplementares aos benefícios normais da VALIA, através do chamado Abono Complementação acrescido de um benefício pós-aposentadoria que cobre assistência médica, odontológica e farmacêutica a este grupo específico nos mesmos moldes praticados para os empregados em atividade.

Com a aquisição da Vale Inco foram assumidos compromissos através de fundos de pensão com benefícios definidos que cobrem essencialmente todos os seus empregados e outros planos de benefícios pós-aposentadoria que proporcionam determinados benefícios de saúde e seguro de vida para empregados aposentados.

As informações abaixo detalham o status dos elementos de benefício definido dos nossos planos, de acordo com a Deliberação CVM 371/00.

(a) Planos de Benefício:

Os resultados da avaliação atuarial estão assim representados:

Evolução do valor justo dos ativos

	2007			2006		
	Planos de pensão superavitários	Planos de pensão deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos de pensão superavitários	Planos de pensão deficitários	Outros benefícios deficitários
Valor justo dos ativos no início do exercício	7.483	6.386	9	6.506	-	-
Ativo reconhecido com a consolidação da Vale Inco	-	-	-	-	6.250	9
Rendimento real dos ativos	447	131	2	1.298	416	-
Contribuição da patrocinadora	63	631	109	55	96	-
Benefícios pagos	(576)	(481)	(101)	(376)	(124)	-
Efeitos de variações cambiais	-	(262)	(1)	-	(252)	-
Valor justo dos ativos no final do exercício	7.417	6.405	18	7.483	6.386	9

Evolução do valor presente das obrigações

	2007			2006		
	Planos de pensão superavitários	Planos de pensão deficitários	Outros benefícios deficitários	Planos de pensão superavitários	Planos de pensão deficitários	Outros benefícios deficitários
Valor presente das obrigações no início do exercício	5.402	7.293	2.523	4.174	-	-
Passivo reconhecido com a consolidação da Vale Inco	-	214	455	-	7.735	2.618
Custo do serviço corrente	17	119	39	12	30	9
Custo dos juros	588	368	127	534	98	33
Benefícios pagos	(576)	(481)	(101)	(376)	(126)	(33)
Ajuste no plano	-	7	-	-	(165)	-
Alteração das hipóteses	-	-	-	993	-	-
Perda atuarial	198	(64)	(220)	65	(2)	-
Efeitos de variações cambiais	-	(329)	(155)	-	(277)	(104)
Valor presente das obrigações no final do exercício	5.629	7.127	2.668	5.402	7.293	2.523

Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço

	2007			2006		
	(*) Planos de pensão superavitários	Planos de pensão deficitários	Outros benefícios deficitários	(*) Planos de pensão superavitários	Planos de pensão deficitários	Outros benefícios deficitários
Valor presente das obrigações no final do exercício	(5.629)	(7.127)	(2.668)	(5.402)	(7.293)	(2.523)
Valor justo dos ativos no final do exercício	7.417	6.405	18	7.483	6.386	9
Valor líquido dos ganhos não reconhecidos no balanço	-	-	-	-	(280)	-
Ativo / (Passivo) atuarial líquido provisionado	1.788	(722)	(2.650)	2.081	(1.187)	(2.514)

(*) A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial o ativo decorrente da avaliação atuarial, por não haver claramente uma evidência na realização, conforme estabelece o item 49 da NPC 26.

Metas de Investimentos e composição dos ativos do plano

O valor de mercado dos ativos destes planos é R\$13.840 e R\$13.878 no final de 2007 e 2006, respectivamente. A alocação de ativos para os planos de pensão da Companhia no final de 2007 e 2006 e a meta de alocação para 2008, por categoria de ativo, se dá conforme a seguir:

Brasil			
Categoria de ativos	Meta de Alocação para 2008	Percentual dos Ativos dos Planos	
	(Não auditado)	2007	2006
Ações	27%	29%	28%
Imobiliário	6%	3%	4%
Empréstimos	6%	4%	4%
Renda fixa	61%	64%	64%
Total	100%	100%	100%

Exterior			
Categoria de ativos	Meta de Alocação para 2008	Percentual dos Ativos dos Planos	
	(Não auditado)	2007	2006
Ações	61%	61%	61%
Renda fixa	39%	39%	39%
Total	100%	100%	100%

A meta de alocação dos ativos de renda fixa foi estabelecida para superar as obrigações atuariais dos planos. A proposta para 2008 é aumentar os investimentos em fundos indexados pela inflação. Os investimentos remanescentes em renda fixa serão utilizados para pagar os benefícios do plano a curto prazo.

A manutenção na meta de alocação dos ativos de renda variável reflete um aumento esperado do IBOVESPA (índice das ações brasileiras) por conta da redução das taxas de juros brasileiras.

(b) Passivo Atuarial

Abono Complementação e Plano de Assistência Médica

Refere-se à responsabilidade da Companhia na complementação de aposentadorias, pensões e assistência médica relacionadas a incentivo ao desligamento de funcionários nos períodos de 1987 e 1989.

Os resultados da avaliação atuarial desse passivo estão assim representados:

Evolução do valor justo dos ativos (*)

	Abono complementação	
	2007	2006
Valor justo dos ativos no início do exercício	196	146
Rendimento real dos ativos	32	23
Contribuição da patrocinadora	93	88
Benefício pago no exercício	(62)	(61)
Valor justo dos ativos no final do exercício	259	196

(*) Não se aplica o valor justo dos ativos para fins de assistência médica

Evolução do valor presente das obrigações

	Assistência médica		Abono complementação	
	2007	2006	2007	2006
Valor presente das obrigações no início do exercício	229	183	708	584
Custo dos juros	25	24	76	74
Benefício pago no exercício	(21)	(14)	(62)	(61)
Alteração das hipóteses	-	27	-	111
Perda (Ganho) no passivo	59	9	10	-
Valor presente das obrigações no final do exercício	292	229	732	708

Conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço

	Assistência médica		Abono complementação	
	2007	2006	2007	2006
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(292)	(229)	(732)	(708)
Valor justo dos ativos	-	-	259	196
Valor líquido dos (ganhos) perdas não reconhecidos no balanço	24	23	73	71
Passivo atuarial líquido provisionado	(268)	(206)	(400)	(441)

Custos reconhecidos na demonstração do resultado do exercício

	Assistência médica		Abono complementação	
	2007	2006	2007	2006
Custo dos juros	25	24	76	74
Rendimento real dos ativos	-	-	(32)	(23)
Total dos custos, líquidos	25	24	44	51

(c) Contribuições da Patrocinadora

	2007	2006
Plano de benefícios - VALE MAIS - renda	(40)	(29)
Plano de benefícios - VALE MAIS - risco e benefício proporcional	(63)	(55)
Planos de pensão no exterior	(740)	(363)
Plano abono complementação (*)	(93)	(88)
Plano de assistência médica para aposentados (*)	(21)	(14)
Total de contribuições	(957)	(549)

(*) Referente ao passivo atuarial

(d) Hipóteses Atuariais e Econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

Hipóteses econômicas	2007		2006	
	Planos de pensão locais	Planos de pensão no exterior	Planos de pensão locais	Planos de pensão no exterior
Taxa de desconto	10,24% p.a.	5,21% p.a.	11,30% p.a.	5,00% p.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	12,78% p.a.	7,18% p.a.	14,98% p.a.	7,50% p.a.
Taxa de crescimento dos salários e encargos - até 47 anos	7,12% p.a.	4,01% p.a.	8,15% p.a.	3,00% p.a.
Taxa de crescimento dos salários e encargos - após 47 anos	4,00% p.a.	4,01% p.a.	5,00% p.a.	3,00% p.a.
Inflação	4,00% p.a.	2,00% p.a.	5,00% p.a.	1,80% p.a.
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	7,64% p.a.	6,35% p.a.	8,67% p.a.	5,05% p.a.

Todas as premissas foram revistas em 2007.

7.21- Capital Social

As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração, e têm prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual de 6%, calculado sobre a parcela de capital constituída por esta classe de ações ou de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, o que for maior entre eles.

Em 27 de abril de 2007 a Assembléia Geral Extraordinária (AGE) dos acionistas aprovou o aumento do capital social que passou a ser de R\$28.000. O aumento ocorreu com capitalização de parte da reserva de expansão/investimentos de R\$7.673, da reserva legal de R\$752, e capitalização da reserva de incentivos fiscais de R\$83 sem emissão de novas ações.

Em 30 de agosto de 2007 a Assembléia Geral Extraordinária (AGE) dos acionistas aprovou desdobramento acionário. A partir de setembro de 2007 cada ação existente passou, tanto ordinária quanto preferencial, a ser representada por duas ações.

Para fins comparativos consideramos retroativamente os efeitos do desdobramento de ações no cálculo do lucro líquido por ações em circulação, apresentadas na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2007 o Capital Social é de R\$28.000, correspondendo a 4.919.314.116 ações escriturais, sendo R\$17.074, divididos em 2.999.797.716 ações ordinárias e R\$10.926, divididos em 1.919.516.400 ações preferenciais classe "A", incluindo 12 (doze) de classe especial, todas sem valor nominal.

O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado de 3.600.000.000 ações ordinárias e 7.200.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Em 31/12/07, o capital social compõe-se conforme abaixo:

Acionistas					Quantidade de ações	
	ON	%	PNA	%	Total	%
Valepar S.A.	1.568.588.532	52	-	-	1.568.588.532	32
Governo Brasileiro (Tesouro Nacional / BNDES / INSS / FPS)	56.712	-	60.904.104	3	60.960.816	1
Investidores estrangeiros em ADRs	721.535.449	25	873.934.823	46	1.595.470.272	32
FMP - FGTS	132.148.778	4	-	-	132.148.778	3
PIBB - BNDES	4.423.079	-	3.891.711	-	8.314.790	-
BNDESPar	201.157.719	7	1.457.339	-	202.615.058	4
Investidores institucionais estrangeiros no mercado local	69.476.186	2	296.500.708	15	365.976.894	7
Investidores institucionais	191.340.167	6	297.372.736	15	488.712.903	10
Investidores de varejo no país	54.489.054	2	355.113.835	19	409.602.889	8
Ações em tesouraria no país	56.582.040	2	30.341.144	2	86.923.184	3
Total	2.999.797.716	100	1.919.516.400	100	4.919.314.116	100

Os conselheiros e diretores, como grupo, detêm 127.924 ações ordinárias e 596.705 ações preferenciais.

Em 31/12/2007, a Companhia após a destinação do resultado do exercício não apresenta excesso de reservas de lucros sobre o capital social.

7.22- Recursos vinculados à Futura Conversão Mandatória em Ações

Em junho de 2007 a Companhia emitiu títulos mandatoriamente conversíveis em ações no valor de R\$3.601, líquidos de encargos R\$3.064, com vencimento em 2010. Os títulos têm cupom de 5,50% a.a. pago trimestralmente e direito ao recebimento de remuneração adicional equivalente a distribuição em caixa paga aos detentores das ADSs. Esses títulos se enquadram como instrumento de capital, principalmente pelo fato de que não há opção, tanto por parte da Companhia quanto por parte dos titulares de liquidar, total ou parcialmente, a operação com recursos financeiros, sendo portanto, a conversão em ações compulsória.

Em alinhamento com as práticas internacionais e após análises realizadas, foi concluído que os referidos títulos mandatoriamente conversíveis em ações têm características de títulos patrimoniais e conseqüentemente estão sendo reconhecidos contabilmente, líquidos dos encargos financeiros, como componente específico do Patrimônio Líquido.

Os recursos vinculados à futura conversão, líquidos dos encargos financeiros, representados por um máximo de 56.582.040 ações ordinárias são equivalentes a R\$2.111 e os representados por no máximo de 30.295.456 ações preferenciais são equivalentes a R\$926. Todas as ações estão atualmente em tesouraria (vide nota explicativa 7.24).

7.23- Programa de ADRs - American Depositary Receipts

A Companhia possui registro na *Securities and Exchange Commission* – SEC, que permite que suas ações preferenciais e ordinárias sejam negociadas na Bolsa de Valores de Nova York – NYSE em forma de ADR - *American Depositary Receipts* desde Junho/00 e Março/02, respectivamente. Por consequência do desdobramento das ações da Companhia cada ADR também foi desdobrado mantendo assim a proporção de 1 (uma) ação preferencial classe "A" ou ordinária, negociada com os códigos "RIOPR" e "RIO", respectivamente.

Para manutenção deste registro a Companhia também divulga suas demonstrações de acordo com os princípios contábeis norte-americanos – USGAAP cujo resultado apurado no ano de 2007 foi de R\$22.870 diferindo basicamente do resultado apresentado de acordo com os princípios contábeis brasileiros pela não amortização de ágios e pelo registro das variações cambiais de investimentos no exterior com moeda funcional diferente da controladora diretamente no patrimônio líquido.

7.24- Ações em Tesouraria

Em 21/06/06 o Conselho de Administração autorizou, um programa de recompra de suas ações preferenciais durante o prazo máximo de 180 dias. Ao final do programa, haviam sido adquiridas 30.299.200 ações preferenciais.

Em 31/12/07, estavam em tesouraria 56.582.040 ações ordinárias e 30.341.144 ações preferenciais, no montante de R\$790.

Ações							
Classe	Quantidade		Custo de aquisição unitário			Cotação média em	
	2007	2006	Médio	Mínimo	Máximo	2007	2006
Preferenciais	30.341.144	30.341.144	43,45	41,13	45,15	39,46	44,84
Ordinárias	56.582.040	56.582.040	4,63	3,34	8,68	46,73	52,21
	86.923.184	86.923.184					

7.25- Remuneração aos Acionistas

Em 31/10/07 a Vale colocou a disposição de seus acionistas sob a forma de juros sobre o capital próprio o valor de R\$370.050 como remuneração adicional ao ano de 2006.

A remuneração aos acionistas proposta para 2007 foi calculada como segue:

Lucro líquido do exercício	20.006
Reserva legal	(1.000)
Realização da reserva de lucros a realizar (*)	62
Lucro líquido ajustado	19.068
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (R\$0,99 por ação em circulação)	4.767
Dividendos estatutário das ações preferenciais (3% do PL R\$0,36 por ação em circulação)	688
Dividendos estatutário das ações preferenciais (6% do capital R\$0,35 por ação em circulação)	656
Dividendos/Juros sobre o capital próprio totais	4.767
Dividendos antecipados	(15)
Dividendo/Juros sobre o capital próprio proposto	4.752

(*) Realização com base no recebimento de dividendos, baixa ou alienação de participações societárias e pela depreciação, baixa e alienação de bens do ativo imobilizado.

7.26- Resultado Financeiro

Consolidado

	4T/07			3T/07			4T/06		
	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total	Despesas financeiras	Variações monetárias e cambiais passivas	Total
Empréstimos e financiamentos externos	(327)	208	(119)	(363)	(233)	(596)	(583)	(32)	(615)
Empréstimos e financiamentos internos	(243)	(12)	(255)	(237)	42	(195)	(74)	19	(55)
Partes relacionadas	18	(6)	12	1	-	1	(1)	-	(1)
	(552)	190	(362)	(599)	(191)	(790)	(658)	(13)	(671)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(70)	(189)	(259)	(37)	(142)	(179)	(61)	(20)	(81)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (juros e moedas)	308	(36)	272	533	(25)	508	(109)	-	(109)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (ouro, alumínio, alumina, cobre, níquel e platina)	281	36	317	165	100	265	(104)	11	(93)
CPMF	(52)	-	(52)	(42)	-	(42)	(186)	-	(186)
Outras	(522)	(646)	(1.168)	(418)	(187)	(605)	(308)	264	(44)
	(607)	(645)	(1.252)	(398)	(445)	(843)	(1.426)	242	(1.184)
	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total	Receitas financeiras	Variações monetárias e cambiais ativas	Total
Partes relacionadas	4	(5)	(1)	3	-	3	2	-	2
Aplicações financeiras	63	-	63	36	22	58	198	(17)	181
Outras	195	1.390	1.585	25	895	920	210	20	230
	262	1.385	1.647	64	917	981	410	3	413
Resultado financeiro líquido	(345)	740	395	(334)	472	138	(1.016)	245	(771)

						Acumulado
						2006
						2007
	Variações monetárias e cambiais passivas			Variações monetárias e cambiais passivas		
	Despesas financeiras	Total		Despesas financeiras	Total	
Empréstimos e financiamentos externos	(1.640)	711	(929)	(950)	265	(685)
Empréstimos e financiamentos internos	(1.039)	410	(629)	(191)	77	(114)
Partes relacionadas	16	(6)	10	(7)	-	(7)
	(2.663)	1.115	(1.548)	(1.148)	342	(806)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(188)	(345)	(533)	(236)	(163)	(399)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (juros e moedas)	1.741	(81)	1.660	(33)	1	(32)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (ouro, alumínio, alumina, cobre, níquel e platina)	(42)	235	193	(283)	61	(222)
Prêmio em opção de compra	-	-	-	(187)	-	(187)
CPMF	(275)	-	(275)	(320)	-	(320)
Outras	(2.002)	(1.725)	(3.727)	(702)	57	(645)
	(3.429)	(801)	(4.230)	(2.909)	298	(2.611)
	Variações monetárias e cambiais ativas			Variações monetárias e cambiais ativas		
	Receitas financeiras	Total		Receitas financeiras	Total	
Partes relacionadas	9	-	9	9	(1)	8
Aplicações financeiras	225	22	247	425	(65)	360
Outras	562	3.689	4.251	327	171	498
	796	3.711	4.507	761	105	866
Resultado financeiro líquido	(2.633)	2.910	277	(2.148)	403	(1.745)

Controladora

						Acumulado
						2006
						2007
	Variações monetárias e cambiais passivas			Variações monetárias e cambiais passivas		
	Despesas financeiras	Total		Despesas financeiras	Total	
Empréstimos e financiamentos externos	(276)	651	375	(489)	(105)	(594)
Empréstimos e financiamentos internos	(930)	288	(642)	(68)	(57)	(125)
Partes relacionadas	(1.936)	6.182	4.246	(415)	680	265
	(3.142)	7.121	3.979	(972)	518	(454)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(171)	(336)	(507)	(225)	(158)	(383)
Derivativos, líquidos de ganho/perda (juros e moedas)	1.625	(72)	1.553	3	-	3
Derivativos, líquidos de ganho/perda (ouro)	(74)	11	(63)	10	5	15
CPMF	(204)	-	(204)	(246)	-	(246)
Outras	(1.209)	(160)	(1.369)	(311)	106	(205)
	(3.175)	6.564	3.389	(1.741)	471	(1.270)
	Variações monetárias e cambiais ativas			Variações monetárias e cambiais ativas		
	Receitas financeiras	Total		Receitas financeiras	Total	
Partes relacionadas	27	(581)	(554)	71	(165)	(94)
Aplicações financeiras	47	22	69	56	-	56
Outras	30	386	416	26	217	243
	104	(173)	(69)	153	52	205
Resultado financeiro líquido	(3.071)	6.391	3.320	(1.588)	523	(1.065)

7.27- Instrumentos Financeiros – Derivativos

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são risco de taxa de juros, de taxa de câmbio e de preço de *commodity*.

Esses riscos são gerenciados através do uso de instrumentos derivativos. A atividade de gerenciamento de risco segue a política de gerenciamento de risco, que requer a diversificação de transações e contra-partidas. A Companhia monitora e avalia a posição geral regularmente a fim de avaliar resultados financeiros e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito e a qualidade do *hedge* de nossas contra-partes.

Política de gestão de risco

A Vale entende que o gerenciamento eficaz do risco é um objetivo fundamental para apoiar o crescimento estratégico e flexibilidade financeira. No apoio desse objetivo, o Conselho de Administração estabeleceu uma política de gerenciamento de risco e um comitê de gerenciamento de risco. Sob essa política, são medidos, monitorados e gerenciados o risco da carteira, usando uma estrutura simples, e considerando a natureza da diversificação da carteira. O risco de mercado é protegido somente quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou para manter o nível de flexibilidade financeira.

O comitê de gerenciamento de risco auxilia a Diretoria Executiva a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco empresarial e estrutural, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. A política de gerenciamento de risco empresarial é desenhada para promover um efetivo sistema de gerenciamento de risco e para assegurar que os riscos de nível empresarial sejam reportados no mínimo trimestralmente ao comitê de gerenciamento de risco.

A Companhia aborda alguns dos riscos através da utilização de instrumentos derivativos. As atividades de gestão de risco seguem as políticas de gestão de riscos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto e exige diversificação das transações e contra-partes.

A Vale acompanha e avalia a posição global regularmente, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro sobre o fluxo de caixa. Periodicamente, são revistos os limites e possibilidades de crédito dos parceiros nessas transações.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros sobre os empréstimos. A dívida de taxa variável consiste principalmente em empréstimos em dólar, relacionados a operações financeiras, empréstimos em bancos comerciais e organizações multilaterais, e em Real são empréstimos na forma de debêntures e financiamento para aquisição de bens e serviços emitidos no mercado brasileiro. Em geral, as dívidas de taxa variável são sujeitas a mudanças na “*London Interbank Offered Rate*” (USD LIBOR). Conseqüentemente, as flutuações na LIBOR podem impactar negativamente o *cash flow*. Para atenuar os efeitos da volatilidade das taxas de juros a Vale considera o *hedge* natural entre a flutuação da taxa em dólar e dos preços dos metais. Quando não há *hedge* natural, a Companhia opta por realizar o mesmo efeito com o auxílio de instrumentos financeiros. A taxa flutuante em Reais está sujeita a mudanças principalmente no CDI e na TJLP.

As transações de derivativos de taxa de juros são contratadas para proteger a exposição da dívida flutuante em Reais. O portfólio de derivativos de taxas de juros é composto de *swap* de taxa para converter a dívida flutuante em reais para valores fixos em dólares.

Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial proveniente da dívida em moeda estrangeira. Por outro lado, uma substancial proporção das receitas é denominada em dólares americanos. Isto garante um *hedge* natural contra eventuais desvalorizações da moeda brasileira frente ao dólar americano. Por exemplo, quando ocorre uma desvalorização do Real, o impacto negativo imediato na dívida denominada em moeda estrangeira é compensado pelo efeito positivo da desvalorização sobre os fluxos de caixa futuros. Em vista disso, a Companhia utiliza apenas eventualmente os instrumentos derivativos para administrar a exposição cambial da dívida de longo prazo denominada em dólares americanos. Ocasionalmente poderão ser feitas operações com instrumentos derivativos para minimizar os efeitos que a volatilidade das taxas de câmbio entre o Real e o dólar americano possam causar no fluxo de caixa.

Os fluxos de caixa também estão sujeitos à volatilidade de outras moedas diante do dólar americano. Enquanto os preços da maioria dos produtos são basicamente em dólares americanos, uma substancial parcela dos custos, despesas e investimentos não é denominada nessa moeda, mas sobretudo em reais e em dólares canadenses. Nos projetos desenvolvidos fora do Brasil e do Canadá, a Companhia está também exposta à volatilidade de outras moedas, como o Euro, o Dólar Australiano e o Renminbi Chinês.

A Vale tem outras exposições vinculadas à dívida. A exposição em Euro é decorrente de uma linha de crédito do KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau). Para mitigar o risco cambial, foram contratados *forwards de moedas*.

Risco de Preços de Produtos

A Companhia está também exposta a vários riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços dos mercados mundiais para os seguintes produtos:

- Minério de ferro e pelotas, que representam 42,8% das receitas brutas consolidadas em 2007;
- Níquel, que representa 29,7% das receitas brutas consolidadas de 2007;
- Minério de manganês e ferro-ligas, que representa 2,3% das receitas brutas consolidadas de 2007;
- Produtos de alumínio, que representa 8,3% das receitas brutas consolidadas de 2007; e
- Concentrado de cobre, que representa 2,3% das receitas brutas consolidadas de 2007.

Outros produtos, como metais do grupo platina, caulim e potássio, representaram um percentual pequeno das receitas consolidadas.

Não são praticadas transações envolvendo derivativos para cobertura de risco relacionado ao minério de ferro, pelotas, caulim, minério de manganês ou ferro-ligas. A política de gerenciamento de risco permite fazer *hedge* contra o risco de mercado somente quando isso é necessário para a estratégia corporativa ou para manter a flexibilidade financeira. Atualmente as transações envolvendo derivativos incluem compra futura e contratos de venda de níquel, contratos futuros e de opções de alumínio, opções de compra e venda bem como posições em ouro e instrumentos derivativos para platina e óleo combustível.

A Diretoria Executiva aprovou operações de *hedge* de uma parcela da produção de alumínio e cobre para 2007 e 2008 a fim de reduzir o risco para o fluxo de caixa decorrente da mudança na estrutura de capital e o expressivo aumento da dívida depois da aquisição da Vale Inco.

Níquel - Geralmente não são utilizados instrumentos derivativos para fazer *hedge* de exposição às flutuações dos preços do níquel. Entretanto, são negociados contratos futuros de compra na Bolsa de Metais de Londres (LME), os quais são substancialmente compensados por contratos de preço fixo, com a finalidade de manter a exposição ao risco de preço do níquel. A Companhia também participa de contratos futuros de venda na LME, para minimizar o risco de preço decorrente dos estoques de níquel de produtos intermediários e acabados que foram adquiridos.

Alumínio - Com o objetivo de administrar o risco decorrente das oscilações dos preços do alumínio, são realizadas operações de *hedge* envolvendo opções de compra e venda, bem como contratos futuros. Estes instrumentos derivativos permitiram estabelecer lucros médios mínimos de produção futura de alumínio acima dos custos de produção previstos e, portanto, assegurar uma geração de caixa estável. Contudo, também foram sentidos o efeito da redução dos ganhos potenciais auferidos com aumentos de preço do alumínio no mercado *spot*. A política tem sido a de liquidar todos os contratos de derivativos em dinheiro, sem a entrega física de produto.

Cobre - A Companhia possui contratos de opções de venda a pagar, dando o direito – mas não a obrigação – de vender cobre, e foram vendidos contratos de opção de compra, dando ao comprador o direito – mas não a obrigação – de comprar cobre por um período de tempo até 2008. Grande parte da posição dos derivativos para o cobre foi adicionada a carteira como resultado da aquisição da Vale Inco.

PGMs e outros metais preciosos - Atualmente a Companhia mantém uma pequena posição em instrumentos derivativos para ouro, estruturada com a finalidade de administrar os riscos decorrentes das oscilações dos preços do ouro, oscilações inerentes ao conteúdo do ouro associadas à produção de concentrado de cobre. A Vale entrou em atividades de *hedge* de platina para gerenciar o risco associado à volatilidade dos preços. Estes contratos são geralmente contratos de *swap* ou opções, e pretendem garantir um mínimo de realizações de preço para uma parcela de produção futura desses metais. Mediante tais contratos de *swap*, a Companhia recebe preços fixos de platina e paga preços variáveis baseados na média mensal dos preços do mercado *spot*.

Óleo combustível – A Companhia utiliza contratos de *swap* para óleo combustível a fim de minimizar o impacto das oscilações dos preços da energia com estes contratos são pagos preços fixos pela energia e são recebidos volumes baseados na média mensal de preços do mercado *spot*.

Existe um derivativo embutido relacionado à energia da subsidiária Albrás, pelo qual a Companhia tem uma perda não-realizada de R\$30 milhões em 31 de dezembro de 2007 e US\$163 milhões em 31 de dezembro de 2006.

O saldo ativo (passivo) e a oscilação do valor de mercado de instrumentos derivativos financeiros são como segue:

Consolidado								
Trimestres (Não auditado)								
4T/07								
Juros (libor)	Moedas	Ouro	Produtos de alumínio	Cobre	Níquel	Platina	Total	
Ganhos (perdas) não realizados em 30/09/07	(2)	1.194	(74)	(320)	(653)	6	(47)	104
Liquidação financeira	(4)	(352)	18	29	112	46	9	(142)
Despesas financeiras, líquidas	(3)	311	(12)	107	187	23	(7)	606
Variações monetárias, líquidas	-	(36)	3	11	22	(1)	2	1
Ganhos (perdas) não realizados em 31/12/07	(9)	1.117	(65)	(173)	(332)	74	(43)	569
3T/07								
Juros (libor)	Moedas	Ouro	Produtos de alumínio	Cobre	Níquel	Platina	Total	
Ganhos (perdas) não realizados em 30/06/07	16	684	(71)	(563)	(682)	54	(46)	(608)
Liquidação financeira	(6)	(11)	13	55	133	(143)	7	48
Despesas financeiras, líquidas	(12)	545	(19)	175	(132)	96	(10)	643
Variações monetárias, líquidas	-	(24)	3	13	28	(1)	2	21
Ganhos (perdas) não realizados em 30/09/07	(2)	1.194	(74)	(320)	(653)	6	(47)	104
4T/06								
Juros (libor)	Moedas	Ouro	Produtos de alumínio	Cobre	Níquel	Platina	Total	
Ganhos (perdas) não realizados em 30/09/06	(3)	77	(111)	(422)	6	-	-	(453)
Ganho (perda) realizada com a consolidação da Inco	9	20	-	-	(778)	132	(47)	(664)
Liquidação financeira	-	(14)	14	48	(1)	(188)	-	(141)
Despesas financeiras, líquidas	7	(116)	(20)	(314)	135	90	5	(213)
Variações monetárias, líquidas	-	-	2	9	-	-	-	11
Ganhos (perdas) não realizados em 31/12/06	13	(33)	(115)	(679)	(638)	34	(42)	(1.460)
Consolidado								
2007								
Juros (libor)	Moedas	Ouro	Produtos de alumínio	Cobre	Níquel	Platina	Total	
Ganhos (perdas) não realizados em 31/12/06	13	(33)	(115)	(679)	(638)	34	(42)	(1.460)
Liquidação financeira	(10)	(520)	65	222	458	(77)	23	161
Despesas financeiras, líquidas	(10)	1.751	(30)	191	(269)	115	(33)	1.715
Variações monetárias, líquidas	(2)	(81)	15	93	117	2	9	153
Ganhos (perdas) não realizados em 31/12/07	(9)	1.117	(65)	(173)	(332)	74	(43)	569
2006								
Juros (libor)	Moedas	Ouro	Produtos de alumínio	Cobre	Níquel	Platina	Total	
Ganhos (perdas) não realizados em 31/12/05	(9)	2	(107)	(494)	-	-	-	(608)
Ganho (perda) realizada com a consolidação da Inco	9	20	-	-	(778)	132	(47)	(664)
Liquidação financeira	4	(14)	41	224	(1)	(188)	-	66
Despesas financeiras, líquidas	8	(41)	(58)	(461)	141	90	5	(316)
Variações monetárias, líquidas	1	-	9	52	-	-	-	62
Ganhos (perdas) não realizados em 31/12/06	13	(33)	(115)	(679)	(638)	34	(42)	(1.460)

					Controladora
					2007
	Juros (libor)	Moedas	Ouro	Cobre	Total
Ganhos (perdas) não realizados em 31/12/06	-	5	(69)	46	(18)
Liquidação financeira	-	(493)	41	(2)	(454)
Despesas financeiras, líquidas	-	1.625	(28)	(46)	1.551
Variações monetárias, líquidas	-	(73)	11	-	(62)
Ganhos (perdas) não realizados em 31/12/07	-	1.064	(45)	(2)	1.017
					2006
	Juros (libor)	Moedas	Ouro	Cobre	Total
Ganhos (perdas) não realizados em 31/12/05	-	2	(63)	-	(61)
Liquidação financeira	-	-	25	-	25
Despesas financeiras, líquidas	-	3	(36)	46	13
Variações monetárias, líquidas	-	-	5	-	5
Ganhos (perdas) não realizados em 31/12/06	-	5	(69)	46	(18)

As datas de vencimento dos instrumentos financeiros consolidados são como segue:

Ouro	Dezembro de 2008
Juros (LIBOR)	Dezembro de 2011
Moedas	Dezembro de 2011
Produtos de alumínio	Dezembro de 2008
Concentrado de cobre	Dezembro de 2008
Níquel	Dezembro de 2009
Platina	Dezembro de 2008

7.28- Despesas com Vendas e Administrativas, Outras Despesas Operacionais e Não Operacionais

	Trimestres (Não auditado)			Consolidado		Controladora	
	4T/07	3T/07	4T/06	2007	2006	2007	2006
Administrativas							
Pessoal	197	154	181	721	613	359	309
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	132	116	110	448	331	174	133
Propaganda e publicidade	144	59	38	275	144	266	141
Depreciação	76	71	73	288	241	218	168
Despesas de viagem	12	13	10	44	47	26	38
Aluguéis e impostos	21	32	21	132	60	26	27
Comunidades Indígenas	7	4	5	19	21	19	21
Outras	31	30	43	183	111	61	36
Vendas (*)	179	102	121	440	384	10	8
Total	799	581	602	2.550	1.952	1.159	881

(*) Representa gastos com escritórios no exterior e provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	Trimestres (Não auditado)			Consolidado		Controladora	
	4T/07	3T/07	4T/06	2007	2006	2007	2006
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas							
Provisão para contingências	89	38	77	249	226	105	112
Provisão para perdas com créditos de ICMS	42	68	31	127	159	57	88
Provisão para participação no resultado	158	70	347	537	563	347	312
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	11	24	26	61	47	54	38
Desimobilização de ativos	-	-	264	-	264	-	178
Outras	308	196	(4)	444	194	(70)	128
Total	608	396	741	1.418	1.453	493	856

	Trimestres (Não auditado)			Consolidado		Controladora	
	4T/07	3T/07	4T/06	2007	2006	2007	2006
Resultado não operacional - lucro na venda de ativos							
Usiminas	-	6	135	846	135	846	135
Gulf Investment Co. - GIIC	-	-	-	-	737	-	-
Log-In	-	38	-	454	-	454	-
Lion Ore	-	153	-	153	-	-	-
Nova Era Silicon - NES	-	-	-	-	20	-	20
Gerdau	-	-	89	-	123	-	123
Siderar	-	-	197	-	197	-	-
Outras	-	-	-	5	-	-	-
	-	197	421	1.458	1.212	1.300	278
Gastos não operacionais de empresa adquirida	-	-	(1.427)	-	(1.427)	-	-
Total	-	197	(1.006)	1.458	(215)	1.300	278

7.29- Concessões, Subconcessões e Arrendamentos

(a) Empresas de Transporte Ferroviário

A Companhia e algumas empresas do Grupo celebraram com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, contratos de concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga e arrendamento dos bens destinados à prestação desses serviços.

Os prazos de concessão por ferrovia são:

<u>Ferrovia</u>	<u>Término do prazo de concessão</u>
Vitória a Minas e Carajás (direta) (*)	Junho de 2027
Malha Centro-Leste (indireta via FCA)	Agosto de 2026
Malha Sudeste (indireta via MRS)	Dezembro de 2026
Ferrovia Norte Sul S.A. (FNS)	Dezembro de 2037

(*) Concessões não onerosas.

A concessão se extinguirá com a concretização de um dos seguintes fatos: término do prazo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação e falência ou extinção da concessionária.

As concessões, subconcessões e arrendamentos das empresas controladas são tratados contabilmente no conceito de arrendamento operacional e apresentam as seguintes características:

	<u>FNS</u>	<u>FCA</u>	<u>MRS</u>
1) Nº de parcelas totais	3	112	117
2) Periodicidade de pagamento	(*)	Trimestral	Trimestral
3) Índice de atualização	IGP-DI FGV	IGP-DI FGV	IGP-DI FGV
4) Nº de parcelas já pagas	1	39	41
5) Valor atualizado da prestação			
Concessão	R\$ 369	R\$ 1	R\$ 2
Arrendamento	R\$ 369	R\$ 24	R\$ 44

(*) De acordo com a entrega de cada trecho da ferrovia.

(b) Portos

A Companhia possui terminais portuários especializados, conforme abaixo:

Terminal (*)	Localização	Término do prazo de concessão
Terminal de Tubarão, Praia Mole e Granéis Líquidos	Vitória - ES	2020
Terminal de Produtos Diversos	Vitória - ES	2020
Terminal Marítimo de Ponta da Madeira - Pier I e III	São Luís - MA	2018
Terminal Marítimo de Ponta da Madeira - Pier II	São Luís - MA	2010
Terminal Marítimo Inácio Barbosa	Aracaju - SE	2012

(*) Concessões não onerosas.

(c) Projetos de Usinas Hidrelétricas

A Companhia desenvolve projetos de geração hidrelétrica com o objetivo de suprir seu consumo. Os projetos com participação acionária da Companhia são os seguintes:

Projetos	Data início da concessão	% de participação na geração de energia
Engenheiro José Mendes Júnior e Eliezer Batista (anteriormente denominados Funil e Aimorés)	2000	51,00
Risoleta Neves (anteriormente denominado Candonga)	2000	50,00
Igarapava	1998	38,15
Porto Estrela	1997	33,33
Amador Aguiar I e II (anteriormente denominados Capim Branco I e II)	2001	48,42
Machadinho	2000	9,98
Balambano, Karebbe e Laroná (*)	1978, 2000 e 2000	60,80
Estreito	2002	30,00

(*) Refere-se à participação detida indiretamente através da Vale INCO.

7.30- Efeitos se adotadas as Demonstrações em Moeda de Capacidade Aquisitiva Constante (não auditado)

A principal diferença entre as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas emanadas pela Legislação Societária e em moeda de capacidade aquisitiva constante é devida ao não reconhecimento da correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido.

O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado em moeda de capacidade aquisitiva constante, a preços de 31 de dezembro de 2007, foram elaborados, de forma resumida, utilizando como índice o IGP-M da FGV.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Ativo				
Circulante	21.006	27.022	7.893	8.522
Não circulante				
Realizável a longo prazo	5.228	6.957	5.983	1.964
Investimentos	4.511	4.147	84.489	70.371
Intangível	16.432	12.066	16.704	12.960
Imobilizado	123.690	100.951	39.796	34.587
Diferido	1.167	1.109	-	-
	151.028	125.230	146.972	119.882
	172.034	152.252	154.865	128.404
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante	19.402	16.644	16.620	12.484
Não circulante				
Imposto de renda diferido	5.919	761	4.234	2.830
Outros	50.963	64.285	43.122	48.566
Resultado de exercícios futuros	93	7	-	-
Participações de minoritários	4.768	6.031	-	-
Patrimônio líquido				
Capital social	28.000	19.492	28.000	19.492
Reservas de capital	9.408	7.019	9.408	7.019
Reservas de lucros	53.481	38.013	53.481	38.013
	90.889	64.524	90.889	64.524
	172.034	152.252	154.865	128.404

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Receita bruta	69.809	47.914	24.154	20.383
Impostos e contribuições sobre vendas e serviços	(1.701)	(1.491)	(1.273)	(1.078)
Receita operacional líquida	68.108	46.423	22.881	19.305
Custos dos produtos e serviços	(31.581)	(21.281)	(13.572)	(10.908)
Lucro bruto	36.527	25.142	9.309	8.397
Margem bruta	53,6%	54,2%	40,7%	43,5%
Despesas operacionais, líquidas	(2.606)	(4.355)	3.892	(2.194)
Lucro operacional antes das participações societárias	33.921	20.787	13.201	6.203
Resultado de participações societárias	(2.173)	(202)	12.205	9.583
Lucro operacional	31.748	20.585	25.406	15.786
Resultado não operacional	1.547	(218)	1.381	285
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	33.295	20.367	26.787	16.071
Imposto de renda e contribuição social	(8.925)	(4.237)	(4.055)	(1.076)
Lucro antes das participações de minoritários	24.370	16.130	22.732	14.995
Participações de minoritários	(1.638)	(1.135)	-	-
Lucro líquido do exercício	22.732	14.995	22.732	14.995

7.31- Seguros

Riscos Operacionais

A Companhia possui um amplo programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para todos os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de uma apólice do tipo *All Risks*. Este programa contempla inspeções e treinamentos *in loco* utilizando-se da estrutura de vários comitês de risco espalhados pela Companhia, suas controladas e coligadas. A Vale procura alinhar os riscos em todas as áreas, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando nos mercados nacional e internacional coberturas compatíveis com uma empresa do seu porte.

Seguros

Visando a adequada mitigação dos riscos, a Vale contrata vários tipos diferentes de apólices de seguros tais como seguros de riscos operacionais e responsabilidade civil, além de uma apólice de seguro de vida para seus funcionários. As coberturas destas apólices são contratadas em linha com a Política de Gestão de Riscos Corporativos e similares aos seguros contratados por outras companhias da indústria de mineração. Entre os instrumentos de gestão, a Vale utiliza desde 2002 uma resseguradora cativa e que nos permite a contratação de seguros em bases competitivas bem como o acesso direto aos principais mercados internacionais de seguro e resseguro.

A gestão de seguros é realizada na Vale com o apoio dos comitês de seguros existentes nas diversas áreas operacionais da companhia e que são compostos por vários profissionais destas unidades.

7.32- Plano de Participação nos Resultados

O plano de participação dos empregados nos resultados da Companhia é composto de parcela vinculada aos resultados econômico-financeiros, medida através de indicadores como o fluxo de caixa operacional e pelo cumprimento das metas de desempenho de cada unidade e individuais.

7.33- Informações por segmentos

As informações por segmento de negócios, apresentadas adicionalmente, foram preparadas de acordo com as normas internacionais.

Nas demonstrações por área de negócio, as operações da Companhia estão estruturadas de acordo com os seguintes segmentos: Minerais Ferrosos, Minerais Não-Ferrosos, Logística, Alumínio, Siderurgia, Centro Corporativo e Outras Participações.

Demonstrações do Resultado Consolidado por Segmentos de Negócios
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhões de reais

	2007						
	Participações						
	Minerais Ferrosos	Minerais Não-Ferrosos	Logística	Alumínio	Siderurgia	Outras	Centro Corporativo
							Total
Receita bruta							
Vendas de minerais e metais	29.915	25.417	-	-	-	-	55.332
Serviços de transporte	-	-	3.497	-	-	-	3.497
Vendas de produtos da área de alumínio	-	-	-	5.529	-	-	5.529
Vendas de produtos siderúrgicos	-	-	-	-	1.248	-	1.248
Outros produtos e serviços	118	182	-	18	-	461	779
	30.033	25.599	3.497	5.547	1.248	461	66.385
Impostos e contribuições sobre vendas e serviços	(837)	(97)	(550)	(137)	-	-	(1.621)
Receita operacional líquida	29.196	25.502	2.947	5.410	1.248	461	64.764
Minerais e metais	(10.896)	(11.918)	-	-	-	-	(22.814)
Serviços de transporte	-	-	(2.146)	-	-	-	(2.146)
Produtos da área de alumínio	-	-	-	(3.246)	-	-	(3.246)
Produtos siderúrgicos	-	-	-	-	(1.199)	-	(1.199)
Outros produtos e serviços	(189)	-	-	(3)	-	(487)	(679)
Custos dos produtos e serviços	(11.085)	(11.918)	(2.146)	(3.249)	(1.199)	(487)	(30.084)
Lucro bruto	18.111	13.584	801	2.161	49	(26)	34.680
Margem bruta	62,0%	53,3%	27,2%	39,9%	3,9%	-5,6%	53,5%
Despesas operacionais							
Com vendas e administrativas	(1.604)	(526)	(106)	(191)	(28)	(95)	(2.550)
Pesquisa e desenvolvimento	(332)	(635)	(71)	-	-	(359)	(1.397)
Outras despesas operacionais	(1.154)	(164)	(36)	(63)	(1)	-	(1.418)
	(3.090)	(1.325)	(213)	(254)	(29)	(454)	(5.365)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e de participações societárias	15.021	12.259	588	1.907	20	(480)	29.315
Resultado de participações societárias	(549)	(1.926)	15	-	26	29	(2.405)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	277
Lucro (prejuízo) operacional	14.472	10.333	603	1.907	46	(451)	27.187
Resultado não operacional	-	153	459	-	-	846	1.458
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	14.472	10.486	1.062	1.907	46	395	28.645
Imposto de renda e contribuição social	(3.569)	(2.929)	(144)	(461)	1	17	(7.085)
Lucro (prejuízo) antes das participações	10.903	7.557	918	1.446	47	412	21.560
Participações de minoritários	(76)	(864)	(2)	(613)	-	1	(1.554)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	10.827	6.693	916	833	47	413	20.006

	Participações						Centro Corporativo	Total
	Minerais Ferrosos	Minerais Não-Ferrosos	Logística	Alumínio	Siderurgia	Outras		
Receita bruta								
Vendas de minerais e metais	27.635	8.500	-	-	-	-	-	36.135
Serviços de transporte	-	-	3.405	-	-	-	-	3.405
Vendas de produtos da área de alumínio	-	-	-	5.533	-	-	-	5.533
Vendas de produtos siderúrgicos	-	-	-	-	1.478	-	-	1.478
Outros produtos e serviços	55	-	-	13	-	127	-	195
	27.690	8.500	3.405	5.546	1.478	127	-	46.746
Impostos e contribuições sobre vendas e serviços	(714)	(80)	(548)	(112)	-	-	-	(1.454)
Receita operacional líquida	26.976	8.420	2.857	5.434	1.478	127	-	45.292
Minerais e metais	(10.632)	(3.946)	-	-	-	-	-	(14.578)
Serviços de transporte	-	-	(1.770)	-	-	-	-	(1.770)
Produtos da área de alumínio	-	-	-	(3.013)	-	-	-	(3.013)
Produtos siderúrgicos	-	-	-	-	(1.231)	-	-	(1.231)
Outros produtos e serviços	(59)	-	-	-	-	(105)	-	(164)
Custos dos produtos e serviços	(10.691)	(3.946)	(1.770)	(3.013)	(1.231)	(105)	-	(20.756)
Lucro bruto	16.285	4.474	1.087	2.421	247	22	-	24.536
Margem bruta	60,4%	53,1%	38,0%	44,6%	16,7%	-	-	54,2%
Despesas operacionais								
Com vendas e administrativas	(1.424)	(244)	(92)	(160)	(15)	(17)	-	(1.952)
Pesquisa e desenvolvimento	(269)	(361)	(22)	-	-	(390)	-	(1.042)
Outras despesas operacionais	(1.307)	(136)	-	(17)	(19)	26	-	(1.453)
	(3.000)	(741)	(114)	(177)	(34)	(381)	-	(4.447)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e de participações societárias	13.285	3.733	973	2.244	213	(359)	-	20.089
Resultado de participações societárias	(435)	(102)	-	-	335	3	-	(199)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	-	(1.745)	(1.745)
Lucro (prejuízo) operacional	12.850	3.631	973	2.244	548	(356)	(1.745)	18.145
Resultado não operacional	954	(1.427)	-	-	135	123	-	(215)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	13.804	2.204	973	2.244	683	(233)	(1.745)	17.930
Imposto de renda e contribuição social	(1.931)	(805)	(144)	(427)	(79)	(4)	-	(3.390)
Lucro (prejuízo) antes das participações	11.873	1.399	829	1.817	604	(237)	(1.745)	14.540
Participações de minoritários	(33)	(301)	(278)	(497)	-	-	-	(1.109)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	11.840	1.098	551	1.320	604	(237)	(1.745)	13.431

7.34- Balanço Social

O balanço social demonstra os indicadores sociais, ambientais, o quantitativo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial e foi elaborado de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.003. As informações apresentadas foram obtidas através dos registros auxiliares e de determinadas informações gerenciais da Companhia, das controladas diretas, indiretas e de controle compartilhado.

Base de cálculo	Consolidado						Controladora					
	2007			2006			2007			2006		
Receita Bruta	66.385			46.746			23.029			19.874		
Lucro operacional antes do resultado financeiro e das participações societárias	18.962			20.089			6.451			5.865		
Remuneração bruta	3.995			2.025			1.098			868		
	% sobre			% sobre			% sobre			% sobre		
	Valor	Folha de pagamento	Lucro operacional	Valor	Folha de pagamento	Lucro operacional	Valor	Folha de pagamento	Lucro operacional	Valor	Folha de pagamento	Lucro operacional
Indicadores laborais												
Alimentação	185	5%	1%	150	7%	1%	128	12%	2%	91	10%	2%
Encargos sociais compulsórios	710	18%	4%	524	26%	3%	424	39%	7%	332	38%	6%
Transporte	116	3%	1%	109	5%	1%	81	7%	1%	63	7%	1%
Previdência privada	400	10%	2%	260	13%	1%	111	10%	2%	99	11%	2%
Saúde	243	6%	1%	150	7%	1%	86	8%	1%	70	8%	1%
Educação	68	2%	0%	112	6%	1%	81	7%	1%	69	8%	1%
Participação nos resultados	606	15%	3%	563	28%	3%	508	46%	8%	312	36%	5%
Outros benefícios	147	4%	1%	119	6%	1%	70	6%	1%	59	7%	1%
Total - Indicadores laborais	2.475	62%	13%	1.283	104%	10%	1.489	136%	23%	1.095	126%	19%
	% sobre			% sobre			% sobre			% sobre		
	Valor	Lucro operacional	Faturamento bruto	Valor	Lucro operacional	Faturamento bruto	Valor	Lucro operacional	Faturamento bruto	Valor	Lucro operacional	Faturamento bruto
Indicadores sociais												
Tributos (excluídos encargos sociais)	6.127	32%	9%	5.980	30%	13%	4.265	66%	19%	2.566	44%	13%
Investimentos em cidadania	465	2%	1%	341	2%	1%	275	4%	1%	285	5%	1%
Projetos e ações sociais	446	2%	1%	310	2%	1%	257	4%	1%	265	5%	1%
Comunidades indígenas	19	0%	-	31	-	-	18	0%	0%	20	-	-
Investimentos em meio ambiente	761	4%	1%	474	2%	1%	366	6%	2%	317	5%	2%
Total - Indicadores sociais	7.353	39%	11%	6.795	34%	15%	4.906	76%	21%	3.168	54%	16%
Indicadores do corpo funcional												
Total de empregados no final do ano	60.405			55.819			33.392			26.006		
Total de admissões durante o ano	6.954			8.117			3.969			5.364		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção			(x) direção e gerências			() todos (as) empregados (as)					
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências			() todos (as) empregados (as)			() todos (as) + CIPA					
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	(x) não se envolve			() segue as normas OIT			() incentiva e segue a OIT					
A previdência privada contempla:	() direção			() direção e gerências			(x) todos (as) empregados (as)					
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção			() direção e gerências			(x) todos (as) empregados (as)					
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados			() são sugeridos			(x) são exigidos					
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve			() apóia			(x) organiza e incentiva					

Crítérios de responsabilidade social para a seleção dos fornecedores.

Além de aspectos técnicos e econômicos, a Companhia considera aspectos jurídicos, ambientais e de saúde e segurança na seleção de seus fornecedores. Do ponto de vista jurídico, é exigida situação regular em questões tributárias e trabalhistas/previdenciárias. O aspecto ambiental é verificado por meio de documentos que comprovem a situação regular das operações dos fornecedores junto aos órgãos competentes, além de evidências da implantação de políticas de preservação ambiental. O compromisso com saúde e segurança é avaliado por meio de um questionário que mede a prática de políticas preventivas. É considerada também a importância da atuação do fornecedor em sua região de origem. Além de contratar fornecedores levando em consideração os critérios acima, a Companhia também implementa o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF). Ao fomentar o desenvolvimento dos fornecedores, O PDF se desdobra em benefícios também para a comunidade e para os negócios da região, apoiando o seu desenvolvimento socioeconômico.

8- ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS DE CONTROLE COMPARTILHADO

Período findo em 31 de dezembro de 2007

Em milhões de reais

	Informações contábeis															
	% de participação		Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido								Resultado	
			Não circulante			Partic. societárias, imobilizado e diferido	Não circulante							Resultado não operac.	IR e CSL	Lucro (prejuízo) ajustado
							Realizável a longo prazo	Exigível a longo prazo, Resultado de exercícios futuros e Participações de minoritários	Patrimônio líquido (ajustado)	Vendas líquidas	Custo dos produtos e serviços vendidos	Receitas (despesas) operac.				
Total													Votante			
Controladas																
ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A.	51,00	51,00	510	1.319	1.095	480	668	1.775	2.411	(1.658)	75	(5)	(259)	564		
ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S.A.	57,03	61,74	801	12	4.971	483	1.181	4.121	2.709	(1.805)	36	-	(156)	783		
Brasilux S.A.	100,00	100,00	4	29	-	12	-	20	-	-	(1)	-	(1)	(2)		
Cadam S.A.	61,48	100,00	143	45	230	30	79	309	265	(243)	(55)	-	(2)	(35)		
Companhia Paulista de Ferro Ligas	100,00	100,00	69	174	2	139	96	10	-	-	10	2	(7)	5		
Companhia Portuária Baía de Sepetiba - CPBS	100,00	100,00	268	6	162	45	-	392	352	(105)	12	-	(88)	172		
CVRD International S.A.	100,00	100,00	9.103	53.877	46.241	6.309	46.454	56.457	21.112	(15.600)	6.759	1	(197)	12.075		
CVRD Overseas Ltd.	100,00	100,00	443	363	908	1.263	36	416	3.241	(2.280)	(139)	-	-	822		
Docepar S.A.	100,00	100,00	8	297	-	31	266	8	-	-	(22)	-	-	(22)		
Ferro Gusa Carajás S.A.	100,00	100,00	147	1	347	111	1	383	161	(158)	35	-	-	38		
Ferrovia Centro - Atlântica S.A.	100,00	100,00	318	110	1.566	142	1.980	(128)	774	(667)	(63)	-	(20)	23		
Ferrovia Norte Sul S.A.	100,00	100,00	-	2	1.482	372	372	740	-	-	(5)	-	2	(4)		
Florestas Rio Doce S.A.	99,90	100,00	21	27	4	21	8	24	-	-	8	-	(3)	5		
Mineração Tacumã Ltda.	100,00	100,00	-	-	1.662	17	1.788	(144)	-	-	23	-	-	23		
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR (a)	92,99	92,99	908	31	4.922	404	934	4.522	3.124	(1.613)	501	19	(530)	1.502		
Para Pigmentos S.A	86,17	85,57	115	11	265	142	162	87	209	(197)	(11)	-	(7)	(7)		
Rio Doce Manganês S.A.	100,00	100,00	669	114	352	340	257	538	798	(533)	(129)	(22)	10	124		
Rio Doce Manganêse Europe - RDME	100,00	100,00	259	53	51	138	7	218	466	(383)	(60)	5	(11)	17		
Rio Doce Manganêse Norway AS	100,00	100,00	180	12	55	71	75	101	327	(191)	(50)	-	(28)	58		
Salobo Metais S.A.	100,00	100,00	57	-	986	3	741	298	-	-	-	-	-	-		
Urucum Mineração S.A.	100,00	100,00	95	15	58	16	108	44	102	(66)	(27)	(8)	(4)	(3)		
Valesul Alumínio S.A. (a)	100,00	100,00	129	85	526	61	30	649	530	(411)	(36)	2	(28)	57		
Vale Australia Pty Ltd.	100,00	100,00	260	90	1.743	154	1.510	428	302	(366)	(175)	1	21	(217)		
Vale Inco	100,00	100,00	8.192	136	49.783	4.647	40.614	12.849	23.244	(10.599)	(5.333)	(878)	(2.921)	3.512		
Vale Overseas Ltd.	100,00	100,00	219	10.174	-	219	10.174	-	-	-	-	-	-	-		
Controladas de controle compartilhado																
Baovale Mineração S.A.	50,00	100,00	57	-	56	14	-	99	31	(5)	-	-	(3)	22		
California Steel Industries, Inc.	50,00	50,00	651	11	438	210	313	577	2.496	(2.432)	(191)	-	2	(126)		
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO	50,00	50,00	96	48	251	155	80	160	654	(557)	6	-	(38)	65		
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRÁS	50,89	51,00	196	48	135	179	50	150	655	(548)	(46)	-	(22)	38		
Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO	50,90	51,00	198	59	157	190	64	160	602	(524)	(6)	-	(32)	40		
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO	51,00	51,11	279	69	365	440	62	211	1.075	(963)	(41)	-	(27)	44		
Minas da Serra Geral S.A. - MSG	50,00	50,00	28	28	71	2	20	105	25	(10)	(1)	-	(3)	11		
Mineração Rio do Norte S.A.	40,00	40,00	144	537	944	577	455	592	1.024	(543)	2	(1)	(45)	437		
MRS Logística S.A. (a)	41,50	37,86	767	296	1.918	1.011	769	1.201	2.167	(1.147)	(175)	(22)	(274)	548		
Samarco Mineração S.A.	50,00	50,00	743	392	3.173	1.751	1.735	823	2.461	(1.063)	(182)	(8)	(237)	972		

Observações:

(a) Inclui participação direta e indireta.

Informações adicionais das principais empresas investidas operacionais estão disponíveis no website da Companhia, www.vale.com relações com investidores.



Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Pres. Wilson, 231
22º, 25º e 26º andares
20030-905 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Tel.: +55 (21) 3981-0500
Fax: +55 (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Vale do Rio Doce
Rio de Janeiro – RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Vale do Rio Doce (“Companhia”), controladora e consolidado, levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos para os exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Os exames das demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, de certas empresas controladas, cujos investimentos foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial, foram conduzidas sob a responsabilidade de outros auditores independentes e o nosso parecer, no que se refere aos valores desses investimentos da controladora em 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$12.849 milhões (2006 – R\$22.042 milhões) e aos lucros por eles produzidos em 2007 no montante de R\$3.512 milhões (2006 – R\$2.746 milhões), e no que se refere aos ativos totais de R\$50.621 milhões em 31 de dezembro 2007 (2006 – R\$47.295 milhões) equivalentes a 38% dos ativos totais consolidados da Companhia naquela data (2006 – 38%) e às receitas líquidas do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$23.244 milhões (2006 – R\$6.025 milhões) equivalentes a 36% da receita líquida de vendas e serviços consolidada da Companhia para o exercício findo naquela data (2006 – 13%), está baseado exclusivamente nos relatórios desses outros auditores.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e de suas empresas investidas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas empresas investidas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, com base nos nossos exames e nos pareceres de outros auditores independentes, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Vale do Rio Doce, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa (controladora e consolidado), do valor adicionado (controladora e consolidado), e do balanço social (controladora e consolidado) que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Companhia Vale do Rio Doce não são requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis básicas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações dos fluxos de caixa (controladora e consolidado), do valor adicionado (controladora e consolidado), e do balanço social (controladora e consolidado) foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, com base em nossos exames e nos relatórios de outros auditores, essas demonstrações suplementares estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2008



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ



Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC 1RJ 036-206/O-5



10- PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

O Conselho Fiscal da Companhia Vale do Rio Doce, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração da Companhia, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Origens e Aplicações de Recursos, das Mutações Patrimoniais e as respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, e tomando como base o parecer dos auditores independentes é de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, encontram-se em condições de serem aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária da Sociedade.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2008.

Marcelo Amaral Moraes
Presidente

Aníbal Moreira dos Santos

Tarcísio José Massote de Godoy

José Bernardo de Medeiros Neto

11- PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

O Conselho de Administração da Companhia Vale do Rio Doce, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações contábeis da Sociedade, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, aprovou, por unanimidade, a referida proposição.

Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos merecem a aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2008.

Sérgio Ricardo Silva Rosa
Presidente

Mário da Silveira Teixeira Júnior
Vice - Presidente

José Ricardo Sasserón
Conselheiro

Oscar Augusto de Camargo Filho
Conselheiro

Sandro Kohler Marcondes
Conselheiro

Luciano Galvão Coutinho
Conselheiro

João Batista Cavaglieri
Conselheiro

Francisco Augusto da Costa e Silva
Conselheiro

Hiroshi Tada
Conselheiro

Jorge Luiz Pacheco
Conselheiro

Renato da Cruz Gomes
Conselheiro

B- INFORMAÇÕES ADICIONAIS

12- GERAÇÃO DE CAIXA (NÃO AUDITADO)

A geração de caixa consolidada medida pelo EBITDA (LAJIDA) (lucro antes do resultado financeiro, resultado de participações societárias, imposto de renda e contribuição social e depreciação, amortização e exaustão e acrescido dos dividendos recebidos) foi de R\$33.619 em 2007 contra R\$22.759 em 2006, representando um acréscimo 47,7%. O efeito da consolidação da Vale Inco foi de R\$10.291 (R\$3.183 em 2006 contra R\$13.474 em 2007.).

EBITDA não é uma medida de mensuração em BR GAAP e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e por isso não deverá ser considerado como uma medida alternativa para o lucro (prejuízo) líquido, como um indicador de nosso desempenho operacional ou como uma alternativa para o fluxo de caixa como fonte de liquidez.

Nossa definição de EBITDA pode não ser comparável com o EBITDA, por definição, segundo outras companhias.

EBITDA (LAJIDA)

	Trimestres (Não auditado)			Acumulado	
	4T/07	3T/07	4T/06	2007	2006
Resultado operacional - EBIT	5.056	6.985	7.080	29.315	20.089
Depreciação/Amortização de ágio	1.300	999	873	4.170	2.530
	6.356	7.984	7.953	33.485	22.619
Dividendos recebidos	75	13	4	134	140
EBITDA (LAJIDA)	6.431	7.997	7.957	33.619	22.759
Depreciação/Amortização de ágio	(1.300)	(999)	(873)	(4.170)	(2.530)
Dividendos recebidos	(75)	(13)	(4)	(134)	(140)
Resultado de participações societárias	(574)	(644)	(144)	(2.405)	(199)
Resultado não operacional	-	197	(1.006)	1.458	(215)
Resultado Financeiro líquido	395	138	(771)	277	(1.745)
Imposto de renda e contribuição social	(183)	(1.632)	(1.420)	(7.085)	(3.390)
Participações de minoritários	(284)	(385)	(371)	(1.554)	(1.109)
Lucro líquido do período	4.410	4.659	3.368	20.006	13.431

EBITDA (LAJIDA) Consolidado por Segmento

	Trimestres (Não auditado)			EBITDA Acumulado	
	4T/07	3T/07	4T/06	2007	2006
Segmentos					
Minerais ferrosos	3.741	4.353	3.665	16.087	14.706
Minerais não-ferrosos	2.155	2.822	3.347	14.241	4.231
Logística	309	418	384	1.508	1.400
Participações					
Alumínio	309	537	631	2.101	2.435
Siderurgia	(12)	21	24	91	336
Outras	(71)	(154)	(94)	(409)	(349)
	6.431	7.997	7.957	33.619	22.759

13- CONSELHEIROS, MEMBROS DOS COMITÊS E DIRETORES

Conselho de Administração

Sérgio Ricardo Silva Rosa
Presidente

Mário da Silveira Teixeira Júnior
Vice Presidente

Luciano Galvão Coutinho
Francisco Augusto da Costa e Silva
Hiroshi Tada
João Batista Cavaglieri
Jorge Luiz Pacheco
José Ricardo Sasseron
Oscar Augusto de Camargo Filho
Renato da Cruz Gomes
Sandro Kohler Marcondes

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Comitê de Controladoria

Antonio José Figueiredo Ferreira
Luiz Carlos de Freitas
Paulo Roberto Ferreira de Medeiros

Comitê de Desenvolvimento Executivo

João Moisés de Oliveira
José Ricardo Sasseron

Oscar Augusto de Camargo Filho

Comitê Estratégico

Roger Agnelli
Gabriel Stoliar
Luciano Siani Pires
Mário da Silveira Teixeira Júnior
Oscar Augusto de Camargo Filho
Sérgio Ricardo Silva Rosa

Comitê Financeiro

Fabio de Oliveira Barbosa
Ivan Luiz Modesto Schara
Luiz Maurício Leuzinger
Wanderlei Viçoso Fagundes

Comitê de Governança e Sustentabilidade

Jorge Luiz Pacheco
Ricardo Simonsen
Renato da Cruz Gomes

Conselho Fiscal

Marcelo Amaral Moraes
Presidente

Aníbal Moreira dos Santos
Bernard Appy
José Bernardo de Medeiros Neto

Suplentes

Oswaldo Mário Pêgo de Amorim Azevedo
Tarcísio José Massote de Godoy
Marcos Coimbra

Diretoria Executiva

Roger Agnelli
Diretor-Presidente

Carla Grasso
Diretora Executiva da Área de Recursos Humanos e Serviços Corporativos

Eduardo de Salles Bartolomeo
Diretor Executivo da Área de Logística

Fabio de Oliveira Barbosa
Diretor Executivo da Área de Finanças e Relação com Investidores

Gabriel Stoliar
Diretor Executivo da Área de Planejamento e Desenvolvimento de Negócios

José Carlos Martins
Diretor Executivo da Área de Ferrosos

José Lancaster
Diretor Executivo da Área de Cobre, Carvão e Alumínio

Murilo de Oliveira Ferreira
Diretor Executivo da Área de Níquel e Comercialização de Metais Básicos

Tito Botelho Martins
Diretor Executivo da Área de Assuntos Corporativos e Energia

Demian Fiocca
Diretor Executivo da Área de Tecnologia e Gestão

Marcus Vinícius Dias Severini
Diretor do Departamento de Controladoria

Vera Lúcia de Almeida Pereira Elias
Gerente Geral de Controladoria
Contador CRC-RJ - 043059/O-8

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS – 31/12/2007
Área de Alumínio - Albras (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2007					2006				
		Período de três meses findos em				Total	Período de três meses findos em				Total
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	
Quantidade vendida - ME	ton (mil)	108	123	108	104	443	104	106	106	110	426
Quantidade vendida - MI	ton (mil)	7	6	7	6	26	5	4	6	6	21
Quantidade vendida - total	ton (mil)	115	129	115	110	469	109	110	112	116	447
Preço médio - ME	US\$	2.688,76	2.727,00	2.631,55	2.405,80	2.611,76	2.292,06	2.571,71	2.436,23	2.520,38	2.458,32
Preço médio - MI	US\$	2.500,55	2.689,00	2.599,78	2.196,61	2.372,90	1.823,50	2.422,20	2.427,20	2.360,51	2.243,23
Preço médio - total	US\$	2.677,30	2.724,78	2.585,19	2.393,38	2.598,49	2.266,96	2.565,04	2.374,43	2.535,22	2.447,52
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	319.272	311.912	305.833	300.718	300.718	396.392	355.867	341.202	316.308	316.308
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	3.501	-	2.034	-	-	102.178	51.175	14.722	29.681	29.681
Endividamento bruto total	US\$	322.773	311.912	307.867	300.718	300.718	498.570	407.042	355.924	346.354	345.989
Patrimônio líquido	R\$	1.593.343	1.661.559	1.851.784	1.808.955	1.808.955	1.276.663	1.402.623	1.579.741	1.397.170	1.397.170
Receita líquida	R\$	654.600	700.893	577.381	478.152	2.411.026	559.428	629.748	614.126	532.134	2.335.436
Custo de produtos	R\$	(419.374)	(464.066)	(400.422)	(373.884)	(1.657.746)	(363.070)	(380.791)	(404.832)	(341.004)	(1.489.697)
Outras despesas/receitas	R\$	(23.417)	(34.666)	(29.700)	(48.011)	(135.794)	(22.224)	(23.484)	(32.285)	(22.911)	(100.904)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	18.427	39.204	1.029	18.621	77.281	16.593	16.862	16.858	19.720	70.033
EBITDA	R\$	230.236	241.365	148.288	74.878	694.767	190.727	242.335	193.867	187.939	814.868
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(18.427)	(39.204)	(1.029)	(18.621)	(77.281)	(16.593)	(16.862)	(16.858)		
EBIT	R\$	211.809	202.161	147.259	56.257	617.486	174.134	225.473	177.009	168.219	744.835
Resultado financeiro líquido	R\$	34.420	(19.200)	128.740	67.136	211.096	32.906	(69.509)	47.589	(144.263)	(133.277)
Resultado não operacional	R\$	-	-	(5.519)	184	(5.335)	-	-	-	-	-
Lucro antes do IR/CSL	R\$	246.229	182.961	270.480	123.577	823.247	207.040	155.964	224.598	23.956	611.558
IR/CSL	R\$	(50.055)	(114.746)	(80.256)	(13.900)	(258.957)	(61.501)	(30.003)	(47.476)	(20.557)	(159.537)
Resultado do período	R\$	196.174	68.215	190.224	109.677	564.290	145.539	125.961	177.122	3.399	452.021



Área de Alumínio - MRN (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2007					2006				
		Período de três meses findos em					Período de três meses findos em				
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total	31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total
Quantidade vendida - ME	ton (mil)	1.386	1.356	1.522	1.365	5.629	1.127	890	755	730	3.502
Quantidade vendida - MI	ton (mil)	3.350	2.969	2.939	2.993	12.251	2.428	3.503	4.187	3.466	13.584
Quantidade vendida - total	ton (mil)	4.736	4.325	4.461	4.358	17.880	3.555	4.393	4.942	4.196	17.086
Preço médio - ME	US\$	33,35	32,47	33,29	34,42	33,38	26,63	27,25	27,74	32,08	28,16
Preço médio - MI	US\$	27,04	27,04	27,69	28,38	27,52	21,93	24,09	23,89	26,02	24,13
Preço médio - total	US\$	28,89	28,74	29,60	30,27	29,37	23,42	24,73	24,48	27,07	24,96
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	38.936	35.488	26.516	163.768	163.768	63.679	53.198	97.980	39.017	39.017
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	204.362	223.553	207.048	28.566	28.566	181.130	198.347	254.834	188.589	188.589
Endividamento bruto total	US\$	243.298	259.041	233.564	192.334	192.334	244.809	251.545	352.814	227.606	227.606
Patrimônio líquido	R\$	715.623	825.859	933.029	960.830	960.830	639.994	722.075	812.631	584.885	584.885
Receita líquida	R\$	284.926	249.740	253.386	235.716	1.023.768	181.384	237.433	262.593	244.540	925.950
Custo de produtos	R\$	(142.081)	(133.000)	(133.695)	(133.914)	(542.690)	(110.949)	(138.709)	(156.616)	(115.128)	(521.402)
Outras despesas/receitas	R\$	(5.183)	(5.832)	(3.500)	(3.791)	(18.306)	(5.227)	(7.517)	1.719	(8.956)	(19.981)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	27.234	27.984	27.491	28.117	110.826	26.127	44.013	26.115	10.091	96.255
EBITDA	R\$	164.896	138.892	143.682	126.128	573.598	91.335	135.220	133.811	130.547	480.822
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(27.234)	(27.984)	(27.491)	(28.117)	(110.826)	(26.127)	(44.013)	(26.115)	(10.091)	(96.255)
EBIT	R\$	137.662	110.908	116.191	98.011	462.772	65.208	91.207	107.696	120.456	384.567
Resultado financeiro líquido	R\$	4.991	10.310	2.490	2.730	20.521	6.534	3.266	(5.033)	2.522	6.974
Resultado não operacional	R\$	-	-	660	(1.482)	(822)	-	-	-	-	-
Lucro antes do IR/CSL	R\$	142.653	121.218	119.341	99.259	482.471	71.742	94.473	102.663	122.978	391.541
IR/CSL	R\$	(12.368)	(10.530)	(12.171)	(10.128)	(45.197)	(10.718)	(12.393)	(12.986)	(9.777)	(45.559)
Resultado do período	R\$	130.285	110.688	107.170	89.131	437.274	61.024	82.080	89.677	113.201	345.982

Área de Alumínio - Alunorte (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2007					2006				
		Período de três meses findos em				Total	Período de três meses findos em				Total
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	
Quantidade vendida - ME	ton (mil)	699	769	828	933	3.229	478	783	793	928	2.982
Quantidade vendida - MI	ton (mil)	244	252	248	271	1.015	243	219	273	223	958
Quantidade vendida - total	ton (mil)	943	1.021	1.076	1.204	4.244	721	1.002	1.066	1.151	3.940
Preço médio - ME	US\$	344,85	349,61	340,23	312,26	335,38	297,29	345,53	317,55	327,54	324,66
Preço médio - MI	US\$	309,77	311,69	306,88	275,46	300,38	265,70	306,45	285,59	297,04	287,98
Preço médio - total	US\$	335,77	340,25	332,54	303,98	327,01	286,64	336,99	309,37	321,39	315,74
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	527.944	558.388	483.873	556.065	556.065	604.404	574.598	549.595	549.572	549.572
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	-	-	-	-	-	52.195	6	-	-	-
Endividamento bruto total	US\$	527.944	558.388	483.873	556.065	556.065	656.599	574.604	549.595	549.572	549.572
Patrimônio líquido	R\$	3.602.210	3.766.403	4.119.110	4.143.878	4.143.878	2.322.341	2.746.186	3.105.248	3.182.496	3.182.496
Receita líquida	R\$	670.033	669.980	713.458	655.750	2.709.221	452.157	741.522	718.052	791.383	2.703.114
Custo de produtos	R\$	(383.541)	(430.068)	(479.498)	(512.055)	(1.805.162)	(293.362)	(385.448)	(432.281)	(449.446)	(1.560.537)
Outras despesas/receitas	R\$	(15.470)	(21.684)	(17.934)	(30.690)	(85.778)	(11.465)	(14.683)	(16.358)	(22.098)	(64.604)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	27.145	31.041	28.305	30.193	116.684	19.344	20.020	28.412	31.179	98.955
EBITDA	R\$	298.167	249.269	244.331	143.198	934.965	166.674	361.411	297.825	351.018	1.176.928
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(27.145)	(31.041)	(28.305)	(30.193)	(116.684)	(19.344)	(20.020)	(28.412)	(31.179)	(98.955)
EBIT	R\$	271.022	218.228	216.026	113.005	818.281	147.330	341.391	269.413	319.839	1.077.973
Resultado financeiro líquido	R\$	40.691	(29.795)	57.674	52.961	121.531	(36.657)	(3.387)	(20.486)	(156.556)	(217.086)
Itens não recorrentes	R\$	-	-	(37)	108	71	-	-	-	-	-
Lucro antes do IR/CSL	R\$	311.713	188.433	273.663	166.074	939.883	110.673	338.004	248.927	163.283	860.887
IR/CSL	R\$	(37.767)	(24.240)	(69.500)	(24.958)	(156.465)	(23.582)	(65.483)	(41.201)	(89.949)	(220.215)
Resultado do período	R\$	273.946	164.193	204.163	141.116	783.418	87.091	272.521	207.726	73.334	640.672



Área de Alumínio - Valesul (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2007					2006				
		Período de três meses findos em					Período de três meses findos em				
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total	31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total
Quantidade vendida - ME	ton (mil)	9	10	8	8	35	9	10	12	9	40
Quantidade vendida - MI	ton (mil)	10	16	15	30	71	13	14	13	13	53
Quantidade vendida - total	ton (mil)	19	26	23	38	106	22	24	25	22	93
Preço médio - ME	US\$	2.828,64	2.902,69	2.750,68	2.580,48	2.777,48	2.545,22	2.804,50	2.690,63	3.232,00	2.808,19
Preço médio - MI	US\$	4.037,71	4.068,49	4.045,36	3.415,84	3.722,07	2.572,31	2.816,29	3.399,23	2.812,62	2.898,53
Preço médio - total	US\$	3.512,03	3.652,13	3.696,79	3.177,17	3.410,18	2.561,23	2.811,38	3.059,10	2.984,18	2.859,67
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	-	-	-	-	-	406	297	198	101	101
Endividamento bruto total	US\$	-	-	-	-	-	406	297	198	101	101
Patrimônio líquido	R\$	279.134	662.457	671.728	649.126	649.126	272.975	304.467	311.827	246.741	246.741
Receita líquida	R\$	146.650	139.569	123.409	120.724	530.352	126.199	150.351	145.322	144.178	566.050
Custo de produtos	R\$	(100.019)	(108.609)	(98.114)	(103.968)	(410.710)	(99.779)	(105.077)	(117.223)	(116.416)	(438.495)
Outras despesas/receitas	R\$	(7.436)	(6.773)	(10.900)	(9.031)	(34.140)	(4.336)	(7.018)	(6.700)	(10.362)	(28.416)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	3.765	3.662	6.691	7.069	21.187	3.764	3.810	3.748	3.672	14.994
EBITDA	R\$	42.960	27.849	21.086	14.794	106.689	25.848	42.066	25.147	21.072	114.133
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(3.765)	(3.662)	(6.691)	(7.069)	(21.187)	(3.764)	(3.810)	(3.748)	(3.672)	(14.994)
EBIT	R\$	39.195	24.187	14.395	7.725	85.502	22.084	38.256	21.399	17.400	99.139
Resultado financeiro líquido	R\$	(503)	(392)	(188)	(1.021)	(2.104)	3.476	(1.073)	983	31	3.417
Resultado não operacional	R\$	-	-	501	1.420	1.921	-	-	-	-	-
Lucro antes do IR/CSL	R\$	38.692	23.795	14.708	8.124	85.319	25.560	37.183	22.382	17.431	102.556
IR/CSL	R\$	(6.298)	(5.434)	(5.437)	(10.727)	(27.896)	(6.960)	(5.691)	(15.022)	(6.206)	(33.879)
Resultado do período	R\$	32.394	18.361	9.271	(2.603)	57.423	18.600	31.492	7.360	11.225	68.677

Área de Pelotização - Hispanobras (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2007					2006				
		Período de três meses findos em				Total	Período de três meses findos em				Total
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	
Quantidade vendida - ME	ton (mil)	565	504	527	394	1.990	524	623	613	439	2.199
Quantidade vendida - MI	ton (mil)	800	620	510	545	2.475	450	450	680	595	2.175
Quantidade vendida - total	ton (mil)	1.365	1.124	1.037	939	4.465	974	1.073	1.293	1.034	4.374
Preço médio - ME	US\$	69,26	77,40	72,50	73,25	72,97	71,62	67,87	68,98	69,08	69,31
Preço médio - MI	US\$	72,97	79,73	74,88	76,94	75,93	71,92	69,95	73,14	72,66	72,10
Preço médio - total	US\$	71,43	78,69	73,67	75,39	74,71	71,76	68,74	71,17	71,14	70,70
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	6.213	9.338	14.212	45.584	45.584	7.869	19.915	30.362	-	-
Endividamento bruto total	US\$	6.213	9.338	14.212	45.584	45.584	7.869	19.915	30.362	-	-
Patrimônio líquido	R\$	167.293	149.665	159.658	149.964	149.964	134.669	141.567	157.623	143.698	143.698
Receita líquida	R\$	205.706	175.156	146.352	127.964	655.178	154.557	161.378	199.759	158.256	673.950
Custo de produtos	R\$	(164.230)	(145.097)	(100.792)	(138.321)	(548.440)	(111.049)	(143.872)	(160.731)	(124.476)	(540.128)
Outras despesas/receitas	R\$	(2.313)	(3.659)	(28.043)	(2.325)	(36.340)	(4.297)	(3.361)	(11.113)	(4.124)	(22.895)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	2.146	1.744	1.624	2.787	8.301	1.345	1.641	1.869	1.501	6.356
EBITDA	R\$	41.309	28.144	19.141	(9.895)	78.699	40.556	15.786	29.784	31.157	117.283
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(2.146)	(1.744)	(1.624)	(2.787)	(8.301)	(1.345)	(1.641)	(1.869)	(1.501)	(6.356)
EBIT	R\$	39.163	26.400	17.517	(12.682)	70.398	39.211	14.145	27.915	29.656	110.927
Resultado financeiro líquido	R\$	(3.060)	(3.412)	(2.004)	(1.425)	(9.901)	(3.590)	(2.899)	1.730	(886)	(5.645)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	36.103	22.988	15.513	(14.107)	60.497	35.621	11.246	29.645	28.770	105.282
IR/CSL	R\$	(12.506)	(8.787)	(5.521)	4.413	(22.401)	(12.821)	(4.347)	(13.589)	(10.868)	(41.625)
Resultado do período	R\$	23.597	14.201	9.992	(9.694)	38.096	22.800	6.899	16.056	17.902	63.657



Área de Pelotização - Itabasco (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2007					2006				
		Período de três meses findos em				Total	Período de três meses findos em				Total
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	
Quantidade vendida - ME	ton (mil)	589	701	282	439	2.011	661	820	905	822	3.208
Quantidade vendida - MI	ton (mil)	283	657	562	605	2.107	148	300	203	144	795
Quantidade vendida - total	ton (mil)	872	1.358	844	1.044	4.118	809	1.120	1.108	966	4.003
Preço médio - ME	US\$	75,72	74,48	77,40	75,60	75,60	71,43	70,93	70,81	70,65	70,93
Preço médio - MI	US\$	71,33	73,81	75,02	74,37	73,64	73,37	70,07	66,32	68,38	69,06
Preço médio - total	US\$	73,53	74,16	75,82	74,89	74,60	71,78	70,70	69,99	70,01	70,56
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	-	-	32.376	42.600	42.600	7.650	5.965	1.770	-	-
Endividamento bruto total	US\$	-	-	32.376	42.600	42.600	7.650	5.965	1.770	-	-
Patrimônio líquido	R\$	143.226	117.480	126.996	160.386	160.386	118.837	128.128	142.494	127.231	127.231
Receita líquida	R\$	136.746	201.246	124.047	139.642	601.681	127.497	173.161	169.197	146.323	616.178
Custo de produtos	R\$	(111.373)	(171.403)	(116.301)	(124.474)	(523.551)	(96.392)	(152.141)	(138.049)	(120.367)	(506.949)
Outras despesas/receitas	R\$	2.557	(7.720)	9.391	(3.851)	377	(2.394)	(2.103)	(5.027)	(6.337)	(15.861)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(1.325)	4.645	1.137	2.560	7.017	934	1.387	(968)	3.393	4.746
EBITDA	R\$	26.605	26.768	18.274	13.877	85.524	29.645	20.304	25.153	23.012	98.114
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	1.325	(4.645)	(1.137)	(2.560)	(7.017)	(934)	(1.387)	968	(3.393)	(4.746)
EBIT	R\$	27.930	22.123	17.137	11.317	78.507	28.711	18.917	26.121	19.619	93.368
Equivalência patrimonial	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	(498)	(498)
Resultado financeiro líquido	R\$	(2.229)	(1.148)	(1.784)	(1.216)	(6.377)	(1.619)	(4.029)	(2.211)	(1.039)	(8.898)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	25.701	20.975	15.353	10.101	72.130	27.092	14.888	23.910	18.082	83.972
IR/CSL	R\$	(9.706)	(7.751)	(6.198)	(8.779)	(32.434)	(9.957)	(5.597)	(9.545)	(7.374)	(32.916)
Resultado do período	R\$	15.995	13.224	9.155	1.322	39.696	17.135	9.291	14.365	10.708	51.056



Área de Alumínio - Albras (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2007					2006				
		Período de três meses findos em				Total	Período de três meses findos em				Total
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	
Quantidade vendida - ME	ton (mil)	108	123	108	104	443	104	106	106	110	426
Quantidade vendida - MI	ton (mil)	7	6	7	6	26	5	4	6	6	21
Quantidade vendida - total	ton (mil)	115	129	115	110	469	109	110	112	116	447
Preço médio - ME	US\$	2.688,76	2.727,00	2.631,55	2.405,80	2.611,76	2.292,06	2.571,71	2.436,23	2.520,38	2.458,32
Preço médio - MI	US\$	2.500,55	2.689,00	2.599,78	2.196,61	2.372,90	1.823,50	2.422,20	2.427,20	2.360,51	2.243,23
Preço médio - total	US\$	2.677,30	2.724,78	2.585,19	2.393,38	2.598,49	2.266,96	2.565,04	2.374,43	2.535,22	2.447,52
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	319.272	311.912	305.833	300.718	300.718	396.392	355.867	341.202	316.308	316.308
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	3.501	-	2.034	-	-	102.178	51.175	14.722	29.681	29.681
Endividamento bruto total	US\$	322.773	311.912	307.867	300.718	300.718	498.570	407.042	355.924	346.354	345.989
Patrimônio líquido	R\$	1.593.343	1.661.559	1.851.784	1.808.955	1.808.955	1.276.663	1.402.623	1.579.741	1.397.170	1.397.170
Receita líquida	R\$	654.600	700.893	577.381	478.152	2.411.026	559.428	629.748	614.126	532.134	2.335.436
Custo de produtos	R\$	(419.374)	(464.066)	(400.422)	(373.884)	(1.657.746)	(363.070)	(380.791)	(404.832)	(341.004)	(1.489.697)
Outras despesas/receitas	R\$	(23.417)	(34.666)	(29.700)	(48.011)	(135.794)	(22.224)	(23.484)	(32.285)	(22.911)	(100.904)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	18.427	39.204	1.029	18.621	77.281	16.593	16.862	16.858	19.720	70.033
EBITDA	R\$	230.236	241.365	148.288	74.878	694.767	190.727	242.335	193.867	187.939	814.868
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(18.427)	(39.204)	(1.029)	(18.621)	(77.281)	(16.593)	(16.862)	(16.858)		
EBIT	R\$	211.809	202.161	147.259	56.257	617.486	174.134	225.473	177.009	168.219	744.835
Resultado financeiro líquido	R\$	34.420	(19.200)	128.740	67.136	211.096	32.906	(69.509)	47.589	(144.263)	(133.277)
Resultado não operacional	R\$	-	-	(5.519)	184	(5.335)	-	-	-	-	-
Lucro antes do IR/CSL	R\$	246.229	182.961	270.480	123.577	823.247	207.040	155.964	224.598	23.956	611.558
IR/CSL	R\$	(50.055)	(114.746)	(80.256)	(13.900)	(258.957)	(61.501)	(30.003)	(47.476)	(20.557)	(159.537)
Resultado do período	R\$	196.174	68.215	190.224	109.677	564.290	145.539	125.961	177.122	3.399	452.021



Área de Pelotização - Nibrasco (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2007					2006				
		Período de três meses findos em					Período de três meses findos em				
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total	31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total
Quantidade vendida - ME	ton (mil)	658	1.091	595	877	2.156	743	880	1.102	1.105	3.830
Quantidade vendida - MI - CVRD	ton (mil)	1.298	495	944	1.085	4.887	707	968	745	1.022	3.442
Quantidade vendida - MI - Outros	ton (mil)	35	-	-	-	35	34	35	35	35	139
Quantidade vendida - total	ton (mil)	1.991	1.586	1.539	1.962	7.078	1.484	1.883	1.882	2.162	7.411
Preço médio - ME	US\$	69,98	73,82	72,73	73,76	108,79	73,36	70,39	70,88	69,39	70,82
Preço médio - MI	US\$	67,80	68,15	71,32	71,30	69,69	67,69	67,54	65,43	67,51	67,10
Preço médio - total	US\$	67,33	72,05	71,85	72,40	70,77	68,98	67,62	67,40	67,51	68,91
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	2.782	-	2.199	1.822	1.822	4.117	3.777	3.386	3.063	3.063
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	-	26.989	54.875	82.844	82.844	-	-	-	-	-
Endividamento bruto total	US\$	2.782	-	57.074	82.844	82.844	4.117	3.777	3.386	3.063	3.063
Patrimônio líquido	R\$	189.798	187.414	205.218	211.467	211.467	213.136	148.618	146.776	167.101	167.101
Receita líquida	R\$	301.046	255.440	247.330	271.665	1.075.481	271.602	301.480	294.146	324.567	1.191.795
Custo de produtos	R\$	(237.777)	(249.085)	(219.861)	(255.887)	(962.610)	(204.598)	(253.769)	(252.045)	(265.253)	(975.665)
Outras despesas/receitas	R\$	(27.159)	(7.795)	(3.011)	(6.158)	(44.123)	(6.471)	(6.570)	(44.350)	(9.366)	(66.757)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(2.917)	8.775	2.954	444	9.256	2.066	2.386	2.081	2.196	8.729
EBITDA	R\$	33.193	7.335	27.412	10.064	78.004	62.599	43.527	(168)	52.144	158.102
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	2.917	(8.775)	(2.954)	(444)	(9.256)	(2.066)	(2.386)	(2.081)	(2.196)	(8.729)
EBIT	R\$	36.110	(1.440)	24.458	9.620	68.748	60.533	41.141	(2.249)	49.948	149.373
Resultado financeiro líquido	R\$	(404)	335	2.815	245	2.991	1.546	427	(729)	705	1.949
Itens não recorrentes	R\$	-	-	(11)	11	-	-	-	-	-	-
Lucro antes do IR/CSL	R\$	35.706	(1.105)	27.273	9.876	71.739	62.079	41.568	(2.978)	50.653	151.322
IR/CSL	R\$	(13.008)	(1.280)	(9.459)	(3.625)	(27.372)	(26.115)	(14.491)	1.136	(30.328)	(69.798)
Resultado do período	R\$	22.698	(2.385)	17.814	6.251	44.367	35.964	27.077	(1.842)	20.325	81.524



Área de Pelotização - Samarco (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2007					2006				
		Período de três meses findos em					Período de três meses findos em				
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total	31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total
Quantidade vendida - Pelotas	ton (mil)	3.003	3.742	3.241	4.373	14.517	2.324	3.798	3.648	4.302	14.072
Quantidade vendida - Minério de ferro	ton (mil)	463	638	302	358	1.905	544	710	211	543	1.892
Preço médio - Pelotas	US\$	77,51	82,38	83,61	82,58	81,39	85,51	68,19	74,83	75,39	77,30
Quantidade vendida - Minério de ferro	US\$	46,79	46,78	45,30	49,14	46,74	544,15	710,06	210,68	43,41	39,99
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	737.926	817.457	807.753	799.087	799.087	38.211	33.752	435.093	500.712	500.712
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	192.157	323.841	397.992	572.218	572.218	272.033	353.162	295.279	307.076	307.076
Endividamento bruto total	US\$	930.083	1.141.298	1.205.745	1.371.305	1.371.305	310.244	386.914	730.372	807.788	807.788
Patrimônio líquido	R\$	970.015	1.018.112	1.175.289	823.011	823.011	976.700	899.037	767.495	905.515	905.515
Receita líquida	R\$	557.293	667.398	551.937	684.666	2.461.294	486.643	646.877	611.585	716.917	2.462.022
Custo de produtos	R\$	(233.161)	(269.773)	(221.186)	(339.323)	(1.063.443)	(179.434)	(210.635)	(219.222)	(253.698)	(862.991)
Outras despesas/receitas	R\$	(39.119)	(152.413)	(62.990)	(123.636)	(378.158)	(92.607)	(52.989)	(59.947)	(163.902)	(368.057)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	13.884	15.631	16.346	16.555	62.416	10.307	12.422	4.505	51.559	77.824
EBITDA	R\$	271.129	260.843	284.107	238.262	1.082.109	224.909	395.675	336.921	350.876	1.308.798
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(13.884)	(15.631)	(16.346)	(16.555)	(62.416)	(10.307)	(12.422)	(4.505)	(51.559)	(77.824)
EBIT	R\$	257.245	245.212	267.761	221.707	1.019.693	214.602	383.253	332.416	299.317	1.230.974
Equivalência patrimonial	R\$	4.856	6.120	2.532	(13.508)	0	9.533	8.868	706	5.562	24.669
Resultado financeiro líquido	R\$	73.965	26.485	43.064	45.347	188.861	15.056	(32.509)	(18.827)	12.840	(24.077)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	336.066	277.817	313.357	253.546	1.208.554	239.191	359.612	314.295	317.719	1.231.566
IR/CSL	R\$	(65.216)	(66.798)	(64.235)	(40.322)	(236.571)	(40.881)	(58.662)	(59.297)	(75.561)	(235.901)
Resultado do período	R\$	270.850	211.019	249.122	213.224	971.983	198.310	300.950	254.998	242.158	995.665



Área de Manganês e Ferroligas - RDM (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2007					2006				
		Período de três meses findos em				Total	Período de três meses findos em				Total
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	
Quantidade vendida - ME- Ferroligas	ton (mil)	18	23	22	22	85	21	47	28	41	137
Quantidade vendida - MI- Ferroligas	ton (mil)	37	39	40	43	159	31	40	43	43	157
Quantidade vendida - total	ton (mil)	55	62	62	65	244	52	87	71	84	294
Quantidade vendida - ME- Manganês	ton (mil)	100	288	176	321	885	206	187	252	286	931
Quantidade vendida - MI- Manganês	ton (mil)	42	53	61	34	190	56	36	50	36	178
Quantidade vendida - total	ton (mil)	142	341	237	355	1.075	262	223	302	322	1.109
Preço médio - ME - Ferroligas	US\$	1.014,22	1.054,70	1.422,82	1.691,68	1.306,27	713,33	804,68	881,75	567,76	735,53
Preço médio - MI - Ferroligas	US\$	867,78	1.017,69	1.396,40	1.732,74	1.271,46	744,32	717,48	776,44	826,00	768,65
Preço médio - total	US\$	915,71	1.031,42	1.405,77	1.718,84	1.283,58	784,13	816,84	867,92	699,95	753,21
Preço médio - ME - Manganês	US\$	62,71	60,66	64,47	181,45	105,49	47,52	48,06	45,31	48,28	47,29
Preço médio - MI - Manganês	US\$	69,31	64,15	73,41	70,00	69,31	70,04	74,03	73,36	83,61	74,52
Preço médio - total	US\$	64,66	61,20	66,77	170,78	99,02	784,13	816,84	867,92	52,23	51,59
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	82.007	91.690	-	-	-	98.757	93.131	93.262	94.873	94.873
Endividamento bruto total	US\$	82.007	91.690	-	-	-	98.757	93.131	93.262	94.873	94.873
Patrimônio líquido	R\$	409.676	397.965	409.887	538.205	538.205	617.574	595.398	524.113	414.092	414.092
Receita líquida	R\$	125.425	168.014	180.485	324.360	798.284	132.476	170.117	158.951	164.808	626.352
Custo de produtos	R\$	(102.692)	(138.666)	(133.379)	(158.007)	(532.744)	(112.294)	(151.515)	(145.458)	(146.955)	(556.222)
Outras despesas/receitas	R\$	(16.973)	(27.283)	(11.608)	(42.586)	(98.450)	(13.837)	(42.566)	(75.989)	(148.053)	(280.445)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	9.321	10.632	9.159	12.692	41.804	6.826	7.515	8.361	8.983	31.685
EBITDA	R\$	15.081	12.697	44.657	136.459	208.894	13.171	(16.449)	(54.135)	(121.217)	(178.630)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(9.321)	(10.632)	(9.159)	(12.692)	(41.804)	(6.826)	(7.515)	(8.361)	(8.983)	(31.685)
EBIT	R\$	5.760	2.065	35.498	123.767	167.090	6.345	(23.964)	(62.496)	(130.200)	(210.315)
Resultado financeiro líquido	R\$	(10.667)	(12.791)	(24.753)	(4.524)	(52.735)	(20.760)	(10.950)	(7.278)	14.657	(24.331)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	(4.907)	(10.726)	10.745	119.243	114.355	(14.415)	(34.914)	(69.774)	(115.543)	(234.646)
IR/CSL	R\$	466	(985)	1.177	9.100	9.758	(1.924)	12.738	(1.511)	5.522	14.825
Resultado do período	R\$	(4.441)	(11.711)	11.922	128.343	124.113	(16.339)	(22.176)	(71.285)	(110.021)	(219.821)



Área de Manganês e Ferroligas - Urucum (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2007					2006				
		Período de três meses findos em				Total	Período de três meses findos em				Total
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	
Quantidade vendida - ME - Minério de ferro	ton (mil)	89	63	184	64	400	262	249	226	331	1.068
Quantidade vendida - MI - Minério de ferro	ton (mil)	17	24	24	24	89	21	22	20	14	77
Quantidade vendida - total	ton (mil)	106	87	208	88	489	283	271	246	345	1.145
Quantidade vendida - ME- Manganês	ton (mil)	9	7	14	7	37	3	42	28	11	84
Quantidade vendida - MI- Manganês	ton (mil)	52	69	60	58	239	28	16	21	30	95
Quantidade vendida - total	ton (mil)	61	76	74	65	276	31	58	49	41	179
Quantidade vendida - ME- Ferroligas	ton (mil)	3	7	4	-	14	3	1	9	6	19
Quantidade vendida - MI- Ferroligas	ton (mil)	-	-	1	2	3	4	-	-	1	5
Quantidade vendida - total	ton (mil)	3	7	5	2	17	7	1	9	7	24
Preço médio - ME - Ferro	US\$	33,85	-	34,23	34,22	28,75	32,66	35,50	35,42	35,77	34,87
Preço médio - MI - Ferro	US\$	25,35	23,63	22,71	24,92	24,06	26,19	29,91	27,95	26,71	27,80
Preço médio - total	US\$	32,49	23,63	32,90	31,68	30,94	32,18	35,05	34,81	35,40	34,39
Preço médio - ME - Manganês	US\$	82,67	75,86	77,00	71,86	77,19	131,67	42,90	98,79	64,36	59,19
Preço médio - MI - Manganês	US\$	88,60	69,23	81,88	85,50	80,57	104,39	81,94	65,48	86,80	86,45
Preço médio - total	US\$	85,64	72,55	79,44	78,68	78,73	107,03	53,67	84,51	80,78	77,56
Preço médio - ME - Ferroligas	US\$	1.061,33	853,71	1.757,75	-	1.156,50	785,33	872,00	695,89	950,50	799,68
Preço médio - MI - Ferroligas	US\$	-	-	50,00	914,70	626,47	527	-	-	52,00	432,00
Preço médio - total	US\$	1.061,33	853,71	1.416,20	914,70	1.062,96	637,71	872,00	695,89	822,14	723,08
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	37.190	41.096	-	-	-	27.813	30.848	35.297	34.587	34.587
Endividamento bruto total	US\$	37.190	41.096	-	-	-	27.813	30.848	35.297	34.587	34.587
Patrimônio líquido	R\$	38.132	29.304	37.420	43.677	43.677	48.298	52.597	55.899	47.017	47.017
Receita líquida	R\$	25.576	20.179	38.055	17.696	101.506	35.489	29.543	41.349	45.819	152.200
Custo de produtos	R\$	(15.213)	(19.974)	(19.686)	(10.738)	(65.611)	(20.094)	(16.092)	(25.183)	(28.215)	(89.584)
Outras despesas/receitas	R\$	(14.093)	(5.554)	(7.690)	5.493	(21.844)	(7.566)	(2.646)	(7.480)	(12.378)	(30.070)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	1.684	3.064	3.029	2.719	10.496	1.154	1.239	1.481	1.756	5.630
EBITDA	R\$	(2.046)	(2.285)	13.708	15.170	24.547	8.983	12.044	10.167	6.982	32.546
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(1.684)	(3.064)	(3.029)	(2.719)	(10.496)	(1.154)	(1.239)	(1.481)	(1.756)	(5.630)
EBIT	R\$	(3.730)	(5.349)	10.679	12.451	14.051	7.829	10.805	8.686	5.226	32.546
Baixa de ativos	R\$	-	-	-	-	-	-	-	-	138	138
Resultado financeiro líquido	R\$	(4.735)	(4.216)	(3.914)	(401)	(13.266)	(5.797)	(3.314)	(2.889)	(4.544)	(16.544)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	(8.465)	(9.565)	6.765	12.050	785	2.032	7.491	5.797	820	16.140
IR/CSL	R\$	(420)	737	1.351	(5.793)	(4.125)	(751)	(3.192)	(2.495)	1.043	(5.395)
Resultado do período	R\$	(8.885)	(8.828)	8.116	6.257	(3.340)	1.281	4.299	3.302	1.863	10.745



Área de Manganês e Ferroligas - RDME (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2007					2006				
		Período de três meses findos em				Total	Período de três meses findos em				Total
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	
Quantidade vendida - ME - Sinter	ton (mil)	-	-	-	-	-	40	29	-	-	69
Quantidade vendida - ME- Manganês	ton (mil)	43	55	32	60	190	132	143	200	73	548
Quantidade vendida - ME- Ferroligas	ton (mil)	45	36	31	31	143	51	42	34	41	168
Preço médio - ME - Sinter	US\$	-	-	-	-	-	111,02	116,69	-	-	-
Quantidade vendida - ME- Manganês	US\$	76,51	104,96	112,50	159,95	117,16	81,70	73,47	77,96	83,73	78,46
Preço médio - ME - Ferroligas	US\$	749,38	790,86	1.222,68	1.672,94	1.062,64	625,41	676,90	701,15	784,83	692,52
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	-	-	-	-	-	4.276	-	-	-	-
Endividamento bruto total	US\$	-	-	-	-	-	4.276	-	-	-	-
Patrimônio líquido	R\$	191.179	187.020	195.203	218.227	218.227	185.492	189.000	193.649	201.425	-
Receita líquida	R\$	101.120	95.000	108.662	161.592	466.374	121.378	104.875	107.989	109.830	444.072
Custo de produtos	R\$	(91.217)	(72.967)	(74.982)	(143.368)	(382.534)	(124.368)	(104.126)	(99.650)	(97.754)	(425.898)
Outras despesas/receitas	R\$	(13.890)	(14.130)	(24.253)	9.474	(42.799)	(5.139)	(6.869)	(8.457)	(3.368)	(23.833)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	3.438	9.370	(4.595)	1.172	9.385	3.051	5.105	10.611	(8.785)	10.131
EBITDA	R\$	(549)	17.273	4.832	28.870	50.426	(5.078)	(1.015)	10.493	(77)	4.472
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(3.438)	(9.370)	4.595	(1.172)	(9.385)	(3.051)	(5.105)	(10.611)	8.785	(10.131)
EBIT	R\$	(3.987)	7.903	9.427	27.698	41.041	(8.129)	(6.120)	(118)	8.708	(3.559)
Ganho/ perdas na conversão de moedas	R\$	(5.874)	(9.536)	1.576	(1.099)	(14.933)	(9.711)	9.791	4.840	(1.930)	-
Resultado financeiro líquido	R\$	215	476	498	1.551	2.740	(470)	13	128	393	-
Lucro antes do IR/CSL	R\$	(9.646)	(1.157)	11.501	28.150	28.848	(18.310)	3.684	4.850	7.171	(3.559)
IR/CSL	R\$	(196)	(3.003)	(3.094)	(5.126)	(11.419)	(331)	(197)	(200)	(226)	-
Resultado do período	R\$	(9.842)	(4.160)	8.407	23.024	17.429	(18.641)	3.487	4.650	6.945	(3.559)



Área de Siderurgia - CSI (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2007					2006				
		Período de três meses findos em				Total	Período de três meses findos em				Total
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	
Quantidade vendida - total	ton (mil)	432	444	438	413	1.727	490	526	505	409	1.930
Preço médio - total	US\$	728,68	755,59	766,32	717,62	742,49	648,47	664,44	757,55	757,21	704,37
Patrimônio líquido	R\$	676.568	650.688	623.948	577.189	577.189	748.257	822.647	742.268	747.278	747.278
Receita líquida	R\$	663.250	666.891	635.294	530.344	2.495.779	697.818	763.666	829.503	665.732	2.956.719
Custo de produtos	R\$	(641.359)	(616.807)	(619.654)	(554.405)	(2.432.225)	(562.839)	(611.163)	(683.560)	(625.899)	(2.483.461)
Outras despesas/receitas	R\$	(16.120)	(14.722)	(12.890)	(13.744)	(57.476)	(16.909)	(16.804)	(17.992)	(15.790)	(66.753)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	15.415	14.596	14.280	13.696	57.987	15.231	16.647	14.794	14.436	61.109
EBITDA	R\$	21.186	49.958	17.030	(24.109)	64.065	133.301	152.346	142.745	38.479	467.514
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(15.415)	(14.596)	(14.280)	(13.696)	(57.987)	(15.231)	(16.647)	(14.794)	(14.436)	(61.109)
EBIT	R\$	5.771	35.362	2.750	(37.805)	6.078	118.070	135.699	127.951	24.042	406.505
Ganho/ perdas na conversão de moedas	R\$	(29.805)	(41.803)	(29.549)	(22.720)	(123.877)	(54.681)	(3.417)	4.693	(4.568)	(58.163)
Resultado financeiro líquido	R\$	(703)	(7.142)	2.480	(4.630)	(9.995)	(5.264)	(3.645)	(9.265)	5.992	(11.640)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	(24.737)	(13.583)	(24.319)	(65.154)	(127.794)	58.125	128.637	123.379	25.466	336.702
IR/CSL	R\$	(1.726)	(12.299)	(2.421)	18.395	1.949	(46.303)	(54.200)	(44.033)	(12.564)	(157.100)
Resultado do período	R\$	(26.463)	(25.882)	(26.740)	(46.759)	(125.845)	11.822	74.437	79.346	12.902	179.602



Área de Logística - FCA (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2007					2006				
		Período de três meses findos em				Total	Período de três meses findos em				Total
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	
Quantidade vendida - MI - Serviços Ferroviários	ton (mil)	6.322	7.573	6.191	8.450	28.536	6.280	6.990	7.330	6.864	27.464
Preço médio - MI - Serviços Ferroviários	R\$	25,53	27,57	33,94	23	27,13	23,69	34,64	26,58	25,31	25,88
Patrimônio líquido	R\$	(154.081)	(128.727)	(104.648)	(128.105)	(128.105)	(160.422)	(173.831)	(171.687)	(151.492)	(151.492)
Receita líquida	R\$	161.380	208.788	210.144	194.033	774.345	148.752	193.518	194.835	173.725	710.830
Custo de produtos	R\$	(157.361)	(163.123)	(166.506)	(180.225)	(667.215)	(166.997)	(182.527)	(172.656)	(178.523)	(700.703)
Outras despesas/receitas	R\$	(6.622)	(13.617)	(10.689)	(16.866)	(47.794)	(15.749)	(30.007)	(19.737)	22.411	(43.082)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	21.855	20.413	17.944	20.555	80.767	20.456	21.079	21.931	22.428	85.894
EBITDA	R\$	19.252	52.461	50.893	17.497	140.103	(13.538)	2.063	24.373	40.041	52.939
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(21.855)	(20.413)	(17.944)	(20.555)	(80.767)	(20.456)	(21.079)	(21.931)	(22.428)	(85.894)
EBIT	R\$	(2.603)	32.048	32.949	(3.058)	59.336	(33.994)	(19.016)	2.442	17.613	(32.955)
Resultado financeiro líquido	R\$	881	2.256	(2.513)	(16.112)	(15.488)	(5.267)	5.607	8	2.582	2.930
Lucro antes do IR/CSL	R\$	(1.722)	34.304	30.436	(19.170)	43.848	(39.261)	(13.409)	2.450	20.195	(30.025)
IR/CSL	R\$	(867)	(8.949)	(6.359)	(4.287)	(20.462)	-	-	-	-	-
Resultado do período	R\$	(2.589)	25.355	24.077	(23.457)	23.386	(39.261)	(13.409)	2.450	20.195	(30.025)



Área de Níquel - INCO (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2007					2006				
		Período de três meses findos em					Período de três meses findos em				
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total	31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	Total
Quantidade vendida - ME - Metais Preciosos	Kg (mil)	22	18	29	20	89	-	-	-	24	24
Preço médio - ME - Metais Preciosos	US\$	4.190,36	5.922,11	4.383,69	5.040,10	4.795,55	-	-	-	4.366,70	4.366,70
Quantidade vendida - MI - Níquel	ton (mil)	1,1	1,2	0,4	0,4	3,1	-	-	-	-	-
Quantidade vendida - ME - Níquel	ton (mil)	69,8	67,4	60,5	67,5	265,2	-	-	-	73,0	73,0
Quantidade vendida - total		70,9	68,6	60,9	67,9	268,3				73,0	73,0
Preço médio - MI - Níquel	US\$	38.785,45	48.127,00	32.470,00	29.445,00	40.381,61	-	-	-	-	-
Preço médio - ME - Níquel	US\$	40.358,88	46.565,10	32.342,38	29.717,61	37.427,13	-	-	-	32.105,33	32.105,33
Preço médio - total		39.572,17	47.346,05	32.406,19	29.581,31	37.446,76				32.105,33	32.105,33
Quantidade vendida - ME - Cobalto	ton (mil)	0,6	0,6	0,6	0,7	2,5	-	-	-	1,0	1,0
Preço médio - ME - Cobalto	US\$	49.251,72	56.067,24	55.944,44	57.186,59	54.715,46	-	-	-	32.804,16	32.804,16
Quantidade vendida - ME - Cobre	ton (mil)	37,8	32,7	50,5	53,4	174,4	-	-	-	41,0	41,0
Preço médio - ME - Cobre	US\$	5.762,43	7.264,40	7.816,75	6.237,96	6.784,51	-	-	-	7.317,98	7.317,98
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	1.668.684	1.782.563	1.817.579	1.826.789	1.826.789	-	-	-	1.644.952	1.644.952
Patrimônio líquido	R\$	14.836.664	11.795.172	10.995.300	12.849.332	12.849.332	-	-	-	29.563.974	29.563.974
Receita líquida	R\$	6.742.785	7.133.029	4.881.963	4.485.798	23.243.575	-	-	-	6.024.804	6.024.804
Custo de produtos	R\$	(2.772.288)	(2.517.334)	(2.393.055)	(2.916.605)	(10.599.282)	-	-	-	(2.759.837)	(2.759.837)
Outras despesas/receitas	R\$	(310.939)	(158.844)	(206.153)	(245.405)	(921.341)	-	-	-	(1.775.638)	(1.775.638)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	258.148	427.901	407.290	657.979	1.751.318	-	-	-	267.298	267.298
EBITDA	R\$	3.917.706	4.884.752	2.690.045	1.981.767	13.474.270	-	-	-	1.756.627	1.756.627
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(258.148)	(427.901)	(407.290)	(657.979)	(1.751.318)	-	-	-	(267.298)	(267.298)
EBIT	R\$	3.659.558	4.456.851	2.282.755	1.323.788	11.722.952	-	-	-	1.489.329	1.489.329
Baixa de ativos	R\$	-	-	153.085	-	153.085	-	-	-	138	138
Equivalência patrimonial	R\$	(141.341)	(803.266)	(533.816)	(447.925)	(1.926.348)	-	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	R\$	(571.189)	(1.509.692)	(1.403.838)	846.053	(2.638.666)	-	-	-	593.811	593.811
Lucro antes do IR/CSL	R\$	2.947.028	2.143.893	498.186	1.721.916	7.311.023	-	-	-	2.083.140	2.083.140
IR/CSL	R\$	(1.176.414)	(1.560.594)	(472.895)	289.399	(2.920.504)	-	-	-	(797.857)	(797.857)
Participações minoritárias	R\$	(186.893)	(299.690)	(235.537)	(156.014)	(878.134)	-	-	-	(163.454)	(163.454)
Resultado do período	R\$	1.583.721	283.609	(210.246)	1.855.301	3.512.385	-	-	-	1.121.829	1.121.829



Área de Ferrosos - Minerações Brasileiras Reunidas S.A. (Ajustadas e Não Auditadas)

Dados		2007					2006				
		Período de três meses findos em				Total	Período de três meses findos em				Total
		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro		31 de março	30 de junho	30 de setembro	31 de dezembro	
Quantidade vendida - ME - Minério de ferro	ton (mil)	10.510	11.866	4.979	404	27.759	10.339	12.504	12.413	12.028	47.282
Quantidade vendida - MI - Minério de ferro	ton (mil)	3.756	4.962	9.641	6.924	25.283	2.245	3.426	4.341	3.679	13.690
Quantidade vendida - total	ton (mil)	14.266	16.828	14.620	7.328	53.042	12.584	15.930	16.754	15.707	60.972
Preço médio - ME - Minério de ferro	US\$	48,46	50,78	48,59	-	48,77	37,81	40,93	48,62	47,37	43,90
Preço médio - MI - Minério de ferro	US\$	30,02	33,02	28,60	28,09	29,54	26,34	28,79	28,79	29,09	28,51
Preço médio - total	US\$	43,61	45,54	35,41	26,54	39,60	35,76	38,36	43,48	43,09	40,44
Endividamento bruto contratado a longo prazo	US\$	-	-	-	-	-	124.115	122.261	101.245	64.271	64.271
Endividamento bruto contratado a curto prazo	US\$	43.546	6.768	6.878	-	-	-	-	-	-	-
Endividamento bruto total	US\$	43.546	6.768	6.878	-	-	124.115	122.261	101.245	64.271	64.271
Patrimônio líquido	R\$	3.452.826	4.066.153	4.473.245	4.522.367	4.522.367	2.478.585	3.087.124	3.887.582	4.209.798	4.209.798
Receita líquida	R\$	1.208.774	1.434.684	141.142	339.534	3.124.134	947.340	1.290.827	1.514.381	1.423.220	5.175.768
Custo de produtos	R\$	(497.641)	(643.115)	(261.519)	(210.475)	(1.612.750)	(411.230)	(472.369)	(506.758)	(525.076)	(1.915.433)
Outras despesas/receitas	R\$	(105.580)	12.249	8.500	3.626	(81.205)	(88.731)	(103.740)	(110.932)	(71.883)	(375.286)
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	61.857	65.599	60.495	68.831	256.782	63.676	63.077	64.088	67.407	258.248
EBITDA	R\$	667.410	869.417	(51.382)	201.516	1.686.961	511.055	777.795	960.779	893.668	3.143.297
Depreciação, amortização e exaustão	R\$	(61.857)	(65.599)	(60.495)	(68.831)	(256.782)	(63.676)	(63.077)	(64.088)	(67.407)	(258.248)
EBIT	R\$	605.553	803.818	(111.877)	132.685	1.430.179	447.379	714.718	896.691	826.261	2.885.049
Venda de ativos	R\$	904	-	-	18.531	19.435	(75)	1.756	-	1.069	2.750
Resultado de participações societárias	R\$	39.597	60.223	502.581	(14.778)	587.623	29.546	37.955	45.934	70.034	183.469
Amortização de ágio	R\$	(1.811)	(2.423)	(2.536)	(2.136)	(8.906)	-	-	-	(9.297)	(9.297)
Resultado não operacional	R\$	-	-	5	(5)	-	418	2.923	-	12	3.353
Resultado financeiro líquido	R\$	(76.096)	(97.791)	166.604	10.465	3.182	(58.936)	3.637	26.898	(20.484)	(48.885)
Lucro antes do IR/CSL	R\$	568.147	763.827	554.777	144.762	2.031.513	418.332	760.989	969.523	867.595	3.016.439
IR/CSL	R\$	(135.995)	(150.499)	(147.687)	(95.638)	(529.819)	(82.699)	(152.451)	(169.064)	(139.692)	(543.906)
Resultado do exercício	R\$	432.152	613.328	407.090	49.124	1.501.694	335.633	608.538	800.459	727.903	2.472.533

Balanço Social do Ibase

1. Identificação

Nome da instituição: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase

Tipo/categoria (conforme instruções): ONG – Organização não-governamental

Natureza jurídica:	<input checked="" type="checkbox"/> associação	<input type="checkbox"/> fundação	<input type="checkbox"/> sociedade
Sem fins lucrativos?		<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Isenta da cota patronal do INSS?		<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS)?		<input checked="" type="checkbox"/> sim	<input type="checkbox"/> não
Possui registro no:	<input checked="" type="checkbox"/> CNAS	<input checked="" type="checkbox"/> CEAS	<input checked="" type="checkbox"/> CMAS
De utilidade pública?	<input type="checkbox"/> não	Se sim, <input checked="" type="checkbox"/> federal	<input checked="" type="checkbox"/> estadual <input type="checkbox"/> municipal
Classificada como Oscip (Lei 9.790/99)?		<input type="checkbox"/> sim	<input checked="" type="checkbox"/> não

2. Origem dos recursos

	2007 Valor (Mil reais)		2006 Valor (Mil reais)	
Receitas totais (*a)	11.312	100%	10.610	100%
a) Recursos governamentais (subvenções)	0	0,00%	0	0,00%
b) Doações de pessoas jurídicas (*b)	42	0,37%	677	6,38%
c) Doações de pessoas físicas	154	1,36%	167	1,57%
d) Contribuições	0	0,00%	0	0,00%
e) Patrocínios	1.900	16,80%	1.355	12,77%
f) Cooperação internacional	5.998	53,02%	3.523	33,20%
g) Prestação de serviços e/ou venda de produtos	235	2,08%	370	3,44%
h) Outras receitas	2.983	26,37%	4.518	42,58%

3. Aplicação dos recursos

	2007 Valor (Mil reais)		2006 Valor (Mil reais)	
Despesas totais	10.154	100%	8.733	100%
a) Projetos, programas e ações sociais (excluindo pessoal)	4.914	48,39%	4.017	46,00%
b) Pessoal (salários + benefícios + encargos)	4.002	39,41%	3.969	45,45%
c) Despesas diversas (somatório das despesas abaixo)	1.238	12,19%	747	8,55%
Operacionais	631	50,97%	588	78,71%
Impostos e taxas	63	5,09%	50	6,69%
Financeiras (*c)	482	38,93%	22	2,95%
Capital (máquinas + instalações + equipamentos)	62	5,01%	87	11,65%
Outras (que devem ser discriminadas conforme relevância)	0	0,00%	0	0,00%

4. Indicadores sociais internos

Ações e benefícios para os(as) funcionários(as)	2007 Valor (Mil reais)	% sobre receita	2006 Valor (Mil reais)	% sobre receita	metas 2008
a) Alimentação	204	1,80%	206	1,94%	manter
b) Educação	11	0,10%	12	0,11%	manter
c) Capacitação e desenvolvimento profissional	15	0,13%	19	0,18%	manter
d) Creche ou auxílio-creche	78	0,69%	103	0,97%	manter
e) Saúde	302	2,67%	274	2,58%	manter
f) Segurança e medicina no trabalho	1	0,01%	2	0,02%	manter
g) Transporte	33	0,29%	33	0,31%	manter
h) Bolsas/estágios	63	0,56%	36	0,34%	manter
i) Outros	0	0,00%	0	0,00%	manter
Total – Indicadores sociais internos	707	6,25%	685	6,46%	manter

5. Projetos, ações e contribuições para a sociedade

As ações e programas aqui listados são exemplos, ver instrução.	2007 Valor (Mil reais)	% sobre receita	2006 Valor (Mil reais)	% sobre receita	metas 2008
Total Linhas Programáticas/ Projetos (*d-nota geral)	R\$ 10.154	90%	R\$ 8.733	82%	aumentar
a) Alternativas Democráticas à Globalização	R\$ 307	2,71%	R\$ 454	4,28%	
	Nº pessoas beneficiadas: 200 Nº entidades beneficiadas: 70		Nº pessoas beneficiadas: 1.200 Nº entidades beneficiadas: 70		aumentar
b) Debate Público/Comunicação	R\$ 782	6,91%	R\$ 1.090	10,27%	
	Nº pessoas beneficiadas: 1.235.000 Nº entidades beneficiadas: 2.000		Nº pessoas beneficiadas: 1.051.000 Nº entidades beneficiadas: 1.700		manter
c) Desenvolvimento e Direitos	R\$ 268	2,37%	—		
	Nº pessoas beneficiadas: 1.300 Nº entidades beneficiadas: 80		Nº pessoas beneficiadas: — Nº entidades beneficiadas: —		aumentar
d) Direito à Cidade (*e)	R\$ 1.647	14,56%	R\$ 1.853	17,46%	
	Nº pessoas beneficiadas: 38.500 Nº entidades beneficiadas: 130		Nº pessoas beneficiadas: 17.800 Nº entidades beneficiadas: 90		aumentar
e) Economia Solidária	R\$ 455	4,02%	R\$ 433	4,08%	
	Nº pessoas beneficiadas: 10.000 Nº entidades beneficiadas: 800		Nº pessoas beneficiadas: 4.800 Nº entidades beneficiadas: 400		manter
f) Processo Fórum Social Mundial (*f)	R\$ 2.936	25,95%	R\$ 2.498	23,54%	
	Nº pessoas beneficiadas: 75.000 Nº entidades beneficiadas: —		Nº pessoas beneficiadas: 80.000 Nº entidades beneficiadas: 2.500		aumentar

continuação item 5

g) Juventude, Democracia e Participação	R\$ 1.608	14,21%	—		
	Nº pessoas beneficiadas: 25.400 Nº entidades beneficiadas: 20		Nº pessoas beneficiadas: — Nº entidades beneficiadas: —		aumentar
h) Observatório da Cidadania: direitos e diversidade (*g)	R\$ 903	7,98%	R\$ 1.080	10,18%	
	Nº pessoas beneficiadas: 860.000 Nº entidades beneficiadas: 2.400		Nº pessoas beneficiadas: 140.000 Nº entidades beneficiadas: 2.600		manter
i) Responsabilidade Social e Ética nas Organizações	R\$ 346	3,06%	R\$ 390	3,68%	
	Nº pessoas beneficiadas: 75.000 Nº entidades beneficiadas: 200		Nº pessoas beneficiadas: 74.800 Nº entidades beneficiadas: 280		manter
j) Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (*h)	R\$ 902	7,97%	R\$ 935	8,81%	
	Nº pessoas beneficiadas: 10.100 Nº entidades beneficiadas: 350		Nº pessoas beneficiadas: 10.100 Nº entidades beneficiadas: 350		aumentar

6. Outros indicadores

	2007	2006	metas 2008
Nº total de alunos(as)	NA	NA	NA
Nº de alunos(as) com bolsas integrais	NA	NA	NA
Valor total das bolsas integrais	NA	NA	NA
Nº de alunos(as) com bolsas parciais	NA	NA	NA
Valor total das bolsas parciais	NA	NA	NA
Nº de alunos(as) com bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa	NA	NA	NA
Valor total das bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa	NA	NA	NA

7. Indicadores sobre o corpo funcional

	2007	2006	metas 2008
Nº total de empregados(as) ao final do período	55	58	(*)i manter
Nº de admissões durante o período	0	8	0
Nº de prestadores(as) de serviço	4	5	manter
% de empregados(as) acima de 45 anos	45,00%	(*)j 41%	manter
Nº de mulheres que trabalham na instituição	35	38	manter
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	36,00%	41,67%	aumentar
Idade média das mulheres em cargos de chefia	54	50	manter
Salário médio das mulheres	R\$ 3.346	R\$ 3.319	aumentar
Idade média dos homens em cargos de chefia	49	48	manter
Salário médio dos homens	R\$ 5.466	R\$ 5.294	manter
Nº de negros(as) que trabalham na instituição	22 (*)l	22	aumentar
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	18,00%	16,67%	aumentar
Idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia	48	46	manter
Salário médio dos(as) negros(as)	R\$ 2.870	R\$ 2.794	aumentar
Nº de brancos(as) que trabalham na instituição	33	36	manter
Salário médio dos(as) brancos(as)	R\$ 4.949	R\$ 4.756	manter
Nº de estagiários(as)	9 (4MN, 1HN e 4HB) (*m)	5 (4MN e 1HB)	manter
Nº de voluntários(as)	0	0	—
Nº de pessoas com deficiência	0	0	aumentar
Salário médio de pessoas com deficiência	R\$ 0	R\$ 0	—

8. Qualificação do corpo funcional

	2007	2006	metas 2008
Nº total de docentes	0	0	0
Nº de doutores(as)	0	0	0
Nº de mestres(as)	0	0	0
Nº de especializados(as)	0	0	0
Nº de graduados(as)	0	0	0
Nº total de funcionários(as) no corpo técnico e administrativo	55	58	(*)n
Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores)	21	19	—
Nº de graduados(as)	27	30	—
Nº de graduandos(as)	3	5	—
Nº de pessoas com ensino médio	1	1	—
Nº de pessoas com ensino fundamental	1	1	—
Nº de pessoas com ensino fundamental incompleto	2	2	0
Nº de pessoas não-alfabetizadas	0	0	0

9. Informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social

	2007	metas 2008
Relação entre a maior e a menor remuneração	11,5 vezes	11,5 vezes
O processo de admissão de empregados(as) é: (*o)	0% por indicação 0% por seleção/concurso	0% por indicação 100% por seleção/concurso
A instituição desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não	<input checked="" type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não
Se "sim" na questão anterior, qual?	<input checked="" type="checkbox"/> negros <input checked="" type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input checked="" type="checkbox"/> pessoas com deficiência <input type="checkbox"/> _____	<input checked="" type="checkbox"/> negros <input checked="" type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input checked="" type="checkbox"/> pessoas com deficiência <input type="checkbox"/> _____
A organização desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade entre alunos(as) e/ou beneficiários(as)?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não	<input checked="" type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não
Se "sim" na questão anterior, qual?	<input checked="" type="checkbox"/> negros <input checked="" type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input checked="" type="checkbox"/> pessoas com deficiência <input type="checkbox"/> _____	<input checked="" type="checkbox"/> negros <input checked="" type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input checked="" type="checkbox"/> pessoas com deficiência <input type="checkbox"/> _____
Na seleção de parceiros e prestadores de serviço, critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental: (*p)	<input type="checkbox"/> não são considerados <input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados <input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos
A participação de empregados(as) no planejamento da instituição:	<input type="checkbox"/> não ocorre <input type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia <input checked="" type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis	<input type="checkbox"/> não ocorre <input type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia <input checked="" type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis
Os processos eleitorais democráticos para escolha dos coordenadores(as) e diretores(as) da organização:	<input checked="" type="checkbox"/> não ocorrem <input type="checkbox"/> ocorrem regularmente <input type="checkbox"/> ocorrem somente p/cargos intermediários	<input checked="" type="checkbox"/> não ocorrem <input type="checkbox"/> ocorrem regularmente <input type="checkbox"/> ocorrem somente p/cargos intermediários
A instituição possui Comissão/Conselho de Ética para o acompanhamento de:	<input type="checkbox"/> todas ações/atividades <input type="checkbox"/> ensino e pesquisa <input type="checkbox"/> experimentação animal/viviseção <input checked="" type="checkbox"/> não tem	<input type="checkbox"/> todas ações/atividades <input type="checkbox"/> ensino e pesquisa <input type="checkbox"/> experimentação animal/viviseção <input checked="" type="checkbox"/> não tem

10 - Outras informações

1. Notas explicativas

(*a) Durante o período de 2007, as principais fontes de recursos foram:

Cooperação internacional

Oxfam Novib (R\$ 1.721.343,16), IDRC (R\$ 1.725.896,90), EED (R\$ 945.265,30), Fundação Ford (R\$ 643.148,07), Ajuntament de Sant Cugat de Valles (R\$ 450.474,90), Fundación Heifer Ecuador (R\$ 152.012,50), Action Aid Brasil (R\$ 124.630,64), Brandeis University (R\$ 76.861,40), Fundação Open Society (R\$ 42.752,00), Somo St. Onderz (R\$ 25.144,75), Fundação Rosa Luxemburgo (R\$ 18.367,36), Canadian Community D. For and Deliberation (R\$18.202,16), Arci Cultura Svilup (R\$ 18.130,00), Step-Sustainable Tribal Empowerment Project (R\$15.860,00), outras inferiores a R\$10.000,00 (R\$ 20.263,61).

Patrocínio / Convênio

Petrobras (R\$ 1.736.422,51), MTE – Ministério do Trabalho e Emprego (R\$ 163.514,00)

Doações de pessoas jurídicas

Cese (R\$11.000,00), Idec (R\$10.352,02) e pessoas jurídicas diversas com valores inferiores a R\$10.000,00 (R\$20.566,00)

Prestação de serviços

Instituto Universitas (R\$234.500,00)

Doações de pessoas físicas

Amigos do Ibase:

2007: 1.124 pessoas (apoios contínuos)

2006: 1.237 pessoas (1.199 apoios contínuos e 38 apoios únicos)

Outras receitas

Rendimentos sobre aplicações financeiras, rendimentos sobre bens próprios, direitos autorais e, neste balanço social, foram incluídos os saldos de caixa dos anos anteriores.

Em 2007: R\$ 2.539 mil; em 2006: R\$ 4.000 mil. Esta inclusão alterou o valor total das receitas divulgado no BS 2006.

(*b) A redução deve-se ao recebimento de recursos do projeto Furnas em 2006 para realização de atividades/despesas em 2007.

(*c) O aumento do valor deve-se à provisão da correção monetária sobre o ISS.

(*d) notas gerais – item 5

1) Os percentuais informados referem-se aos valores investidos em relação à receita total (item 2 – Origem dos recursos).

2) O público beneficiado foi calculado considerando aqueles(as) diretamente beneficiados(as) pelas atividades dos projetos: pessoas presentes em seminários, fóruns, palestras etc; que recebem publicações e informes via correio ou via eletrônica; participantes de listas de discussões e de comitês; lideranças locais envolvidas; pessoas capacitadas em cursos e oficinas, professores(as), alunos(as), pesquisadores(as).

3) O detalhamento das atividades e projetos desenvolvidos pelas LPs encontra-se no Relatório 2007.

(*e) Novo nome da antiga LP *Democratização da Cidade*.

(*f) Pessoas que estiveram no FSM 2007, em Nairóbi, no Quênia, de 20 a 25 de janeiro. O nº de entidades não foi disponibilizado.

(*g) Novo nome da antiga LP *Monitoramento de Políticas Públicas*.

A campanha “Onde você guarda o seu racismo” atingiu um público de 6 milhões de pessoas (rádio e TV).

O programa “Nas ondas do orçamento” atingiu um público de 1 milhão de ouvintes de rádio.

(*h) Novo nome da antiga LP *Segurança Alimentar*.

(*i) A meta MANTER – estabelecida nos itens 4. *Indicadores sociais internos* e 7. *Indicadores sobre o corpo funcional* – reflete o entendimento institucional de que estes indicadores são satisfatórios.

(*j) Os percentuais foram recalculados incluindo as pessoas com 45 anos.

(*l) As informações sobre raça/etnia foram apuradas por meio de autodeclaração dos(as) funcionários(as), considerando os(as) trabalhadores(as) negros(as) o somatório de indivíduos autodeclarados como de cor de pele preta e parda, conforme a RAIS.

(*m) Este nº inclui uma mulher negra cuja função é de menor aprendiz.

Os dados de 2006 foram publicados com erro de digitação. Estão corretos os apresentados neste relatório.

(*n) O Ibase possui um Plano de Educação Continuada (PEC), que visa contínuo e permanente desenvolvimento acadêmico de todos(as) os(as) funcionários(as).

(*o) A seleção de pessoal é feita inicialmente dentro do corpo funcional do Ibase. Não sendo encontrado o perfil profissional e técnico necessário à vaga em aberto, a seleção será divulgada ao público externo por meio de edital, conforme modelo existente na instituição.

(*p) O Ibase exige os documentos legais nos âmbitos federal, estadual e municipal e possui um *Código Interno de Relações com Empresas*.

2. O Ibase possui

Cipa – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, composta por quatro funcionárias. Duas foram designadas pela instituição e duas foram eleitas diretamente pelo corpo funcional.

Comissão de funcionários(as), uma instância de representação dos(as) funcionários(as) do Ibase, formada por membros eleitos diretamente para um mandato de um ano, cujo objetivo principal é fomentar e contribuir para a participação com qualidade, incentivando o debate sobre as questões de interesse coletivo, melhorando a interação entre todas as áreas e entre as áreas e a direção.